

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**A Hydra de 25 Cabeças**

**Jogo do bicho, imprensa e vida urbana em São Paulo (1890-1920)**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

Candidato: Felipe Arroyo Lemo

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa de Faria Cruz

**SÃO PAULO**

2024

Felipe Arroyo Lemo

## **A Hydra de 25 Cabeças**

**Jogo do bicho, imprensa e vida urbana em São Paulo (1890-1920)**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa de Faria Cruz.

SÃO PAULO

2024

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

*Para os meus pais. E os pais de meus pais.*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 88887.473808/2020-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code: 88887.473808/2020-00.

## AGRADECIMENTOS

A realização desta tese contou com o apoio de diversas figuras, às quais expresso minha gratidão. Em especial, agradeço à Prof. Dra. Heloisa de Faria Cruz, minha orientadora desde os idos do mestrado, pelo suporte constante. Ao Prof. Dr. Lauro Ávila, meu agradecimento pelo encorajamento a continuar trilhando o tortuoso caminho acadêmico quando a presidência era outra e o mundo contemporâneo não conhecia os efeitos de uma pandemia. Não fosse por você, não teria pleiteado o doutorado.

À Capes, pelo financiamento concedido por meio da bolsa no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP.

Agradeço também aos funcionários das instituições de pesquisa visitadas, em especial à Biblioteca Mário de Andrade. À Marilza, na seção de Obras Raras, agradeço pela solícita assistência e amizade. O meu carinho estende-se à equipe da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com quem nunca conversei diretamente, mas que me permitiram interações valiosas com as revistas e jornais aqui apresentados.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, meu apreço pela oferta de leituras que contribuíram diretamente para este trabalho.

Aos colegas e pesquisadores, meu reconhecimento pelas trocas e contribuições. Particularmente a Julieta que me auxiliou enormemente na revisão do texto.

Aos amigos e familiares, agradeço pelo apoio durante o processo. Em especial a Julia, que fez questão de ser nomeada.

Aos meus pais e irmão, pela inesgotável paciência.

Por fim, minha gratidão aos professores que me fizeram quem sou e me inspiraram a trilhar o mesmo caminho profissional, Vanessa, Samantha, Ritinha, Marina, Dona Vanda, Lucinha, Marcelo e Nart.

Se na era ante-diluviana já se jogava no bicho? Mas por força!  
Quantas vezes Noé não disse a Japhet: Não se esqueça, meu  
filho, de botar um tostãozinho no masthodonte!?<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *O Pirralho*, São Paulo, ano II, n. 40, p. 3, 11 mai 1912.

## RESUMO

O presente trabalho propõe uma problematização do fenômeno do jogo do bicho em São Paulo durante o final do século XIX e início do século XX. O escopo da investigação se estende para além da mera identificação das práticas do jogo, adentrando nos códigos de postura que permeavam esse contexto histórico específico. Além disso, almeja-se ressaltar a dinâmica dos espaços urbanos nos quais o jogo do bicho se manifestava, desvendando as complexas interações entre os indivíduos e a cidade. Um enfoque adicional recai sobre as campanhas moralizantes promovidas contra essa prática, vislumbrando compreender o embate entre as normativas sociais vigentes e as expressões culturais que desafiavam tais padrões. Ao abordar esses elementos de forma integrada, busca-se proporcionar uma compreensão mais abrangente e aprofundada do papel do jogo do bicho na tessitura social e cultural da São Paulo nas décadas finais de XIX e início do XX.

**Palavras-chave:** *jogo do bicho; imprensa diária; imprensa ilustrada; São Paulo; século XIX; século XX; códigos de postura; espaços urbanos; campanhas moralizantes; práticas de jogo; história social; cultura brasileira.*

## ABSTRACT

The current research project proposes an analysis of the phenomenon of the “jogo do bicho” (animal game) in São Paulo during the late 19th and early 20th centuries. The scope of the investigation extends beyond the mere identification of gambling practices, delving into the intricate codes of conduct prevalent in this specific historical context. Furthermore, the study aims to highlight the dynamics of urban spaces where the “jogo do bicho” manifested, unraveling the complex interactions between individuals and the city. An additional focus is placed on moralizing campaigns waged against this practice, seeking to understand the conflict between prevailing social norms and cultural expressions that challenged such standards. By addressing these elements in an integrated manner, the goal is to provide a more comprehensive and in-depth understanding of the role of the “jogo do bicho” in the social and cultural fabric of late 19th-century and early 20th-century São Paulo.

**Keywords:** *animal lottery, São Paulo, 19th century, 20th century, codes of conduct, urban spaces, moralizing campaigns, gambling practices, social history, brazilian culture.*

## LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 & 2 - Anúncios publicados n'O Commercio com palpites	101
Figuras 3 & 4 - Os bichinhos do Commercio (n. 002 e 688 de 1906 resp.)	103
Figura 5 - Charge de Voltolino. O Pirralho, 1914, n. 140, p. 18	114
Figura 6 - Charge de Voltolino. O Pirralho, 1914, n. 140, p. 18	115
Figuras - 7 & 8 - Charges, possivelmente de Voltolino n'O Parafuso, n. 49, p. 15	120
Figuras 9 - Charge, possivelmente de Voltolino n'O Parafuso, n. 49, p. 18	122
Figura 10 - Propaganda n'O Parafuso, n. 47, p. 2	124
Figura 11 & 12 - Fachadas das casas lotéricas n'O Pirralho, n. 144	127
Figura 13 - Fachadas das casas lotéricas n'O Pirralho, n. 146	129
Figura 14 - Charge de Voltolino n'O Pirralho, n. 26, p. 10, 3 fev 1912	133
Figura 15 - Charge de Voltolino n'A Fita Moderna, O Pirralho n. 53	139
Figuras - 16 & 17 Charges de Voltolino nos números 53 e 55 d'O Pirralho	143
Figura 18 - Charge de Voltolino, assinada PAU, O Pirralho, n. 147, 1914, p. 10	157
Figura 19 - Policias entram em casa de jogo. O Pirralho, n. 142, p. 4	158
Figura 20 - Charge de Voltolino n'O Pirralho n. 148, p. 4, 27 jun 1914	158
Figura 21 - Bicheiro ameaça pedir habeas corpus. O Pirralho, n. 150, p. 3	162
Figura 22 - Bicheiros fazem fila para pedir habeas corpus. O Pirralho, n. 150, p. 5	162
Figura 23 - Fotografia do Centro Sportivo, O Pirralho, n. 192	167
Figura 24 - Charge de Voltolino n'O Pirralho, 1913, n. 108, p. 15	173
Figura 25 - Charge de Voltolino n'O Pirralho, 1913, n. 108, p. 6	174
Figura 26 - Artigo de página inteira elogioso à força policial n'O Parafuso n. 49	181
Figura 27 - Charge de Voltolino n'O Parafuso, n. 51, p. 10, 9 jun. 1917	183
Figura 28 - O Parafuso, São Paulo, ano. I, n. 52, p. 12, 16 jun. 1917	185
Figura 29 - Charge de Voltolino n'O Parafuso n. 51, p. 9.	188
Figura 30 — Anúncio d'O Commercio, n. 3108 de 1902.	226
Figura 31 - Propagandas de livros no Correio Paulistano de 1910.	227

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO, ou A HYDRA</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>1. SÃO PAULO, A NOVA MONTE-CARLO</b>	<b>40</b>
1. 1. A imprensa desta capital	48
1. 2. Os dias nos frontões e as noites nos boliches	64
<b>2. AHI VEM O BICHO COM TODAS AS SUAS PROMESSAS DE FORTUNA RÁPIDA</b>	<b>80</b>
2. 1. De acobertado e cheio de resguardas a franco e escandaloso	86
2. 2. O jogo fidalgo nos clubs da elite e as minas de ouro no Triângulo	105
2. 3. A Fita Moderna	132
<b>3. PARA UNS PÃO, PARA OUTROS PÃO, ou AS CAMPANHAS</b>	<b>148</b>
3. 1. Limpeza pública	154
3. 2. A polícia fazia-se socia dos bicheiros	169
<b>4. OS DESOCCUPADOS, OS GATUNOS E NOSSO FUNDO SUPERSTICIOSO</b>	<b>192</b>
4. 1. Desocupados, viciosos, vagabundos: os jogadores do bicho	201
4. 2. O fundo supersticioso que temos	217
4. 3. Gatunos, Piratas e Especuladores: agenciadores e banqueiros	231
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>243</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>248</b>
<b>FONTES HISTORIOGRÁFICAS</b>	<b>256</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>257</b>

## APRESENTAÇÃO, ou A HYDRA

Se a Hydra de Lerna era considerada invencível, porque tinha 7 cabeças, que diremos do bicho, que tem 25?<sup>2</sup>

Nas mitologias grega e romana, a famélica Hidra de Lerna representa uma das provações de Hércules, ou Héracles, filho de Zeus com a mortal Alcmena. A Hidra, odiosa criatura, filha de Tifão e Equidna (ou Víbora), era uma serpente de muitas cabeças (sete ou nove) capazes de se regenerar ou multiplicar, uma delas imortal.

Ela pariu outro incombátível prodígio nem par a homens mortais nem a Deuses imortais numa gruta cava: divina Víbora de ânimo cruel, seminiña de olhos vivos e belas faces e prodigiosa semi-serpente terrível e enorme, cambiante carnívoro sob covil na divina terra. Aí sua gruta lá embaixo está sob côncava pedra longe dos Deuses imortais e dos homens mortais, aí lhe deram os Deuses habitar ínclito palácio. Em Árimos sob o chão reteve-se a lúgubre Víbora ninfa imortal e sem velhice para sempre. É fama que com ela Tífon uniu-se em amor, terrível soberbo sem lei com a virgem de olhos vivos. Ela fecundada pariu crias de ânimo cruel. Gerou primeiro Ortro, cão de Gerioneu. Depois pariu o incombátível e não nomeável Cérbero carnívoro, cão de brônzea voz do Hades, de cinquenta cabeças, impudente e cruel. A seguir gerou Hidra, sábia do que é funesto, e em Lerna nutriu-a a Deusa de alvos braços Hera por imenso rancor contra a força de Héracles; matou-a o filho de Zeus com não piedoso bronze, Héracles Anfitrionida, com o dileto de Ares Iolau, por desígnios de Atena apresadora.<sup>3</sup>

Entre os dez trabalhos<sup>4</sup> que redimiriam Hércules do assassinato da mulher e dos filhos, o desafio à Hidra teria sido o segundo, não fosse pela ajuda de Iolau, seu sobrinho e ajudante. Ao notar que as cabeças do bicho mitológico voltavam, Hércules pediu que Iolau

<sup>2</sup> O IMMORTAL. *O Parafuso*, São Paulo, ano III, n. 50. p. 7. 2 jun. 1917.

<sup>3</sup> HERÓDOTO. *Teogonia*. São Paulo: Iluminuras. 1992, p. 123

<sup>4</sup> Originalmente, Hércules deveria realizar apenas dez trabalhos como expiação por seus atos. Contudo, ao término de suas tarefas, o segundo trabalho, matar a Hidra de Lerna, e o quinto, a limpeza dos estábulos de Áugias, não foram aceitos, pois ele obteve ajuda ou teve a intenção de receber pagamento pelo trabalho. Assim, foi-lhe imposto que realizasse outros dois trabalhos adicionais.

colocasse fogo na mata próxima do local da batalha. Com os tições, Iolau cicatrizaria cada corte feito pelo herói, impedindo que novas cabeças brotassem da ferida. Finalmente, Hércules chegou à última e imortal cabeça, que, decepada, foi colocada em um buraco profundo e tapado com gigantesca rocha, não permitindo assim que a víbora se regenerasse. No fim, a derrota da Hidra não foi contabilizada entre os dez trabalhos originais, que deveriam ser desempenhados somente pelo herói.

A narração do segundo trabalho hercúleo ilustra uma das muitas comparações criativas usadas pela imprensa paulista para ilustrar o desafio de erradicar o jogo do bicho. A rápida recapitulação do mito nos oferece, ainda, algumas interpretações quando colocada no contexto do jogo. Assim como a hidra mitológica, o jogo, uma vez gerado de pai “terrível soberbo sem lei”, não seria jamais extinto, mas enterrado, mesmo que em buraco não tão fundo. Hoje encoberto, não por gigantesca rocha cujo peso negaria a revelação do conteúdo a qualquer mortal, mas por fino véu, deliberadamente alçado sobre os olhos dos não iniciados. O mundo do jogo do bicho, ensimesmado, repleto de seus próprios significados, símbolos e gírias, parece dificultar a participação de leigos, mesmo de maneira satélite. Talvez por ser uma prática no limiar do permitido e do ilegal, os que veem de fora esse submundo não conseguem entrar com facilidade. A faceta que vemos na imprensa do início do século XX, contudo, é outra: portas duplas, abertas ao centro de São Paulo, com casas de jogo e apostas convidativas, prontas para receber todos aqueles que desejavam fazer sua *fezinha*.

Semelhante à hidra, o jogo do bicho tem em seu cerne algo de mágico, desencadeando fantasias até na mais cética das pessoas. Nas crônicas e artigos das revistas paulistanas no início do século XX, a prática chama atenção, não por se fazer pauta perene, mas por deixar notar, por uma fresta mal vedada, um cotidiano que aqueles que queriam uma São Paulo modernizada, melhorada e europeia não desejam para si. Jogar no bicho era algo ambíguo, democrático e mesmo doméstico, quase familiar. O jogo permitia uma quebra de hierarquia e, ao penetrar uma cidade que se moldava segundo o oposto dessa quebra, se extravia da rota de normatização proposta<sup>5</sup>. Facilmente assimilável, o jogo do bicho é acessível, não requer peça ou parte, pede apenas que o jogador escolha um bicho usando sua

---

<sup>5</sup> BENATTE, Antonio Paulo. *Dos Jogos que Especulam com o Acaso*, Contribuição à história do “jogo de azar” no Brasil (1890-1950). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia da Universidade de Campinas. Campinas, 2002, p. 4.

capacidade verbal e contando, no máximo, com a imaginação e o acaso, alimentados, inclusive, pelo cotidiano do jogador na cidade. Os palpites estão por toda parte, desde as placas dos bondes, carroças e táxis<sup>6</sup> que circulam pela cidade modernizada, ao número de passos religiosamente contados entre um ponto e outro. Na esperança de extrair daí uma indicação qualquer para o sorteio, o palpite é quase rumor, fofoca, as pessoas querem saber com o que umas e outras sonharam<sup>7</sup>.

A todo tempo contraditório, contudo, ao mesmo tempo em que o jogo do bicho é tido como prática simples, sem prerrogativas de equipamentos ou conhecimento de regras que gerenciam o jogo, ele foi se sofisticando onde podia, nos palpites. Nas revistas e jornais da época, encontram-se com certa facilidade anúncios sobre livros com métodos infalíveis para ganhar no bicho, almanaques repletos de interpretações de sonhos, explicações sobre acontecimentos diários capazes de gerar um palpite e até contava-se com agenciadores e bicheiros que desempenhavam esse papel, verdadeiros palpiteiros profissionais que “preparavam os espíritos do jogador”<sup>8</sup>. Uns chegavam mesmo a rezar para Santo Onofre, padroeiro da fortuna<sup>9</sup>. Passados adiante, de ouvido em ouvido, de mão em mão, os palpites estão imbricados na cidade, como Deus, onipresentes. Como, então, perseguir uma prática que se alimenta de tantos deles?

Ainda que aparentemente tão contraditório e improvável, o jogo do bicho nasceu filho da Primeira República (1889-1930). Assim ele se fez moderno, capitalista e urbano. Usou, em sua segunda fase, a institucionalidade das loterias estaduais e nacionais para obter os números referentes aos animais vencedores. O bicho, mesmo filho da modernização urbana, assim como a moda e outras tantas novidades acatadas, é diferente das novas vestimentas, meios de transporte e espaços repletos de novas sociabilidades, verdadeira febre nos centros urbanos que se queriam modernos. O jogo se faz mais perigoso. Logo equiparado,

---

<sup>6</sup> ver, por exemplo, DESVENTURAS EXTRAORDINARIAS de um policia amador. O Rapto do Presidente. *O Pirralho*, São Paulo, ano II, n. 55, 24 ago. 1912, p. 24. Ou o conto de Machado de Assis, *O Jogo do Bicho*, em que Camilo, ao presenciar um acidente de um carro que ia de encontro a um menino, reparou bem no número do carro, cuja terminação correspondia ao carneiro.

<sup>7</sup> Em suas memórias, Zélia Gattai conta que Dona Vicenza, curandeira do bairro e moradora da Haddock Lobo, sempre a interpelava sobre seus sonhos, de maneira a produzir um palpite para o jogo. (GATTAI, Zélia. *Anarquistas Graças a Deus*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. p. 62-65).

<sup>8</sup> ENTREVISTA CURIOSA, *O Commercio de Sao Paulo*, ano XVI, 9 nov 1909, n. 1201, p. 2.

<sup>9</sup> NETTO, Coelho. Mala do Rio 23 de Março. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLI, n. 11516, 25 mar. 1895. p. 1

não à febre de novos artigos e práticas coqueluche, mas à hidra famélica, ao cancro e ao vício. Os momentos de tensão, que transparecem nos jornais e revistas de grande circulação, são vestígios ricos para explorar as diversas campanhas engendradas contra o jogo. Os cidadãos do início do século passado, tendo eles mesmos originado esse mundo, vivido seu começo e aparente derrocada, assistiram ao contínuo retorno da hidra, com sua cabeça imortal mal enterrada.

## INTRODUÇÃO

Quem foi o inventor dos jogos dos bichos? Como em todos os grandes inventos, são legião os que lhe reclamam a paternidade, e não faltam já os que lhe atribuem uma origem chinesa, uma origem immemorial, tão pouco plausível lhes parece ter sido aquilo a obra de um só cérebro. É a *Illiada* do vício.<sup>10</sup>

...maldicto jogo que um nefasto *barão* da monarchia inventou num dia de lazer.<sup>11</sup>

Este trabalho pretende refletir sobre o discurso humorístico e moralizante da imprensa diária e ilustrada, entre fins do século XIX e início do século XX, acerca dos jogos de azar, com foco no jogo do bicho, sendo este um *produto* da modernidade e não um *refúgio* dela. O discurso da imprensa, fonte primordial no lidar com o quotidiano da cidade em processo de modernização, indica implicações sociais dos jogos de azar, dos chamados *vícios* e suas correlações com visões sobre renitência da vida improdutiva, excessos dissipativos ou uma busca por mudança de vida. O paralelo traçado entre o vício no jogo e o parco trabalho permeia, durante todo o período, as diferentes colunas e campanhas contra o jogo, fosse ele qual fosse. Assim, fica evidente que na loteria, nas apostas em pules<sup>12</sup> em distintas modalidades esportivas, na roleta e afins, a principal meta de apostadores, banqueiros e *bookmakers* era ganhar dinheiro. Contudo, o jogo, em si, não cria nenhuma riqueza, nenhum valor – “há deslocação de propriedade, mas não produz bens”. Nisso ele diferencia-se do trabalho ou da arte, “no fim do lance pode e deve voltar ao ponto de partida, sem que nada de novo tenha surgido: nem colheitas, nem objetos manufaturados, nem obra-prima, nem capital acrescido”. A deslocação afeta unicamente os próprios jogadores e unicamente na medida em que eles aceitam, por meio de decisões livres, a eventualidade de uma transferência<sup>13</sup>. “O jogo

<sup>10</sup> DO RIO DE JANEIRO (pelo Correio). *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 7 jul. 1896, n. 1003, p. 1.

<sup>11</sup> ULTIMA HORA, *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 149, 4 jul. 1914. p. 4.

<sup>12</sup> sf. 1. Bras. Bilhete de apostas, no turfe: “Jogou uma pule no número cinco”. 2. A cotação de um cavalo, conforme suas chances de vitória numa corrida: “Era um cavalo de pule alta”. 3. Prêmio da aposta num cavalo, definido a partir de sua cotação; RATEIO: “Acertou uma pule de 50 reais” (AULETE Digital).

<sup>13</sup> Caillois postula que a improdutividade (4) é característica de todos os tipos de jogos, infantis, de destreza, azar ou imaginação. A essa, são somadas outras cinco: o jogo é uma atividade livre (1), delimitada (2), incerta (3), regulamentada (5) e fictícia (6). CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990, p. 23-30.

é ocasião de gasto total: de tempo, de energia, de engenho, de destreza e muitas vezes de dinheiro, para compra de acessórios ou para eventualmente pagar o aluguel do local”<sup>14</sup>. Diferente do pugilista, corredor ou xadrezista, que põem tudo em ação para ganhar, o jogador de uma aposta, loteria, roleta ou bacará, não faz nada: aguarda simplesmente a decisão do acaso<sup>15</sup>. Como defender, em plena modernização da cidade de São Paulo, regida por conceitos racionais altamente ligados ao trabalho, à educação e à moralização, algo que, a rigor, se mostra economicamente improdutivo, apesar de se apresentar em forma de jogo a dinheiro.

Historicamente, no início, alguns esportes eram acompanhados de apostas, elas estavam presentes em várias modalidades. As apostas em dinheiro teriam de fato estimulado o aparecimento dos esportes modernos na Europa uma vez que impunham como pré-condição o equilíbrio entre as forças oponentes — esse é, inclusive, um dos paralelos traçados entre as disputas esportivas e os jogos de azar. Em outras palavras, ambos partem do princípio de equidade: sem regras isonômicas não se pode apostar, nem ter um jogo honesto<sup>16</sup>. O valor monetário posto em risco traduzia a crença, ilusória, de poder identificar as qualidades do animal, atleta ou equipe vencedora, bem como o desejo de demonstrar conhecimentos técnicos sobre a competição<sup>17</sup> qualquer modalidade que fosse. No limiar do século XX, em que novas práticas esportivas começavam a surgir nas cidades que se queriam modernas e europeias, “O jogo não era visto como desperdício, nem como uma fonte regular de renda, e sim como uma forma de participação no estilo de vida moderna”<sup>18</sup>. As características esportivas e de espetáculo das corridas praticadas nos hipódromos, frontões e velódromos<sup>19</sup>

atuaram durante vários anos como argumentos úteis para a descaracterização de suas atividades como exploração de jogos de azar. O apelo às características esportivas foi utilizado com competência pelos empresários dos frontões em defesa do seu funcionamento legalizado e, nos diferentes

---

<sup>14</sup> CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990, p. 25.

<sup>15</sup> CAILLOIS, *op. cit.*, p. 32.

<sup>16</sup> CAILLOIS, *op. cit.*, p. 96.

<sup>17</sup> GAMBETA, Wilson Roberto. *A bola rolou. O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol. 1895-1916*. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013. p. 52.

<sup>18</sup> GAMBETA, *op. cit.*, 2013, p. 52

<sup>19</sup> Os frontões, velódromos e boliches eram espécies de mini ginásios compostos de pistas especiais para corridas a pé, espaços com areia, quadras para a prática da péla e do boliche, entre outros esportes. Essas instalações eram equipadas também com arquibancadas e áreas reservadas (camarotes) para a clientela mais “importante”.

momentos de suas divergências com a polícia e com o executivo municipal, constituiu um instrumento precioso para a garantia de suas atividades<sup>20</sup>.

As loterias, entretanto, não estariam resguardadas pela mesma lógica das pules das corridas de cavalos, corridas a pé ou de bicicleta, péla e tantos outros esportes que despontavam nas cidades modernizadas. Nesses, o apostador levaria em consideração, entre outros fatores, o equilíbrio entre os competidores e o conjunto esportista/equipamento. No caso do turfe e do jóquei, eram avaliados o cavalo e a capacidade do se bancar treinamentos e instalações, além da procedência do animal, embora a checagem de raça e genealogia não fosse estruturada como hoje. As qualidades e destrezas do jóquei e do cavalo eram demonstradas na competição. Também é fato que os páreos eram colocados à disposição do público dias antes da competição em formato de notas e anúncios nos jornais diários. Assim, os jogadores podiam se informar e tomar decisões no momento de fazer suas apostas, comparando competidores, inquirindo conhecidos versados no assunto sobre qualidades e pontos fracos de cada um e quem sabe até visitando um dos hipódromos particulares onde certamente estariam treinando cavalo e jóquei? Dizer, contudo, que o jogo de apostas nas pules do hipódromo não era de azar seria dizer que os apostadores tinham *expertise* suficiente para tomar decisões informadas sobre o resultado, fazendo das apostas um *sport* de fato ou uma maneira de interagir com a competição, e não simples jogatina, em um momento em que o esporte havia recém chegado ao país.

Em meio a todas essas contradições, propõe-se uma divisão dos tipos de jogos “em quatro rubricas principais, conforme predomine, nos jogos considerados, o papel da competição [*agôn*], da sorte [*alea*], do simulacro [*mimicry*] ou da vertigem [*ilinx*]”. Interessa explorar os jogos de sorte — *alea*—, como roletas e loterias. Essas são práticas cujo resultado não depende, absolutamente, da participação do jogador, “e em que, conseqüentemente, se trata mais de vencer o destino do que um adversário. [...] o destino é o único artífice da vitória e esta, em caso de rivalidade, significa apenas que o vencedor foi mais bafejado pela sorte do que o vencido”<sup>21</sup>.

A *alea* assinala e revela a benevolência do destino. O jogador, face a ele, é inteiramente passivo, não faz uso das suas qualidades ou disposições, dos seus recursos de habilidade, de força e de inteligência. Limita-se a aguardar,

<sup>20</sup> MELLO, Marcelo Pereira de. *A Criminalização dos Jogos de Azar: A História Social dos Jogos de Azar no Rio de Janeiro (1808-1946)*. Curitiba: Juruá, 2017. p. 59

<sup>21</sup> CAILLOIS, *op. cit.*, p. 36-37.

expectante e receoso, as imposições da sorte. Arrisca uma aposta. A justiça — sempre buscada, mas desta vez sob forma diferente, e tendendo a manifestar-se, também neste caso, em condições ideais — compensá-lo-á proporcionalmente ao seu risco, com uma rigorosa precisão. Todo o cuidado posto ainda há pouco para igualar as oportunidades dos concorrentes é aqui empregue para equilibrar escrupulosamente o risco e o lucro<sup>22</sup>.

Assim, a *alea* nega aquilo que a modernidade e a modernização de São Paulo tinha como mais caro, ela “nega o trabalho, a paciência, a habilidade e a qualificação; elimina o valor profissional, a regularidade, o treino”. Igualmente contrário aos valores de então, os jogos de azar proporcionam “ao jogador com sorte muitíssimo mais do que ele poderia encontrar numa vida de trabalho, disciplina e fadiga”. Fica subentendida a possibilidade, absurda na época, de ascensão econômica e, talvez com muito esforço, ascensão social. O jogo surge “como uma insolente e soberana zombaria do mérito”<sup>23</sup>, mas também, possivelmente, uma zombaria da estratificação social, dos limites entre aqueles que poderiam usufruir das benesses que o dinheiro proporciona, dos que poderiam mesmo participar da vida modernizada.

Ao discutir os jogos de azar com foco no jogo do bicho, esse trabalho traça um perfil do jogador do bicho e de quem o financia a partir da imprensa do período. Sendo assim, a tentativa de diferenciação proposta por aqueles que bancavam os jogos tidos como *esportivos* e aqueles francamente de azar, sozinha, não se sustenta para explicar a aversão a estes. Em larga parte, a oposição traçada entre *sports* e jogos de azar centra-se na tentativa de convencer o leitor de que seus praticantes são ociosos, péssimos pais e cidadãos, tanto por meio dos artigos e notas nas seções policiais das revistas diárias quanto nas piadas, troças e humor presente nas charges e colunas das revistas ilustradas. O jogo, de forma perene e um tanto velada é parte daquilo que a imprensa indica contribuir para uma vida de excessos, junto à bebida, *mulheres de vida fácil* e uso de substâncias alucinógenas.

O jogo do bicho, apesar de expoente da modernização e na insipiência da cidade urbanizada no país, produz desalinho<sup>24</sup>, pois não se encaixa no projeto civilizatório. Para tanto, o estudo da imprensa periódica diária e ilustrada foi privilegiado, utilizando como

<sup>22</sup> CAILLOIS, *op. cit.*, p. 36-37.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

<sup>24</sup> SILVA, Rogério Souza. Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936). Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014. p. 27

fontes as revistas *O Pirralho* e *O Parafuso*. As revistas ilustradas, apesar de magistras na troça e no campo das ideias moralizantes, não evidenciaram coesão e linearidade suficientes que indicassem o caminho percorrido do jogo do bicho do Rio de Janeiro à São Paulo, bem como o embate dos espaços e personagens no ambiente da cidade. Concomitantemente, *O Pirralho* e *O Parafuso* iniciam sua publicação em 1911 e 1915, respectivamente. Assim, adicionar ao escopo do trabalho os jornais de circulação diária *Correio Paulistano* e *Commercio de São Paulo* foi necessário para retornar às últimas décadas do século XIX, permitindo identificar o ano de 1899 como o primeiro em que o jogo figura como objeto de interesse na imprensa paulistana. O que define o recorte inicial são as matérias do *Correio Paulistano* e do *Commercio de São Paulo* que versam sobre o bicho chegando na cidade de São Paulo e tomando enormes proporções no Rio de Janeiro de 1895. É nesse momento que lemos artigos n' *O Paiz*, do Rio de Janeiro, sobre como a prática estava escapando dos limites da cidade maravilhosa<sup>25</sup>, e no *Correio Paulistano*, sobre policiais à paisana que buscavam jogadores e agenciadores do bicho<sup>26</sup>.

Apesar do jogo do bicho ter surgido em 1892, e ter se tornado um problema para a municipalidade carioca em meados de 1895, foi proveitoso apontar a prática de outros jogos de azar já mapeados, discutidos e rechaçados pela imprensa paulista no início de 1890. O discurso da imprensa parece ter se tornado mais veemente quando o bicho, literalmente, entra na jogada, mas, em linhas gerais, é muito similar, por exemplo, ao discurso referente aos jogos de péla e roleta, que o precedem. Como término temporal, foi eleito o ano de 1920. Findas as primeiras décadas do século, São Paulo entra de fato no apogeu de sua modernização, tão bem ilustrada por diversos outros historiadores. Junto a isso, é preciso considerar o fato de que *O Pirralho* publica sua última edição em 1918, mesmo ano em que *Parafuso* termina sua, por assim dizer, primeira fase<sup>27</sup>.

Além de fornecer uma abordagem e um volume importante de material, as revistas e os jornais diários foram eleitos como fonte por razões práticas: fácil acesso a parte do corpus que está digitalizado e disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

---

<sup>25</sup> CAÇA aos bicheiros. *O Paiz*, Rio de Janeiro. 26 ago. 1899, ano XV, n. 5438. p. 2.

<sup>26</sup> C. P. De Sete em Sete Dias. *Correio Paulistano*. 5 fev. 1899, ano XLVI, n. 12738, p. 1

<sup>27</sup> *O Parafuso* circulou semanalmente até meados de 1916, quando seu diretor, Baby de Andrade, se exila para evitar prisão, voltando a circular entre 1917 e 1922.

Também compete o fato de serem publicações de sucesso do período, de grande tiragem e vendagem<sup>28</sup>.

Em termos de espacialidade, foi eleita a capital paulistana, e, mais precisamente, o centro da cidade, então em processo de modernização. Era nesse local que o jogo parecia incomodar mais os autores da imprensa de variedades. Nas páginas das revistas ilustradas, as portas e fachadas de lojas do centro alardeavam a venda de bilhetes de maneira mais frequente, tornando-se, conseqüentemente, o local em que a prática mais incomodava, ou deleitava, os homens da imprensa. É a partir das *chronicas* e artigos encontrados nas revistas ilustradas e jornais do período que se pode afirmar que esses homens, assim como aconteceria com grande parte do universo do jogo, pareciam estar em conflito. Mais uma vez no limiar do permitido e do ilegal, do bem vindo e do rechaçado, marcas tão fortes da modernização de São Paulo. Os limites eram tênues e a imprensa contribuía para isso. Às vezes os próprios *chronistas* participavam de mesas de roleta e jogos de carteados e, tendo perdido, passavam a vociferar contra a prática dos mesmos. Em outros momentos, as práticas dos jogos de azar eram bem-vindas se estivessem se prestando, por exemplo, à caridade, em prol de uma igreja ou entidade.

No que compete à originalidade, aponta-se para o fato de que a maioria dos trabalhos se limitam à cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, essa ausência não deve ser entendida, necessariamente, como um ponto negativo, apenas pouco abrangente. O Rio pode contar como vitória sobre São Paulo ao menos o fato de ter sido o berço do jogo do bicho.

Desde sua primeira extração, datada de julho de 1892, o bicho era não só moderno, como capitalista e urbano. Em pouco tempo, o divertimento alastrou-se pela então capital federal, primeiro, como uma prática difusa de legalidade questionável, transformando-se, em seguida, em característica fundamental da paisagem cultural da cidade, adentrando todos os lugares, até mesmo aqueles que se esmeravam em criticá-lo. A historiografia do jogo do bicho, apesar de essencialmente local, sugere um processo mais amplo que deu forma às cidades modernas ocidentais no despertar do século XX<sup>29</sup>. No Brasil o jogo tanto imitou

<sup>28</sup> A tiragem d'*O Pirralho* variou de doze a vinte e cinco mil exemplares, cifras indicadas pela própria publicação no número vigésimo e a d'*O Parafuso vem* anunciada já no primeiro volume, três mil exemplares, tendo, posteriormente, variado entre 10.000 e 30.000 exemplares segundo CRUZ, 1997, p. 190.

<sup>29</sup> CHAZKEL, Amy. *Leis da Sorte*. O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 21-22.

quanto sintetizou as ideias e práticas da sociedade modernizada, tirando proveito da volatilidade do dinheiro, ao mesmo tempo que contornava a necessidade do trabalho produtivo. Apostar nos jogos de azar tornou-se extraordinariamente popular justamente no momento em que a urbanização e o capitalismo de consumo começavam a firmar suas bases.

De início, o jogo do bicho se estabelece no Rio de Janeiro em 1892 como uma estratégia de incentivo financeiro do Jardim Zoológico, recém-aberto ao público em 1888 por seu proprietário, o Barão de Drummond. Foi lançado como uma rifa a que tinha direito cada frequentador na compra do ingresso. No entanto, não se sabe ao certo como a ideia de uma loteria ilegal chamada jogo do bicho progrediu no Brasil<sup>30</sup>. Muitos optam pela versão de que foi uma modificação do jogo trazido por Manoel Ismael Zevada, gerente da empresa do Jardim Zoológico e auxiliar do barão<sup>31</sup>. Zevada “‘bancava’ num sobrado da Rua do Ouvidor o ‘Jogo-das-Flores’, trazido de sua terra, que podia ser adaptado aos ‘bichos’”<sup>32</sup>. A lista contava com vinte e cinco flores, dentre elas o Amor-Perfeito, Beijo-de-Frade, Dália, Jasmim, Lírio, Margarida, Perpétua, Tulipa e Zínia. Apesar da exaltação da flora, o jogo parece não ter encantado o público. Há quem diga que essa primeira iteração teria contado com a tolerância da administração de Floriano Peixoto, “cujo esforço em estabelecer um governo austero e enérgico via nos jogos um ‘auxílio’ para uma administração voltada para a ordem pública. Segundo ele, ‘enquanto se jogava, não se conspirava’”<sup>33</sup>.

O sucesso da loteria só viria mesmo com sua adaptação de flores para animais. A idéia foi discutida pelos dois e colocada em execução: foram pintados 25 quadros e cada quadro com um bicho, numerado a partir de 1. Bem cedinho, antes de abrir o Zoológico, o Barão escolhia um quadro e colocava-o em uma caixa que ficava à entrada do Jardim. Em cada ingresso havia desenhada a figura de um bicho dos vinte e cinco. Às 15:00 horas, a caixa era aberta, e aqueles que tivessem, no ingresso, o bicho sorteado, eram os ganhadores.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> A história mais rigorosa do jogo do bicho é a de MAGALHÃES, Felipe. *Ganhou Leva! O Jogo do Bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; ver também DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. *Águas, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

<sup>31</sup> Magalhães (2011, p. 20) coloca-o como gerente, presente em 3 de julho de 1892, quando da inauguração do jogo do bicho.

<sup>32</sup> CARRADORE, Hugo Pedro. *Folclore do Jogo do Bicho*. Piracicaba, SP: Edição da Tribuna Piracicabana, 1979, p. 16. Sobre o assunto, ver também: DAMATTA, SOÁREZ, *op. cit.* 1999, p. 67. Há, também, nota do jornal *O Tempo* da sua edição de número 403, de 3 de julho de 1892: “O Sr. M. I. Zevada, é o gerente da empresa e concededor de vários estabelecimentos europeus e americanos idênticos ao Jardim Zoológico, dá esperanças de engrandecer aquela instituição de mérito nacional.”

<sup>33</sup> HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte. O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed. 1993. p. 62.

<sup>34</sup> CARRADORE, *op. cit.*, p. 19.

A lista dos vinte e cinco animais, forjada nos moldes das flores, permanece tal como conhecemos hoje<sup>35</sup>:

1 = Avestruz	6 = Cabra	11 = Cavalo	16 = Leão	21 = Touro
2 = Águia	7 = Carneiro	12 = Elefante	17 = Macaco	22 = Tigre
3 = Burro	8 = Camelo	13 = Galo	18 = Porco	23 = Urso
4 = Borboleta	9 = Cobra	14 = Gato	19 = Pavão	24 = Veado
5 = Cachorro	10 = Coelho	15 = Jacaré	20 = Peru	25 = Vaca

No começo, cada um dos bilhetes que garantia a entrada no Jardim Zoológico vinha grafado com um dos animais que os frequentadores poderiam encontrar portões adentro. A compra do ingresso, no valor de mil réis (1\$000), garantia a participação em um sorteio cujo prêmio era de vinte mil réis (20\$000). As regras vinham claramente grafadas no próprio bilhete, “esta entrada dá ao portador o direito de um prêmio 20 vezes o valor do mesmo, se tocar um animal premiado”<sup>36</sup>. Bastava que o felizardo esperasse até o final do dia, quando o proprietário do Jardim Zoológico fizesse descer de um longo poste de cerca de três metros de altura, próximo do portão de entrada, uma caixa de madeira. Ali estava escondida a gravura de um dos vinte e cinco animais. Na primeira extração, em julho de 1892, vinte e três sortudos foram agraciados com o prêmio prometido. O palpite ganhador havia sido o avestruz<sup>37</sup>.

João Batista Vianna Drummond foi uma das grandes figuras do segundo império. Homem atirado de imaginação, industrial, era sócio do Visconde de

<sup>35</sup> Os números associados a cada bicho só surgem após 1895. Quando o jogo já não podia mais contar com a rifa do Zoológico, o resultado da loteria lícita do Distrito Federal passou a determinar o número e, por conseguinte, seu congênere animal vencedor. Sendo assim, cada uma das 25 criaturas foi associada um “grupo” de quatro membros representando os dois últimos dígitos (dezena) do número do primeiro prêmio na loteria legal. Por exemplo, aqueles que apostavam no avestruz, número 1, estavam apostando que os dois últimos dígitos do número vencedor na loteria seria 01, 02, 03 ou 04. Alternativamente, poderia-se apostar nos três últimos dígitos (centena) do número vencedor na loteria (lícita) ou em uma das outras muitas variações.

<sup>36</sup> DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. *Águas, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 69-70.

<sup>37</sup> MAGALHÃES, Felipe. *Ganhou Leva! O Jogo do Bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 19-20.

Mauá. [...] Foi esse mineiro de Itabira-do-Mato-Dentro o fundador do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e o criador do Jogo-do-Bicho<sup>38</sup>.

A relação entre Drummond e o Barão de Mauá — mais tarde visconde — tem início quando ambos formaram uma sociedade de investimentos para adquirir larga participação no sistema ferroviário do Rio de Janeiro, recentemente privatizado<sup>39</sup>. Munido de crédito, Drummond se envolve em um novo tipo de especulação: a compra de terrenos nos arrabaldes e o desenvolvimento imobiliário. Em 1872, ele adquiriu terras localizadas na encosta da serra do Engenho Novo. O terreno “havia sido desmembrado da Fazenda do Macaco, de propriedade de Sua Majestade a Imperatriz Duquesa de Bragança, que a recebera como dote ao casar-se com D. Pedro I”<sup>40</sup>. Trata-se da incipiência da história do Zoo, cujo palco é justamente essa vasta área posteriormente batizada de Vila Isabel<sup>41</sup>, o primeiro bairro residencial urbano planejado do Rio de Janeiro<sup>42</sup>. O Zoológico serviria como chamariz para novos moradores e turistas, além, é claro, do trunfo de Drummond: o novo divertimento representaria um elemento da modernidade.

Figura esperta, Drummond foi responsável não só pela criação da única companhia de *bonds* cuja linha alimentaria Vila Isabel como também fundaria, apenas um ano após a aquisição das terras, a Companhia Arquitetônica, cuja finalidade única era urbanizar e lotear o novo bairro<sup>43</sup>. Com o auxílio do engenheiro Bittencourt da Silva, Drummond planejava um espaço residencial que se opunha à concepção arquitetônica portuguesa tradicional — na qual as ruas deveriam ser estreitas para que os sobrados que as ladeassem fornecessem sombra —, optando, ao contrário, por traçar ruas largas de linhas regulares e ângulos retos coroados com amplo bulevar, reminescente daqueles recém construídos nas capitais europeias que passavam por um processo de modernização e embelezamento. Até mesmo o berço em que nascia o jogo era moderno. A nova zona residencial seria dotada de amplas avenidas, pontos de encontro, ócio e sociabilidades. Os primeiros lotes vão a leilão já em 1874.

<sup>38</sup> CARRADORE, *op. cit.*, p. 15.

<sup>39</sup> CHAZKEL, *op. cit.* p. 53.

<sup>40</sup> DAMATTA; e SOÁREZ, *op. cit.*, p. 60.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 53.

<sup>43</sup> A Companhia Arquitetônica é por ele fundada em 1873, um ano após a aquisição dos terrenos da Vila Isabel (DAMATTA, SOÁREZ. *op. cit.*, 1999, p. 61). Ver também MAGALHÃES, *op. cit.*, 2011. p. 23.

Passados dez anos, e com alguns terrenos provavelmente vendidos, Drummond submete uma petição para a abertura de um jardim zoológico na região, segundo ele, em carta à Câmara Municipal, “há muito reclamado como necessidade à capital do Império”. Seus argumentos principais com lastro na *modernização, embelezamento e educação* encheram os olhos dos dirigentes da época, tanto que todo o trâmite, desde o envio da petição inicial com as exigências de Drummond até a assinatura do acordo entre ele e a Câmara Municipal, durou menos de duas semanas. Firmado o acordo, Drummond fica estabelecido como benfeitor máximo, prestes a presentear a cidade do Rio de Janeiro com exposição de animais domésticos e exóticos para apreciação e instrução do carioca.

Em 6 de janeiro de 1888, é aberto, em caráter provisório, o Jardim Zoológico, com sua inauguração oficial marcada para julho do mesmo ano<sup>44</sup>. Poucas semanas depois, tendo se dado conta dos elevados custos de manutenção do Zoológico<sup>45</sup>, em 14 de agosto de 1888, Drummond envia novo documento à Câmara que, no lugar de pedir subsídios ou ajuda, oferece solução para obtenção de recursos sem qualquer ônus aos cofres públicos:

Existem atualmente nesta cidade vários prados de corrida, nos quais o movimento de aposta sobe a milhares de contos de réis anualmente, revertendo dez por cento da renda bruta para as sociedades. Não seria possível estabelecer que, desses dez por cento, um ou dois por cento fossem destinados a estabelecimentos pios ou de reconhecida utilidade pública, como Jardim Zoológico? Obter-se-ia assim não pequena quantia sem gravar-se o contribuinte, pois só o jogo, que convém reprimir, seria tributado<sup>46</sup>.

Este requerimento, assinado apenas por Drummond, permite discutir alguns pontos de interesse. Nota-se, primeiro, como o Jardim Zoológico é apresentado como estabelecimento pio e de notória utilidade para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, há uma contradição na fala de Drummond que, ao requerer recursos para o Jardim, sugere o uso de dinheiro gerado por jogos de azar, ao mesmo tempo em que defende sua repressão. Ora, como usar o dinheiro gerado por apostas para causas, segundo ele, mais economicamente nobres, se a prática geradora de renda calha ser reprimida? De qualquer forma, a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados não aceita a sugestão, mas compensa sua negativa com uma verba de dez contos de réis anuais sob a rubrica de gastos com agricultura<sup>47</sup>. Fortuito, o

<sup>44</sup> MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 29-30.

<sup>45</sup> MELLO, 1989, p. 56 *apud* DAMATTA, SOÁREZ. *op. cit.* 1999, p. 62.

<sup>46</sup> PACHECO, 1957, p. 82 *apud* DAMATTA, SOÁREZ, *op. cit.* 1999, p. 63.

<sup>47</sup> DAMATTA, SOÁREZ, *op. cit.* 1999, p. 63).

ano de 1888 traria ainda outra alegria: Drummond deixa de ser João Baptista Vianna Drummond e passa a atender por Barão de Drummond, tendo sido agraciado com o título por decreto da princesa imperial. Os bons agouros, contudo, estavam por acabar.

Com a queda do Império e o estabelecimento da Primeira República em 1889, sua sorte mudaria drasticamente. Se em 1888 Drummond havia sido homenageado tanto com o baronato quanto com o dinheiro público para sustento do Zoológico, agora, sem o subsídio do falecido império, o Zoo estava ameaçado de ser fechado<sup>48</sup>. Em nova petição enviada à Intendência Municipal, em 18 de setembro de 1890, o ex-barão manifestava pretensão de incrementar o Zoológico, que agora seria “Jardim de Aclimação não só de animais como de plantas exóticas e indígenas”. No apelo, Drummond afirmava a incapacidade de os acionistas reaverem seus investimentos, o dinheiro das entradas somado aos dez contos mal eram suficientes para sustentar os animais<sup>49</sup>. Ele agora buscava reforçar “o caráter científico da empresa que passaria a contar com uma ala de zoologia e zootécnica e ainda com um pavilhão para a exposição permanente do acervo”<sup>50</sup>. No lugar de pedir um aumento do subsídio, assim como fazem os jogadores ávidos que, no lugar de sair de uma mesa que esfriou, insistem nela, ele optou por dobrar a aposta: de maneira a realizar as melhorias intencionadas, Drummond pedia permissão para *explorar* jogos *lícitos* dentro do Jardim.

...para consecução de tamanhos benefícios públicos a diretoria recorre à ilustre Intendência Municipal da capital federal e pede:

I — Direito de estabelecer, pelo prazo do seu privilégio, jogos públicos, mediante módica contribuição, a fim de poder manter-se a empresa e grandemente desenvolver o estabelecimento Jardim Zoológico, tornando um dos melhores do mundo.

II — Estes divertimentos, como existem em outros países, sob imediata fiscalização da polícia, tornar-se-ão atrativos para o público.

III — Auxiliará o público desenvolvimento de tão útil instituição, tendo como recreio jogos que, bem fiscalizados e moralizados, resultarão proveito da comunidade sem os inconvenientes tão nefastos que acarretam, por exemplo as loterias, os jogos de corrida, onde ele é tão defraudado, e a multiplicidade de casas de tavolagem que emprestam esta cidade<sup>51</sup>.

<sup>48</sup> DAMATTA, SOÁREZ. *op. cit.* 1999, p. 63 e CHAZKEL, *op. cit.*, p. 56.

<sup>49</sup> MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 32.

<sup>50</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 67.

<sup>51</sup> AGCRJ, Jardim Zoológico, código 15-4-63, fl. 10-11 apud MAGALHÃES, *op. cit.*, 2011, p. 32.

Notam-se, não sem importância, as menções à periculosidade do jogo. Entre 1850 e 1880, o pedido de licenças para a venda das loterias legais havia suplantado aqueles das tradicionais licenças de bilhar de décadas anteriores, fazendo com que as loterias oficiais do Império, mesmo que associadas ao desenvolvimento da vida econômica, passassem a carregar fama negativa. Em 1880 aparecem os primeiros registros oficiais da Câmara de vendedores ambulantes de bilhetes lotéricos. Com seu fácil deslocamento pelo espaço urbano, eles apresentavam um estímulo constante a potenciais apostadores. Além disso, sua participação no negócio acentuou a visibilidade e a ostensibilidade da prática do jogo lotérico na sociedade.

A polêmica criada em torno dos vendedores ambulantes tornou-se mesmo matéria no *Jornal do Comércio* de 18 de novembro de 1884 a qual aludia às facilidades para se obter da Câmara licenças para os vendedores de rua. Este fato, segundo o Jornal, estaria concorrendo para que além das ruas, também, as estações das barcas, das estradas de ferro e dos bondes e os jardins públicos estivessem com um número excessivo de vendedores, inconvenientes e incômodos para a população.<sup>52</sup>

Havia, portanto, desde há muito, uma preocupação com o jogo relacionado ao espaço público; as próprias casas de bilhar já haviam sofrido retaliação quando funcionavam de maneira clandestina “em pleno ‘centro’ da cidade”<sup>53</sup>. Drummond assegura, contudo, que os jogos que estava propondo deveriam ser constantemente fiscalizados e moralizados, para que os maiores danos da prática, já conhecidos, não ocorressem<sup>54</sup>. Os jogos estariam, de alguma maneira, blindados, não atentando contra moralidade pública, já que sua finalidade era nobre: incrementar a oferta de recreações. O lucro, por sua vez, ampliaria o orçamento dedicado aos

<sup>52</sup> MELLO, 2017, *op. cit.*, p. 41.

<sup>53</sup> MELLO, 2017, *op. cit.*, p. 39.

<sup>54</sup> Os jogos de azar — carta, roleta, dados —, assim como os esportivos, teriam chegado ao Brasil junto dos portugueses em 1808, mas, em um sentido mais amplo, também junto de outras nacionalidades que mantinham relações comerciais com o Brasil (principalmente os ingleses e, posteriormente, os alemães e franceses). Naquele ano a cidade do Rio de Janeiro tinha sete estabelecimentos completos para a prática das mais variadas modalidades de jogos de salão, além de registrar 35 botequins que abrigavam esporadicamente algumas variações dos jogos mais populares de então: jogo com cartas, a víspora e o bilhar. Tudo isso num momento em que a população da cidade era de 60.000 habitantes. O mapeamento desses estabelecimentos, e tantos outros de outros gêneros, tinha como finalidade identificar as fontes de rendimento para o novo governo que se estabelecería com a chegada da família real. Assim, não havia intenção de controle e repressão dessas práticas, mas buscava-se “fazer um levantamento de atividades passíveis de regulação e arrecadação”. O hábito do jogo de azar só apareceria como problema no início da década de 1830, quando o império, agora independente, cria as primeiras Posturas Municipais da Câmara para o controle do jogo de bilhar e de víspora que “havia se tornado uma verdadeira febre na cidade”. Multiplicadas, as casas de jogo agora requeriam legislação específica que punia todas as casas de jogo públicas, bem como os jogadores, que não obtivessem licença junto à Câmara. Essa seria possivelmente a primeira legislação especificamente restritiva sobre os jogos criada no país. Sobre o assunto, ver MELLO, 2017, *op. cit.*, p. 33-39.

animais, à manutenção e a melhorias do Jardim. Por meio de preceitos morais, representativo de valores fundamentais e objetivos dignos, Drummond buscava oferecer divertimentos modernos para os cidadãos cariocas, sempre melhorados e incrementados, ofertando o que havia de mais novo no mundo animal e botânico. As instalações do moderno Jardim estavam sujeitas a constantes mudanças e acréscimos. Sem essas, o espaço logo perderia o interesse do público que poderia voltar seu tempo de ócio para outros divertimentos em franca expansão por todo o centro da cidade. Assim, uma vez protegido pelo fino véu de fonte de ganhos que permitiria melhoramentos contínuos, o jogo do bicho estaria protegido da má fama de jogo de azar — assim como as apostas em diferentes modalidades desportivas, como o turfe<sup>55</sup>.

Com a periculosidade e os excessos do jogo em pauta desde pelo menos 1830, a Câmara Municipal acata o termo que concederia “o direito de estabelecer pelo prazo de seu privilégio jogos públicos lícitos” desde que fosse feita “módica contribuição, ficando sujeitos à imediata fiscalização da polícia”<sup>56</sup>. Faz-se oportuno ressaltar que, com respeito às Posturas Municipais de 1831 e 1834, as medidas de controle dos jogos visavam, sobretudo, o disciplinamento da atividade, e não sua proibição<sup>57</sup>. Pouco tempo depois do novo contrato, o Jardim Zoológico já possuía instalações para abrigar todo tipo de jogos praticados nos frontões e boliches<sup>58</sup> e, ainda, uma nova loteria. É de se notar que a diversificação das modalidades esportivas e sua rápida introdução no país foram usados como estratégias por empresários para contornar a legislação restritiva. Quando o público perdia o interesse e iam se esgotando as chances de exploração legalizada, os empresários logo apresentavam novas opções.

A primeira extração da loteria que viria a ser conhecida como jogo do bicho aconteceu em um domingo, 3 de julho de 1892<sup>59</sup>. A reinauguração do Zoológico e seu diretor

---

<sup>55</sup> GAMBETA, *op. cit.*, p. 52.

<sup>56</sup> MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 34; e MELLO, 2017, *op. cit.*, p. 66-67.

<sup>57</sup> MELLO, 2017, *op. cit.*, p. 47.

<sup>58</sup> Há quem diga que os frontões “eram espaços destinados a competições esportivas onde as apostas eram permitidas. Nestes locais havia corridas a pé, de bicicleta e de velocípede, entre outras disputas”, (Bulgarelli Labronici, R. (2014). SORTEIO DE BICHO: UMA ANÁLISE DO LAZER PARA FORA DA LEI. *Recorde: Revista de História do Esporte*, 7(2). Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/1569>> Acesso em 26 fev. 2023). Muitas casas de apostas, mesmo as da loteria legal promovida pelo império e, posteriormente, pelo governo republicano, também recebiam esse apelido da imprensa, na maioria das vezes, de forma pejorativa.

<sup>59</sup> MAGALHÃES, *op. cit.* 2011, p. 34.

eram saudados com entusiasmo pela imprensa. Em curta nota de 6 de julho de 1892, o jornal *O Tempo* descreve o grande banquete oferecido à imprensa e a “varias pessoas da nossa melhor sociedade” no “magnifico *restaurant* que existe no Jardim”. Ao som de “uma excellente banda de musicas”, que tocava “as melhores peças do seu repertorio”, os convidados foram expostos às novas distrações:

A empresa está actualmente organizada sob grandes moldes, procurando o mais possivel distrahir o publico por todos os meios do seu alcance, organizando concertos, bailes publicos, circos de cavallinhos, espetaculos diversos, bilhares, jogos de carteados, jogo da bola e outros modos de diversão. Além disso, a empresa resolveu estabelecer um premio de 20\$ por meio de um sorteio original. Cada pessoa que entrar no Jardim receberá, por 1\$, 1 bilhete com a indicação de um animal dos 25 que existem no jardim. Em um poste de 5m de altura, numa caixa fechada, será colocado um quadro representando um dos animais e quem o tiver no bilhete receberá o prêmio<sup>60</sup>.

Mesmo que os visitantes pudessem escolher como passar o seu tempo nas dependências do Jardim, se em animados bailes públicos, com o circo de cavalinhas, ou em variados espetáculos, ou nas apostas em alguns jogos liberados para aquelas dependências, bilhar, carteados, jogo da pelota e outros<sup>61</sup>, foi a nova forma de loteria que mais rapidamente caiu no gosto do público, tornando-se verdadeira febre. “Pela avaliação dos chefes de polícia, atentos à movimentação em torno dos jogos na cidade, o funcionamento da tavolagem no zoo havia incrementado visivelmente a frequência do jardim”, as corridas a pé e o bicho atraíam enorme quantidade de pessoas<sup>62</sup>. Em pouco tempo, o transporte existente já não dava conta do número de visitantes, tendo a Companhia que acrescentar mais carros<sup>63</sup>.

Poucos dias depois da primeira extração, os que desejavam jogar no sorteio dos bichos já não precisavam se preocupar com a lotação no transporte até a Vila Isabel: os bilhetes — que ainda garantiam entrada ao jardim — já começavam a ser vendidos no centro da cidade. Apenas dez dias depois da nota que apresentava o novo divertimento, em 16 de julho de 1892, o jornal *O Tempo* anunciava: “Jardim Zoológico — prêmios diários sobre os

<sup>60</sup> JARDIM ZOOLOGICO, *O Tempo*, 6 jul 1892. ano II, n. 408, p. 1.

<sup>61</sup> MAGALHÃES, Felipe. E o Rio Não Civiliza-Se... O Jardim Zoológico e o Jogo do Bicho no Rio de Janeiro. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador. 2009. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C\\_Magalhaes.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Magalhaes.pdf)>. Acesso em: 8 mai. 2023. p. 2.

<sup>62</sup> MELLO, 2017, *op. cit.*, p. 68

<sup>63</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, 2014, p. 58.

animais 20\$ a 40:000\$ — Venda das entradas na rua do Ouvidor nº 129 e no jardim”<sup>64</sup>. A própria empresa responsável pelo jogo já ofertava a compra dos bilhetes descolada da visita ao Jardim Zoológico<sup>65</sup>. Pode-se supor que imediatamente após a transmissão da notícia do bicho vencedor, os ganhadores poderiam buscar seu prêmio — o próprio bilhete trazia dizeres que facilitavam a prática: “válido por 4 dias”. A partir deste momento o jogo alterava drasticamente sua faceta: se de início era um simples e inocente sorteio, agora transformava-se em um jogo de azar.

Nos primeiros sorteios, os visitantes chegavam ao Zoológico e compravam o bilhete que lhes garantia a entrada, mas não o faziam com o motivo principal de participar do jogo, sobretudo porque “a relação bicho-ingresso não dependia de uma escolha do comprador, mas da ordem de venda dos bilhetes”. Assim, “o papel do apostador-jogador estava subordinado ao de visitante do Zoológico, pois o fato de visitá-lo levava ao sorteio, o que, conseqüentemente, fazia do visitante um jogador residual quando adquiria os ingressos”. A possibilidade de escolher o bicho no ato da compra e, ao mesmo tempo, fazê-la longe dos portões do Zoo abre a segunda fase do jogo, na qual o papel de visitante fica subordinado ao de jogador. O público deixa de fazer a visita pelo valor educacional ou de lazer, e passa a fazê-la para tentar sorte no jogo. É essa mudança que permite caracterizar a atividade como um jogo de azar e não mais como um simples sorteio<sup>66</sup>.

Assim, na cidade que se transforma rumo à modernização, o jogo dos bichos do Zoológico somou-se a um delicado sistema que já estava em vias de explodir. As casas de *bookmakers*, agenciadoras de apostas, que faziam a venda de pules das corridas a pé ou a cavalo realizadas nos frontões e *velódromos*, com licença da prefeitura, foram aos poucos diversificando suas ofertas, passando a atuar sobre diversas modalidades de aposta com roleta,

<sup>64</sup> *O Tempo*, p. 4, 16 jul. 1892. *apud* MAGALHÃES, *op. cit.*, 2011, p. 35.

<sup>65</sup> HERSCHMANN; e LERNER, apontam que o próprio Barão de Drummond teria estabelecido “um escritório na cidade com vendedores recebendo porcentagens” (1993, p. 64), apesar de não oferecerem fonte para tanto, não é de todo improvável. CHAZKEL também chama atenção para a mesma possibilidade, dizendo que “Drummond provavelmente estabeleceu esses pontos de venda ele mesmo, para aumentar o fluxo de renda que o seu sorteio dos bichos estava produzindo”. Ou que ele estaria “estabelecendo parcerias com pessoas que estavam dirigindo operações de jogos de azar no centro da cidade” (2014, p. 59). Ainda assim, Chazkel cita os próprios Herschmann e Lerner, bem como CARRADORE (1979, p. 19). Contudo, é MAGALHÃES, (2011, p. 35), quem aponta a existência da propaganda no jornal *O Tempo* que, mesmo em conjectura, por trazer os dizeres “na rua do ouvidor n. 129 e no jardim” (grifo meu), parecem apontar para a possibilidade de estarem sendo vendidos pela própria empresa controladora da loteria.

<sup>66</sup> DAMATTA, SOÁREZ, *op. cit.* 1999, p. 71-74. MELLO, *op. cit.*, 2017, também divide o jogo nesses dois momentos.

sorteio e todo o tipo de loteria, inclusive o jogo do bicho. A falta de reserva com que essas casas passaram a admitir os jogos proibidos entre 1890 e 1895, atraindo diariamente um enorme contingente de apostadores para seus prédios estrategicamente assentados no centro urbano do Rio de Janeiro, ensejou a discussão pública sobre o controle dos jogos. Assim, em janeiro de 1895, o poder executivo municipal sancionava o Decreto Municipal 126, que proibia as rifas e loterias — ou seja, a venda de bilhetes de apostas para jogo — praticadas pelos *bookmakers* e restringia as operações de frontões e boliches aos domingos. O jogo do bicho, contudo, não cessou de existir por um minuto sequer. Ele já havia caído no gosto do público.

Para enfrentar a resiliência dos bichos, o Conselho Municipal do Rio de Janeiro anunciou o decreto 133, de 10 de abril de 1895, que autorizava o chefe do Executivo a rescindir o contrato com a empresa de Drummond, mandava “abrir inquérito policial para a imediata cessação dos jogos ilícitos [e] [...] a cobrar as indenizações a que tiver por falta de cumprimento de contrato”<sup>67</sup>. Justamente com essa proibição o bicho liberta-se de uma vez por todas dos portões do Zoológico. O sorteio estava agora na mão dos *bookmakers*, que passaram a associar o nome dos animais às terminações dos números sorteados pelas loterias oficiais<sup>68</sup>. Passada uma primeira fase mais “amadora”, na segunda metade de 1890, o jogo do bicho “já havia se convertido numa loteria autônoma, financiada (‘bancada’) não apenas pelos *bookmakers*, mas, também, por inúmeros comerciantes varejistas da cidade que aceitavam receber o dinheiro de fregueses e remunerar os prêmios por conta própria”<sup>69</sup>. Donos de pequenos negócios montaram suas próprias operações, independente de Drummond e do Zoológico. O jogo encampava parte do comércio da cidade, faceta de orgulho tremendo para os cidadãos modernos. Talvez parte do ímpeto do combate à nova prática tenha partido daí.

Na glamourosa Rua do Ouvidor as operações da loteria clandestina floresciam entre as lojas que vendiam miudezas inglesas e perfume francês. A Avenida central via explosões de iniciativas policiais antijogo invadir os

<sup>67</sup> MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 69.

<sup>68</sup> Data da década de 1840 o surgimento das loterias oficiais do Império: “As loterias da Corte e da Província foram uma criação do governo imperial, especificamente do *Thesouro Nacional*, como um meio de aumentar suas reservas e, também, para auxiliar o estabelecimento de fábricas no país. [...] Durante a década de 1850 até os anos de 1880 o negócio de loterias se expandiu enormemente [...] A princípio concedidas a cidadãos comuns — pessoa física e idônea — em pouco tempo a venda dos bilhetes do *Thesouro Nacional* se mostrou lucrativa e segura o bastante para atrair inúmeros comerciantes interessados em agregar a venda dos bilhetes às mercadorias tradicionais de seus ramos de negócio” (MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 40-41).

<sup>69</sup> MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 70.

clubes privados que supostamente abrigariam antros de jogo, forçando-os a se mudar para bairros mais distantes<sup>70</sup>.

Assim, em 1895, apenas cinco anos após o primeiro contrato firmado com o então Barão de Drummond, e três anos após a primeira extração do bicho, os jogos praticados no Zoológico já haviam se transformado em escândalo, assunto dos jornais e revistas, e motivo de preocupação das autoridades municipais. Se o decreto 133 havia, enfim, feito com que o jogo se alastrasse de vez pela cidade, também demonstrou como o Zoo foi transformado em um verdadeiro estabelecimento de apostas. Surgiu, nessa etapa, o nome de Luiz Galvez, notório empresário de frontões no Rio, como um dos principais agentes implicados na exploração dos divertimentos do Zoológico. Drummond teria arrendado as dependências do Zoo a Galvez, por meio da transferência do contrato, sem conhecimento prévio da Câmara ou da Prefeitura<sup>71</sup>. Talvez possamos atribuir à figura de Luiz Galvez, por vezes Luis, o rápido alastramento do jogo pelo centro do Rio. Junto de outras personagens — nomeadamente Paschoal Segreto ou Segredo —, Galvez foi caracterizado como “experiente empresário”, dono de dois frontões de grande sucesso no Rio, o *Brazileiro* e o *Cattete*<sup>72</sup>. Tendo arrendado o Zoo, estaria livre para expandir a exploração da loteria em seus diversos empreendimentos. Notórios empresários do mundo dos divertimentos, nas mãos de Galvez e Segredo, o jogo dos bichos estava, enfim, completamente passível de dissolução pela cidade e país.

Conclui-se que Drummond não merece todo o crédito, ou quiçá crédito algum, pela popularidade da loteria. Não apenas por dívida a Zevada ou Galvez, mas sim, devido aos impulsos empresariais de um elenco de centenas de desconhecidos que convergiram para o jogo<sup>73</sup>, buscando tirar uma lasquinha de lucro que fosse. Trata-se de uma miríade de lojistas, donos de barracas, quiosques, bares e restaurantes, barbearias e engraxates, bancas e tabacarias. São esses pequenos empresários que, bancando eles próprios sua versão do jogo — muitas vezes junto à venda lícita dos bilhetes de loteria oficial, garantindo-lhes alguma proteção frente a repressão —, permitiram que o jogo do bicho gozasse da permanência e perenidade que o trazem até os dias de hoje. Deve-se, ainda, levar em conta um fascínio

<sup>70</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 44.

<sup>71</sup> MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 70.

<sup>72</sup> MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 59. Sobre Segredo, ver MARTINS, William de Souza Nunes. *Paschoal Segreto: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883 – 1920)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2004. Dissertação de mestrado em História Social.

<sup>73</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 60.

difícil de pontuar dos próprios jogadores, maravilhados com a novidade repleta de contradições místicas e racionais tão características da modernização.

A análise da origem e das interconexões do jogo do bicho com os processos de modernização econômica e social nas cidades brasileiras é crucial. No entanto, os estudos historiográficos prévios sobre o tema, revelam que essas investigações oferecem muito mais do que uma mera contextualização. Não apenas ajudam a traçar a ascendência do bicho e suas relações com as transformações urbanas, mas também abrem portas para uma gama diversificada de ângulos de reflexão. Essas abordagens históricas preexistentes sugerem múltiplos caminhos interpretativos, enriquecendo o entendimento do fenômeno e estimulando uma reflexão mais abrangente sobre suas ramificações na tessitura social e econômica do país.

Na bibliografia disponível sobre o jogo do bicho, há uma clara predominância do Rio de Janeiro. Ainda assim, como também nos diversos outros trabalhos historiográficos, essas pesquisas são valiosas, pois apontam escolhas, prismas e riqueza também bibliográfica para outras pesquisas acerca do mesmo tema. Desses trabalhos, destaca-se a tese de Felipe Magalhães, posteriormente publicada sob o título *Ganhou, Leva! O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 - 1960)*. Magalhães também produz a história mais rigorosa e formal acerca da do início da prática, desde uma biografia da figura do Barão de Drummond até a multiplicação da prática que faz com que cariocas convivam com mais de uma centena de jogos do bicho espalhados por toda a cidade. Ao contrário de tomar as palavras do célebre memorialista Luiz Edmundo, como fizeram tantos outros textos acerca do jogo, Magalhães localiza a documentação da Câmara do Rio de Janeiro repleta de tratativas sobre o começo, e posterior embargo, do jogo do bicho. Além dos autos da correspondência entre os agentes oficiais e a abertura do Jardim Zoológico de Vila Isabel — berço do jogo —, ele também estuda periódicos ilustrados cariocas entre 1899 e 1926.

Nas publicações pesquisadas, Magalhães retoma títulos que versam única e exclusivamente sobre o jogo, bem como outros já cristalizados pela historiografia, como o *Jornal do Brasil* (1892) e a revista *O Tempo* (também de 1892). O estudo da imprensa evidencia como os jornais e revistas, com seus palpites, interpretações de sonhos e tabelas de estatísticas, ajudam a consolidar o jogo como prática essencial no também recente mercado de lazer devido, inclusive, à grande quantidade de loterias lícitas outorgadas pelo Estado e pela

Federação. Ao chegar até 1960, algumas de suas proposições fogem do escopo desta pesquisa, não obstante oferecem ainda outros caminhos para diferentes pesquisadores.

O trabalho da historiadora americana Amy Chazkel, *Leis da Sorte*. O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana (Editora da Unicamp, 2014), traça um paralelo entre as leis suntuárias<sup>74</sup> que marcaram a Europa medieval e um processo normalmente associado à história agrária: o cercamento das terras comuns. Segundo Chazkel, a “ética suntuária” promove uma regulamentação chave para compreender a governança moderna da vida pública. O cercamento, como metáfora, pretende interpretar a maneira como os habitantes do Rio de fins do século XIX e início do XX precisaram recorrer ao âmbito ilegal para, numa cidade cada vez mais privatizada, adquirir o direito legal de viver, trabalhar e comprar seus bens quotidianos no espaço público<sup>75</sup>. Por meio dos autos legais — arquivos jurídicos repletos de registros de prisão de vendedores e jogadores do bicho — produzidos à época, Chazkel examina de perto a criminalização mais ampla da vida quotidiana, bem como a repressão legal das classes populares que acompanhou a modernidade urbana.

As transformações destinadas a modernizar e sanear a cidade, acabaram por acelerar o ritmo da transformação social e político-econômica, gerando uma crescente dificuldade de subsistência autônoma. A autora discute como mudanças estruturais e ideológicas já amplamente pesquisadas, que envolveram tanto a regulamentação quanto a privatização da cidade, transformaram os cidadãos em transgressores. Elas incluíam a concessão ou venda de serviços essenciais das cidades, como iluminação, transporte e saneamento básico, e a expansão e suburbanização, que obrigava moradores — trabalhadores braçais sem os quais a elite não vive — a percorrer longas distâncias para chegar aos centros urbanizados, onde estava mais amplamente disponível o mercado de trabalho e itens de necessidade básica. Ao fim e ao cabo, para ela, a trajetória histórica do jogo do bicho ajuda a

---

<sup>74</sup> Durante séculos, a moda foi um luxo de consumo exclusivo das classes nobres, assim, o vestuário refletia a hierarquia social. Com a crescente imitação da burguesia em relação às tendências da aristocracia, a elite decidiu estabelecer regulamentos que impedissem que eles se assemelhassem. As leis suntuárias, então, passaram a proibir que as classes mais baixas se vestissem como nobres. Os estatutos proibiam, por exemplo, o uso de certos tecidos, cores e acessórios, e limitavam o uso de decorações. Sua intenção era mesmo o de regulamentação e até criminalização de certos tipos de aparência consideradas como ameaça ao status quo. Com a ruptura da Idade Média europeia, as classes dominantes passaram a se utilizar das leis para impingir valores normativos. Ao fim e ao cabo, a “ética suntuária” buscava ditar e regulamentar o consumo das classes populares. (ver CHAZKEL, *op. cit.*, p. 26-28. e VIEIRA, Thaiany Gomes. *E-Publicações UERJ*. Lei suntuária de *Valladolid* de 1258: a aparência e a moda para as mulheres, os judeus e os mouros. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/nearco/article/viewFile/58798/pdf>>. Acesso em 5 jul. 2023).

<sup>75</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 28-29.

compreender o desenvolvimento da “normatividade extralegal”, bem como a repressão policial normalizada na vida urbana cotidiana. Ou seja, verificar, o que só muito posteriormente foi entendido como mercado informal, não como idiossincrático ou marginal, mas sim como algo comum, fruto mesmo da modernização da cidade.

Chazkel considera, contudo, que a criminalização do jogo do bicho não foi

originalmente, ou jamais, realmente uma questão moral ou legal. Ao contrário, ela foi uma manifestação das ações que a burocracia estatal considerava necessárias para regulamentar o comportamento, manifestação essa que, por si mesma, se originava tanto de um desejo de aumentar a renda de impostos e de punir a polícia rebelde quanto de um medo preternatural das classes populares e de suas maneiras também populares.<sup>76</sup>

Não é pouco provável, ou mesmo impossível, que o “cercamento” de práticas populares visasse simplesmente o desaparecimento das mesmas e dos sujeitos que as adotavam. Ou que ele demonstrasse vontade do Estado, que já há muito angariava renda via loterias estatais e federativa, de acabar com a prática que estaria tirando lucros da máquina pública. Ainda assim, a partir da imprensa aqui estudada, há grandes indícios que permitem dizer, ainda que talvez somente em São Paulo, que houve grandes campanhas de moralização contra o jogo. Se elas mascaravam intuito mais maquiavélico, há que se discutir, mas o que a imprensa deixa transparecer é que homens e mulheres da elite também se deixavam levar pelos jogos de azar, bem como trabalhadores que a cidade, em franca expansão, não podia descartar. Para mais, campanhas moralizantes também servem como maneira de regulamentar o comportamento do cidadão. Em uma época em que se criavam e importavam tantas tradições e, concomitantemente, buscava-se manter uma rígida hierarquia social, não poderia haver algo tão popular, capaz de atravessar de fato todos os estratos sociais, equiparando toda uma sociedade heterogênea que tanto buscava se diferenciar, se distanciar.

Quanto a São Paulo, parece não existir um trabalho a respeito do jogo do bicho como fenômeno social, tendo a cidade como seu palco principal. Muitos, contudo, tangenciam o assunto. São menções à parte, geralmente aproximando o jogo de práticas notívagas, imorais e viciantes. Destaca-se aqui, por exemplo, o capítulo de Alzira Lobo de Arruda Campos no livro *História da Cidade de São Paulo, a cidade no império (1823-1889)* vol. 2 (Paz e Terra, 2004), organizado por Paula Porta. Campos menciona rapidamente os jogos de

---

<sup>76</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 46.

apostas, sem menção específica ao bicho, promovidos entre os espectadores de diversas competições esportivas de forma espontânea. Percorre similar caminho Wilson Gambeta, cuja tese publicada posteriormente sob o título *A Bola Rolou, O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol 1895 - 1916* (SESI-SP, 2015), dedica parte de sua pesquisa às relações entre os jogos desportivos e as apostas, com honrosa menção ao jogo do bicho.

Nesse quesito, contudo, há espaço para questionar mais a história de São Paulo, principalmente se a imprensa diária e ilustrada for tomada como ponto de partida. O jogo do bicho foi assunto que diversas vezes saltou das páginas das revistas citadas acima. Diferente do que fez Soares ao entrevistar diversos banqueiros e jogadores do bicho de Fortaleza na década de oitenta<sup>77</sup>, estão à disposição diversos exemplares das duas revistas diárias *O Pirralho* e *O Parafuso*, bem como, a um clique de distância, os diários *Correio Paulistano* e *O Commercio de São Paulo*.

As revistas ilustradas, nessa passagem de século, tem justamente a função de suporte para veiculação da imagem de um Brasil novo, isto é, a imprensa ilustrada foi construída para promover um ideário inovador e não raro, também, estar a serviço da defesa das tradições<sup>78</sup>. Ao mesmo tempo, contudo, elas são filhas do processo de transformação pelo qual passava São Paulo, tornando-as tanto produto quanto agente do moderno. Se adotarmos os conceitos de Chazkel, o cercamento metafórico e literal, principalmente nessa passagem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste, a imprensa deixa transparecer uma modernização em desalinho, dando encontrões em si mesma, contradizendo-se e esbarrando em conceitos e práticas que se tensionam a todo momento. A imprensa ilustrada, aqui estudada como fruto do projeto mais amplo de modernização da cidade de São Paulo, tem caráter capitalista. Como expoente desse período, ela constitui, generaliza, difunde e recria a hegemonia do capital, tornando-se fonte privilegiada para discutir o cotidiano de uma cidade em processo de modernização e aburguesamento. Ainda assim, essa imprensa não pode ser

---

<sup>77</sup> SOARES, Simone Simões Ferreira. *O Jogo do Bicho - a Saga de um Fato Social Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

<sup>78</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revista em Revista*. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa oficial do Estado, 2001, p. 26-27.

tida como retrato da realidade, mas sim como parte dela, participante ativa de “um movimento de troca, em que ambas influenciam e são influenciadas reciprocamente”<sup>79</sup>.

Pela via do jogo do bicho, essa espécie de passagem subterrânea que permite acesso a alguns dos problemas históricos característicos da experiência da modernização por que passava São Paulo, pode-se observar aquilo que Rogério Souza Silva, em sua tese de doutorado sobre Raul Pederneiras, identificou como uma “modernidade em desalinho”. A imprensa desse momento, principalmente na primeira tratativa acerca do jogo n’*O Pirralho*, atua à semelhança da modernidade explorada por Silva em seu estudo: “quanto mais a modernidade tentou alinhar, mais desalinho produziu”. Visto por vezes como resistência múltipla gerada nos processos de modernização da cidade, o jogo do bicho é, acima de tudo, e no que concerne este trabalho, fruto das contradições experimentadas no meio urbano.

quanto mais se tentou homogeneizar e padronizar, mais fragmentos foram produzidos. A velocidade empreendida na modernidade do final do século XIX e início do século XX evidenciava a existência de homens e mulheres lentos, que, por razões variadas, não acompanhavam esse processo. Raul, da sua maneira (pois não era uma voz solitária), mostrava aos seus leitores esse descompasso. As diferentes formas de apropriação do espaço urbano que o humorista gostava de retratar aos seus leitores expõem essa quebra de padrão de alinhamento e racionalidade.<sup>80</sup>

Muitos autores, inclusive, trabalham o jogo do bicho em fins do século XIX e início do XX como resistência cultural de uma camada da população que se queria excluída. Essa ideia pode ser questionada. O jogo do bicho é múltiplo e atinge, como mostram as fontes aqui trabalhadas de diversas maneiras, diversas camadas da população. Homens e mulheres de todas as classes socioeconômicas e origens étnicas mostravam sua aprovação simplesmente comprando e vendendo as chances de ganhar. Assim, adentra-se a ideia de que o jogo foi vencedor, uma vez que permeia nosso cotidiano até os dias de hoje.

Por meio dos trabalhos dos autores sobre o tema, entende-se que houve uma campanha ativa e de cunho moralista contra o jogo do bicho. Em fins do século XIX e início do XX, a prática em São Paulo era percebida como um problema, pois parecia estar associada à camada social considerada indesejada, independentemente da nacionalidade de seus adeptos

<sup>79</sup> PRADO, Sabrina Gottschlich do. *Imagens femininas na revista A Cigarra 1915-1930*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. p. 14 . e BRITES, Olga. *Imagens da Infância*, São Paulo e Rio de Janeiro, 1930-1950. São Paulo: Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999, p. 114.

<sup>80</sup> SILVA, *op. cit.*, 2014. p. 27

— mas com certo apreço por maldizer o imigrante e o nacional pobre. Ao mesmo tempo, contudo, o jogo com sua verve democrática se alastrava por outras camadas e espaços sociais não restritos às classes populares. Como resultado, ele passou a ser visto como inadequado para uma vida digna de um trabalhador honesto, e um cisto, contraditoriamente benigno e maléfico, na vida das elites que guiavam a modernização da cidade, já atrasada em relação às outras capitais modernizadas do país e de suas contrapartes europeias.

O primeiro capítulo, **SÃO PAULO, A NOVA MONTE-CARLO**, apresenta a cidade de São Paulo, sua expansão e urbanização — tanto por meio de obras públicas e privadas, quanto pelos fluxos migratórios e de escoamento via estradas de ferro recém-instaladas e o processo civilizatório pelo qual passava a cidade. A prática dos primeiros jogos de azar e de como eles estavam presentes na cidade, quem os praticava ou podia praticar, onde se davam e qual o papel da imprensa no que tangencia os novos divertimentos paulistanos. Entre os jogos de apostas explorados, aparecem de forma mais veemente os bilhares, locais em que se praticava, além do bilhar, jogos de carta (víspera, lasquenete, marimbo e voltarete) e jogos da bola; bem como os frontões, onde se jogava bola de *péla*, *pella* ou *pelota*, modalidade desportiva precursora do tênis. Serão esses os espaços mais discutidos na imprensa diária. Esse capítulo também explora a chegada do jogo do bicho a São Paulo, sua inclusão no panorama de divertimentos da cidade e sua imediata repressão pela imprensa.

O segundo capítulo, **AHI VEM O BICHO COM TODAS AS SUAS PROMESSAS DE FORTUNA RÁPIDA**, discute como o jogo do bicho se imbrica na tessitura da cidade de São Paulo, e como, aos poucos, vai conquistando mais e mais espaço, jogadores e investidores. Esse capítulo explora *chronicas*, notícias e artigos sobre o jogo do bicho, primeiro partindo da imprensa diária, *Correio Paulistano* e *O Commercio de São Paulo*, e abordando, em seguida, as revistas ilustradas, *O Pirralho* (1911) e *O Parafuso* (1915). Vai ficando mais evidente o tratamento diferente d’*O Pirralho* que, de modo paulatino, vai primeiro fazendo troça, zombando da prática e de seus agentes por meio de sua publicação interna *A Fita Moderna* e, a partir de 1914, entra numa campanha ferrenha contra os jogos de azar, dando especial enfoque ao do bicho.

O terceiro capítulo, **PARA UNS PÃO PARA OUTROS PÃO ou AS CAMPANHAS**, passa a explorar as diferentes tratativas da imprensa, principalmente

ilustrada, quanto ao jogo do bicho. São apresentados os momentos de campanha contra sua prática, fala de personagens, espaços e ações referentes, ou que tangenciam, o bicho na São Paulo que se modernizava.

Por fim, o quarto e último capítulo, **OS DESOCCUPADOS, OS GATUNOS E NOSSO FUNDO SUPERSTICIOSO**, versa sobre os símbolos que permeiam o jogo do bicho. Já imbricado na cultura paulista, o jogo aparece como fruto da ambiguidade moderna, ao mesmo tempo místico e científico, racional e completamente relegado à sorte. Trata também dos espaços que o jogo do bicho conquistou, onde ele estava presente de forma mais óbvia na cidade de São Paulo, quem eram seus jogadores, a quem era mais permitido fazer sua *fezinha* e quem pagava o pato. Também explora as figuras daqueles que, jogavam, promoviam e bancavam o bicho.

## 1. SÃO PAULO, A NOVA MONTE-CARLO

Sim, foi s. ex. que transformou S. Paulo num novo Monte-Carlo; foi s. exa. que perdeu, que inutilizou para a vida social todos esses indivíduos que passam os dias nos frontões e as noites nos boliches, degradando-se moral e physicamente no ar mephetico e no meio impuro dessas casas de tavolagem, onde só se aprendem os grossos palavrões do *argot* réles da jogatina. <sup>81</sup>

O jogo do bicho vinha como primeira geração de um governo cuja promessa de mudança do sistema político baseado no clientelismo trouxe esperança para alguns, e desilusão para a vasta maioria. Se nos anos 1940 e 1950 já havia a boca do lixo e do luxo<sup>82</sup>, enquanto espaços de experiências noturnas, no início do século, com a cidade ainda em trânsito de se modernizar, o jogo e o bicho surgiam difusos por toda São Paulo, mas de maneira bastante contundente no próprio centro da cidade – justamente o espaço que se queria moderno, reluzente, reflexo máximo daquilo que a capital do estado poderia vir a ser. Quando começou a se insinuar como uma popular loteria, o jogo andava na contramão do processo de modernização da capital federal e do país, pensado pelo poder público – momento em que o espaço da cidade era racionalizado ao máximo de maneira a otimizá-lo de forma quase aerodinâmica.

A caixa-mágica é a São Paulo de fins do século XIX e início do XX: uma cidade que se modernizava, que via articular maior ocupação da cena pública, melhorias na infraestrutura urbana (especialmente no tocante às possibilidades de locomoção), uma certa vitalidade econômica, (possibilitando o usufruto de “supérfluos”)<sup>83</sup> e o acesso a novas formas de pensar a vida em sociedade — fruto da adesão ao ideário e imaginário modernos importados de cidades tidas como principais expoentes desse comportamento e modo de

<sup>81</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1518, 12 mai. 1898, p. 1.

<sup>82</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa. São Paulo: Edusc, 2007. p. 47.

<sup>83</sup> MELO, Victor Andrade de. *Esporte e lazer: conceito - uma introdução histórica*. Apicuri/Faperj, Rio de Janeiro, 2010.

viver<sup>84</sup> —, que culminaram em uma série de mudanças sociais e nos ditos *melhoramentos urbanos*.

Nessa cidade em acelerada expansão, os jogos lotéricos e de apostas não eram novidade<sup>85</sup>. Aqueles existiam desde fins de 1780<sup>86</sup>; já esses caminhavam de mãos dadas com diversas práticas esportivas que, apesar de estarem apenas despontando na São Paulo de fins do século XIX, já estavam presentes nos jogos de nobres europeus desde o século XVIII<sup>87</sup>. E a imprensa, por sua vez, vinha colocando em pauta a prática das apostas, em suas mais diversas modalidades, desde, pelo menos, a década final de 1890. Por ora, pouco se falava em bichos, que só se juntariam ao universo dos demais jogos de azar perto da virada do século. Os jogos, contudo, faziam parte do panorama da São Paulo modernizada, que rapidamente batizada de *Manchester brasileira* e *Paris dos trópicos*, logo ganharia também a alcunha de *Nova Monte-Carlo*.

Desde o final do século XIX a capital do Estado de São Paulo acompanhava o crescimento estadual em diversos níveis. O café dinamizava vigorosamente as funções urbanas e a cidade atraía muitos migrantes e imigrantes. O comércio crescia e as ocupações profissionais se multiplicavam, aumentando a complexidade das funções burocráticas de uma capital que enriquecia e requeria cada vez mais funcionários públicos. A população de cerca de 64.930 em 1890 pulou para 130 mil em 1895 — esse número triplicaria em 1910<sup>88</sup>. A cidade, que até meados dos anos 1870 ocupava quase a mesma área dos tempos coloniais, expandiu-se em todas as direções, notadamente a oeste, leste e sul, por meio do retalhamento das chácaras que circundavam o perímetro urbano e que, divididas em lotes, rapidamente se transformaram em bairros. Os contemporâneos já encaravam como longínqua e suspeita a

---

<sup>84</sup> MELO, Victor Andrade de. *Esporte e lazer: conceito - uma introdução histórica*. Apicuri/Faperj, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>85</sup> CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Vida Cotidiana e Lazer em São Paulo Oitocentista. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 286.

<sup>86</sup> LONER, B. A.. A Loteria do Ipiranga e os trabalhadores: um sonho de liberdade no final do século XIX. *História (São Paulo)*, v. 33, n. 1, p. 195–233, jan. 2014.

<sup>87</sup> Na aristocracia europeia os desafios com as apostas era um costume muito antigo. Um nobre inglês do século XVIII poderia, por exemplo, colocar dinheiro em jogo contra seus pares em competições onde ambos os lados se faziam representar por profissionais contratados: lutadores, corretores, equipes de críquete, etc. Ou então por animais: brigas de cães e galos nas rinhas e corridas de cães e cavalos nas pistas. Poderiam, ainda, apostar na convicção de uma vitória pessoal, talvez num jeu de paume. (GAMBETA, *op. cit.*, p. 49-51).

<sup>88</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 215-210.

opinião dos estudantes de Direito que, em meados do século XIX, queixavam-se de uma cidade em que “a pasmaceira multiplicava o tédio”<sup>89</sup>.

Em São Paulo, a verve de Pereira Passos foi traduzida nas administrações de Conselheiro Antônio Prado (1899 - 1910), Barão de Duprat (1911-1914) e Washington Luís (1914-1919). Caminhava uníssono Vitor da Silva Freire, que, entre 1899 e 1926, foi diretor de obras da Prefeitura. Com eles, a cidade foi aos poucos assumindo seu destino de metrópole, levando a cabo transformações na área central. “O desejo de modernidade se expandia e se generalizava, sob o influxo do crescimento comercial e financeiro”<sup>90</sup>. Tanto a remodelação urbana quando sua expansão estiveram vinculadas diretamente aos sucessos e dificuldades da economia cafeeira.

Além de determinar o ritmo de crescimento, o café também definia o ritmo de vida na cidade: as épocas do ano eram identificadas como as da safra, da entressafra e da colheita; o comércio era movido pelo café e sofria as consequências de suas cotações; as pessoas, sua sobrevivência até o seu temperamento e conduta, dependiam drasticamente da sorte de um único produto — o “ouro verde”.<sup>91</sup>

Entre 1890 e 1900, as áreas funcionais começam a aparecer mais nitidamente. O centro, com o tradicional triângulo formado pelas ruas Direita, XV de Novembro e São Bento, é crescentemente movimentado pelos setores comerciais e financeiro. Ruas e avenidas públicas são abertas, com destaque para a Paulista (1891), que desde logo foi motivo de orgulho. Construída sobre um espigão no ponto mais elevado da cidade, a 847 metros de altitude, a nova avenida era ladeada por imensos lotes, logo coroados com palacetes. Ela possuía três faixas de rodagem, separadas por canteiros com fileiras de magnólias e plátanos. Em 1894, a Paulista foi apedregulhada — calçada com pedras regulares —, para só nove anos depois, em 1903, ser beneficiada com a colocação de macadame, fazendo dela a primeira via pública asfaltada e arborizada de São Paulo.

Em 1892, era inaugurado o Viaduto do Chá, um projeto do francês Jules Martin. Sobre uma estrutura metálica em sapatas de alvenaria, atravessavam vigas de madeira de lei, cruzadas longitudinalmente pelos trilhos dos bondes (ainda de tração animal). Os passeios laterais eram também feitos com tábua de madeira, mas ali havia um vão, de um a dois

---

<sup>89</sup> QUEIROZ, *op. cit.*, 2004, p. 17.

<sup>90</sup> MATOS, *op. cit.*, 2007, p. 47.

<sup>91</sup> MATOS, *op. cit.*, 2007, p. 46

centímetros entre as tábuas. Conta Jorge Americano que a vista propiciada por aquelas pequenas frestas entontecia “os que sofrem de vertigem das alturas”<sup>92</sup>. Naquele tempo, quem saísse do centro da cidade pelo Viaduto do Chá deixava à direita a Chácara Rodovalho — onde anos depois estaria o Teatro Municipal. Adiante, se chegava à Praça da República, ainda um “descampado, ora poeirento, ora enlameado, conforme a época do ano”<sup>93</sup>.

No final do século XIX, a cidade de São Paulo contava com três linhas ferroviárias que tinham seu ponto inicial ou cruzavam a cidade, acelerando assim o seu desenvolvimento. A São Paulo Railway Co. (1860), que ligava o porto de Santos até Campinas, seria o corredor de escoamento central dos sistemas de transportes que se delineava no interior do estado. O eixo principal escarranchava-se entre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1868) e a Companhia Mogiana (1872), canalizando as exportações em um único fluxo comercial. Assim, por curto período, Campinas seria a principal tributária da expansão cafeeira. Ao mesmo tempo, Santos transformava-se em peça-chave do escoamento das exportações nacionais<sup>94</sup>. São Paulo, contudo, ia progressivamente exercendo primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. O ano de 1867 seria o marco simbólico, ponto de inflexão da vida paulistana. Foi o ano da completa ligação ferroviária entre São Paulo e Santos (por meio da Ferrovia Santos-Jundiaí da São Paulo Railway, a “Inglesa”)<sup>95</sup>. Se São Paulo “saiu vencedor” em sua rivalidade com centros vizinhos, mesmo sem a melhor localização de Santos, com seu porto, e Campinas, com sua infinidade de fazendas cafeeiras, foi por conta de políticas e políticos que fizeram da cidade de São Paulo o principal centro econômico do estado. Também a maior presença das elites no espaço urbano, em grande parte proporcionada pelas estradas de ferro, foi fator decisivo<sup>96</sup>.

Além das ferrovias, São Paulo contava com diversos outros melhoramentos. Para além da iluminação a gás, bondes de tração animal, distribuição de água e captação de esgoto,

<sup>92</sup> AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo*. 1895-1915. São Paulo, Edições Saraiva, 1957. p. 124.

<sup>93</sup> AMERICANO, *op. cit.*, 1957, p. 128. A Praça da República receberia obras e melhoramentos em 1902, quando fizeram um lago, plantaram árvores e delimitaram canteiros e passeios para o curso.

<sup>94</sup> PEREIRA, *op. cit.*, 2010, p. 19.

<sup>95</sup> MORAES, Julio Lucchesi. *São Paulo Capital Artística*. A Cafeicultura e as Artes na Belle Époque (1906-1922). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013. p. 51.

<sup>96</sup> MORAES, *op. cit.*, 2013, p. 61.

a cidade também já dispunha de intensa atividade comercial e financeira, tendo sido escolhida como sede de diversos bancos internacionais. Eram cerca de oitocentos estabelecimentos comerciais de diversas categorias, como armazéns, açougues, padarias, restaurantes e botequins, hotéis, além de estabelecimentos industriais, como fábricas de algodão, fósforo, chapéus, serrarias, olarias, serralherias, fábricas de móveis, gelo, cerveja. Uma gama de serviços atendiam a população, como alfaiates, sapateiros, marceneiros, ferreiros e caldeireiros, barbeiros e cabeleireiros, relojoeiros, estofadores, tipógrafos, carpinteiros, assim como profissionais liberais, como advogados, médicos, engenheiros, dentistas e redatores<sup>97</sup>.

A prosperidade econômica, o desenvolvimento de meios de comunicação e o crescimento das funções urbanas estimularam mudanças culturais profundas, nas quais os dirigentes republicanos paulistas desempenharam papel determinante<sup>98</sup>. Nessa altura a função cultural da cidade já não estava mais sob a égide exclusiva da Faculdade de Direito, que, no entanto, não perdeu sua importância. A ideia do progresso contaminava a elite pensante e os governantes, tangidos pela maior complexidade de uma estrutura socioeconômica e pelo crescente dinamismo de um ambiente urbano que via ampliar a vida cultural. Os últimos anos da década de 1890 trouxeram consigo a inauguração da Escola Politécnica (1893) — diziam os jornais da época que caberia a ela tornar-se “um poderoso instituto em que se preparem as mentalidades” para ampliar “o caminho progressivo tão orgulhosamente trilhado” pelo Estado até então — a Escola de Farmácia e Odontologia (1898) e, dois anos depois, a Escola Agrícola Luiz de Queiroz<sup>99</sup>. Às vésperas da República, a cidade de São Paulo já havia ultrapassado a *pasmaceira do burgo de estudantes*, também já não lhe cabia o rótulo de *arraial da borda do sertão*<sup>100</sup> ou mesmo *capital dos fazendeiros*. Era uma cidade em franca expansão, cujo lastro estava na produção cafeeira do Oeste Paulista. Para tanto, via-se como imperativo a civilização também de seus cidadãos.

Assim como no Rio, as intervenções da modernização paulistana estavam ancoradas no referencial europeu. Para se legitimar, a elite espelhava-se na França e

---

<sup>97</sup> SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 215-210.

<sup>98</sup> QUEIROZ, *op. cit.*, 2004, p. 21

<sup>99</sup> QUEIROZ, *op. cit.*, 2004, p. 22.

<sup>100</sup> NEEDLELL, Jeffrey D. *Belle Epoque Tropical: sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 72.

Inglaterra, reconhecidos centros modernos — ou também eles modernizados — como paradigmas da cultura superior. De lá, tomava-se emprestado valores a serem imitados com objetivo de construir uma imagem de si, a mais próxima possível da original franco-inglesa. “Emprestava”, “espelhava” e “usava”, pois São Paulo já produzia uma modernidade plástica:

Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente de fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado.<sup>101</sup>

Os cronistas paulistanos insistiam em cantar a São Paulo do futuro. Esses observadores, os porta-vozes informais da cidade, viam aqui refletidas as metrópoles europeias e americanas, “ou, alternativamente, projetavam a silhueta disforme de São Paulo contra aquelas cidades, procurando encontram os sinais de sua identidade em cada uma e no conjunto das marcas do contraste”<sup>102</sup>. Nesse período, a imprensa foi personagem ativa na produção e disseminação de uma cidade em trânsito de modernizar-se. Essas imagens, bem ilustradas nas páginas das novas revistas mundanas, seduziam aqueles que almejavam uma vida mais próxima das contadas nos romances ingleses e franceses. Ao imaginar a cidade de São Paulo, o personagem principal do livro *A Grande Cidade*, de Edmundo Amaral, pensava uma São Paulo grandiosa:

cheia de vida, violenta e brilhante [...] Supunha a Capital enorme, cortada de ruas sonoras pelo estridor dos carros, toda iluminada a luz elétrica, com cartazes multicores piscando luzes na noite. Mas o que mais o seduzia era a vida noturna com cafés sonoros de orquestras e rumores cristais, cabarés iluminados onde mulheres de formas harmoniosas e magníficas dançavam com jovens vestidos de “smokings”, colando seus corpos perfumados e macios nos músculos dos homens. Lia então tudo que chegava de S. Paulo: anúncios de cinema do *Estado de S. Paulo*, os casos policiais da *Platéia*, a “correspondência das leitoras” da *Cigarra*...

Seu desejo era então habitar S. Paulo, num hotel elegante, ouvindo árias de bom gosto tocadas por uma orquestra ao jantar, onde saboreasse pratos de nomes franceses. Depois iria algum cinema ou algum teatro. Aplaudiria, de vez em quando, artistas de café concerto.<sup>103</sup>

Na segunda metade do século XIX, São Paulo já contava com diversos hotéis e estalagens para os viajantes e novos habitantes, que poderiam alugar quartos mensais. Os

<sup>101</sup> SEVCENKO, *op. cit.*, 2014, p. 31

<sup>102</sup> SEVCENKO, *op. cit.* 2014, p. 37.

<sup>103</sup> AMARAL, Edmundo *A Grande Cidade*. São Paulo: José Olympio, 1950. p 13-14

nomes desses estabelecimentos, inclusive, traduziam anseio pela modernidade vindoura: Hotel da Itália, mais tarde rebatizado Hotel de França, Hotel da Europa, Hotel do Globo, o Hotel de Voyagers, o Hotel Roma e o Grand Hotel Rotisserie Sportsman<sup>104</sup>. Mas, se o desejo do personagem de Amaral era habitar São Paulo, certamente ele iniciaria sua jornada com uma estadia no Grande Hotel, inaugurado em 1878; foi o primeiro hotel da cidade instalado em um edifício especialmente construído para esse fim<sup>105</sup>. O Grande Hotel seria palco de reuniões gastronômicas onde se encontraria uma culinária afinada com os gostos europeus; ali ele poderia desfrutar de jantares cujos itens no menu haviam sido preparados por cozinheiros estrangeiros<sup>106</sup>. Sendo assim, os pratos certamente teriam nomes franceses.

Ao se aventurar na cidade para um espetáculo teatral, o personagem de Amaral já poderia desfrutar da programação de teatros menores — o Municipal seria inaugurado só em 1911. Em 1898, ele poderia ir ao Theatro Apollo, à rua da Boa Vista, que recebia de tempos em tempos companhias estrangeiras e exibia pequenas cenas do cotidiano nos novos cinematógrafos que já iam chegando à capital. Ou, quem sabe, ele optasse por assistir à companhia de ópera-cômica no Theatro S. José, ao lado do Viaduto do Chá. Lá, ele poderia presenciar o “maior sucesso do anno de 1897”, seria a quarta “Representação da esplendida e deliciosa magica em 8 actos e 17 quadros do popularissimo escriptor Eduardo Garrido”<sup>107</sup>. Naquele final de século, entre os afazeres dos seus dias na capital, paulistanos e visitantes já poderiam contar com idas aos cinemas, restaurantes, bares e cafés-concertos. O personagem de Amaral, “rapaz de vinte anos, moreno e magro, d’olhos pestanudos, com um buço de adolescente sôbre uma boca sensual”, era descendente de uma família de advogados e agricultores. Como tal, programara sua vinda para São Paulo para estudar Direito. Seu interesse maior “na capital que ele tanto imaginara, lendo os anúncios do ‘Estado de São Paulo’, vendo as fotografias das revistas!”<sup>108</sup> estava, contudo, na vida noturna, acompanhada de mulheres de formas harmoniosas e homens corpulentos. Suas visitas aos café-concertos,

---

<sup>104</sup> CAMPOS, Eudes. Os primeiros hotéis da cidade de São Paulo - Século XIX: Império e República. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 4 (24): maio/jun.2009 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>

<sup>105</sup> MONTALEONE, Joana. *Sabores Urbanos* Alimentação, sociabilidade e consumo São Paulo 1828-1910. São Paulo: Alameda, 2015, p. 96-97.

<sup>106</sup> MONTALEONE, *op. cit.*, p. 102.

<sup>107</sup> O COMMERCIO DE S. Paulo. São Paulo, ano V, 15 jan. 1898, n. 1419, p. 4

<sup>108</sup> AMARAL, *op. cit.*, p. 8-9.

ocasionais para não chamar muita atenção, significavam consumo de bebidas alcoólicas, contar com os favores das chamadas “mulheres perdidas” e participar de jogos de azar<sup>109</sup>.

Com o crescimento e modernização da cidade, também cresciam as opções de divertimentos. Dentre as mais recentes novidades estavam estabelecimentos do gênero do café-concerto, denominação dada, geralmente, ao tipo de estabelecimento que vendia bebidas alcoólicas, promovia bailes entre os frequentadores, apresentava shows de variedades, exibia números de canto e dança, e estavam mesmo ligados à prostituição. Além de café-concerto, muitas vezes esses espaços recebiam nomes variados, desde café, café-cantante, a cabaret, botequim, pensão, casa de cômodos e até *club*. Buscar criar uma classificação estrita para categorizá-los com base em suas atividades acarretaria alguns riscos, uma vez que, neste ramo, frequentemente coexistem no mesmo espaço bebida, música, prostituição e os jogos de azar<sup>110</sup>. Na mesma São Paulo do Grande Hotel e do Café Guarany — “ambiente [que] estimulava a troca de informações, possibilitava contatos de toda ordem ou simplesmente animava uma boa conversa descontraída”<sup>111</sup> notoriamente frequentado por Monteiro Lobato — já existiam espaços de sociabilidade duvidosa, pouco, ou nada, propagandeados pela imprensa que publicava tão somente histórias sobre altercações e cenas lastimáveis em suas seções policiais, sem nem ao menos indicar o local, somente identificados como café-concertos ou cantantes.

Em fins do século XIX, contudo, assim como os cafés ofereciam seus *chopps*, nas ruas mais centrais e modernas de São Paulo, à luz do dia, também nelas podia-se fazer *fezinha*. Na mesma quinzena em que *O Commercio* publicava os anúncios referentes às representações nos Theatros S. José e Apollo, o *Correio* anunciava as sortes da loteria de São Paulo e da Capital Federal. Ambas as casas lotéricas, onde se podia comprar bilhetes da sorte, estavam igualmente bem localizadas no centro da cidade. Ao anunciar importantes prêmios em dinheiro, as “casas das sortes” pediam que o público corresse pressuroso, pois a sorte lhes esperava. Contudo, que não se exasperassem, pois além do endereço na Rua da Bôa Vista n. 2,

---

<sup>109</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de Viver a Cidade. Conflitos e Convivências nos Espaços de Diversão e Prazer do Recife nos Anos 1920*. Tese apresentada ao programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2003. p. 124

<sup>110</sup> COUCEIRO, *op. cit.*, p. 125

<sup>111</sup> MORAES, J. G. V. DE .. Cafés com música. Novas práticas culturais e sociabilidades musicais em São Paulo no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 89, p. 117–139, jan. 2022.

a Loteria da Capital Federal também poderia ser comprada nas outras tantas unidades da Caetano Grimoni & Comp.: a rua 15 de Novembro, n. 2, rua do Thesouro n. 3 e rua João Alfredo n. 4. Para além das loterias, oficiais e promovidas pelo Estado e Federação, os *sports*, também de recente fluência e parte dos ditos divertimentos modernos, já ofereciam espaço para apostas dos mais variados gêneros.

A leitura da imprensa diária e hebdomadária permitiu uma visão múltipla da metrópole em formação — ainda, certamente, desfalcada e pouco representativa. Promotoras de novos hábitos e costumes modernizados, essas publicações também se fizeram censoras a tantas outras. Cada qual foi responsável pela construção da sua São Paulo, do seu cenário para a peça que se propunha a encenar. Se ela seria estilizada sob as regras do imperialismo europeu — que então se consolidava e se acentuava, opondo sociedades consideradas evoluídas ou atrasadas — ou se ela ergueria voz de justiça, esbravejando contra os excessos e absurdos da oligarquia paulistana, ficou a critério de seus diretores e colaboradores — alinhando-se ao mercado e à demanda crescente por material impresso. Na sua tentativa de padronizar e adotar uma moral e valores que não condiziam, necessariamente, com aqueles que de fato populavam a São Paulo de então, as publicações acabaram articulando uma modernidade em desalinho: “quanto mais se tentou homogeneizar e padronizar, mais fragmentos foram produzidos”<sup>112</sup>.

## 1. 1. A imprensa desta capital

Não se atravessa um recanto da cidade, não se penetra em uma conversação, sem se ouvir uma referencia ao diabolico jogo. Ás duas horas da tarde, quando se extrae a loteria, cuja terminação do grande premio indica o animal victorioso (puzeram a roleta do Estado a serviço do bicho), a vida da cidade está suspensa de noticia. Da rua Nova do Ouvidor (onde gyra a roleta da loteria) precipitam-se douramente, cegamente, por todas as ruas, como aguas de um açude que se rompe, ondas de povo, todos os sexos e edades, de todas as categorias, que foram assistir á decisão da sorte, que vão levar aos mais remotos pontos, ás suas agencias, o nome do bicho eleito. Os telephones vibram todos a um tempo; dentro de cinco minutos toda a cidade está sabedora do vencedor do dia,

---

<sup>112</sup> SILVA, *op. cit.*, 2014, p. 27.

e enquanto alguns poucos se commovem de alegria, de intenso jubilo, a grande maioria dos palpaves se estorve de raiva, vocifera, arranca os cabellos, para no dia seguinte fazer a mesma cousa.<sup>113</sup>

Na passagem do século XIX para o XX, a imprensa periódica que vegetava e se arrastava, encastelada nas mãos de estudantes da Faculdade de Direito<sup>114</sup>, se desprende do interior desse universo social restrito. A transição, que começara já antes do início do século, está ligada às transformações do país, à ascensão burguesa e ao avanço das relações capitalistas. Assim, o jornal seria, dali em diante, uma empresa capitalista por excelência. Como tal, as folhas começam a firmar suas estruturas. Além do aumento considerável do número de litografias e tipografias particulares na cidade, jornais diários de maior importância, como *O Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo* e *O Diário Popular*, abrem e aprimoram suas oficinas. O rápido desenvolvimento das artes gráficas junto à escrita, aliadas ao novo mercado de bens de consumo importados da Europa, transformam a pequena imprensa dando lugar à grande, de maior ou menor porte<sup>115</sup>. O jornalismo, também em fase de modernização, diminuiu o espaço das colaborações literárias, sonetos, contos e versos, em favor da reportagem e do noticiário. O momento pedia o declínio do folhetim em favor do columnismo e, pouco a pouco, as reportagens passaram a priorizar temas antes tratados como secundários, que agora ocupavam as primeiras colunas das folhas diárias da cidade. Nelas, era notável o privilégio de assuntos policiais, mas também os esportivos e mundanos<sup>116</sup>.

Os jornais, sem desprezarem a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando se tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largo espaço; surge o noticiário esportivo, até então inexistente, e tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar.<sup>117</sup>

Nesse momento de passagem, o jornalismo diário começa apresentar sinais de uma escrita mais rápida, concisa e focada em um único assunto por artigo, de forma direta e

<sup>113</sup> DO RIO DE JANEIRO (pelo Correio). *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 7 jul. 1896, n. 1003, p. 1.

<sup>114</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo na vida urbana - 1890-1915*. São Paulo: Educ; FAPESP; AESP; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 53.

<sup>115</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 315.

<sup>116</sup> SODRÉ, *op. cit.*, 1966. p. 339.

<sup>117</sup> BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil — 1900*. 3a ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 1975. p. 218.

menos floreada. “Experimentos de toda ordem sucederam-se no uso de antigas e novas formas de expressão, atendendo ao ritmo de outra temporalidade, marcada pela velocidade, que transformou o periódico em veículo ideal para os tempos de cultivo da rapidez.”<sup>118</sup>. Nas páginas d’*O Pirralho*, por exemplo, encontram-se experimentações de modelo e linguagem bem exemplificadas pelo uso do macarrônico, sempre lembrando da célebre personagem de Alexandre Marcondes Machado, Juó Bananére, com suas *Cartas d’Abaixo Piques*; mas também podem-se ler entrevistas, ainda que de cunho duvidoso e fictício, relatos de viagem e crônicas como as que conhecemos hoje.

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana.<sup>119</sup>

Os jornais e publicações de variedades passam então a compor a cidade, eles mesmos afirmando-se perante a população com ideários, projetos e interesses específicos. A imprensa periódica foi, então, construída para promover um ideário inovador, estimulador de novas tradições e defensor das caras às elites de então. As revistas ilustradas nessa passagem de século têm justamente a função de suporte para veiculação da imagem de um Brasil novo. “Não seria abusivo admitir para aqueles idos que — *tanto quanto o jornal*, porém *mais que o livro* —, a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado mesmo seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo.”<sup>120</sup> Por meio de novas e diversas modalidades da escritura — artigos, crônicas, o macarrônico, a piada, o *blague*, comentários rápidos, charges e denúncias —, a imprensa vai modelar formas de agir e pensar, definir papéis sociais, generalizando posições e interpretações que se pretendiam compartilhadas e universais<sup>121</sup>.

<sup>118</sup> MARTINS, *op. cit.*, 2001, p. 149-150.

<sup>119</sup> CRUZ, *op. cit.*, 2000, p. 71.

<sup>120</sup> MARTINS, *op. cit.*, 2001, p. 26-27.

<sup>121</sup> MACIEL, Laura, *apud*. CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

É necessário reconhecer que a imprensa, como um todo, exerce influência ao delimitar espaços, definir temas, mobilizar opiniões e formar adesões e consensos. Além disso, é crucial compreender que em diferentes contextos, ela não apenas absorve interesses e projetos de várias forças sociais, mas se torna um espaço privilegiado para a sua articulação. Como uma força social que busca hegemonia, a imprensa constantemente articula uma compreensão da temporalidade, apresenta diagnósticos do presente e reafirma memórias de sujeitos, eventos e projetos, com o objetivo de conectar as relações presente/passado e perspectivas de futuro<sup>122</sup>. Fundados já na segunda metade do século XIX, o *Correio Paulistano* em 1854 e *O Commercio de São Paulo* em 1893 expressam bem essa articulação com o cotidiano. Cada um, contudo, tem um viés e discurso bem estabelecido, e díspar. Nesse final do século XX, os jornais diários procuram distanciar-se da subordinação direta aos partidos e ao governo, alinhando-se aos grupos da elite urbana na busca por ampliar seus circuitos de difusão e formação de públicos leitores.

Estabelecem-se cumplicidades entre texto jornalístico e leitor. Este último deveria sentir-se representado-participante dos jornais diários. Com isto, percebe-se o surgimento e a consolidação de um novo campo de debate e enfrentamento entre diferentes posições e grupos sociais. Ademais, esses jornais passam a ter influência no mercado comercial e financeiro. Paulatinamente, tornam-se espaços de investimento, cujos principais produtos serão a informação e a publicidade.<sup>123</sup>

O *Correio Paulistano*, primeiro deles a surgir, vem em uma fase em que a imprensa de São Paulo pertencia ainda às revistas de sociedade e de estudantes. Longevo, o jornal passou por diversas mãos e linhas editoriais; a que prevaleceu, contudo, foi a conservadora. Órgão por excelência do Partido Republicano, o jornal morreu defendendo a oligarquia que um dia pretendeu combater. Apareceu como diário, até julho de 1855, e tornou-se bi-semanal até 1858, quando retornou a saída diária. Apresentava-se como imparcial, mas já em 1869 seu tom liberal prevaleceu. Segundo os radicais do chamado Ministério da Conciliação, a República já resplandecia no horizonte<sup>124</sup>. Em 1873 veio a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual o diário dá total apoio. Convertido em órgão de divulgação do PRP, o *Correio Paulistano* passa a pregar insistentemente a reforma política

<sup>122</sup> CRUZ; PEIXOTO, *op. cit.*, 2009, p. 10.

<sup>123</sup> BALCÃO, Lier Ferreira. A Cidade das Reclamações: Moradores e Experiência Urbana na Imprensa Paulista - 1900/1913. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998. p. 30.

<sup>124</sup> SODRÉ, *op. cit.*, 1966, p. 216.

nacional. Em 1882, sob comando de Antônio da Silva Prado, o jornal fazia-se abolicionista, e, com os acontecimentos de 15 de novembro, passou a ser o primeiro órgão a considerar a república irreversível<sup>125</sup>.

No período pesquisado, o jornal, já assumidamente perrepista, angariava receita substancial junto à prefeitura de São Paulo, uma vez que mantiveram contrato durante longo período. Assim, a publicação buscava manter-se neutra e séria por meio de um discurso conservador cuja estrutura e aspectos materiais, estavam circunscritos hora na retórica científica, criminológica e moral, hora na noticiosa e sensacionalista, alardeando em seções de *faits-divers* e policiais escândalos da vida quotidiana — casos, muitos dos quais, traziam o jogo como força motriz. Assim, para “além da sua postura tradicional e conservadora, da narrativa política institucional ‘séria’ e aristocrática, também trabalhava com elementos da vida privada e do cotidiano de forma sensacionalista”<sup>126</sup>. Por conseguinte, na sua tratativa quanto ao jogo, a publicação não se fez tão eloquente quanto sua conterrânea. Assim como n’*O Commercio*, o jogo do bicho apareceu primeiro como problema no Rio de Janeiro, mas logo foi anunciado como algo que já acometia outras capitais brasileiras e deveria constar nas preocupações dos políticos e polícias dos arrabaldes cariocas. Poucos e esparsos são os artigos de opinião acerca da prática dos jogos de azar; em compensação, contudo, inúmeras e constantes são as curtas notas sobre prisões, apreensões, varejo, busca e queixa sobre todo tipo de personagem e função ligada ao bicho.

Como contraparte ao *Correio Paulistano*, foi lançado *O Commercio de São Paulo*.

Fundado em janeiro de 1893 por César Ribeiro, teve sua estreia anunciada naquele jornal:

*O Commercio de S. Paulo* (Jornal) é o sr. Cezar Ribeiro. Este cavalheiro é o proprietario da folha, seu director, seu redactor, seu administrador, seu factotum finalmente. Isso não obsta que, para superar o enorme trabalho que tem attrahido sobre os seus hombros, embora possantes, o sr. Cezar Ribeiro se socorra de auxiliares e alguns mesmo de real merecimento. Consta que escrevem no *Commercio* alem de collaboradores occasionaes, os srs. Luiz de Castro (filho do grande patriota) Raymundo Capella, Couto de Magalhães Sobrinho, Evaristo de Oliveira, Roso Lagoa e Apparicio Sampaio. Seu correspondente telegraphico no Rio, é o tenente coronel Baldomero Fuentes, do *Jornal do Commercio*. Em politica é neutro. Entre

<sup>125</sup> SODRÉ, *op. cit.*, 1966, p. 258.

<sup>126</sup> DINIZ, Mônica. *Dramas de Hontem: Imprensa, Criminalidade e a Crônica Policial em São Paulo* (1910-1920). Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021, p. 56-57.

os trabalhos mais interessantes que se não deve esquecer, publicou as *Notas sobre a Revolução da Armada*, escriptas pelo sr. Alcindo Guanabara.<sup>127</sup>

Quando anunciado pelo *Correio*, o jornal surge neutro em termos de política, mas quando passa à propriedade de uma associação em comandita representada por Eduardo Prado, Affonso Arinos e Couto de Magalhães, *O Commercio* torna-se parte do partido monarquista, como órgão do mesmo<sup>128</sup>. Inclusive, as colunas intituladas *Rabiscos* de Couto de Magalhães, que escreve sob o pseudônimo Fabricio Pierrot<sup>129</sup>, serão abordadas ao longo do presente trabalho. Ao completar dez anos de existência, em 1903, o jornal, já consolidado na sociedade paulistana, assume seu tom oposicionista ao regime político republicano. A partir de então, sua linha editorial é declaradamente monarquista. Quanto a sua tratativa ao jogo, contudo, a folha não passa pelos mesmos diversos momentos do *Correio*. Adotando uma postura mais consistente, ela se mostrou bastante crítica em relação às diversas práticas de azar na cidade de São Paulo. Aproveitando-se do vexame que o jogo representava para a república, *O Commercio* direcionou suas críticas também ao novo governo.

O bicho é, das actuaes instituições democráticas, a unica que está verdadeiramente consolidada.

A republica não tem raizes tão fortes. O partido do sr. Glycerio não tem a solidez do *bicho*, quer este se firme nas quatro patas do burro, quer se agarre com as quatro mãos do macaco.

Ha seis annos consolidam a republica e, ainda hoje, os mais optmistas reconhecem que ella, apesar de tanto sangue e de tanto dinheiro derramados, ainda está bamba. [...] O *bicho*, este sim, conquistou tudo, avassolou tudo, em pouco tempo, sem propaganda, sem fuzilamentos, sem violencias; entrou docemente pelo coração e pela bolsa do publico, e não ha forças que o exilem.<sup>130</sup>

Desde seus primórdios, ainda de propriedade de Arinos, o jornal faz apontamentos sobre o jogo do bicho, que em 1895, já se tornara um ponto de contenção no Rio de Janeiro. Ferreira de Araújo, em seção intitulada *Opiniões*, já colocava o jogo como capaz de “arruinar famílias inteiras”, e a polícia como necessária, se não para acabar com o jogo como um todo,

<sup>127</sup> FREITAS, Affonso Antonio. A imprensa periodica de São Paulo: desde os seus primordios em 1823 até 1914. São Paulo, Typographia do Diario Official, 1915, p. 390. Disponível em < <https://play.google.com/books/reader?id=zmRAAAAIAAJ&pg=GBS.PA390&hl=pt>>. Acesso em 8 mar. 2024.

<sup>128</sup> FREITAS, *op. cit.*, p. 391. A mudança se torna efetiva no número 1732, de 1899, momento em que o jornal completa seis anos de existência. Abaixo do título, local em que antes constava como Redactor-chefe dr. Affonso Arinos, passa a ler-se “Propriedade de uma associação”.

<sup>129</sup> ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, Circos e Cinemas de São Paulo*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981. p. 14, p. 30.

<sup>130</sup> SALLES, Bernardo. Á Margem... *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 14 jul 1896, n. 1009, p. 1.

ao menos para “impedir que a cada canto o jogo seja posto ao alcance de todos”. Quanto ao jogo do bicho, Araújo vê o barão como explorador, homem que tem jeito para baralhar cartas, ligado a advogados conhecedores de todas as fraudes, alguém que se aproveitou do Jardim Zoológico e converteu-o “em fabulosa fonte de renda, á custa de uma quantidade de gente a que o publico, por indesculpavel parcimonia, chama apenas de pedaços d’asno”<sup>131</sup>. A campanha contra os jogos de azar e o do bicho desde logo foi tida como difícil e quase mesmo invencível pel’*O Commercio*. Quando a polícia primeiro foi ao Jardim, com intenção de impedir que o barão hasteasse a caixa com o bicho misterioso, “o barão protestou, em nome do direito, que allega ter, de viver á custa dos tolos, e dizem que não mandou mais dar de comer á bicharia, a ver se assim enternece a auctoridade com os urros dos tigres famintos”. Mesmo sem revelar o quadro com o bicho, no dia seguinte os jornais estampavam a notícia de que o elefante havia ganho.

É que o barão não era o unico da especie, e tem numerosos collegas e parceiros que, querendo a cessação do joguinho do Jardim, já tinham estudado outros processos de exploração. Para isso utilizaram a lista numerada dos bichos do barão e combinaram-na com os finaes do numero da sorte grande na loteria. Quem tem predilecção pelo burro, compra o numero, e se elle coincide, fica com o burro em casa, isto é, exactamente como estava antes, com a unica differença de ter menos o dinheiro que entregou ao especulado.<sup>132</sup>

Se a campanha, que ali parecia se iniciar, seria custosa, em contrapartida, o resultado que se antecipava era tido como remunerador:

Trata-se não só da moralidade da população, mas da paz das familias, das necessidades do trabalho, pois que parte da gente que se dedicava ao serviço domestico abandonou-o para jogar, e do futuro, que pôde ser compromettido por essa profunda perversão do caracter de uma parte da população.<sup>133</sup>

Desde a sua fundação, tanto o *Correio* quanto *O Commercio* enfatizam suas intenções e esforços em se estabelecerem como periódicos diários com um alcance significativo. Ao longo de suas trajetórias, moldam e remodelam suas imagens e características, visando consolidar e expandir uma base de leitores fiéis e engajados. A análise das diferenças entre esses jornais, tanto em termos de sua identidade geral quanto em relação às estratégias de engajamento com o público, encontra um espaço de reflexão nos discursos

<sup>131</sup> ARAUJO, Ferreira de. Opiniões. O jogo. *O Commercio de São Paulo*. ano III, 24 abr 1895, n. 636, p.1.

<sup>132</sup> ARAUJO, Ferreira de. Opiniões. O jogo. *O Commercio de São Paulo*. ano III, 24 abr 1895, n. 636, p.1.

<sup>133</sup> ARAUJO, Ferreira de. Opiniões. O jogo. *O Commercio de São Paulo*. ano III, 24 abr 1895, n.636, p.1.

contemporâneos. Por exemplo, *O Commercio de São Paulo*, apesar de ser um veículo monarquista e de oposição, é reconhecido pelos demais periódicos como detentor de um papel crucial no cenário jornalístico, com uma presença marcante entre o público leitor. Sua atuação parece evocar um sentimento de respeito e apreciação por sua qualidade editorial e argumentativa.

Diversas declarações publicadas na ocasião de sua fundação e de aniversários reforçam o caráter do jornal, como aquele que sabe “conquistar a palma a simpatia de um povo”, “manter-se em posição salientar na imprensa paulista”; “conquistar não só o apreço público, mas o dos confrades que são forçados a render-lhes justiça”.<sup>134</sup>

*O Commercio de São Paulo* é apontado, em diferentes relatos, como órgão oposicionista e protestador. *O Correio Paulistano*, por sua vez, ao submeter-se ao PRP, ganha “caráter oficioso e conservador, não constituindo-se em espaço jornalístico crítico e dotado de liberdade de expressão. No entanto, os relatos a seu respeito reforçam a presença de nomes ilustres da sociedade jornalística, política e literária”.<sup>135</sup>

Já as revistas ilustradas, expoentes da segunda década do século XX, *O Pirralho* em 1911 e *O Parafuso* em 1915 traçam entre si notório paralelo. Ambas se enquadram em uma nascente imprensa-empresa narrativa e irreverente. Com fortes traços de crítica social, aliados a inovações na linguagem e nas ilustrações caricaturais, ambas também destoam de publicações de variedades e entretenimento, como é o caso, por exemplo, das célebres *A Vida Moderna* (1907) e *A Cigarra* (1914). Mesmo que multifacetadas, principalmente em seus anos iniciais, essas revistas, de maneira geral, buscavam retratar aspecto mais civilizado, modernizado, da sociedade paulistana. Em suas páginas, São Paulo era construída e cantada por meio de instantâneos fotográficos, comentários rápidos sobre a vida social, poemas, contos e *blagues* comportados. Essa representação estava alinhada com o ideal republicano de “Celebração do Progresso”, no qual tanto o espaço público quanto o cidadão republicano eram concebidos<sup>136</sup>. *O Pirralho* e *O Parafuso*, apesar de também localizadas no centro de convergência da São Paulo moderna, o Triângulo Paulistano — onde também estavam os

<sup>134</sup> BALCÃO, *op. cit.*, p. 39-40.

<sup>135</sup> BALCÃO, *op. cit.*, p. 40.

<sup>136</sup> JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por Trocadilho*. A imprensa irreverente paulistana 1900-1911. São Paulo, Alameda. 2006, p. 18.

novos hotéis, confeitarias, cafês e teatros —, eram parte de uma imprensa que apresentava nova via de acesso à cidade.

“Sem Ordem e Nem Progresso”, essas folhas passam a dialogar de forma bem-humorada com o cotidiano e, mais do que isso, com a representação que o dia-a-dia adquire a partir da própria mudança do foco narrativo do jornalismo do início do século XX. Com o dedo apontando para as questões do momento, agulhando políticos em desenhos que apanham o cotidiano urbano, essa pequena imprensa vai costurando a vida cultural, fazendo que o grande jornalismo se transforme em mais um dos personagens dessa cidade dissonante nos seus tabloides de curta duração.<sup>137</sup>

Essa imprensa, formada da reunião de pequenos grupos de escritores, jornalistas e ilustradores, constitui-se, na vida cultural, como um novo lugar de crítica, de transversalidade dos acontecimentos sociais, políticos e principalmente culturais – um verdadeiro laboratório de experiências com a palavra. Atenta e crítica aos fatos do momento, já representados na grande imprensa diária, essas revistas não os reproduzem, mas recriam em suas páginas como motivos, matérias-primas, para os novos modos de experimentar a linguagem.

Filhas de uma época de recursos tecnológicos nascentes, as revistas apresentavam um certo rigor formal. Normalmente editadas em papel *couché*, tinham capas coloridas e chamativas. O interior, ainda que não colorido, era forrado de ilustrações *art-nouveau* que demarcavam suas margens, artigos e itens. A depender da revista, o miolo vinha repleto de *charges* e fotografias acompanhadas de pouquíssimo texto. Muitas dedicavam, formalmente, uma página inteira para um pequeno artigo, grandes margens vazias ou repletas de ilustrações para um único poema ou piada no centro da página. De lançamento espaçado entre as edições, as revistas não se preocupavam com a linearidade, podendo escolher com mais flexibilidade os assuntos tratados. As seções das revistas aqui estudadas, por exemplo, se metamorfoseavam constantemente, seja ao sabor do contexto ou dos acontecimentos do momento. Por vezes, assuntos prometidos para os números seguintes eram ignorados, seções inteiras desapareciam por meses e voltavam a figurar, sem a menor explicação. Entretanto, havia uma certa constância temática; mudava-se apenas o nome ou a arte que identificava uma seção, mas o conteúdo ou ideia norteadora permaneciam os mesmos.

Por outro lado, seria difícil exigir o mesmo rigor formal dos jornais, mesmo porque os recursos tecnológicos eram muito restritos, e tornavam penosa, custosa ou até

---

<sup>137</sup> JANOVIČ, *op. cit.*, 2006, p. 19.

impossível a mesma atenção à forma, o mesmo requinte de ilustrações e fotografias, dada sua circulação diária. Em compensação, a imprensa escrita era o único meio de comunicação de massa existente naquele início de século e, portanto, principal pólo informacional. A sua circulação diária, muitas vezes com edições vespertinas e noturnas, os obrigava a realizar um acompanhamento contínuo dos acontecimentos.

*O Parafuso*, revista de Baby (lê-se Babi) de Andrade, ou Benedito de Andrade, ao vociferar contra a prática de jogos ilícitos, procurava “se colocar ao lado do povo”. A campanha contra o jogo do bicho n’*O Parafuso* se destaca pela chamativa de figurinhas e figurões ao palanque, expondo-as ao escrutínio público — faceta pela qual a publicação é reconhecida como destoante das de sua época, e uma das razões pela qual ficou identificada como parte de uma imprensa marrom<sup>138</sup> – mas também pela maneira como expunha as relações cultuadas entre as forças públicas e os *clubs* nos quais a jogatina imperava. Nos artigos, raramente assinados, a revista nomeia diversas figuras públicas do período, como o Secretário de Justiça Eloy de Miranda Chaves e o Presidente Emérito do *Automovel Club* e posterior prefeito da capital do Estado, Conselheiro Antônio Prado, e seu papel no parco controle da prática e, no caso do Conselheiro, mesmo na disseminação dos jogos dentro de *clubs* fechados da elite. *O Parafuso*, apesar de também fazer uso do humor e da ironia para posicionar-se, mantém voz constante na sua tratativa quanto ao jogo. Seus artigos focam na produção de uma campanha ferrenha contra os jogos de azar, notadamente o da roleta e do bicho, em 1917. Nesse período, a revista não se arrefece frente a importantes figuras políticas, nomeando-as e acusando-as de estarem mancomunadas ou mesmo promovendo os jogos ilícitos e imorais. Defensora daqueles que estão sendo explorados, *O Parafuso* caracteriza o jogador como incauto, desavisado e viciado, ou seja, praticamente inocente frente às explorações de banqueiros que só pensam em acumular mais fortuna. Assim, muitas vezes, os promotores dos jogos são tidos não só como irresponsáveis e imorais, mas como verdadeiros mentirosos, uma vez que exploram por meio do jogo, e ainda o fazem de maneira desonesta, com cartas marcadas, dados viciados e bilhetes falsos, ou vendidos somente em parte. Ainda assim, como vício absurdo e imoral, o jogo chegava a impregnar todos os estratos sociais, desde os paupérrimos e desocupados, passando por trabalhadores honestos, que por falta de

---

<sup>138</sup> GALLOTTA, Brás Ciro. *O Parafuso: humor e crítica na imprensa paulistana 1915-1921*. São Paulo: Mestrado em História Social, PUC-SP, 1997. p. 33.

força deixavam-se levar por esse vício pernicioso, até as elites políticas e econômicas, que não conseguiam desvencilhar-se, por mais que tentassem mandar terceiros em seu lugar para fazer o jogo. “...A sua influencia deleteria é tal, que attinge a todas as classes na mesma desoladora porcentagem”<sup>139</sup>.

Apesar de mais estável, na sua tratativa quanto aos jogos de azar, a revista não deixa de tensionar também questões basilares à modernidade. Ironicamente, ou não, em diferentes ocasiões, a revista elogia os esforços policiais quanto ao varejamento de diversos antros onde campeava a jogatina para, no parágrafo seguinte, oferecer palpites ditos certos do bicho e mesmo da roleta<sup>140</sup>. Há, também, artigos que narram a ida do colunista a um dos vários *clubs* com jogos de azar. Por perder, repetida vezes, ele torna a vociferar contra a prática, dando nome e endereço de *clubs* e casas de jogo, de modo a alertar a polícia<sup>141</sup>. O cômico, por sua vez, ficava a cargo das várias charges de Voltolino. Pseudônimo de Lemmo Lemmi (São Paulo, SP, 1884 - idem 1926), um caricaturista, desenhista e ilustrador cujo trabalho, largamente desenvolvido no ambiente urbano paulistano, possui conotação combativa e anticlerical. É por meio da caricatura que Voltolino revela os contrastes sociais próprios do incipiente processo de urbanização da cidade<sup>142</sup>. Colaborador de longa data da revista, suas tiras fazem mais do que ilustrar os artigos que falam sobre a campanha contra os jogos de azar; elas mesmas fazem crítica aos personagens, políticos e policiais, que encabeçam as investidas.

*O Pirralho*, por sua vez, passa por dois momentos distintos quanto à tratativa dos assuntos jogo e bicho. A publicação da lavra de Oswald de Andrade, rapidamente disseminada pela elite leitora paulistana, é reconhecida por seu humor irreverente, troça e crítica política suavizada por piadas. Era produto da elite a ser lido por ela. Divulgava, portanto, eventos sociais e novidades da cidade em transformação. Durante os primeiros meses de vida, são rápidas e fugazes às menções ao jogo. No segundo ano, contudo, a revista lança folha interna

<sup>139</sup> CANCRO A EXTIRPAR, O Jogo do bicho. *O Parafuso*, 1915, n. 15.

<sup>140</sup> JOGO FRANCO... *O Parafuso*, ano II, 12 mai 1917, n. 47, p. 15 ou A JOGATINA NO AUGÉ. *O Parafuso*, ano II, 19 mai 1917, n. 48, p. 14.

<sup>141</sup> Ver, por exemplo, GAVROCHE, Ora o Herculano. *O Pirralho*, ano IV, 4 abr 1914, n. 137, p. 13 ou BENITO. Carta Reservada. *O Parafuso*, ano III, n. 44, 21 abr. 1917, p. 11.

<sup>142</sup> Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: < <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2488/voltolino>>. Acesso em 23 jan 2024.

*A Fita Moderna*, cujo subtítulo explicita claramente ser “Propriedade de um sindicato de bicheiros”. Comparável ao *Biralha*, *Xornal Alemong* e *O Rigalegio*, as três foram componentes internas d’*O Pirralho*, funcionando mesmo como jornais autônomos dentro dele. N’*A Fita*, a troça d’*O Pirralho* parece direcionada aos homens de letras, acadêmicos e políticos que produziam campanha moralizante contra o jogo. Sempre bem humorada, a folha traz palpites sobre o bicho do dia, faz comparações entre os animais e figuras ilustres de então, propagandeia casas de apostas e promove concursos com prêmios pouco cobiçados. Produzida pelos mesmos homens de letras dos quais debochava, a folha não parece ser levada a sério ou causar qualquer revolta. O bom humor na tratativa do assunto do bicho, contudo, parece terminar junto do último número d’*A Fita Moderna*, presente no primeiro número d’*O Pirralho* de 1913.

Em 1914 tem início n’*O Pirralho* uma campanha contra o jogo na cidade de São Paulo, com linguajar quase idêntico à usada n’*O Parafuso* no ano seguinte – 1915, ano de lançamento da revista de Baby –, ainda que menos verborrágico. A similaridade não é mera coincidência. Entre os números 150 e 154, a campanha contra a jogatina em São Paulo é tema primeiro da revista, vindo anunciado na página em que normalmente se encontram os editoriais – chamados então de *chronicas editoriales*, artigos de fundo ou simplesmente *chronica*. O tema encontra-se em evidência no mesmo período em que um certo Gavroche é anunciado como diretor e redator-chefe da publicação. Personagem célebre de Victor Hugo em *Os Miseráveis*, Gavroche, filho dos Thénardier, é tido como o “espírito parisiense em forma de criança”. Gavroche é o que o francês chama de *gamin*, no seu primeiro sentido, de viver a brincadeira e as licenciosidades das ruas, com espírito crítico, gozador e libertino<sup>143</sup>. A palavra foi incorporada ao vocabulário francês para denominar menino parisiense, irreverente, zombeteiro e corajoso<sup>144</sup>. O pseudônimo é uma escolha mais que acertada para um redator d’*O Pirralho* – afinal, Gavroche, assim como o *personagem Pirralho*<sup>145</sup>, é de espírito

<sup>143</sup> JÚNIO, Milton Marques. Gavroche, um espírito libertário. *Carlos Romero*. Disponível em: <<https://www.carlosromero.com.br/2020/10/gavroche-um-espírito-libertário.html>>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

<sup>144</sup> LAROUSSE, dictionnaires de français. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/gavroche/36350>>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>145</sup> A revista utilizava-se com alguma frequência da figura do Pirralho como personagem ativo, principalmente quando se tratava de entrevista. Algumas vezes os repórteres d’*O Pirralho* saíam a campo, mas em outras o próprio *Pirralho-gente* era o responsável pelas “estripulias” publicadas (CRESPO, Regina Aida. Crônicas e outros registros: flagrantes do pré-modernismo (1911 - 1918). Mestrado em teoria literária, Universidade Estadual de Campinas, 1990. p. 48).

libertário, riso largo e deboche constante. Em um primeiro momento, simplesmente reconheci no pseudônimo o recurso da publicação de fazer d’*O Pirralho* um personagem ativo, contudo, se comparadas as formas de escrever e a maneira com que se dirige ao público, as assinaturas “Gavroche”, “B.” e “Baby” são próprias de Benedito de Andrade<sup>146</sup>.

Durante o período em que Baby esteve na direção d’*O Pirralho*, as publicações acerca da jogatina tomaram lugar de destaque na revista. Uma série de artigos foi publicada, acompanhada por fotografias dos frontões e casas de aposta, nas palavras da revista, verdadeiros covis “de uma hespanholada suja, que de ha muito vem infestando a capital de S. Paulo”<sup>147</sup>. A frase, um tanto quanto virulenta para os padrões d’*O Pirralho*, não deve simplesmente ser taxada ao estilo mais combativo de Baby. Trata-se de uma chamada sobre o artigo que deve vir no próximo número da publicação; como tal, compete ser mais chocante e promissora, uma vez que pede a compra do próximo volume. Ainda assim, os artigos desse momento em muito se assemelham à campanha posteriormente engendrada por Baby n’*O Parafuso*. Anos depois, o próprio *Parafuso* indica que promoveu campanha contra o jogo em outro semanário – certamente *O Pirralho* –, chamando-a de violenta, para incitá-la novamente:

Foi ha tempos num outro semanario então sob a direcção do nosso actual director, que uma campanha séria, violenta e bem orientada poz em alvoroço o meio jogador de S. Paulo forçando a policia a tomar energicas providencias repressivas contra o nosso maior cancro, o insaciavel malheiro dos que confiam exclusivamente na sorte. Reencetamos hoje essa campanha, certos de que fazemos um bem, de que prestamos um relevante serviço a todo o S. Paulo.<sup>148</sup>

Como é próprio de publicações periódicas ilustradas desse início de século, contudo, essas revistas não se comprometem a encerrar um assunto, ou ao menos, não explicitam suas escolhas ao público leitor. O período de Baby n’*O Pirralho* tem fim no número 154, datado de 8 de agosto de 1914. O número seguinte é lançado somente em 3 de outubro daquele mesmo ano, após um hiato de quase dois meses. Em sua primeira página de

<sup>146</sup> GALOTTA, *op. cit.*, p. 26. Ver também LEMO, Felipe Arroyo. *A Caipirópolis, A Construção do imaginário urbano em São Paulo 1911-1918*. Mestrado em História Social, PUC-SP, 2019. p. 56-57. Para uma série de outros paralelos e apontamentos que embasam a identidade do pseudônimo.

<sup>147</sup> FRONTÃO BÔA VISTA. *O Pirralho*, São Paulo, vol. 4, n. 150, p. 7. jul. 1914.

<sup>148</sup> O PARAFUSO, ano I, n. 15, p. 5. 1915. A nota também viabiliza confirmação de Gavroche como Baby de Andrade.

texto, a revista traz rápida *chronica editorial* que se regozija com o retorno da publicação, sem muito explicar.

Depois de uma curta pausa reaparece hoje o vosso querido Pirralho, mas reaparece sob um novo aspecto, ou antes tal qual vós vos acostumastes a vel-o durante os dois primeiros annos de vida gloriosa e triumphante.

É o *Pirralho* hilare e franco, que critica sem offender, lança a *boutade* sem ferir susceptibilidades, discute sem maguar, bisbilhota sem fazer corar, é emfim o *Pirralho* que foi nos seus primeiros annos de publicação a mais galharda, a mais popular e mais chic revista de São Paulo. [...] E do mesmo modo que trataremos de deliciar os nossos leitores com as antigas secções, suprimiremos as que não estavam de accordo com a nossa orientação e com o sentir unanime dos nossos amigos e leitores.<sup>149</sup>

O artigo de fundo fala claramente como a publicação parece ter tomado forma inconsequente, criticando de maneira ofensiva, lançando *boutades* – tiradas espirituosas e engraçadas – que criavam ressentimentos e mágoas, e intrometendo-se de maneira pouco discreta. A linha editorial de Baby parece não ter agradado seu antigo diretor, que agora tomava de volta a publicação. A saída de Baby de Andrade foi formalmente anunciada pela revista em curta nota seguinte ao artigo de fundo, bem como noticiada na imprensa diária. A *Secção Livre d’O Estado de São Paulo* trazia curta nota sobre a troca de diretores em edição daquele mesmo mês.

As páginas das revistas ilustradas e jornais de circulação diária, que se referiam ao jogo do bicho com uma piscadela de olhos e um sorriso<sup>150</sup>, permitem acesso, por meio de uma espécie de passagem subterrânea, à experiência da modernização, da urbanização e do novo relacionamento entre o Estado e a sociedade por que passava o Brasil<sup>151</sup>. As *chronicas* mundanas relacionadas aos jogos de azar, com enfoque especial no do bicho, deixam ver a ambiguidade da prática, o esforço para caracterizá-la e a luta interna e diária dos personagens que se fazem presentes. Ainda assim, como ficará mais claro adiante, a própria tentativa de humor, troça e piada revela estratégia preceptória que também contribui na definição que os cidadãos desenvolviam sobre o jogo, os jogadores, os espaços e todos que vivem no entorno

<sup>149</sup> AOS NOSSOS leitores e amigos. *O Pirralho*. São Paulo, vol. 4, n. 155, p. 3. out. 1915. CAPELA, 2009, p. 40 afirma: “A primeira das saídas de Juó Bananére de *O Pirralho* deveu-se a discordâncias [...] com relação a linha editorial que Baby de Andrade havia imprimido à publicação”. O próprio Alexandre Marcondes Machado, criador do personagem Bananére, afirma que interrompeu sua colaboração n’*O Pirralho*, “[...] por incompatibilidade com o diretor do pasquim, o ‘Sr. Babi (Benedito) de Andrade e sua péssima orientação’”, a retomando “[...] em outubro de 1914, quando o jornal volta a ser dirigido e animado por Oswald de Andrade” (SALIBA, 1997, p. 114).

<sup>150</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 21.

<sup>151</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 27-28.

das práticas de azar na São Paulo modernizada. Nas charges de Voltolino, os jogadores de roleta e *baccarat*, habitués dos *clubs* das ruas centrais, eram notoriamente retratados com terno alinhado, relógio de bolso, chapéu e bengala. Enquanto, do outro lado, os agenciadores do bicho portavam vestimentas mais soltas, com aparência desleixada.

Ficou evidente como as vozes sobre o bicho tensionam conceitos tidos como basilares sobre a modernização de São Paulo. Simultaneamente, contudo, as vozes que se sobressaem, seja pelo volume ou pela repetição, são aquelas que condenam a prática do jogo. Ao fazê-lo, seus argumentos levam à discussão sobre os costumes e a moralidade na cidade moderna sob diferentes prismas. É significativo, por exemplo, notar que, além de *hydra famélica*, outro vocábulo utilizado pelas revistas paulistanas para se referir ao bicho era “cancro”, termo que designa mais de uma centena de males que afetam o organismo humano, mas que têm ao menos um item em comum: o crescimento celular descontrolado e a disseminação de células anormais. Assim, não é nenhuma coincidência que as autoridades do Rio tenham agido imediatamente contra o jogo no momento em que ele se deslocou para fora dos limites do Zoológico. Para uma cidade em ebulição, de práticas modernizadas, espaços, roupas e costumes novos e europeus, não poderia haver algo tão pouco racionalizado, e já um tanto místico, correndo solto pela cidade.

Nas duas últimas décadas do século XIX – momento em que vieram “[...] a público mais de seiscentas publicações paulistanas, o quántuplo das quatro décadas anteriores”<sup>152</sup> – as revistas, aliadas à imprensa diária, estavam, por um lado, temerosas dos efeitos do jogo e, por outro, fazendo troça. Isso porque a imprensa ilustrada do período, de recente fluência na cidade, defrontava-se diariamente com transformações por que passavam o país e o mundo, muitas vezes sem saber como absorvê-las, posto que incompatíveis com o seu discurso e concepções ideológicas. Nesse contexto, alguns dos textos produzidos ficavam, por assim dizer, descompassados: a realidade era mais rápida do que o seu registro. Há que se postular, também, que como empresas capitalistas, a veiculação de uma miríade de artigos de diferentes temas, mesmo contrastantes, indica a vontade e a tentativa de angariar público maior. Essa heterogeneidade reforça o caráter pouco comprometido daquele periodismo, “veiculador de textos ligeiros, de consumo imediato, permitindo e até privilegiando a

---

<sup>152</sup> CRUZ, *op. cit.*, 2000. p. 77.

coexistência de vários pontos de vista – alinhando-se ao espírito daquele tempo”<sup>153</sup>. A imprensa periódica articula e é ela mesma articulada pela questão do jogo. Até mesmo os operários, e os influentes meios anarquistas, se ressentiam em afrouxar a disciplina convencional dos sentidos e insistiam no primado da palavra e da educação racional<sup>154</sup>. Daí as enormes controvérsias trazidas pelo bicho.

---

<sup>153</sup> MARTINS, *op. cit.*, 2001, p. 144.

<sup>154</sup> Na própria questão do bicho havia uma forte corrente dentro do movimento operário cujo objetivo seria criar a figura de um operário sem vícios, principalmente o álcool e o jogo. *A voz do trabalhador* e *A gazeta operária* publicam artigos insistentes combatendo a prática do jogo do bicho. A ordem do dia era legitimar a classe operária diante da sociedade, criar a imagem de um trabalhador virtuoso seria o principal respaldo para as suas reivindicações. (MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 88). Ver também CHAZKEL, *op. cit.*, p. 93 e SEVCENKO, *op. cit.*, 2014, p. 34.

## 1. 2. Os dias nos frontões e as noites nos boliches

Sr. legisladores, com licença da mythologia, sejam os Hercules dessa Hydra. Cortem de vez as cabeças multiformes desse vício que devasta os caracteres e as bolsas, em proveito de meia duzia de exploradores.<sup>155</sup>

Em fins do século XIX e início do XX, São Paulo, que já via defasadas suas alcunhas de *burgo*<sup>156</sup> e *borda*, via despontar ainda outra faceta. Junto dos cinematógrafos, restaurantes e bares, a cidade recebia diversos espaços em que se praticavam apostas. Já no início do século XIX, 1822, existiam duas casas de bilhar em que se praticava, além do bilhar, jogos de carta (víspera, lasquenete, marimbo e voltarete) e jogos da bola – passatempo preferido dos paulistanos<sup>157</sup>. Em 1875, Antonio Prado e outros homens de similar pose fundaram o Club Paulistano de Corridas, que, em 1881, teria o nome alterado para Jockey Club de São Paulo. A organização do clube de galopes em São Paulo – além de significar transição entre disputas esporádicas e o esporte moderno integrado ao lazer urbano nos moldes dos hipódromos europeus – simboliza a inauguração de um espaço em que espectadores pagantes poderiam fazer suas apostas de forma regular e regulamentada. Em 1897, a *boccia* era praticada com muito barulho nas bodegas do Brás e Bexiga<sup>158</sup>, onde também haveria apostas. Para além delas, havia os “dois frontões da cidade, explorados por uma só empresa” onde se jogava bola de *pêla*, *pella* ou *pelota*<sup>159</sup>. Os jogos de azar corriam soltos nesses espaços, e mesmo em plena rua, já com a participação de crianças<sup>160</sup>.

Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo, os frontões, junto aos boliches, velódromos e hipódromos, foram os espaços de apostas que mais estiveram em evidência nos anos iniciais da República<sup>161</sup>.

<sup>155</sup> RAMIRO. Chronica das Camaras. *O Commercio de São Paulo*, ano VI, 14 jun 1898, n. 2982, p. 2

<sup>156</sup> Identificado primeiro por Ernani Silva Bruno.

<sup>157</sup> CAMPOS, *op. cit.*, 2004, p. 286.

<sup>158</sup> ARAÚJO, *op. cit.*, 1981, p. 14

<sup>159</sup> JOGO da Péla, pêla, pella. Museu Virtual da lusofonia. Disponível em < <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario/jogo-da-pela-pela-pella/>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

<sup>160</sup> CAMPOS, *op. cit.*, 2004, p. 286.

<sup>161</sup> MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 58.

Com algumas poucas variações os Frontões e Velódromos eram espécies de miniginásios, como conhecemos hoje, compostos de pistas especiais para corridas a pé e equipadas com arquibancadas para abrigar o público expectador. A planta arquitetônica do *Frontão Brasileiro* [...] Nota-se que eles eram compostos por duas pistas de corridas, uma de conchas e outra de areias e mais um passeio. Arquibancadas, em sua forma tradicional, construídas ao longo das pistas, se erguiam verticalmente do solo de modo a possibilitar a ampla visão das pistas e dos atletas pelo público apostador. Alguns camarotes, em pontos especiais, completavam os lugares destinados ao público VIP. Num espaço contíguo às pistas e arquibancadas ficavam concentrados, conforme mostra a planta, os sanitários para homens e mulheres, a casa das *Poules* para a aposta, a adega, a cozinha e o Botequim, formando a área de trânsito e concentração do público nos intervalos das corridas.<sup>162</sup>

Protegidos pela prática dos *sports*, já em voga naquele momento, esses espaços promoviam jogatina entre espectadores que podiam palpitar – e apostar – a respeito do jogador mais veloz, daquele que marcaria mais pontos ou do time vencedor. As características esportivas e de espetáculo das corridas foram utilizadas como argumento em defesa do seu funcionamento legalizado. Contudo, foi justamente sua vinculação com *bookmakers*, responsáveis por vender, e eventualmente pagar, pelas pules de apostas adquiridas, que suscitou a atenção da imprensa e da polícia. Em 24 de maio de 1893, por exemplo, os *bookmakers* já incomodavam no *turf* paulistano que ainda engatinhava. Em artigo na primeira página n’*O Commercio de São Paulo*, sob título *Sport* e sem assinatura, lê-se:

Os *bookmakers*, corridos do Rio pelo justo imposto que lhes lançaram, buscam novos campos para suas explorações.

A alegria que experimentamos por ver o *turf* fluminense livre da praga que lhe sugava todos os seus elementos vitaes, só póde ser comparada ao pezar dos sentimentos por vêr que o nosso *turf* é o centro escolhido para as suas especulações.

Não ha dia em que não chegue ao nosso conhecimento alguma reclamação contra taes individuos.

Ainda ante-hontem um conhecido cidadão fez uma aposta numa dessas casas. Tendo-a ganho, foi recebê-la e qual não foi seu espanto ao ver que lhe negavam o pagamento a pretexto de que o titulo da aposta tinha sido trocado *por engano*.

Factos destes não se commentam.

O que achamos é que a policia, que tem agora desenvolvido tanta actividade de cercando casas a pretexto de cohibir o jogo, devia, por um meio qualquer, evitar que os *bookmakers* se enganassem tão amiudadas vezes.

Para que o publico veja o quanto nosso *turf* é explorado pelos *bookmakers* basta dizer que o movimento da casa de poule do Jockey-Club, no domingo

---

<sup>162</sup> MELLO, *op. cit.*, 2017, p. 58.

passado, foi de pouco mais de 48 contos. No entanto, um *bookmaker* vendeu só em *tontinas* mais de 37 contos.

O jogo na casa de poule aproveita ao desenvolvimento do nosso *turf*, que precisa de todo apoio, mas nos *bookmakers* só redundo prejuízo do público, aproveitando apenas ao dono do estabelecimento.<sup>163</sup>

Já perseguidos e taxados no Rio, os promotores de apostas, *bookmakers*, cariocas buscavam em São Paulo um novo mercado, livre de encargos. Tão logo se iniciou, o novo divertimento das elites já corria o risco de especulação exagerada e, pior, enganosa. Acontecimentos como o narrado naquele dia, segundo o jornal, eram recorrentes e chegavam sempre à mesa da redação. No volume seguinte, na mesma seção, o jornal publicava na íntegra as resoluções cariocas que versam sobre as atividades dos *bookmakers* naquela municipalidade, pedindo que a Câmara Municipal paulista lesse com atenção o documento que apresenta o zelo e a energia com que o Rio “começa a velar pelos interesses do público, promulgando medidas que, aqui em S Paulo são absolutamente inadiáveis”. Primeiro, o artigo estabelecia, por exemplo, que os *bookmakers* só poderiam vender os bilhetes de apostas (pules), como os das sociedades de corridas, não sendo permitido nenhuma outra espécie de jogo<sup>164</sup> — uma possível referência às diversas modalidades esportivas também praticadas nos frontões e boliches.

Aos poucos, entre as falas dos colaboradores dos jornais, apareceram algumas referências aos frontões e *bookmakers* com argumentos semelhantes. Em um primeiro momento, a presença dos *bookmakers* já se fazia sentir na cidade, seja pelo fato de ser uma novidade da vida que se modernizava, ou pelo incômodo que traziam ao não honrar seus compromissos financeiros.

No ano de 1893, o cronista Luiz de Castro, d’*O Commercio*, buscava refúgio da cidade grande no interior, onde “julgava encontrar [...] vida calma e isenta de paixões, prazeres simples e campestres, uma aldeia com as suas casinhas de *sympathica* apparencia, uma rua bem calçada, aceiada e iluminada, não a gaz nem a eletricidade, mas sómente com candieiros de keroséne, ou mesmo de azeite, que ainda é melhor para a vista. Oh! Doce e

---

<sup>163</sup> SPORTS. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 24 mai. 1893, ano I, v. 99, p. 1.

<sup>164</sup> SPORT Os bookmakers. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 25 mai. 1893, ano I, v. 100, p. 1.

santa illusão!”<sup>165</sup>. O que acabou encontrando lá foram “os mesmos defeitos e até os mesmos vícios” da cidade grande:

Sem falar na maldita mania da loteria, que é geral, do Amazonas ao Prata, e que de ha muito é considerada *nacional*, tambem aqui jogam roleta e lasquenete, tambem aqui se occupam com a vida alheia, inventando quanta mentira ha, tambem aqui abundam os *pique-assiettes*, tambem aqui existem politiqueiros.<sup>166</sup>

Castro estava claramente entristecido com o estado das coisas no interior. Na expectativa de encontrar longos dias de poucos afazeres e noites pontuadas pela melhor iluminação das lamparinas a querosene ou a azeite, ele acaba por topar com toda sorte de adversidades, segundo ele, típicas de cidade grande: não só os vícios, que ele imediatamente associa às loterias, roleta e lansquenê (jogo de cartas similar ao “trinta e um”, ganha quem conseguir juntar 31 pontos primeiro) – que, aliás, comprazem cidadãos de todo o país –, mas também os que se regozijam no mexerico; os políticos mentirosos e os *pique-assiettes*, ou parasitas, bisbilhoteiros e caloteiros. Os jogos de azar, ele continua, têm partida iniciada

de noite, continuando durante todo o dia seguinte, e às vezes mais além, tal qual nas grandes cidades.

Ora, como o brasileiro é muito jogador, não me admiraria que o mal que aqui noto fosse geral.

Não faltará quem me objecte, com ar triunphante : “Na Europa, tambem se joga.”

De accôrdo : mas o que me entristece, é que, em vez de imitarmos os paizes estrangeiros no que elles têm de bom, apenas apanhamos os seus defeitos, que temos o cuidado de exaggerar, devido sem duvida á exuberancia do nosso temperamento.

Por exemplo, não nos contentamos de instituir as corridas e o jogo nos prados. Fundamos tambem bancos de aposta, que, sob nomes inglezes, não são mais do que verdadeiras casas de jogo, onde o mais esperto não é o jogador.

Desenvolvendo-se a mania, graças á fertilidade do clima, argumentaram tambem os prados e, necessariamente, os taes bancos. Não sei se a raça cavalari tem lucrado muito com isto; mas o que é certo é que muita gente tem enriquecido com pouco trabalho.<sup>167</sup>

<sup>165</sup> CASTRO, Luiz de. Ao Acaso, Coisas da Terra. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, ano. I, n. 253, 2 dez 1893 p.1.

<sup>166</sup> CASTRO, Luiz de. Ao Acaso, Coisas da Terra. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, ano. I, n. 253, 2 dez 1893 p.1.

<sup>167</sup> CASTRO, Luiz de. Ao Acaso, Coisas da Terra. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, ano. I, n. 253, 2 dez 1893 p.1.

Castro dá a entender que um dos motivos de sua escapada campestre era justamente refugiar-se do centro urbano em que campeava a jogatina e encontravam-se sujeitos escusos; mas, “como o brasileiro é muito jogador”, não lhe surpreende que o mal fosse geral. Em divertida associação, Castro faz referência à recente europeização dos grandes centros urbanos, lamentando que adotemos, também, os defeitos europeus – não só adotamos, como temos o cuidado de exagerar, elevando-os a novos patamares. Igualmente chamativa é a relação que o cronista traça entre os jogos de apostas e o fato deles se iniciarem no período da noite. Desde pelo menos a idade média a noite deveria ser reservada ao descanso, em oposição ao dia, ligado ao espírito e ao trabalho. Com a expansão da industrialização no século XIX, essa noção foi reafirmada. Assim, nada mais contrário ao trabalho do que o ócio do jogo praticado à noite<sup>168</sup>.

Anos depois, ainda no n’*O Commercio de São Paulo*, a discussão acerca dos jogos de apostas e *sports* — dessa vez não o turfe, mas a péla — volta à tona quando o Theatro Polytheama, importante espaço cultural da cidade, é transformado em boliche. A pauta, de longa duração no jornal, tem início quando o Theatro consegue, junto à Câmara Municipal, licença para estabelecer um boliche no local, encerrando os concertos em favor de oferecer diversas modalidades de *sports* passíveis de apostas.

Decorreu já cêrca de um mez, e continúa o Polytheama transformado em casa de sport, palavra que hoje em dia deve ser tomada em S. Paulo em sua accepção menos rigorosa. [...] É nosso unico intuito, traçando estas linhas, protestar contra a transformação do Polytheama em casa permanente de jogo, o que reduz os dous theatros de S. Paulo a um só, o Apollo, de dimensões assás pequenas para accomodar companhias de certa ordem.<sup>169</sup>

A nota, que não leva assinatura alguma, permite propor uma relação entre as casas de *sport* e os jogos de azar. Desgostoso com a situação de um dos dois únicos teatros de São Paulo ter vertido sua caixa-mágica para os jogos, o jornal não entra no mérito do permitido ou ilegal. De início, a publicação não lança opinião sobre a índole do jogador e do próprio jogo, mas, ainda assim, faz protesto, que não termina nessa primeira nota. Outras continuam aparecendo esporadicamente n’*O Commercio*<sup>170</sup> até que colaborador Fabrício Pierrot, passa a

<sup>168</sup> MATOS, *op. cit.*, 2007, p. 31.

<sup>169</sup> POLYTHEAMA-BOLICHE. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1504, p. 1, 26 abr. 1898.

<sup>170</sup> Ver, por exemplo, n. 1511, também de 1898, seção Palcos e salões, p. 1.

dedicar sua coluna *Rabiscos* ao tema<sup>171</sup>. Segundo ele, o público paulistano pouco ia aos teatros e às diversões que não possuíam o demônio do jogo. No número 1513, de 1898, Pierrot conta que teria recebido uma missiva, possivelmente de um leitor, que corroboraria o que ele vinha falando sobre os recém-instaurados espaços de jogo na capital.

A policia de S. Paulo, que tem querido demonstrar a aversão que vota no jogo, continúa a dar as mais cabaes provas de sua inepcia e bôa disposição para illudir aos que, ainda sobejamente tolos, acreditam na sua seriedade.

Com o maior espalhafato possível, ella tem apprehendido e inutilizado innumeradas roletas com os seus pertences e multado pesadamente os jogadores e com essa medida tem ganho geraes applausos da imprensa desta capital. No emtanto, genero de jogo ainda mais illicito existe por ahi publicamente, com rotulo de *sport*, onde, diariamente, vai entregar o resultado dos seus labores uma multidão de homens, na maioria pobres, que, illudidos com as famosas poules duplas, lá vão entregar a uma associação de *barrigudos*, inevitavelmente, os 15% de *praxe!*...<sup>172</sup>

Nota-se, já desde o início da carta, a linha editorial de oposição d'*O Commercio*. Ao destacar a ineficácia da polícia de São Paulo em relação ao jogo, Pierrot é cético, e mesmo desafiador, ao sugerir uma falta de confiança nas instituições estabelecidas pela recém-instaurada república. Ao denunciar que a polícia de São Paulo estaria varejando tão somente locais em que havia roleta, apreendendo o aparato de jogo, o autor se mostra pouco impressionado, divergindo do que vinha publicando o restante da imprensa. Para ele há um jogo mais ilícito que assola a capital. Mais uma vez, sob o rótulo de *sport*, estariam se escondendo oportunidades de jogo largamente aproveitadas por uma multidão de homens pobres. Se é possível haver um jogo mais ilícito que outro, resta indagar qual aspecto está sendo usado para caracterizá-lo como tal. Há duas interpretações possíveis, que, inclusive, não se cancelam. A primeira é de que o autor da missiva se incomoda com o fato de os *sports* como tais, recém-chegados numa cidade em trânsito de modernização, exemplos perfeitos dos novos hábitos citadinos, promotores de uma vida regrada e estruturada, estarem sendo associados a algo tão pouco racional e improdutivo. Outra possibilidade, somada àquela, é de que o incômodo venha justamente do fato dessa modalidade de jogo atrair os trabalhadores urbanos pobres, diferente das roletas, jogadas em *clubs* restritos a poucos e pagantes membros.

<sup>171</sup> Ver número 1512 e 1513 de 1898.

<sup>172</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos... *O Commercio de São Paulo*, ano VI, 6 mai 1898, n. 1513, p. 1.

O início do século XX revisita novas práticas esportivas que passam a disciplinar, acompanhar e treinar os corpos de cidadãos modernizados. As práticas, que deveriam acompanhá-los durante toda a vida, foram sistematizadas sob nova ciência: a educação física. Pregando uma disposição instintiva à ação disciplinada, à coordenação coletiva de movimentos e propósitos e a seguir um conjunto fixo de regras, limites e alternativas<sup>173</sup>, a disciplina tornou-se principal aliada na discussão quanto à legalidade das apostas em diferentes partidas esportivas. Se por um lado a modernidade impulsionava novas práticas desportivas e o disciplinamento dos corpos, essas também emergiam como um novo campo de articulação do jogo e das apostas, e estes, como espaço de possível subversão daqueles ditames, possibilitaram o extravio de uma rota normatizada.

Ainda segundo o autor da carta, a roleta seria proibitiva para os pobres por uma questão de valor de ingresso ao local do jogo, bem como a determinação da compra de uma quantia mínima de fichas. As roletas estavam mais comumente presentes em *clubs* reservados aos endinheirados. Locais fechados que exigiriam associação, mediante pagamentos regulares, indumentária adequada, além de uma série de outros requisitos, os *clubs* estariam, portanto, restritos às elites. Adiante, esses espaços serão abordados de forma mais minuciosa, mas interessa analisar como o autor da missiva traça esse paralelo antes mesmo de o jogo do bicho aparecer nas páginas dos jornais diários da cidade.

É sabido que ás casas onde existem roletas só concorrem gente que tem muito dinheiro e jogadores de profissão e, não menos sabido é também que nessas casas o ingresso se tonar difficultoso aos que não são assíduos frequentadores, devido á sua pouca ou nenhuma publicidade. E mesmo que publico fosse esse genero de jogo, delle estaria livre a classe pobre, e a razão é a que passo a expôr.

Quem se resolve a ir a uma casa de jogo dessa natureza, não o faz sem ter uma importancia sufficiente para comprar determinada quantia de fichas e essa quantia nunca é menor de 5\$.

Ora, nestes tempos *bicudos*, é raro encontrar-se um homem da verdadeira ascepção da palavra — pobre — com aquella quantia e muito principalmente quando volta de seus labores, que só traz o sufficiente para o bond e cigarros, ao passo que nos boliches e frontões, além da facilidade do ingresso, com cinco tostões esta habilitado a jogar qualquer incauto!

Alguns, para infelicidade propria, vão um dia a taes jogos e ganham dahi com a bocca *doce*, como é usual dizer se, voltam e tornam-se assíduos na

---

<sup>173</sup> SEVCENKO, *op cit.*, 2014, p. 43-72.

frequencia, succedendo-lhes invariavelmente o apparecimento da monomania que não poucas vezes os torna verdadeiros loucos!<sup>174</sup>

O argumento do autor trata justamente da facilidade de acesso aos espaços em que se joga. Essa acessibilidade estaria fazendo com que milhares de homens se perdessem em meio ao jogo, despendendo sua parca economia, uma que lhes garantia somente a passagem do *bond* e cigarros, em apostas. Segundo ele, os sujeitos, ao ganharem, talvez por sorte de principiante, perdiam-se, enlouqueciam, viciavam. O fato de o acesso ao ambiente ser tão simples, desimpedido e barato, fazia com que, antes de se tornarem jogadores inveterados, os homens fossem simples incautos, que, ao verem as portas da casa abertas, eram ludibriados pela ilusão do ganho, com tão pouco investimento. Anos antes, inclusive, Coelho Netto, em crônica sobre os acontecimentos da semana no Rio de Janeiro, indicava como os frontões, com suas *quinielas*, podiam servir, também, como espécie de porta de entrada para o jogo na roleta.

Ha homens que vivem actualmente de quiniellas; vão para as canchas com a gravidade com que um empregado publico vai para a sua secretaria e o jantar da familia depende, muitas vezes, do saque do Largo ou do rebote do Goenaga. Se ganham, correm à noite para a roleta; se perdem, fixam-se na rua do Ouvidor para a *dentada* no primeiro amigo.

A policia anda ainda preocupada por outros lados, não tem tempo de pensar nessa parte da população que atrophia no vício, crianças, inclusive, que fogem ás aulas e vão para as arenas gananciosas, offerecendo pequenas quantias para uma vacca em Bilbáo. Isso não é tão extranhavel como o que actualmente se vê : senhoras, mães de família, com um rancho de filhos, afflictas, de um para outro lado, as mãos cheias de poules, pedindo palpites, discutindo tribofes. Mas, que se ha de fazer ? a phase é de jogo, esperemos a reacção de miseria.<sup>175</sup>

Ao ganharem algum dinheiro com os saques ou rebotes dos *sportistas* das *quinielas*, os homens iam logo gastar os novos e dobrados cobs nas roletas. Os que não tiveram a mesma sorte precisavam apelar para o empréstimo de amigos, se não, não haveria jantar à mesa. As apostas (e os consequentes *tribofes*<sup>176</sup>) já eram parte do cotidiano das crianças também, que fugiam das aulas em favor dos frontões. Apesar de não mencionadas na missiva recebida por Pierrot, as mulheres, como se vê, também se preocupavam com os palpites nos frontões e boliches. O trecho sugere que mulheres, senhoras e mães de família, mesmo ocupadas com *um rancho de filhos*, estariam preocupadas com o jogo, pedindo

<sup>174</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1513, 6 mai. 1898, p. 1.

<sup>175</sup> NETTO, Coelho. Correio Fluminense. *O Commercio de São Paulo*, ano I, n. 370, 31 mai. 1894, p. 1

<sup>176</sup> m.q. falcatura, fraude.

palpites e discutindo *tribofes*. Ainda assim, Coelho Netto termina a *chronica* resignado, afinal, “a phase é de jogo”. E que longa fase seria.

Compete, também, outro argumento, dado por Pierrot na coluna do dia anterior ao recebimento da carta acima. Ao tratar da transformação do Theatro Polyteama em boliche, no número 1512, também de 1898, Pierrot alega que as casas de diversão prejudicam o comércio por estarem situadas em ruas centrais.

Prejudicam o commercio semelhantes casas de diversão (?), porque, situadas em ruas centraes da cidade, a dous passos do largo do Rosario, sua entrada é acessivel aos caixeiros que o patrão manda á rua, para um serviço muitas vezes urgente. Sei de muitos negociantes que, receiando isso, poupam o mais possivel as pernas de seus empregados.<sup>177</sup>

Na primeira década do século seguinte, o fato de casas lotéricas estarem situadas em ruas centrais, as mesmas que se queriam exemplo máximo daquilo que a modernização e urbanização de São Paulo poderia ser, também seriam foco de crítica incisiva pela imprensa – dessa vez, inclusive, ilustrada. Já adquirida a habilidade de publicar fotos, as revistas passariam a estampar, por vezes em páginas inteiras, fotos e foto-colagens das fachadas das casas que atraíam olhares e clientela mil. Nas colunas de Pierrot, para mais, há o argumento de que, estando nas ruas centrais, as casas de *sport* seriam destino atrativo e de fácil acesso a todos aqueles que por ali passavam. É justamente essa simplicidade que estaria afetando o trabalho daqueles que se deixavam desviar da rota e obrigação estabelecidas, em favor de um rápido *joguinho*. Daí a periculosidade da prática, que faria do trabalhador honesto e do patrão preocupado jogadores inveterados e sofredores dos malefícios – e pior, em plena rua Direita.

A coluna que Pierrot constrói em torno da missiva recebida tem, ainda, um outro ponto de interesse. Ao finalizar sua carta, o autor anônimo provoca:

Finalizando, resta-me perguntar ao dr. chefe de policia: Porque prohibe o jogo da roleta, que dá ao banqueiro 5% de lucro, e não faz o mesmo quanto aos frontões e boliches, que dão 15%?

É naturalmente porque a alta politica desta infeliz patria se acha envolvida e é interessada na alta extorsão!<sup>178</sup>

Como colaborador de uma publicação de oposição, Pierrot cumpre seu papel ao sugerir que os políticos “desta infeliz pátria” estariam extorquindo o jogador pobre. O autor

<sup>177</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1512, 5 mai. 1898, p. 1.

<sup>178</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1513, 6 mai. 1898, p. 1.

insinua, ainda, que haveria não somente uma cumplicidade política, como também uma de origem na polícia. A ideia de que a força policial estaria envolvida, seja usufruindo do jogo como indivíduos, seja como operação de maior escala que estaria beneficiando mesmo uma facção toda, é uma que permeou as campanhas contra o jogo tanto n’*O Commercio* quanto n’*O Parafuso*, aquele por ser publicação de oposição e esta por ter como defensor principal o Povo — assim, grafado em maiúscula mesmo. Há de se notar, ainda, que, apesar de haver um repúdio contra os jogos de apostas populares e, posteriormente, o do bicho, havia, por parte da imprensa, um asco aos jogos de azar como um todo. Logo no início do século seguinte, as campanhas contra o jogo passaram a focar os *clubs* fechados onde se jogava na roleta. A partir deles a imprensa revela, ou mesmo cria, uma relação conflituosa e embaralhada entre espaços e as modalidades de jogos de azar. Refere-se aqui justamente a essa cobrança do colunista, ou melhor, do autor da carta, em relação à tratativa da roleta e dos jogos de apostas nas casas de *sport*. Sobre esses havia resguardo mambembe da disciplina como capaz de orientar palpites, mas sobre aquela não se pode, jamais, esperar o mesmo, uma vez que é totalmente pautada pelo acaso. Contudo, posteriormente, os *clubs* reservados à elite vão se apoiar na posição social e política de seus sócios para resguardar seu direito ao jogo de azar — o que, notavelmente, não vai acontecer sempre de maneira velada.

No número seguinte, Pierrot mostra, justamente, essa contradição, esse resguardo mal resguardado que os apostadores de *sports* colocam em sua capacidade de julgar destrezas e habilidades do esportista.

Não são jogos de azar — affirmam em pareceres pesadões, juriconsultos e advogados. A policia assim tambem o entende, tanto que não lhes prohibe o funcionamento publico e diario e leva sua condescendencia, de mãos dadas com a Camara, ao ponto de tolerar que um teatro se transforme definitivamente em boliche. [...] Seja, porém, quaes forem os fundamentos desses pareceres, o caso é que o Codigo Penal prohibe terminantemente os jogos de azar, e os jogos de azar, segundo o art. 370, são aquelles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte.

A lei só não comprehende nessa prohibição (¶ unico do art. cit.) as apostas de corridas a pé ou a cavallo, ou outras semelhantes.

Portanto, para ser permittido o funcionamento de frontões e boliches, de duas uma: ou não são jogos de azar ou, se o são, acham-se incluídos na excepção aberta pelo Codigo.<sup>179</sup>

<sup>179</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1514, 7 mai. 1898, p. 1.

De fato, as apostas nos páreos do *turf* eram comuns e mesmo importante fonte de renda que custeava as altas despesas dos hipódromos, mais ainda que a venda dos ingressos. “Pelos espetáculos que oferecia o Jockey Club de São Paulo poderia descontar uma taxa de administração que variou entre 10 e 15% do valor apostado”<sup>180</sup>. Repletos de atividades, esses espetáculos compreendiam uma série de atividades que atenderiam a todos que quisessem participar. Em um desses eventos, por exemplo, o espectador podia esperar, além das corridas de cavalos, outras a pé, com sacos, de uma perna só e até com um dos mais recentes e impressionantes inventos modernos: a bicicleta. N’*O Correio Paulistano* de 12 de julho de 1891, um anúncio, que toma boa parte da última página do jornal de quatro laudas, conta sobre evento “em benefício” do *S. Paulo Athletic Club*, a quem o Hipódromo Paulistano havia sido “gentilmente concedido pela distinta directoria”. O reclame expõe a ordem de cada competição bem como seus competidores. Primeiro haveria de ocorrer a corrida rasa (100 metros), em seguida uma de 1500 metros sobre um “velocípede de duas rodas”, seguida pela corrida de obstáculo (120 metros), uma de 80 metros intitulada “Corrida com ovo numa colher” e assim sucessivamente, até a décima segunda competição: a “Corrida para desafortunados” — certamente um consolo para os perdedores. Entre as competições, havia, ainda, uma “corrida de sacos” com seis rapazes inscritos; uma de “três pernas” e, antes de finalizar o dia com a dos desafortunados, a “corrida para homens casados”, cuja entrada, o anúncio afirma, ser “no prado Handicap”. Por fim, o anúncio deixa claro, também, que haverá prêmios: “objectos de valor, de arte e de utilidade”<sup>181</sup>. As benesses o *club* estaria certamente recolhendo em forma de ingressos, ou bilhetes, como também informa o anúncio: “Archibancada especial, 5\$000 ; archibancada geral 2\$000. Entrada franca aos socios...”. Os bilhetes poderiam ser retirados nas casas *Garaux e Levy* — importantes *magasins* de compras à francesa do centro de São Paulo. Mesmo que os ingressos angariassem alguma soma ao *club*, o grosso viria em forma de apostas. Assim, o anúncio também deixava claro que haveria “*poules* para as diversas corridas”. Para dar conta do público “bonds especiais, banda de musica e bem servido botequim”<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> GAMBETA, *op. cit.*, p. 51

<sup>181</sup> JOGOS ATHLETICOS corridas a pé e a cavallo, por amadores. *Correio Paulistano*, 12 de julho de 1891. vol. 10450. p. 4

<sup>182</sup> JOGOS ATHLETICOS corridas a pé e a cavallo, por amadores. *Correio Paulistano*, 12 de julho de 1891. vol. 10450. p. 4

Pierrot, contudo, entende que, dispondo de uma pequenina dose de senso comum, o espectador, ao assistir uma única vez as *quinielas* nos frontões e boliches da cidade, logo reconhece jogos de azar perfeitamente caracterizados, estando muito longe de se assemelhar as corridas a pé ou a cavalo.

De facto; quem compra poules numa *quiniela*, não o faz baseado na destreza do pelotario ou bolotario, na habilidade deste ou daquelle em sacar uma *quiniela* ou atirar bolas por um estrado de madeira. Os frequentadores dessas casas jogam ao acaso, tanto em pelotarios bons como em maus, porque tanto estes como aquelles, quando querem, sabem manejar a cesta com pericia, da mesma fôrma por que conhecem os segredos de illudir o publico, deixando cahir a péla e fingindo contrariedade por haverem perdido o ponto.

Da sorte, exclusivamente da sorte, dependem o ganho e a perda, com o aggravante de ser aquelle substantivo tomado muitas vezes em uma accepção que os dictionarios não explicam, mas que o publico designa sob o nome de *tribofe*.<sup>183</sup>

A coluna continua, com Pierrot exemplificando as fraudes, *tribofes*, cometidas durante um fictício jogo de *péla*. Seriam justamente essas partidas fraudulentas que incapacitariam os apostadores, principalmente os *habitués*, de fazerem seu jogo com os indicadores disponíveis — isto é, qual *pelotário* é o melhor no saque, rebate, mais e menos veloz, forte etc. Conhecendo a força dos jogadores, ficaria fácil fazer uma aposta — ainda que reste um elemento do acaso. Contudo, Pierrot argumenta que os *pelotários* têm combinados entre si antes de iniciar a partida, certamente guiados por interesses comerciais dos *bookmakers* ou deles próprios, que, vez ou outra, receberiam propina<sup>184</sup>. Minado o divertimento *sportivo* e descobertos os *tribofes*, perdia o público, mesmo que só temporariamente, a confiança na casa e no *sportista*, uma vez que “solapavam justamente o princípio de isonomia que ele deveria preservar”<sup>185</sup>.

A coluna de Fabricio Pierrot continua dedicada à campanha contra os frontões e boliches por diversos números. Em 12 de maio de 1898, ele conta ter recebido uma nova carta de um “distincto escriptor, que se occulta sob o pseudonymo de B. Ibiraty”, que chega para segundar, “com excellentes armas, na campanha que em bôa hora” encetou. A tal arma

<sup>183</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1514, 7 mai. 1898, p. 1.

<sup>184</sup> GAMBETA, *op. cit.*, p. 51.

<sup>185</sup> GAMBETA, *op. cit.*, p. 51.

excelente seria nomear quem, de acordo com o autor da missiva, seria o responsável por introduzir os frontões na capital paulista:

E a nossa penna não póde deixar de apontar o nome do dr. José Luiz de Almeida Nogueira, lente da Faculdade de Direito, senador estadual e ex-deputado federal, como o introdutor dos frontões em S. Paulo, e creador de mais um boliche, esse que funciona alli, na rua de S. Bento, em pleno coração da cidade!

Por nosso intermedio, toda uma população condemna e crimina o dr. Almeida Nogueira.

Sim, foi s. ex. que transformou S. Paulo num novo Monte-Carlo; foi s. exa. que perdeu, que inutilisou para a vida social todos esses individuos que passam os dias nos frontões e as noites nos boliches, degradando-se moral e physicamente no ar mephetico e no meio impuro dessas casas de tavolagem, onde só se aprendem os grossos palavrões do *argot* réles da jogatina.<sup>186</sup>

Alguns pontos de interesse: ao chamar uma figura pública ao ringue, o culpabilizando e incriminando, Pierrot, já um pseudônimo, se utiliza de uma carta, inventada ou não, e também escrita sob pseudônimo. Mesmo acatando a hipótese de que Pierrot teria usado esse recurso narrativo em uma acanhada tentativa de se proteger contra possíveis retaliações, Ibiraty fala no plural, “nossa penna”, “por nosso intermedio”. Ao final da carta ele promete: “escrever sobre o turf, e o faremos no primeiro artigo, demonstrando como aqui infelizmente ele ainda não produziu resultado [...] As causas desse atrazo serão o objecto do nosso proximo artigo”. Sete números adiante, contudo, Ibiraty já abandona seu pseudônimo em nova carta enviada a Pierrot. Trata-se de Benjamin Motta, jornalista e anarquista, fundador do jornal *A Lanterna*, de 1901<sup>187</sup>. A missiva trata da figura do Senador Estadual José Luiz de Almeida Nogueira, que teria aberto um boliche em plena rua São Bento — umas das três principais e mais centrais vias da cidade que compõem o Triângulo Paulistano, importante ponto comercial, de encontros e negócios em formação. Mais uma vez, o inconveniente parece centrar-se no fato de a casa de jogos estar em uma rua central, bem como na degradação moral e física, causada pelos ditos miasmas presentes no ar “*mephetico*” da casa de tavolagem<sup>188</sup>. A noção de que frontões, bem como outros espaços de jogos de azar, não

<sup>186</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1518, 12 mai. 1898, p. 1.

<sup>187</sup> Benjamim Mota, também grafado Benjamin Motta (nome completo Benjamim Franklin Silveira da Mota), foi um jornalista e anarquista nascido no Brasil, na cidade de Rio Claro, em São Paulo em 2 de janeiro de 1870, fundador do jornal anticlerical *A Lanterna* no ano de 1901. Vindo de uma família de juristas, foi também advogado, formado pela faculdade de direito do Largo de São Francisco. Teve como amigos e colaboradores Neno Vasco e Edgard Leuenroth, entre outros libertários do início do século XX. Faleceu em 10 de dezembro de 1940.

<sup>188</sup> PIERROT, Fabricio. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1525, p. 1, 21 mai 1898.

eram ambientes higiênicos, foi uma que também se manteve durante os anos. Em 1914, n' *O Pirralho*, o frontão da Bôa Vista, em São Paulo, era caracterizado como *infecto covil*:

O Frontão Boa-Vista, podemos entretanto adiantar, é um fóco de moléstias contagiosas, pois que para lá affluem individuos sem escrupulo nem hygiene, que a todo momento escarram pelas paredes, pelo chão e pelos bancos. Está esse facto a exigir serias providencias da parte da Inspectoria de Hygiene, agora tão enpenhada na obra de saneamento. E o saneamento moral fica a cargo do dr. Secretario de Justiça que, ao depois das nossas informações, estamos certos que nos attenderá, mandando incontinenti fechar o asqueroso covil.<sup>189</sup>

A preocupação da publicação quanto aos boliches e frontões parece apenas crescer em números subsequentes, chegando, em 15 de maio de 1898, a figurar como um dos dois temas na primeira coluna do jornal. Hoje entendida como editorial, a coluna primeira d' *O Commercio de São Paulo*, intitulada *Os Sete Dias*, figura logo abaixo do expediente e vem assinada por um Espinosa. Nessa ocasião, o autor replica muito do que Pierrot vinha discutindo em sua própria coluna, sobre como o jogo tomava conta da cidade, as imoralidades de se jogar, a inépcia das figuras públicas e da força policial. Ainda assim, Espinosa soa resignado:

O jogo invade todos os recantos da cidade, os boliches tornam-se escandalosos, não ha duvidas. Mas se a policia não toma providencias, que havemos nós outros de fazer, além das censuras sem resultado pratico?

As loterias são entre nós instituição official. Daqui a pouco, os frontões e os boliches serão a origem de nossos futuros políticos e argentarios.

Vamos ver o que é que o dr. Costa Carvalho faz com os frontões que não têm licença para estabelecer suas casas de poules.

Dizem que S. Paulo vai ser transformado em um novo Monaco<sup>190</sup>

Conformado e paciente, Espinosa não vê grande valor nas censuras que *O Commercio* tem lançando ferrenhamente. Concorda com Pierrot, contudo, quanto à insuficiente, ou mesmo, negativa, ação da força policial. Por seu lado, preocupa-se com a possibilidade de as casas de tavolagem se tornarem instituições oficiais, de onde se originariam os futuros políticos e milionários, e indica que uma das possibilidades de contenção desses espaços seria a falta de licença oficial ofertada pela Câmara Municipal, esse sim documento impresso preto no branco, que não permitiria discussão acerca da permissão

<sup>189</sup> AINDA a espelunca denominada Frontão Boa Vista. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 150, p. 13, 11 jul 1914.

<sup>190</sup> ESPINOSA. *Os Sete Dias. O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1521, 15 mai. 1898, p. 1.

de seu funcionamento. Se a questão era, então, de cunho oficial, era momento do órgão de imprensa do governo entrar, enfim, na discussão.

Em março de 1898, o *Correio Paulistano*, também em editorial que abre o volume do jornal, faz a defesa, vejamos só, em prol do funcionamento legalizado dos boliches e frontões em São Paulo. Ao introduzir a questão, o jornal mantém um certo suspense sobre quem estaria sugerindo que o Polytheama se transformasse em boliche, mas é bastante transparente na noção de que, sem as pules, o tal esporte da *bola*, ou *bolota*, não seria capaz de angariar público algum:

Corre como certo que o theatro Polytheama vae ser convertido num *boliche*, sport mexicano do jogo da bola, ou bolota; naturalmente com as respectivas *poules*, sem o que a tal diversão seria de um incentivo... a afugentar para bem longe o publico.

Sob o ponto de vista da legalidade, parece-nos nada haver a oppôr á nova installação; por isso que o Codigo Penal reprime tão sómento os jogos de azar, definindo-os – aquelles em que o ganho ou a perda dependem exclusivamente da sorte. O projecto de codigo em adiantada elaboração no Congresso amplia essa noção, abrangendo entre os jogos de azar – os dependentes *exclusiva* ou *quasi* – exclusivamente da sorte. [...] Não vamos, pois, com aquelles que censuram o digno intendente por haver dado licença para essa installação. Verificado que não se trata de jogo de azar, o honrado funcionario, ainda quando supinamente lhe desagradasse a projectada transformação, careceria de competencia para obstar-a.

A liberdade, profissional é um direito garantido pela Constituição da Republica.<sup>191</sup>

Não contente em se empenhar pela frente do jogo de *bolota* como legal, o *Correio* também sai em defesa, mesmo que parca, do intendente municipal, certamente do PRP, como uma figura que não necessariamente é a favor do jogo. Também não passa despercebido pela publicação o lamentável fato de que, convertido em boliche, o teatro Polytheama, “única sala de espectáculos de dimensões algum tanto avantajadas que hoje possui a nossa capital [...] fique assim perdida para a arte dramatica ou as operas e operetas lyricas”. Notavelmente, o *Correio* também vai – aliás, muito rapidamente – dar a cartada da liberdade como um direito garantido pela República. De maneira a se resguardar e agradar a quem pede o fim da nova “casa de diversão *sportiva*”, o autor, não identificado, oferece como forma de reparo a ideia de se fazer tributação pesada dos ganhos. Segundo ele próprio: “venha, portanto, a opressão

<sup>191</sup> INTERESSES MUNICIPAES. *Correio Paulistano*, ano XLIV, 8 mar 1898, n.12453, p. 1

do imposto”. Sobre o assunto, o *Correio* também oferece sua opinião, trazendo para a discussão um novo fragmento de informação que tem se “propagado por ahí”:

Agóra, se, como tambem se propaga, atraz do *boliche* caminha, 'mascarada por ora, e afamada instituição dos *bichos*; então á auctoridade publica não faltará fundamento logal para intervir e reprimir com exemplar energia a corrupção e o abuso: pois esse, sim, é um verdadeiro jôgo de azar. E' immoral e criminoso.<sup>192</sup>

Apesar de não dar o braço a torcer, quanto a modalidade *de fato sportiva* praticada no Polytheama transformado em frontão, o jornal não está pronto para secundar, sob hipótese alguma, que o jogo do bicho, “esse, sim, um verdadeiro jôgo de azar [...] immoral e criminoso” seja praticado no ex-teatro.

Ao minguar do século XIX, também minguam as notas e artigos referentes aos frontões e boliches, prática aparentemente deixada no século que se autodenominou das luzes<sup>193</sup>. Os jogos de azar contavam com a criatividade daqueles que o bancavam. Assim como os empresários donos de frontões e boliches precisavam mudar a todo tempo as modalidades de divertimentos oferecidas portas adentro, à medida que eles eram proibidos ou o público perdia o interesse, também os jogos desprendiam-se desses ambientes *mepheticos* e *miasmáticos*. Nesse cenário, o jogo do bicho, apresentou-se como inovação ideal ao preencher todos os pré-requisitos necessários: simples, rápido e barato – talvez por isso a imprensa comece a persegui-lo com mais veemência a partir do século XX. Também como novidade, alastrou-se rapidamente e, portanto, chamou a atenção da imprensa. A soma de todos esses fatores oferece uma possível explicação para a pergunta séria e incisiva das publicações ilustradas e diárias de São Paulo quanto à prática do jogo do bicho. Seriam as roletas e o bicho mais perniciosos por não conseguirem se legitimar no debate que salvaguarda outros jogos sob a rubrica de *sport*? Afinal, as corridas no Jockey mantêm-se até os dias de hoje, legais e recorrentes, ainda que pouco frequentadas pelo público da capital paulistana. Ao mesmo tempo, o bicho já se constrói como um jogo que com facilidade caminha mascarado, no encaço dos *sports* nos frontões e boliches e, em breve, nas mesmas casas lotéricas que alardeavam pelo centro bilhetes premiados e ganhos certos das loterias estadual e federal.

---

<sup>192</sup> INTERESSES MUNICIPAES. *Correio Paulistano*, ano XLIV, 8 mar 1898, n.12453, p. 1

<sup>193</sup> COSTA, Angela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 17.

## 2. AHI VEM O BICHO COM TODAS AS SUAS PROMESSAS DE FORTUNA RÁPIDA

S. Paulo não tem um jardim zoologico... é caso para os paulistas mandarem rezar missas em acção de graças, porque podem contar com os creados e com os generos para o almoço. Nós, fluminenses, andamos pagando culpas e poules.<sup>194</sup>

Em fins da década de 1890, pouco se ouvia falar sobre o jogo do bicho na capital paulistana. São Paulo, em vias de modernização, não havia sido agraciado com um *empresário* como o Barão de Drummond que investisse em um Jardim Zoológico. Para Coelho Netto, em correspondência ao *Correio Paulistano*, isso era tirar a sorte grande:

O nosso cozinheiro, preocupado com a bicharia, queima o assado, salga a sopa e, em vez de deitar cebolas no guizado, deita-lhe talas de canella e cravo de Ceylão levando a cebola para a baba de moça e tudo isso por causa do gallo ou da cobra.

A lavadeira troca-nos as camizas, obrigando-nos a usar collarinhos hirtos, a Carnot quando nossos collarinhos são modestos e democraticos como os de Perier, as vezes por um simples sonho que traz preocupada — o elephante, o marreco ou outro bicho qualquer. E ha conflictos nos bondes por causa do coelho, cabeças quebradas por causa do urso, arranhaduras por causa do gato.

Vivemos como no tempo em que os animaes dominavam e o barão empanturrava-se de dinheiro e o vicio cresce encandalosamente porque até feiticeiros andam a rezar a Santo Onofre para que o santo lhes diga, em segredo, qual é o bicho que *dá*. [...] Até senhoras conspicuas atiram-se aos bichinhos, mães de familia exemplares, avós veneradas, tias solteironas jogam todas com furia, esgotando os mealheiros e fazendo minguar o almoço para que sobre um carneiro para o burro.

É uma febre de animalidade que apavora. E as auctoridades, impassiveis, deixam correr o jogo á revelia para que o povo não morra de todo n'esta boa terra de tristeza e de sol.<sup>195</sup>

Como deixa suspeitar Coelho Netto, o que antes era saudado como um estabelecimento útil e agradável, alinhado com as expectativas da população do Rio de Janeiro, que almejava uma cidade modernizada à imagem das grandes capitais europeias, logo passou a ser visto como um antro da jogatina<sup>196</sup>. Diferente dos outros jogos, que tentaram se blindar sob a rubrica de *sports*, o dos bichos foi logo equiparado a uma febre apavorante, por cujo combate as autoridades pouco faziam. A crônica também revela como o bicho

<sup>194</sup> NETTO, Coelho. Mala do Rio 23 de Março. *Correio Paulistano*, ano 41, n. 11516, 25 mar. 1895. p. 1

<sup>195</sup> NETTO, Coelho. Mala do Rio 23 de Março. *Correio Paulistano*, ano 41, n. 11516, 25 mar. 1895. p. 1

<sup>196</sup> MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 37

rapidamente imiscuído na cidade do Rio de Janeiro, não só porque anda de bonde, ou melhor, cria confusão no transporte, mas também porque faz parte do dia a dia de seus trabalhadores urbanos. Uma vez que o bicho libertou-se de vez do Jardim Zoológico, os jogadores estavam livres para fazer apostas na banca, na loja ou junto do bicheiro ou agenciador mais próximos — afinal o comércio urbano rapidamente apropriou-se do jogo —, e deixou de ser necessário deslocar-se até um bairro distante, como, o bairro de Vila Isabel, para fazer sua *fezinha*. Aqui já se pode notar como o jogo rapidamente se faz uma atividade diária, desempenhada no ir e vir constante que a cidade passa a exigir. As apostas são feitas com a compra de insumos, junto do balconista ou à porta do estabelecimento, no caminho para a lavadeira ou na esquina do trabalho. Feito em meio às saídas diárias para compras, o jogo do bicho deixa de exigir pausa e local específico e rígido; os jogadores podiam, então, fazer e discutir suas apostas até no trabalho. Assim, jogar no bicho torna-se parte da vida quotidiana, torna-se mesmo em uma maneira emergente de usar os espaços públicos da cidade.

Nesse sentido, pode não soar extraordinário que o bicho tenha se alastrado rapidamente pela cidade. Surpreende, contudo, que ele o tenha feito com tamanha agilidade e tenha mesmo perpassado a barreira mais inquebrável: a estratificação social. Nascer no bojo de um empreendimento moderno que tinha como força motriz embelezar e fazer parte do esforço de modernização da cidade do Rio de Janeiro, fez do jogo uma iniciativa de acesso privilegiado às elites. Entretanto, uma vez dissociado o jogo do ingresso ao Zoológico, os apostadores estavam livres para fazer sua *fezinha* quantas vezes e com a quantia que lhes conviesse. Se antes vendia-se de pancada, às portas do Jardim Zoológico, em um barracão construído exclusivamente para tanto, “500\$ [réis] de entradas, em talões especiais, e [...] raros eram os que penetravam no Jardim: ficavam cá de fora, á espera do bicho premiado”<sup>197</sup>, pouquíssimo depois já podia-se comprar bilhetes em qualquer canto da cidade. Enquanto uns podiam se vangloriar comprando bilhetes, ainda ingressos, as penças, outros contavam com “vendeiros, açogueiros, que retalhavam a fazenda, vendendo bilhetes a tostão, e até a vintem, às crianças”<sup>198</sup>. Papéis e cadernetas apreendidos pela polícia carioca evidenciam como as apostas mais recorrentes eram de valores diminutos, o preço mesmo de um pão em 1900, “pelo custo de uma dúzia de ovos ou uma garrafa de vinho de mesa português, a pessoa tinha

<sup>197</sup> VALDEVINOS, Notas de um Estroina. *O Commercio de São Paulo*, ano III, 27 abr 1895, n. 639, p. 1.

<sup>198</sup> ARAUJO, Ferreira de. *O Commercio de São Paulo*, ano III, 24 abr. 1895, n. 636, p. 1.

chance de ganhar 20 mil-réis”<sup>199</sup>. Assim, jogar no bicho tornou-se prática diária de criados, cozinheiros e lavadeiras, mas igualmente de senhoras ilustres, mães de família exemplares, avós matriarcas veneradas e tias solteironas. Por fim, e ainda explorando a crônica de Coelho Netto, apenas três anos após a primeira extração, o jogo já estava envolto em um certo misticismo e, como um vício, ele também se via associado ao alcoolismo. Eram os sonhos que atrapalhavam o labor dos criados; feiticeiros e curandeiros já eram empregados para adivinhar o bicho seguinte e até o pobre Santo Onofre, padroeiro da fortuna e, vejam só, intercessor para o combate ao vício do alcoolismo, era chamado para interceder em favor do jogador.

Se no excerto do *Correio Paulistano* de 1895 o carioca Coelho Netto sugeria que os paulistanos mandassem “rezar missas em acção de graças” por não ter em suas terras um Jardim Zoológico, três anos depois, em 1898, o jogo já havia “assentado arraigais firmes”, tão sólidos que nem mesmo os assuntos mais em voga do momento lhe tirariam a primazia:

Nem a guerra hispano-americana cujas noticias a HAV 3 [sic] nos transmite unicamente por emerito collega que isso affirmou cathegoricamente; nem o caboclo Gipapá e seus companheiros guaraná que por ahi andam fallando idioma que todos julgam entender mas ninguém entende; nem a comemoração de 13 de maio; nem a Sinhá do literata Antonio de Oliveira; nem os “Medalhões de Commmercio de S. Paulo” conseguem tirar este povo do Boliche do Frontão, do Velódromo, das corridas de cavalos e bicicletas e de outros inocentes passatempos, para cuja manutenção o caixeiro rouba o patrão, o menino abandona o collegio, o empregado a repartição, pedindo aqui e ali sem se lembrar um só desses infelizes que o Viaduto do Chá os espera e a chácara do Ananaz os contempla em receio apenas de que os repolhos e tomates sejam um dia emborrachados pelo corpo dos amadores das quiniellas duplas e simples “malas” dos canaes, tres para traz e tres por “ia frente” e outras quejandos complicações da gyria de pelotas e bolotas.

Um grade paiz este, onde o jogo assentou arraiaes firmes, estando eu mesmo informado de que ahi vem o bicho com todas as suas promessas de fortuna rápida.

E ninguém talvez se lembrará se matou o bicho.<sup>200</sup>

A jogatina já campeava desenfreada, tanto que nenhuma pauta na semana interessava mais o paulistano que a possibilidade de apostar nas *quinielas* simples e duplas dos frontões e boliches que se espalhavam pela cidade. Os apostadores estavam mesmo em vias de tirar a própria vida pelos resultados dos excessos na jogatina. E o bicho ia chegando, prometendo maiores facilidades e mais vultosos ganhos. No ano seguinte, 1899, o chefe de

<sup>199</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 251.

<sup>200</sup> C. P. De Sete em Sete Dias. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLIV, n. 12511, p. 1, 15 mai 1898.

polícia do Rio de Janeiro enviava aos seus “collegas dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, o seguinte officio sob o n. 6.802:

Cumprindo meu dever, em face do que dispõe o nosso código penal em seus arts. 369 a 374, tendo dado, nesta capital, combate energico aos jogadores.

Como sabeis, o terrivel vicio do jogo, tinha tomado aqui, e em outros pontos do paiz, proporções que chegaram a chamar sobre a nossa sociedade o ridiculo da imprensa européa, além de causar á familia brasileira incalculaveis e não ignoradas desgraças.

Os artigos *The bicho game*, dos jornaes inglezes, bem como outros jornaes francezes e italianos, o apello que á minha autoridade fizeram em grande numero respeitaveis familias desta capital, victimadas por este flagelo, e o espectáculo degradante que o jogo offerecia e em parte ainda offerece nesta cidade, determinaram a acção energica da policia.

Completando a acção moralizadora que, incontestavelmente, cabe á policia, cumpro tambem o dever de prevenir-vos que os jogadores, batidos aqui, estão mudando as suas tavolagens para os Estados limitrophes.<sup>201</sup>

Levando-se em conta unicamente as menções ao bicho no *Correio Paulistano*, 1899 parece ser o ano em que o bicho, já há muito livre das grades do Zoológico, passa a aventurar-se por São Paulo. O dr. chefe de policia da cidade do Rio, quase por premonição, não mais capaz de conter o fenômeno que tomava todo o tempo e a concentração dos *creados*, mandou avisar seus colegas dos estados limítrofes que o jogo estava chegando; escutou quem quis. Para completar suas ações moralizadoras que visavam exterminar o jogo do bicho na capital, que ele mesmo admite ter chegado *em outros pontos do país*, o chefe de policia previne seus colegas, pedindo que tomem enérgicas ações, caso contrário, deixarão vitimar respeitáveis famílias brasileiras. Seu curto aviso termina com o alerta: “os jogadores, batidos aqui, estão mudando as suas tavolagens para os Estados limitrophes”.

O aviso honrável do dr. chefe de Policia da cidade do Rio de Janeiro, contudo, parece ter chegado tarde demais.

Ante-hontem passava eu, á noite, pelo Café do Ponto e ouvi a seguinte phrase partida de um grupo de correctos mancebos:

— Alli vai um graudo perverso!

Embora eu não me julgue merecedor do qualificativo, muito antes pelo contrario, voltei o rosto e vi que no grupo havia um conhecido.

— Serei eu o perverso? perguntei.

<sup>201</sup> CAÇA aos bicheiros. *O Paiz*, Rio de Janeiro. 26 ago. 1899, ano XV, v. 5438. p. 2.

— Sim, — responderam-me. Pelo menos já se ouviu esta nota no palacio do governo.

Intrigado com o facto que, principalmente com esse appendice, constitue a mais solemne injustiça que se possa fazer a um humilde christão, tratei de palestrar sobre o caso.

E então soube que ha nesta capital artistica quem me appellide um derrubador mór, um iconoclasta terrivel, que não faz outra cousa sinão atirar idolos por terra, — idolos queridos e adorados de toda a eternidade para toda a eternidade.... paulista.

Reflexionei, conversando depois com os correctos mancebos:

— Serei isso que me chama, porque tenho procurado collocar as cousas no seu devido pé, não retirando merito de quem o tem, nem dando a quem delle é carecedor?

Por exemplo: hei de achar que o sr. chefe de policia lavrou, já não digo dous tentos, mas meia duzia dos ditos mandando retirar uns pequeninos apparatus, onde charutarias e casas de bebidas, a gente consultava a sorte, para saber si podia se lambar com um charuto ou um *chop* mais barato do que pelo preço de tabella?

Hei de bater palmas, quando se suprimem os dados e eu na rua mais publica da cidade compro bilhetinhos, no boi, no ganso, no beserro ou no porco?

É verdade que em questão de bichos não ha apparatus para o jogo e mesmo, por vezes, a gente tira uma approximação, attendendo ás exigencias da escala zoologica.

Assim, ha dias comprei no gato: deu o tigre. Ante-hontem, comprei no beserro e deu a senhora sua mãe (delle): a vacca!...

Isso, porém, não tem valor algum, porque o chefe de policia, acabando com os dados nas casas de bebidas, não conseguirá, nunca, jamais, em tempo algum, matar o bicho.<sup>202</sup>

Meses antes da missiva do policial carioca, o jogo já estava tão imbricado na sociedade paulistana que mesmo o *chronista* do *Correio*, que, dá-se a entender, vinha pedindo pelo fim de práticas de jogos de azar nas casas de bebida e charutarias, sabia que, “nunca, jamais, em tempo algum”, a policia seria capaz de matar o bicho. A crença estava absolutamente correcta. Além disso, o *chronista* aborda um aspecto relevante que, assim como aconteceu com os frontões e boliches, perpassa as campanhas contra o bicho na década seguinte: a preocupação com o ambiente público, precisamente a “rua mais publica da cidade”. Mesmo não nomeada, ao adjectivar a rua dessa maneira, C. P. parece querer denunciar o quão desvelado está o jogo, em plena rua, a mais movimentada e aberta, mais repleta de gente e, por conseguinte, de olhos que podem atestar e comprovar o local do jogo, para mais,

<sup>202</sup> C. P. De Sete em Sete Dias. *Correio Paulistano*. 22 jan. 1899. vol. 12726. p. 1

podem elas mesmas participar dele. Aponta, ainda, para uma outra particularidade: “em questão de bichos não ha aparelhos”. O fato de que o bicho não requer nenhum aparato para ser jogado faz dele ainda mais acessível e descomplicado. Diverte, ainda, ler que o cronista, ao pedir o fim das práticas de azar, foi acusado de “iconoclasta terrível, derrubador mór, que não faz outra cousa sinão atirar idolos por terra, — idolos queridos e adorados de toda a eternidade para toda a eternidade... paulista”. Como tal, ele seria alguém que critica, ou ataca, fortemente as tradições, crenças ou instituições estabelecidas, na busca pelo fim completo do jogo, uma mudança certamente radical uma vez que os tais ídolos em sua mira eram venerados há muito. Mas, talvez, um melhor adjetivo para o ilustre cronista do *Correio* seria hipócrita, já que ele mesmo explicita ter comprado, na rua mais central da cidade, *bilhetinhos* do bicho.

Dias depois da primeira menção ao jogo na coluna *De Sete em Sete Dias*, assinada por C. P. e publicada semanalmente na primeira página do jornal, ele nos traz nova nota, dessa vez chamando de idiotas os que

deram para passar notas falsas e não foram felizes, como outros que apregoavam o *bicho*.

Aos ilustres cavalheiros e passadores, peço que não desanimem, que esperem um pouco, como os bicheiros que pagaram a multa e continuam a vender na cabra e na cobra.

Infelizes são os que não jogam, como um pobre açougueiro a quem pediram dous kilos de filet e um de lagarto.

Um secreta, ouvindo fallar nesse bicho, prendeu em flagrante o açougueiro que confessou ter jogado uma só vez, não no lagarto, mas na lagarticha.<sup>203</sup>

Ainda antes da virada do século, o jogo era visado pela polícia que prendia ou multava quem usava notas falsas e apregoava o bicho. Resistentes, contudo, o cronista sinaliza que uma simples multa não desanimaria os bicheiros, que logo pagaram o encargo e voltaram a vender os bilhetes. O *blague* que segue, divertido, também indica como a força policial estava atenta ao rastro dos bichos. Agentes à paisana, dispersos pela cidade, estavam de ouvidos apurados para qualquer menção ao jogo, tão alertas, aflitos e ansiosos que acabaram por dar voz de prisão a um açougueiro que vendia o corte que separa o coxão duro do mole. Mesmo assim, nem o humilde lojista era de todo inocente, ele próprio já havia feito sua *fezinha*.

<sup>203</sup> C. P. De Sete em Sete Dias. *Correio Paulistano*. 5 fev. 1899, v. 12738, p. 1

## 2. 1. De acobertado e cheio de resguardas a franco e escandaloso

O jogo em São Paulo assumo, actualmente, proporções verdadeiramente assustadoras. De acobertado e cheio de resguardos que era passou a ser franco e escandaloso. O anno passado só se jogavam o baccarat os jogos carteados nos clubs do triângulo, este anno, talvez devido á crise, só se joga roleta. Nossa população tem os olhos desmedidamente abertos e fíta com pavor o espectáculo triste que se lhe offerece. Uma legião enorme de descocupados, que vivem de expedientes, enche de noite as salas dos clubs e se atira gananciosa ao primeiro incauto que apparece.<sup>204</sup>

O jogo do bicho ia aparecendo aos poucos na capital paulista. Em seus primórdios, datados dos primeiros anos do século XX, a maioria das notas que aparecem na imprensa diária pesquisada são as que dizem respeito a apreensão e detenção de jogadores e bicheiros pegos em flagrante — geralmente no centro da cidade<sup>205</sup>.

Contra o jogo. - O dr. Fernando Machado, 1º subdelegado da Sé, percorrendo hontem o sou districto apanhou em flagrante, diversos individuos que jogavam *o bicho* em casas do centro da cidade.

Foi imposta a respectiva multa contra esses individuos e os proprietarios das casas do bicho.<sup>206</sup>

Seguindo a recomendação do chefe de polícia, o jogo já se tornara alvo. As sanções aplicadas iam de detenção dos indivíduos que vendiam e jogavam no bicho, bem como apreensão das cadernetas e papéis variados, únicas provas — ainda que parcas — contra os infratores, a multas aos banqueiros e bicheiros:

**O jogo.** — o dr. Oliveira Ribeiro, chefe de policia, tendo conhecimento de que diversos banqueiros do jogo do bicho, residentes no Rio, haviam chegado a esta capital, especialmente para bancarem aquelle jogo, convocou hontem os srs. delegados para uma conferencia, na qual foram estabelecidos os meios para extermiação daquelle jogo.

<sup>204</sup> A JOGATINA EM SÃO PAULO. Carta berta ao dr. Eloy. *O Pirralho*, 1914, n. 140, p. 18.

<sup>205</sup> Ver, por exemplo, a seção Vida Diaria do *Correio Paulistano*, n. 14008, p. 2; n. 13789, p. 2; n. 13795, p. 2; 13806, p. 2; n. 13825, p. 2; n. 13828, p.2; n. 13835, p. 2; n. 13843, p. 2; n. 13849, p. 1; e na seção Factos Diversos, também do *Correio*, n. 14302, p. 2; n. 14307, p. 2; n. 14314, p. 2; n. 14345, p. 2; n. 14346, p. 3; n. 14358, p. 4;

<sup>206</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLVII, n. 13082, p. 2, 2 fev 1900.

À 1 hora da tarde, os drs. Saraiva Junior, 2º delegado auxiliar, Francisco de Castro Junior, 1º delegado e major José Bento da Silva deram assalto em diversas casas onde se bancava *o bicho*, prendendo em flagrante diversos jogadores e apreendendo diversas listas, talões, etc.

Os jogadores encontrados em flagrante foram multados, devendo os banqueiros serem processados, de accôrdo com a lei Alfredo Pinto.

— Sabemos que a policia vai empregar medidas severas para a repressão do jogo nesta capital.<sup>207</sup>

Meros dois anos após sua primeira extração, o jogo do bicho já havia se tornado alvo da polícia. Naqueles idos, utilizava-se do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, art. 367º das contravenções penais, que tratava de loterias ou rifas não permitidas pelo Estado. Uma vez destacada dos negócios do Barão de Drummond, a loteria caiu nas mãos dos *bookmakers*, personagens já conhecidos nas grandes cidades que facilitavam as apostas. Como simples mediadores entre o palpiteiro e o banqueiro do jogo em questão, os *bookmakers* possibilitavam que as pessoas jogassem de qualquer lugar, sem nem mesmo deixarem suas residências. Além do conforto que possibilitava às elites, fazer suas apostas junto de um agenciador também significava não se arriscar<sup>208</sup>. Apesar de ser uma profissão legal e reconhecida, os *bookmakers*, é claro, só tinham o direito legal de vender números e bilhetes das loterias oficiais e autorizadas. Sendo assim, seu trabalho também foi logo cerceado pela polícia que, cada vez mais, pegava-os agenciando jogos ilícitos.

O Decreto nº 41, datado de 17 de maio de 1893 marcou uma mudança significativa, pois o Estado começou a revogar as licenças anteriormente concedidas aos agentes para a comercialização de loterias pela cidade. Além disso, proibiu as lojas de venderem jogos de azar, incluindo loterias estrangeiras ou de outros estados não autorizadas. Entre os já proibidos naquela época estava o jogo do bicho<sup>209</sup>. A grande forma de repressão, e a mais citada nas páginas da imprensa paulista pesquisada, viria, contudo, com a Lei nº 628, de 28 de outubro de 1899, conhecida como Lei Alfredo Pinto.

Logo no início do período republicano, entre os inúmeros atos legislativos sobre reformas do aparato policial no Distrito Federal, a lei Alfredo Pinto, passou a conceder aos

<sup>207</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLVIII, n. 13357, p. 2, 30 out. 1900.

<sup>208</sup> DAMATTA; SOÁRES, *op. cit.*, 1999, p. 75

<sup>209</sup> CARMO, L. S.; MEDEIROS, D. A. Território, Normas e Finanças: Reflexões Acerca da Legislação Referente ao Jogo do Bicho no Brasil. *Revista Contexto Geográfico*, Maceió, Alagoas. v. 3, n. 5, p. 45-56, jul 2018, p. 48.

chefe de polícia e delegados a competência para processar algumas das contravenções do Código Penal de 1890, entre elas uso de armas, mendicância, embriaguez, vadiagem, capoeiragem, vagabundagem e jogo, que figurava, inclusive, como o mais frequente<sup>210</sup>. A partir de então, delegados e subdelegados poderiam eles mesmos produzir e conduzir os autos processuais, dispensando a figura do promotor e destinando ao juiz apenas o julgamento a partir do que constasse nos autos<sup>211</sup>.

Ao transferir a atribuição de conduzir processos por vadiagem para a polícia, uma das intenções era justamente impedir que se transcorresse muito tempo entre o flagrante e a sentença. Assim, esses processos eram compostos por apenas três partes: auto de prisão em flagrante, auto de interrogatório e julgamento, sendo que as duas primeiras ocorriam na delegacia e a terceira na pretoria. Diferente de outros tipos de processos criminais, os de vadiagem não eram compostos por um inquérito na delegacia, seguido por uma nova rodada de depoimentos na pretoria. Isso determinava que as falas emitidas na delegacia fossem definitivas, sendo o único suporte a partir do qual o juiz pretor avaliaria cada caso.

Muitas vezes, o juiz nem chegava a ver o acusado, fazendo com que o julgamento se resumisse à leitura dos autos e à emissão da sentença, ainda que isso fosse uma prática ilegal. A responsabilidade por esses processos estava nas mãos dos delegados de cada delegacia, o que determinava que os mesmos policiais que efetuassem as prisões em flagrante, em ruas específicas da cidade, conhecessem e estivessem diretamente envolvidos na construção dos processos por vadiagem.<sup>212</sup>

O limiar do século XX testemunha uma persistente campanha liderada pela polícia e por alguns setores da elite dirigente, que reivindicava maior autonomia da atividade policial no combate às contravenções de modo a evitar a impunidade. A Lei Alfredo Pinto foi uma resposta a essas reivindicações. Contudo, a mesma lei que garantia maior agilidade nos processos, também passou a conferir à polícia amplos poderes classificatórios. De espírito moralizante e permitindo novas concessões àquelas autoridades policiais, a Lei fez com que eles passassem a agir como verdadeiros justiceiros.

Mesmo com as investidas policiais e a expectativa de severas medidas para repressão do jogo em São Paulo, o povo parecia se divertir com os bichos que adentravam

---

<sup>210</sup> GARZONI, Lérica de Castro. Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 65–93, 2009. DOI: 10.5007/1984-9222.2009v1n2p65. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p65>. Acesso em: 11 abr. 2023.

<sup>211</sup> SOARES, Livia Freitas Pinto Silva. Lei e ordem na Capital da República: as tensões institucionais provocadas pela gestão infanto-juvenil na Primeira República (1910-1920). *Temporalidades – Revista de História*, v. 10, n. 1 mai/ago. 2018, p. 304

<sup>212</sup> GARZONI, *op. cit.*, p. 73-74.

cada vez mais seu cotidiano. A diversão era tanta, que o jogo já era motivo de enfrentamento policial em meio a uma quermesse:

Noite quente. — O sr. chefe de policia concedeu, ha dias, licença para o funcionamento de uma kermesse no Eldorado Paulista, cujo producto deveria reverter em beneficio das victimas do Ceará.

Nessa licença, o sr. chefe de policia designava quaes os jogos licitos que podiam ser permittidos.

Hontem, foi aberta a kermesse.

O dr. Francisco de Castro Junior, suspeitando, entretanto, da existencia de roletas e outros jogos prohibidos nos fundos da kermesse, ou porque houvesse denuncia, ou por outro motivo qualquer, compareceu no local, ás 7 horas da noite de hontem, acompanhado de meia duzia de agentes da policia e soldados, dando cerco á casa, onde se achavam familias e cidadãos pacatos, na maioria, occupados em jogos innocentes e prohibidos. Ora bem !

Deante do circo, levantaram-sem protestos, aos quaes a autoridade não attendeu, fazendo apprehender apparatusamente todos os objectos existentes na casa.

O povo então aglomerou-se, e, desrespeitando a autoridade, rodeada apenas de seus poucos agentes, prorompeu em estrondosa assuada, a que o sr. delegado nada poudé contrapor, e isto muito naturalmente, por haver sido a sua diligencia insufficientemente preparada e á la hate, como é costume. Dahi a façanha compromettida, o seu fracasso e o desrespeito á autoridade, o que já não é pouco.<sup>213</sup>

O enfrentamento se fez sem demora. A cavalaria policial foi acionada e acudiu o chefe de polícia. Galopando de volta à Repartição Central da Polícia, a cavalaria foi vaiada e, ali mesmo a assuada continuou; haveria “grossa pancadaria e sairiam numerosas pessoas feridas”.

Até além das 11 horas da noite, era uma mixórdia, uma azafama na Policia Central, onde o dr. Francisco de Castro, 1º delegado, procedeu á cobrança de multas a mais de cem pessoas [...] Á 1 hora da madrugada cessára o movimento, mas ainda percorriam as ruas centraes ardegas patrulhas de cavalaria.

Ora, das duas uma : ou o gostinho pelo bicho e pelo jaburú está de mais arraigado nos bons habitos do nosso povo, ou não procede com a necessaria e reflectida prudencia a autoridade investida da alta e meritoria missão de dar cabo ao jogo.<sup>214</sup>

O jogo do bicho parece enfim estar mais explícito na cidade de São Paulo. Já estava sendo praticado por uma maioria que apreciava os divertimentos de outros jogos de azar, e a polícia, sabendo, logo iria reprimir, como previsto. Em sua incipiência ele foi

<sup>213</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLVIII, n. 13362, p. 2, 5 nov. 1900.

<sup>214</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLVIII, n. 13362, p. 2, 5 nov. 1900.

mesmo voraz no apetite dos jogadores que, inclusive, desacatavam as autoridades criando verdadeiro tumulto e gerando enfrentamento. Após a descoberta, os procedimentos policiais pareciam ficar bastante relaxados, como já pontuado pela nota da apreensão do açougueiro, uma vez que: “os bicheiros pagaram a multa e continuaram a vender na cabra e na cobra”. A confusão gerada na *kermesse*, contudo, não passa incólume, já no número seguinte, a mesma sessão do *Correio Paulistano* traz nota de opinião sobre o acontecido. Nela, o autor não identificado lamenta brevemente os excessos policiais e aplaude as ações que vêm em boa hora:

O jogo do bicho, sob todos os seus extraordinarios disfarces, os jogos de caracter publico, mas de fôrma reprovada, especialmente os que so dissimulam sob as apparencias da beneficencia esmolér, vão attrahindo, em boa hora, a attenção das autoridades.

Não deixaremos de applaudir sinceramente aquillo que um certo receio de não ver levado a completo effeito, pelo concluiu espontaneo do todas as forças e... fraquezas da sociedade nos impediu do aconselhar.. Vendo, porém, a resolução das autoridades, revelada por actos claros e positivos, que trahem [sic] um plano bem delineado, não nos furtamos ao dever de trazer-lhes o contingente do nosso applauso.

Nesta empresa, mais do que em qualquer outra, a acção da policia torna se aparentemente irritante aos olhos do maior numero. Devo ser isto indifferente. Contra os protestos e a grita dos interessados que fingem de povo para reagir ou vozear, póde haver excessos policias. Isso é, naturalmente, lamentavel e deve ser evitado com o maximo cuidado: mas, na sua unica previsão, não se devem deter as autoridades.<sup>215</sup>

É interessante notar como o jornal se posiciona diante dos acontecimentos. Parece haver interesse prévio da publicação, ou de seu autor, em aconselhar que as autoridades tomem partido frente aos jogos de azar. Não o havia feito ainda por receio de não ver a empreitada ser levada a cabo, ou por notar que a sociedade estava de comum acordo com o jogo, divertia-se. Agora, encorajada pelo movimento policial, a publicação se faz defensora das ações tomadas contra o bicho, posicionando-se como aliada na investida. Assim, o *Correio* aplaude aquilo que vê como ação positiva, com plano bem delineado, mesmo que este não tenha sido exposto em pormenores nas suas páginas. Como no artigo anterior, o autor nota a irritação dos jogadores com as ações policiais. Os participantes da jogatina investiram contra a polícia em um ato claro de desacato. O mesmo vai acontecer anos depois quando a polícia tenta fazer buscas nos *clubs* fechados em que partidas de roleta, jogos de carteados e outros de azar são comumente praticados. Diferente desse primeiro momento, contudo, no

<sup>215</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XLVIII, n. 13363, p. 2, 6 nov. 1900.

que tange aqueles que vão enfrentar a força policial e na maneira como esta vai responder... Mesmo assim, é provisório que aqueles que jogavam iam contra a repressão da prática. Pode-se questionar a quem interessaria que os jogos de azar fossem exterminados, e se esse interesse teria origem, em parte, na própria imprensa, que via a prática com maus olhos.

Praticamente um ano depois das chamadas às enérgicas investidas policiais, a meritória missão de dar cabo ao jogo parece não ter sido concretizada, uma vez que o jogo do bicho *campeava desenfreadamente* na capital do estado:

Além do *jogo do bicho*, que para muitos se tornou uma necessidade, como o pão de cada dia, as roletas funcionam todas as noites, mesmo a dous passos da Repartição da Policia.

Informam-nos que no centro da cidade funcionam nada menos de 22 roletas; quanto a casas de *jogo do bicho*, existem 58 conhecidas.<sup>216</sup>

Em dezembro de 1901, *O Commercio de São Paulo* já havia feito um levantamento que contava mais de cinquenta e oito casas, só no centro, onde se praticava o jogo do bicho. Entretanto, o jogo não estava restrito apenas ao centro, ele se fazia presente em diversos bairros da capital. No ano seguinte, uma nota na seção de Factos Policiaes, por exemplo, relata um crime cujo motivo era um palpite do jogo do bicho, em uma rua “retirada da cidade”: “Na rua Tamandaré, como em todas as outras ruas, joga-se o bicho e não se joga pouco, e com muito menos escrupulos da policia, porque esta não se dá ao trabalho de fiscalisar”<sup>217</sup>. Na freguesia da Penha o *joguinho* fazia parte das festividades dadas em nome do Espírito Santo:

Em continuação ás festas de N. S. da Penha, estão se realisando naquella pittoresca freguezia, desde o começo da semana, as festividades em honra do Divino Espirito Santo, e os *devotos...* da roleta, do jogo do bicho, do jaburú, do buzio e daquella infinidade de outros jogos que lá funcionam dia e noite, têm affluido á Penha, nestes ultimos tres dias, em verdadeira romaria.

Tanto os trens da Central como os bondes da *Light* vão repletos para aquelle alegre suburbio da capital, alli despejando constantemente, sem cessar, centenas e mais centenas de *romeiros*.

Hoje é o ultimo dia de festa. A concorrência deve, pois, ser superior á dos dias anteriores.

<sup>216</sup> A JOGATINA. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, n. 2773, p.1, 1 dez 1901.

<sup>217</sup> FACTOS POLICIAES. *O Commercio de São Paulo*, ano X, n. 2991, 10 jul. 1902, p. 2

*A Light* dará bondes extraordinarios.<sup>218</sup>

Nem mesmo os bairros mais afastados e os festejos religiosos fugiam do anseio do povo em participar dos modernos jogos<sup>219</sup>. A quantidade de fiéis devotos aos joguinhos era tanta que a companhia de bondes precisou suprir a demanda com mais carros. O fluxo era constante e, no último dia, esperava-se que a concorrência fosse ainda maior. Apesar do claro tom de aversão, a pequena nota não se presta a muito mais. Dois anos adiante, contudo, o *Correio Paulistano* traria artigo maior. O autor reconta os festejos da Penha, também de teor religioso. Na festa estava presente, “durante a tarde e muitas horas da noite, uma boa parte da nossa população”. À tarde houve a missa; pelas ruas, “muitos passeantes; pelas barracas ... pouco jogo”. Ao cair da noite, graças à “esplendida iluminação electrica dos predios e barracas da rua Campos Salles e Praça Floriano Peixoto”, o movimento aumentou. Os brilhos da lâmpada elétrica “emprestavam lindo aspecto á povoação”. As pessoas ficaram para participar dos jogos promovidos:

É na rua e praça mencionadas que se acham installados os melhores e mais concorridos locais para jogo. Na rua Campos Salles, sobretudo, ha roletas installadas com grande luxo, bem como diversos restaurantes e casas de bebidas.

Na praça Floriano Peixoto funcionam cerca de sessenta barracas e muitos taboleiros. Tanto nestes como naquellas, predomina o *jogo do bichinho*, como lá dizia carinhosamente um aficionado. Era ahi grande animação, hontem. [...] Depois das 7 horas da noite, viam-se na localidade muitas familias.

Um jogo que parecia muito animado era o do *bicho dependurado*, como pittorescamente o baptisaram : numa caixa de madeira, suspensa a alguns metros por uma corda, encontra-se, em papel cartonado, a figura de um dos 25 bichos da lista. Exteriormente, em grande cartaz, um palpite enigmatico. Durante uma hora faz-se o jogo, e, ao cabo desta, a caixa é publicamente aberta.<sup>220</sup>

Pode-se supor que os jogos de roleta e, mesmo do bicho, que ali rolavam não estavam sendo rechaçados pois estariam sendo praticados em prol da igreja local,

<sup>218</sup> FESTA NA PENHA. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, n. 2696, p. 2, 15 set 1901.

<sup>219</sup> A prática dos jogos de azar nos festejos da Penha está presente desde pelo menos 1893, como denuncia matéria d’*O Commercio de São Paulo* daquele ano, A SEMANA, ano I, n. 182, 3 set. 1893, p. 1.

<sup>220</sup> PENHA. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 14382, p. 1, 31 ago 1903.

provavelmente promotora da festa<sup>221</sup>. Anos antes a roleta já havia figurado n’*O Commercio de São Paulo* como uma prática que, mesmo restrita às elites, já não era aceita pela publicação. A febre era tanta que mesmo quando não havia possibilidade de se ancorar nos resultados das loterias federativa e estadual, fazia-se versão do bicho que retomava suas origens no Zoológico do Barão de Drummond. Mesmo rebatizado de *bicho dependurado*, o jogo seguia os mesmos moldes: havia a imagem de um bicho “numa caixa de madeira, suspensa a alguns metros de altura por uma corda”, pintada em papel cartonado, novamente escolhido por um indivíduo, dessa vez o comerciante da barraca, que, ao cabo de cada hora, tendo vendido os bilhetes, revelava o animal selecionado. Se a prática divertia, os enigmas dados pelo vendedor eram tidos como “estapafúrdios”:

No bicho das 8 horas, o palpite era este : — Elle brinca!

Deu o veado.

Um popular obteve a seguinte explicação do agenciador, depois de divulgado o resultado do jogo : “o veado brinca com o cachorro, quando este o persegue nas caçadas”.

Quem teve a felicidade de decifrar tão estapafúrdia charada... certamente não perdeu dinheiro.<sup>222</sup>

Mesmo com enigmas confusos, o autor deixa claro que, “quer durante o dia, quer durante a noite, reinou completa ordem na localidade. O policiamento nada deixou a desejar”, e arremata: “o serviço de bondes, perfeito”. Assim, também suponho que, uma vez bem comportados, praticados sob vigilância policial e organizados em prol de uma instituição teoricamente sem fins lucrativos, os jogos de azar não teriam tantas cabeças ameaçadoras. Ambos os artigos, separados por dois anos e publicados em diferentes jornais, falam do jogo do bicho de maneira irônica, um mais incomodado que o outro, mas sem as vociferações lidas em outros momentos. De uma maneira ou de outra, o jogo, já implicado na malha paulistana, se fazia sentir com mais insistência nas ruas da cidade, carregando consigo a ambiguidade que lhe era própria: ora festejado ou tido como comum, ora rechaçado e perseguido.

<sup>221</sup> A noção da permissividade do jogo quando feito em prol de organizações de caridade foi uma que também contribuiu para a problemática dos jogos de azar clandestinos e oficiais. A ver, por exemplo, o caso da Loteria da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que, ao ter toda renda revertida para a instituição, foi autorizada a extrair loterias na cidade do Rio de Janeiro entre 1896 até por volta de 1913 passando incólume, por inúmeras administrações municipais e “fugindo aos azares das loterias clandestinas reprimidas ao sabor das idiossincrasias governamentais” (MELLO, *op. cit.*, p. 72-75).

<sup>222</sup> PENHA. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 14382, p. 1, 31 ago 1903.

Como escreveu o colaborador do Rio para *O Commercio de São Paulo*, a semente já estava germinada. O jogo do bicho se alastrava como “idéas martyrisadas e perseguidas”, centuplicava-se em proporções inverossímeis, invadindo tudo<sup>223</sup>. Entre 1900 e 1902, só no *Correio* publicam-se diversas notas sobre prisões, multas, apreensão e processos contra jogadores, agenciadores, bicheiros e banqueiros do bicho por toda cidade, mas também pelo estado e até pelo país. Em uma das primeiras menções que encontrei do ano de 1900, a seção *Pelos Estados* informava que em Pernambuco “o dr. Leopoldo Lins, chefe de policia, baixou uma circular aos delegados, no intuito de extinguir o jogo do bicho”<sup>224</sup>. Semanas adiante, publicava-se novamente uma curta nota do *Jornal do Commercio*: “No Estado da Parahyba o jogo do bicho é franco, alli não ha biocos, o bicho é patente”<sup>225</sup>. Em setembro do mesmo ano, era a vez dos gaúchos apostarem nos bichanos: “A policia do Rio Grande do Sul tem desenvolvido tenaz perseguição ao jogo do bicho, e conseguiu apanhar em suas malhas alguns individuos que o exploravam, auferindo lucros consideraveis.”<sup>226</sup>

Pelo estado de São Paulo, as notas acerca da proliferação do bicho são ainda mais frequentes. Em 1900, a seção *Telegrammas* estampava em negrito missiva de Santos: “Um jornal da manhã publicará um artigo dirigido ao chefe de policia, sobre a escandalosa jogatina nesta cidade, principalmente no bicho, apontando as casas que vendem ‘poules.’”<sup>227</sup> Em 1902, a seção *Mala do Interior* trazia correspondência da cidade de Espírito Santo do Pinhal, “O energico delegado de policia [...] [desenvolveu] grande actividade para fazer cessar nesta cidade o jogo do bicho e de roleta que estava [sic] assumindo proporções atterradoras.”<sup>228</sup> Em junho, na mesma seção, era a vez de Bragança: “A policia continua a empregar todos os seus esforços para extincção do jogo do bicho nessa cidade.”<sup>229</sup> Como o jornal está a serviço do PRP, não surpreende que as notas publicadas foquem na *ação enérgica*, na *grande atividade*, no *emprego de todos os esforços policiaes*, contra o jogo do bicho. Certamente uma república recém inaugurada, e um partido republicano na cidade que logo seria conhecida como “a que

<sup>223</sup> DO RIO DE JANEIRO (pelo Correio). *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 7 jul. 1896, n. 1003, p. 1.

<sup>224</sup> PELOS ESTADOS. *Correio Paulistano*, ano XLVII, 15 jan 1900, n. 1307, p. 2.

<sup>225</sup> A PROPOSITO.... *Correio Paulistano*, ano XLVII, 12 abr 1900, n. 13150, p. 1.

<sup>226</sup> NOTAS E FACTOS. O Jogo do Bicho. *Correio Paulistano*, ano XLVII, 10 set 1900, n. 13307, p. 1.

<sup>227</sup> TELEGRAMMAS. *Correio Paulistano*, ano XLVII, 2 mar 1900, n. 13109, p. 1.

<sup>228</sup> MALA DO INTERIOR. *Correio Paulistano*, ano XLIX, 30 jan 1902, n. 13808, p. 1.

<sup>229</sup> MALA DO INTERIOR. *Correio Paulistano*, ano XLIX, 01 jun 1902, n. 13928, p. 2.

mais cresce no país”, não poderiam deixar que um jogo de azar, já tão rechaçado na capital, fizesse o mesmo estardalhaço em terras paulistas. Sendo assim, ao tratar do jogo do bicho na cidade de São Paulo, o *Correio* invariavelmente coloca a polícia como benfeitora e responsável pela apreensão, prisão e multa dos agentes do bicho, fossem eles agenciadores, jogadores ou banqueiros do *joguinho* que tomava conta da nação. Em 2 fevereiro de 1900, “O dr. Fernando Machado, o subdelegado da Sé, percorrendo hontem o seu districto apanhou em flagrante, diversos individuos que jogavam o *bicho* em casas do centro da cidade. Foi imposta a respectiva multa contra esses individuos e os proprietarios das casas do *bicho*”<sup>230</sup>. Dois anos depois, as notas já aparecem em número muito maior. No mesmo 2 de fevereiro, mas dessa vez de 1902, o *Correio* publicava a seguinte nota de prisão:

Agentes secretas da policia effectuaram hontem, ás 3 horas da tarde, na casa n. 93 da rua de S. Bento, a prisão dos individuos de nomes Bento Domingues Laponto, Giusepe Salvo e Publio Lupini, precisamente na ocasião em que desenvolviam uma transacção do celebre joguinho do bicho.

Foram apprehendidos diversos apetrechos do jogo e a quantia de 107\$000, que Publio dava a Bento Domingues Laponto, dono da casa, em pagamento a um certo numero de “poules” que lhe cumprára.<sup>231</sup>

Diversas notas como essa pululavam no *Correio*, durante todo o período pesquisado. Essas notas traziam, praticamente sempre, a identificação do policial ou distrito em que o caso ocorreu, a pena sofrida — prisão, multa, instauração de inquérito —, o nome dos sujeitos envolvidos e o local. Também quase sempre as ocorrências se davam nas ruas centrais da cidade: Sete de Abril, na República; Al. Glette, na St. Efigênia; Largo do Municipal; Largo do Jardim; Largo do Palácio<sup>232</sup>. Eram frequentes as apreensões em estabelecimentos comerciais: “na ocasião em que enchiam *listas* com os nomes dos *bichos* do dia, foram hontem presos no *Café Brandão* os arabes Zacharias Zelaf e Antonio Hamueh, que estão sendo processados de accôrdo com a lei Alfredo Pinto”<sup>233</sup>; “Foram hontem, ás 2 horas da tarde, presos numa **charutaria** da rua Quintino Bocayuva, precisamente quando effectuavam transacções do jogo do bicho, os individuos de nomes José Leite e Julio

<sup>230</sup> VIDA DIARIA. Contra o Jogo. *Correio Paulistano*, ano XLVII, 2 fev 1900, n. 13082, p. 2

<sup>231</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, ano XLIX, 2 fev 1902, n. 13811, p. 2

<sup>232</sup> *Correio Paulistano*, VIDA DIARIA, n. 1385, p. 2; FACTOS DIVERSOS, n. 1867, p. 2; EXTERMINIO AO “BICHO”, n. 13876, p. 2; FACTOS DIVERSOS, n. 13892, p. 2; FACTOS DIVERSOS, n. 13920, p. 2, respectivamente.

<sup>233</sup> EXTERMINIO AO “BICHO”, *Correio Paulistano*, ano XLIX, 11 abr 1902, n. 13877, p. 2.

Sousa”<sup>234</sup>; “Chegando a conhecimento do dr. Ascanio Cerqueira, 3º delegado, que no **Emporio Adamastor**, á rua dos Guayanazes, jogava-se desbragadamente o bicho”<sup>235</sup>; “às 2 horas da tarde, num botequim da rua Rodrigo Silva, affectuou a prisão em flagrante de Vincenzo Pecorari, dono do **botequim**, e Vincenzo Quaranta, José de Lucca, Miguel Landa, Sebastião Nicota, Francisco Galucci e Nicola Siniscalpi, que faziam na ocasião o jogo do bicho”<sup>236</sup> — grifos todos meus.

Assim se deu a difusão do jogo pelo país, estado e pela cidade de São Paulo. De um especulador, passou a ser explorado por milhares deles, desde indivíduos nas ruas centrais, cuja ocupação oficial, se é que poderiam se vangloriar de uma, não era mencionada, até os proprietários de estabelecimentos comerciais e quiosques no centro da cidade. Em artigo de 1896, um correspondente d’*O Commercio* propõe, e as notas do *Correio* do início de século parecem sustentar em parte, que os responsáveis pelo sucesso e alcance do bicho foram os

Vendeiros, negociantes fallidos, *pick-pockets*, maltrapilhos, caftens, *book-makers*, exploradores o vagabundos, toda esta vasta espuma fluctuante das grandes cidades, que veio não se sabe de onde, e vive, não se sabe como, com a promptidão dos seus sentidos experimentados e a segurança dos seus instinctos, lobrigou logo, com admiravel penetração, a força que havia naquelle jogo, a propagação que elle ia ter e as vantagens seguras que ia proporcionar aos seus exploradores.<sup>237</sup>

Além da ideia pejorativa de que somente indivíduos marginais estariam agenciando o jogo, é interessante notar como eles, todos, aliás, muito provavelmente a serviço de um banqueiro, faziam parte do que a publicação chama de “espuma fluctuante das grandes cidades”. A metáfora evoca a imagem de elementos transitórios, superficiais e mesmo voláteis na cidade em processo de modernização. Essa “espuma fluctuante” é facilmente substituível e, na visão do autor, não tem origem bem definida — a própria modernização da cidade. Esses indivíduos, agenciadores, *bookmakers* e bicheiros, se distinguem pela sua capacidade de sobrevivência e adaptabilidade, usando a “promptidão dos seus sentidos experimentados” e a “segurança dos seus instinctos” para navegar as complexidades da vida urbanizada.

<sup>234</sup> FACOTS DIVERSOS, *Correio Paulistano*, ano XLIX, 29 mai 1902, n. 13925, p. 2.

<sup>235</sup> FACTOS DIVERSOS, *Correio Paulistano*, ano XLIX, 12 jun 1902, n. 13939, p. 2.

<sup>236</sup> FACTOS DIVERSOS, *Correio Paulistano*, ano XLIX, 17 jun 1902, n. 13944, p. 3.

<sup>237</sup> DO RIO DE JANEIRO (pelo Correio). *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 7 jul. 1896, n. 1003, p. 1.

E, effectivamente, assim o foi. Hoje pode-se dizer sem receio de exaggeração que uma terça parte da população, e com especialidade as classes baixas, não cuida senão do jogo dos bichos. As pequenas economias desaparecem diariamente nas voragens desta invenção satânica.<sup>238</sup>

Não é de se descartar, também, que *O Commercio*, como publicação de oposição, estaria colocando na conta da República e do PRP a desordem provocada pelo bicho, de difícil, e mesmo impossível erradicação. Já em 1906, o jornal sugere que as próprias campanhas contra o bicho não passariam de uma “mostra de serviço” comum às novas administrações. Logo no primeiro texto d’*O Commercio* — espaço geralmente dedicado ao artigo de fundo, em que o jornal exprime sua opinião sobre um assunto em voga —, sob o título “O Jogo”, R. declara que “apesar de nossas leis prohibirem”, o jogo de azar, um vício, “tem alastrado espantosamente por toda a sociedade brasileira, especialmente nas grandes cidades”. Em São Paulo, junto do Rio de Janeiro e de Santos, a jogatina “tem assumido proporções colossaes [...] se joga sem reбуços e sem freio, apesar da frouxa e complacente fiscalisação exercida pela policia, que de tempos a tempos mette-se em brios e faz correrias contra os pequenos jogadores”<sup>239</sup>.

Tem sido veso antigo dos chefes de policia, no inicio da administração, anunciarem que vão dar caça ao jogo tal qual está agora fazendo o sr. dr. Alfredo Pinto no Rio de Janeiro.

Desenvolvem grande actividade nos primeiros dias, prendem jogadores, multam e logo depois volta-se ao antigo estado de tolerancia e de apathia.<sup>240</sup>

O artigo, assinado por R. — possivelmente de “Redator”, à época Olympio Lima —, logo equipara as proporções do jogo no Rio às de São Paulo e torna as campanhas mera artimanha de novos governos e administrações. Pouco tempo depois, já estabelecidos os cargos, voltam às autoridades a costumeira tolerância e apatia. Igualmente notável é o comentário de R. a respeito da fiscalização quase exclusiva do jogo pequeno. A caça aos jogos de azar, essa sim de grande alarde, atingiria tão somente pequenos jogadores, ainda que eles também fossem “apenas” multados e deixados em paz.

Nesses arremedos de moralidade e de cumprimento da lei, ha sempre o cuidado de não incommodar o jogo fidalgo, que se faz desembaraçadamente nos clubs luxuosos, frequentados pelos magnatas da sociedade que, por serem ricos e considerados, não são menos jogadores e viciosos do que o

<sup>238</sup> DO RIO DE JANEIRO (pelo Correio). *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 7 jul. 1896, n. 1003, p. 1.

<sup>239</sup> R. O JOGO. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>240</sup> R. O JOGO. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

pobre e modesto bicheiro, que vende palpites no grupo, na dezena e na centena, a começar de cem reis até às maiores quantias.

Nessas intermitências policiais, o fim é mais aparente do que real; o vício doirado fica a salvo de perseguições, que só se dirigem contra o vício em andrajos, que algumas vezes é apenas um resultado de maus raciocínios para obter recursos por meios fáceis, é a saída que parece encontrar o indivíduo para solver dificuldades da vida, entregando-se ao azar e á sorte.

Em regra geral, o jogador, se persiste no jogo, perderá capital e lucros, porque o unico que aufere reaes e definitivas vantagens é o banqueiro, como lucro exagerado e certo do barato.<sup>241</sup>

A noção de que havia espaços em que o jogo era deixado em paz permeou as publicações aqui estudadas. Nenhuma das quatro ignora que em certos ambientes luxuosos, frequentados pelos magnatas da sociedade, o jogo era feito de forma tranquila, ou desembaraçada como coloca R., completamente livre das intermitências policiaescas que se propunham a perseguir o malfadado vício. Também ficou gradualmente aparente, principalmente n’*O Pirralho, Commercio e Correio*, a noção de que o jogador, sobretudo o pobre, queria obter do jogo “recursos por meios fáceis”, com pouco ou nenhum trabalho, esforço, como uma “saída para o indivíduo que queria solver as dificuldades da vida”. Nesse sentido, o vício ficava livre para viciar nos ambientes doirados, luxuosos, com seu brilho que reluz. Já entre os andrajos, dado sua condição maltrapilha, suja e desgastada, nota-se o vício mais explícito, uma vez associado às pessoas em condições mais precárias. Também ficou claro, em mais de uma ocasião e pelas palavras de mais de uma das publicações aqui tratadas, que a imprensa não se enganava quanto ao verdadeiro beneficiário dos vultosos lucros dos jogos. Lucros, a propósito, exagerados, baratos e certos. Já desde os artigos sobre o Polytheama transformado em frontão, existia essa noção de que os banqueiros eram os únicos realmente auferindo prêmios dos jogos de azar. Em mais de uma ocasião o próprio *Commercio*, mesmo que muito pontualmente e de maneira bastante breve, vai chamar atenção para o fato de que se prendiam e multavam somente pobres agenciadores e jogadores viciados, nunca o banqueiro por trás de toda operação<sup>242</sup>. O jogo do bicho aparece como principal algoz:

Como se não bastassem tantas fôrmas com que se apresenta o jogo, desde o buzio até á roleta, um, que joga ao ar livre, em bancas enfileiradas, em lances rapidos como o relampago, outro, em salões de luxo, revestidos de tapetes e elegantemente decorados, com todo o confortavel e aristocratico

<sup>241</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>242</sup> Ver, por exemplo, O Bicho, *O Commercio de São Paulo*, ano XIV, n 4673, 17 abr 196, p. 4.

tratamento, como se tanto não bastasse inventou-se o celebre jogo do bicho, que é a mais engenhosa combinação para tentar facilmente, commodamente a sorte, sem perda de tempo e sem sacrificios de saúde.

O jogo do bicho é o que mais seduz pelas aparentes vantagens que offerece, pelas suas varias combinações, pelos inesperados lucros que pôde dar e que serão absorvidos pelo banqueiro se o individuo continuar com as paradas.<sup>243</sup>

O jogo do bicho surge como aquele que oferece maiores vantagens: é barato, cômodo, rápido e não oferece sacrificio algum à saúde. Sucintamente listadas estão as características que fizeram do jogo a mais popular e longeva contravenção no que tange jogos de azar. Barato, pois podia-se jogar qualquer quantia, da mais ínfima à mais vultosa; rápido, pois bastava escrever seu palpite — este, sim, por vezes filho de um parto longo, mas possivelmente banhado a epidural — em um pequeno papel rasgado e passá-lo de maneira discreta ao agenciador, *bookmaker* ou bicheiro mais próximo, cômodo e inofensivo, pois não previa a entrada nos frontões e boliches, espaços repletos dos terríveis miasmas aerotransportados. R., ainda assim, alivia o lado do bicho, deixando claro que esse jogo era um mero produto de outro muito mais escandaloso:

É impossível, pois, extinguir o jogo do bicho, enquanto o mais escandaloso dos jogadores fôr o Estado, bancando a roleta da loteria.

Sendo elle quem acoroçôa a febre do jogo, não é serio que o queira prohibir.

Se o Estado entende que deve prohibir o jogo, elle que não prohibe o alcoolismo e a prostituição, que até lucra com os dois primeiros vicios, delles arrecadando pingues impostos, comece dando o exemplo por supprimir o jogo official.<sup>244</sup>

Como vício, é inevitável que o jogo seja eventualmente comparado ao alcoolismo e à prostituição, ainda mais se considerarmos que ele se enquadrava na lei de contravenção que punia os bêbados e vadios. No fim, e apesar de enumerar longamente as consequências do jogo, o autor termina por crucificar mesmo o Estado. Segundo R., o governo poderia facilmente acabar com o bicho simplesmente suprimindo a loteria oficial que fornecia os números aos quais os bichos já estavam vinculados<sup>245</sup>. *O Commercio* reconhece que seria

<sup>243</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>244</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>245</sup> Não se sabe ao certo precisar quando os bichos foram vinculados às loterias oficiais do Estado, mas em 1906 outro artigo no mesmo jornal já dava como certeza que eles estariam: “Depois, o jogo do bicho, inventado no Jardim Zoologico do Rio de Janeiro, onde elle entrou para de lá sahirem os tigres, os veados, os macacos, toda essa bicharada que era digna de apreciação, não acaba desde que o ligaram aos numeros das loterias. Os numeros se transformaram em bichos. Quasi não ha hoje quem não saiba que o 31 é o camello. Os jogadores do bicho, quando falam em 07, falam no macaco.” A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, são Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

papel do Estado, “Como parte de um systema homogeneo o compacto”, impor a proibição do jogo, “vicio pernicioso, que tem sido causa da ruina de muitas familias, da desgraça de muitos individuos, e até de crimes, que nelle encontram sua origem”. Como educador do povo, proibir o jogo significaria “o aperfeiçoamento do meio social, [...] purificação dos costumes e [...] afastamento das varias causas que difficultam o desenvolvimento moral da sociedade”. Portanto, *O Commercio* aplaude a “proibição do jogo, porque com ella lucraria a moral publica, se fosse possivel tornal-a effectiva, o que julgamos impossivel”<sup>246</sup>.

A erradicação do jogo, foi tida como impossível pela publicação, podendo estar vinculada à ideia de que o jogo estava se convertendo em vício e, portanto, de difícil combate. Ou à noção de que o Estado não deveria interferir no direito que o indivíduo tem de dispor, “a seu bel praser, do que é seu, por meio do jogo, quando não o impede de desbaratar, perder, destruir e aniquilar o seu patrimonio por qualquer fôrma, que bem lhe approuver”. E nem mesmo ao fato de que o Estado não estaria perdendo dinheiro algum com as partidas de jogo, fossem elas de *baccarat*, roleta, *lansquet* ou do bicho, já que “para o Estado, nenhum mal existe na movimentação, nos deslocamentos da riqueza, de individuos para individuos dentro do mesmo paiz, pois, é esse em geral o resultado dos negocios. [...] Perde um, ganha outro, mas a riqueza continua a existir, e o Estado nunca perde”<sup>247</sup>. A impossibilidade de erradicar o bicho de vez da sociedade estaria, enfim, no fato de que o próprio Estado “acoroça o jogo, mantendo o [...] da loteria, o mais aladroadado e pernicioso de todos; nem elle prohiibe, antes torna-se cumplice do mais colossal dos jogos, o jogo do cambio, minotauro terrivel que, em poucas horas, devora fortunas immensas”.

O jogo está em toda parte, circulando victorioso e impune e demonstrando que o Estado não o póde proibir, e que não conseguirá impedil-o, porque a sociedade está muito longe da perfeição moral e a lei é a primeira a desmoralisar-se quando prohiibe certos e determinados jogos de azar, em proveito de outros que não são menos de azar, nem menos immoraes.<sup>248</sup>

Como haveria o governo de acabar com os jogos se ele próprio deixa rolar o mais aladroadado e pernicioso de todos?

<sup>246</sup> R. Trez cancros. *O Commercio de São Paulo*, ano XII, n. 60, 4 dez 1906, p. 1.

<sup>247</sup> R. Trez cancros. *O Commercio de São Paulo*, ano XII, n. 60, 4 dez 1906, p. 1.

<sup>248</sup> R. Trez cancros. *O Commercio de São Paulo*, ano XII, n. 60, 4 dez 1906, p. 1.

Ao mesmo tempo em que publicava os *artigos de fundo* em que R. atacava veementemente o Estado e o jogo de azar, o mesmo *Commercio* publicava, praticamente sem falha desde pelo menos junho de 1904, o anúncio de um *chalet* no centro da cidade onde era possível fazer o jogo do bicho.

**CHALET DO CAPITÃO PHANTASMA**  
Largo do Thesouro  
HOJE

629		29
951		51
440		40
<b>Azar</b>		
991		91

Resultados de hontem:

S. PAULO		RIO	
Centena.....	651	Centena.....	057
Dezena.....	51	Dezena.....	57
Grupo.....	13	Grupo.....	15

--Abertel hontem na dezena e grupo pelo lilo.  
**Capitão Negro**

---

**CHALET DO CAPITÃO PHANTASMA**  
Largo do Thesouro  
HOJE

357		57
388		88
224		24
<b>Azar</b>		
765		65

Resultado de hontem:

Centena...	914
Dezena....	14
Grupo.....	•

**Capitão Negro**

Figuras 1 & 2 - Anúncios publicados n' *O Commercio* com palpites

Os anúncios do *Chalet do Capitão Phantasma*, localizado no Largo do Thesouro, foram publicados na seção de *Annuncios* d' *O Commercio* desde pelo menos meados de 1904 até o início de 1906, de segunda à sábado (nos domingos não havia extração da loteria oficial). Durante esses anos, o anúncio trazia o palpite em pelo menos três animais, junto de suas fotos e o número correspondente a sua centena e dezena. Abaixo dos palpites, estavam os resultados do dia anterior, tanto pela loteria do Rio de Janeiro, quanto pela de São Paulo. Em outras ocasiões, além dos palpites certos o anúncio também trazia o animal que daria

azar<sup>249</sup>. Durante menos de dois anos, o palpiteiro, e possível responsável pelo *Chalet*, o Capitão Negro, é quem assina o anúncio, convidando a clientela a frequentar sua casa de apostas que, em determinado momento, passa a ser localizada no Largo do Municipal.

Durante o período de setembro de 1906 até pelo menos dezembro de 1908, os palpites do bicho deslocam-se entre a *Secção Neutra* e a de *Annuncios*. Apesar da movimentação, os palpites não parecem mais propaganda de um *chalet* específico. Nesse novo período, em que eles figuram em parte como conteúdo narrativo do jornal, os palpites são multiplicados, dados por mais de um contribuinte, tornando-os, inclusive, competitivos. Se os colonistas se tratavam de agenciadores ou banqueiros de bicho, difícil precisar, mas o fato de que, em outros momentos da publicação, haveria, além dos palpiteiros, um autor do “artigo” — Tico — permite pontuar que o teor da mensagem não era necessariamente a propaganda de um responsável pelo jogo. O divertido mesmo é notar que, ao mesmo tempo em que os artigos de fundo da publicação maldiziam o bicho, taxando-o de imoral, cancro a ser extirpado, a mesma publicava, em seção formal do jornal, os palpites do bicho que dariam, fosse por São Paulo ou pelo Rio.

---

<sup>249</sup> Em março de 1906 há uma mudança do título inicial do anúncio, troca-se “Chalet do Capitão, e passa a chamar “Bichos etc...”, bem como a assinatura, que antes era Capitão Negro, passa a ser Zebisko. A mudança foi identificada no número 4635, de 20 de março de 1906. ano XIV, p. 3.



Figuras 3 & 4 - *Os bichinhos* do *Commercio* (n. 002 e 688 de 1906 resp.)

Ainda que o jogo do bicho figurasse, por todas as quatro publicações aqui pesquisadas, na maior parte das vezes, como *mais pernicioso*, o que *mais vicia*, *corrompe*, *degrada* e a todos atinge, rico ou pobre, elas mesmas acabavam colocando os jogos todos em um mesmo balaio – principalmente nos momentos em que incitavam sua campanha contra os jogos de azar. De um parágrafo para o outro, os textos das campanhas abarcam desde os jogos

de carteados, passando pela roleta, para chegar ao bicho e às loterias oficiais. Assim, quando chegava a conjuntura de incitar uma campanha contra o jogo, não surpreende que as publicações, em especial *O Commercio* e *O Parafuso*, optassem por “guerrear todos os jogos de azar, sem estabelecer distincções odiosas, entre pequenos e grandes bicheiros”. Afinal,

Não é só o *bicho* que vicia e perverte [?] o publico: não é somente o jogo barato que se faz nas espeluncas e tabernas que concorre para a anarchia e desmoralisação social. [...] O Código Penal nenhuma diferença estabelece entre os jogos de azar ; a todos proíbe indistinctamente, e a policia para bem agir, com rigor e imparcialidade, deve processar pequenos e grandes jogadores, quer pertençam estes a escumilha social ou á nata da fina aristocracia.<sup>250</sup>

O autor enfatiza que não apenas jogos de baixo custo, praticados nas espeluncas e tabernas, contribuem para a desordem e a degradação moral da sociedade, o vício também origina-se no “coração da cidade”, dia e noite, sem ninguém ter lembrado “de cumprir a lei, de invadir esses antros de perdição onde se reúnem velhos parceiros do jogo de azar, apanhando-os em flagrante delicto...”. No parágrafo seguinte, o *chronista* d’*O Commercio* dá a entender que esses “velhos parceiros” são justamente os banqueiros de roleta que agem sem temer “ a acção espalhafatosa dos argus policiaes...”

Somos contrarios á jogatina, que é um verdadeiro cancro social, e não nos insurgimos contra as diligencias que se façam para extirpal-o de vez, por meio de uma acção energica, que concorra para a sanificação moral.<sup>251</sup>

Entre 1905 e 1909 as notas referentes a prisões de banqueiros, bicheiros e jogadores pegos em flagrante apostando ou recolhendo apostas do jogo do bicho se intensificam a ponto de, em fins de 1908, o bicho ser comparado a um polvo que, com seus tentáculos, atinge os mais remotos cantos do Estado de São Paulo<sup>252</sup>.

---

<sup>250</sup> A POLICIA e o bicho. Pelas Ruas. *Commercio de São Paulo*, ano XIIIV, n. 247 13 jul 1907. p. 2

<sup>251</sup> A POLICIA e o bicho. Pelas Ruas. *Commercio de São Paulo*, ano XIIIV, n. 247 13 jul 1907. p. 2

<sup>252</sup> PELO NOSSO ESTADO. *O Commercio de São Paulo*, ano XV, n. 634, 8 out. 1908, p. 3.

## 2. 2. O jogo fidalgo nos clubs da elite e as minas de ouro no Triângulo

Joga-se em toda parte, repetimos, em S. Paulo como no Rio, no Rio como em Paris, em Paris como em Monaco, em Monaco como em Baden, em Baden como na côrte do celestial imperador da China, ou nas camaras douradas dos grandes transatlaticos; joga-se sobre a pelle dos tambores, nos acampamentos; joga-se nas enxovias humidas das prisões.

Para o povo, ha o jogo relativamente barato e relativamente honesto das loterias.

Querem supprimir este, para deixar o outro.<sup>253</sup>

Nós estamos fartos de saber que nos *clubs*, na conformidade de seus estatutos, “não se poderão praticar, quaesquer jógos prohibidos”, o que não impede, comtudo, que da via publica se ouça o tilintar das fichas e a voz dos croupiers annunciando o número menos carregado.<sup>254</sup>

Joga-se naquele club?  
É provavel que sim.  
Em todos os clubs se joga.<sup>255</sup>

Já na última década do século XIX, *O Commercio de São Paulo* não se enganava quanto à aceitação dos mais diversos jogos de azar na capital paulista. Pouco ingênua, a publicação tem conhecimento das origens do jogo como passatempo das elites, e não se engana quanto às atividades desempenhadas nos *clubs* cuja soleira só permitiria membros do mesmo grupo. Alguns desses espaços, como já caracterizou o *Commercio*, eram “salões de luxo, revestidos de tapetes e elegantemente decorados, com todo o confortavel e aristocratico tratamento”<sup>256</sup>, frequentados pela fina estirpe da sociedade paulistana, que promovia requintados jantares onde ficava “a tasquinhar a sua bella pescada, o seu bello *roast-beef*”<sup>257</sup>. Entre as palestras, apresentações e amenidades, os membros se distraíam na jogatina.

<sup>253</sup> LOTERIAS. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, ano I, n. 78, 28 abr. 1893. p. 1.

<sup>254</sup> SATULAN, O Jogo em São Paulo, Os “Clubs” e o “Bicho”. *O Pirralho*, 1917, n. 231, p. 8-9.

<sup>255</sup> SPORTSMEN’S-CLUB. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 19 mai 1893. ano I, n. 95, p. 1.

<sup>256</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>257</sup> AS CASAS de Jogo. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 20 mai 1893. ano I, n. 96, p. 1.

E todos nós sabemos que não é o operario obscuro, o pequeno negociante modesto, o homem do trabalho, que frequenta e mantém os salões faustosos onde o panno verde se cobre de moedas scintillantes ou de cédulas de bancos.

São os luminares da politica e das finanças, os grandes lavradores e os grandes proprietarios, é o mundo selecto em que a luz vibrante do gaz morde as tapeçarias caras e faz rutilar nos peitos das camisas dos parceiros os brilhantes de primeira-agua.

Quando algum chefe de policia pretende com ingenuidade sertaneja *acabar com as casas de jogo*, só rimos interiormente, porque bem sabemos que nenhum funcionario policial conseguiria esse resultado.<sup>258</sup>

O autor da crônica não estava errado, a polícia, desde de muito cedo, foi considerada ineficaz em suas investidas contra espaços em que se praticavam jogos de azar, principalmente naqueles frequentados pelos colunares. Nesse primeiro ano de sua tratativa quanto ao jogo, *O Commercio de São Paulo* toma posição contra os *clubs* em que se praticava a roleta de maneira escancarada. A questão da moralidade se desenha então, como falsa, ou menos preocupante, uma vez que nada poderá ser feito a respeito dos jogos nos espaços elitizados, em que a luz a gás vibrante ilumina as caras tapeçarias, a que só luminares da política e das finanças, os grandes lavradores e os grandes proprietários obtinham acesso. Contra esses, um chefe de polícia, caipira e ingênuo, nada poderia. A loteria é barata e portanto jogada pelos populares, pelo povo, que compra os bilhetes em diversos locais espalhados pela cidade. Assim como o bicho, que logo também estará disponível em qualquer mercearia do centro da cidade, nas mãos de qualquer *bookmaker*, será jogado com rapidez, facilidade e, sobretudo, sem gastar muito dinheiro, ou melhor, podendo investir a quantia que convier. Segundo o jornalista, o jogo incomoda os políticos e a polícia quando praticado pelos populares e não pelas elites. Ainda assim, apesar de gozarem de diversos privilégios, os *clubs* não estavam totalmente blindados contra ações policiais. Semanas antes, o mesmo jornal já havia publicado cômica colaboração carioca de autoria de Coelho Netto em que sugeria — ou deixava claro — a inépcia de órgãos oficiais nesse quesito.

A policia continúa preocupada com o jogo, não admite tavolagem — nem a roleta, nem o monte, nem o dado, nem lansquenet, nem mesmo a bisca de nove em familia. Succedem-se os assaltos ás batotas. Um episodio comico.

Havendo suspeitas de que se jogava em certo club de uma das ruas mais centraes da capital, para lá partiu o delegado acompanhado de agentes, Postaram-se todos á porta e, no momento em que sahia um *ponto* esbulhado, precipitaram-se pelo corredor azafamadamente. O porteiro, porém, deu o

---

<sup>258</sup> LOTERIAS. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, ano I, n. 78, 28 abr. 1893. p. 1.

signal de alarma e as cousas foram feitas com tal limpeza que, quando a polícia penetrou na sala, estacou imbecilisada e tonta diante de uma mesa servida copiosamente como para um festim, e o delegado, longe de ouvir cantar: «lá vai bola!» ouviu a facundia de um orador que dissertava sobre política com grandes assomos de patriotismo e hyperboles sonoras. Delegado e agentes boquiabertos ficaram petrificados e só recuperaram os sentidos quando um creado solícito lhes ofereceu sorvetes em uma rutilante bandeja. Dizem que a autoridade mystificada, espalhando olhares, tontos só balbuciava, com um sorriso idiota:

— Mas os senhores são magicos, os senhores são magicos... e acabou pedindo muitas desculpas e, mal havia passado a soleira da porta, já a voz grave do banqueiro anunciava solemnemente : «façam jogo...»<sup>259</sup>

A crônica de Coelho Netto sugere, já em 1893, que a polícia é impotente no que tange o controle dos jogos de azar. A crítica é sutil, mas incisiva. Havia uma preocupação da polícia e por parte do governo municipal, quanto à prática dos jogos de azar que se alastravam pelo Rio de Janeiro — não iria se admitir qualquer espécie de tavolagem, fosse ela profissionalizada ou jogada em casas de família —, os varejos eram numerosos. Coelho Netto, contudo, ao descrever a incursão da polícia em um *club* suspeito, usando uma sutil ironia, satiriza a ineficácia e até mesmo a ingenuidade das autoridades diante da situação. A cena, em que a polícia irrompe no clube esperando encontrar uma partida de jogo, apenas para se deparar com uma reunião política, é perspicaz e irônica. Sempre matreiros, os cariocas não permitiram que a polícia varejasse o *club*. No fim, a autoridade confusa e envergonhada é confrontada com a continuidade das apostas, escancarando a impotência e a inépcia das autoridades diante do jogo que tentavam controlar — principalmente aquele jogado pelos *luminares da política*.

Em São Paulo, a polícia, tendo recebido denúncia de que se jogava no *Sportmen's Club*, acompanhada de um rol de testemunhas, “foi de surpresa por cêrco ao club”. Nas imediações, foram colocados vários soldados de carabinas embaladas e na porta do *club*, um guarda com recomendação expressa de não deixar entrar quem quer que fosse.

Uma hora estiveram os delegados dentro do Sportmen's, onde fizeram arrolamento de moveis e tomaram nota dos nomes das pessoas que alli estavam.

E hontem ao meio-dia, procurando propositalmente essa hora de maior movimento, a policia, munida de carros do corpo de bombeiros, carregou mesas, cadeiras, poltronas, reposteiros, quadros e outros objectos de luxo que ornavam aquella casa.<sup>260</sup>

<sup>259</sup> NETTO, Coelho. Correio Fluminense. *O Commercio de São Paulo*, ano I, n. 51, 21 mar. 1893, p. 1.

<sup>260</sup> SPORTSMEN'S-CLUB. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 19 mai 1893. ano I, n. 95, p. 1.

A notícia de que a polícia cercava e mandava invadir e confiscar mobiliário de um dos *clubs* mais chiques da capital chamou a atenção dos passantes e logo espalharam-se boatos dos mais disparatados: “que houvera explosão de uma bomba de dynamite, que dous cavalheiros da nossa melhor sociedade haviam trocado tiros de revolver, que naquelle club se haviam refugiado illustres conspiradores politicos, uma infinidade de cousas inverosimeis”. Apesar da chuva, “que cahia insistente”, os curiosos chegaram a agrupar-se na frente do *club*, e mesmo as pessoas que estavam no Theatro S. José, próximo dali, correram pressurosas, “avidas de escandalo, remordidas pela curiosidade”. Como no caso do célebre *club* carioca, contudo, a polícia parece ter saído de mãos abanando. Para além das mesas, cadeiras, poltronas, quadros e reposteiros, a força policial não encontrou os panos verdes que recobriam as mesas de jogo, *as moedas scintillantes ou cédulas de bancos*. Pelo contrário, o que os policiais encontraram foi o rechaço e a ironia d’*O Commercio* que não deixa o ocorrido por menos. Segundo a publicação, os “distinctos” cavalheiros ali encontrados, “homens de educação e de posição”, foram grosseira e arbitrariamente vexados com o mesmo aparato “da força que se empregaria para assaltar uma espelunca que abrigasse bandidos.”

Incomodado não só com o uso da força contra homens ilustres, o jornal também critica o modo como a operação policial foi conduzida. “Admittindo que a denuncia merecesse fé e que a policia tivesse competencia para varejar qualquer casa particular, só pela suspeita de que nella se jogasse”, a polícia, na figura do sr. chefe, devia ter mandado “discretamente um dos seus delegados, acompanhado de um só agente, a paizana, para fazer as intimações precisas” e não ter intimado os associados “espalhafatosamente com as coronhas das espingardas. Na Hottentotia ou na Zululandia ainda é preciso o emprego da força bruta para inspirar o respeito à lei. Mas aqui...” A ação policial foi tão excessiva que comparou-se ao uso da força na África do Sul — à época tida como menos civilizada<sup>261</sup>. *O Commercio* sugere, ainda, que a polícia estaria sendo usada por um inimigo do *club*, certamente alguém com poderes políticos suficientes para movimentar toda a força policial a seu bel-prazer.

A nossa policia não ignora que ha em S. Paulo varias casas de jogo.

---

<sup>261</sup> Os Hottentotes, também conhecidos como Khoikhoi, são um grupo étnico nativo da região do Cabo, na África do Sul. O termo “Hottentot” foi utilizado pelos colonizadores europeus e hoje é considerado pejorativo. O termo mais apropriado é “Khoikhoi” ou “Khoisan”. Já Zululandia é o território habitado pelo povo Zulu, um grupo étnico proeminente na África do Sul, principalmente na província de KwaZulu-Natal.

O proprio sr. chefe de policia tem assistido a bailes de moralidade um tanto suspeita, que se realisaram em uma casa de jogo (e s. exe. bem sabia que o era) e onde certamente gosou secretas e inefaveis sensações, *en mangeant des écrevisses en cabinet particulier...* [...] Estabeleceu, portanto, o sr. chefe de policia o regimen das delações.

Quem tiver um inimigo do caracter pervertido, pôde contar que uma bella noite ha de ver a sua casa invadida pelos esbirros policiaes : — esse inimigo assignou uma denuncia em como na sua casa se jogava a bisca em familia.

Além de lhe carregarem com o baralho da bisca, ainda os srs. beleguins lhe empalmarão a mobilia, a louça e a bateria de cosinha [sic].

E é dar graças a Deus de lhe deixarem o relógio.

O precedente ficou estabelecido com o assalto á sociedade sportiva da rua de S. Bento.<sup>262</sup>

O sr. chefe de polícia estaria então mancomunado com os tais homens ilustres, tanto que ele próprio participava de bailes de moralidade duvidosa e comia lagostins em gabinetes particulares. Ao sugerir que qualquer um que tivesse uma delação a fazer seria prontamente atendido, mesmo que a denúncia indicasse um jogo de carteadado comumente praticado entre familiares, o jornal indica como a força policial estaria agindo movida por qualquer pedido. No número seguinte, 96, o jornal deixa ainda mais clara sua opinião de que a polícia estaria agindo a mando de “s. exe.” Ao deixar de lado, “por méro esquecimento”, que há tantas casas de jogo em São Paulo, e tendo invadido uma única, o *Sportsmen’s Club*, o sr. chefe de polícia “demonstrou claramente que o seu proposito não era acabar com o jogo em S. Paulo, e nós temos ouvidos e ouvimos o que se diz pela bocca pequena; sabemos que s exe., ordenando aquelle feito heroico, poz em pratica altas e intimas machinações que a sua boa estrella em boa hora lhe aconselhou...”<sup>263</sup>. Carregado de ironia, o artigo do número 96 d’*O Commercio* parece indicar que suas críticas do dia anterior surtiram algum efeito.

A policia que, antes de executar qualquer deliberação tomada a respeito de casas de jogo, devia planejar reflectidamente o ataque, de sorte que todos os clubs suspeitos fossem surprehendidos simultaneamente, a uma hora determinada, para que não houvesse tempo de serem occultados os utensilios de jogo, — a policia, antes de combinar cousa alguma, assalta, intempestivamente, um só club, indo, no dia seguinte, de carola, como em via sacra, percorrer todos os demais clubs que naturalmente estavam de atalaia, prevenidos e reprevenidos, de sorte que o srs. delegados, nessas occasiões sempre descortezes, é preciso que se diga, iam encontrando, em vez do que buscavam, aqui, meia duzia de pandogos a tasquinhar a sua bella pescada, o seu bello *roast-beef*; alli, um grupo de cavaqueadores,

<sup>262</sup> SPORTSMEN’S-CLUB. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 19 mai 1893. ano I, n. 95, p. 1.

<sup>263</sup> AS CASAS de Jogo. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 20 mai 1893. ano I, n. 96, p. 1.

despreocupados e felizes, numa palestra innocente e remansosa, e por toda parte o que apenas podiam vêr as auctoridades, tão dilligentes e perspicazes, eram as espiraes do fumo que se enrolavam de manso em nuvemzinhas azuladas, em demanda dos páramos longinquos, flóccos insensíveis e ephemos, que têm a felicidade de desaparecer no vacuo, sem nem sequer fazer uma pallida idea do que é a nossa policia, fóra e dentro de uma casa de jogo...

Portanto, a policia nada fez quanto ao jogo, como quiz fazer. Exhibiu-se em pura perda com a parlapatice buffa de todo o seu aparato espectacularo, dando logar a cochichos, que pouco a abonam, do publico sempre bisbilhoteiro, que tudo sabe, e, das pesquisas que fez ante-hontem, levou comsigo, de certo, pelo que viu nas casas que andou a examinar, a convicção de que em S. Paulo não se joga absolutamente.<sup>264</sup>

Com o subtítulo “A Correção da Nossa Polícia”, o artigo é ainda mais incisivo que o anterior. Segundo a publicação, as ações policiais levadas a cabo foram, não só malfeitas, como mentirosas. O diário ironiza longamente a ineficácia das autoridades ao descrever a “via sacra” que percorriam, indo de *club* em *club*, de casa de jogo em casa de jogo, segundo *O Commercio* uma grande exibição de espetáculo falso, uma verdadeira “parlapatice buffa”, que, logicamente, resulta em fracasso. Tendo a polícia varejado, de surpresa, um único *club* no dia anterior, os outros abriram os olhos, já estavam de atalaia, alertas para uma ação vindoura similar. No lugar de encontrar aparatos de jogo, os oficiais toparam com “meia duzia de pandogos a tasquinhar a sua bella pescada, o seu bello *roast-beef*; alli, um grupo de cavaqueadores, despreocupados e felizes, numa palestra innocente e remansosa”. Mas, por fim, e ainda segundo a publicação, a polícia cumpriu seu objetivo e demonstrou, com provas, “de que em S. Paulo não se joga absolutamente”. Insatisfeito está *O Commercio* que, mesmo sabendo que o público é bisbilhoteiro e de tudo sabe, faz questão de continuar o artigo relatando divertido caso sobre o que encontrou a policia “num club da rua Direita”:

Na busca de ante-hontem, o sr. delegado, num club da rua Direita, não sabemos qual, encontrou apenas a mobilia e carregou com ella, e mais um cylindro velho de roleta, que estava encostado a um canto.

Tudo quanto dizia respeito ao jogo estava mettido na caixa d’agua, que esvasiaram, para occultarem taes objectos.

Nos outros clubs, a policia ia encontrando grupos, que se divertiam em jogos innocentes, como o bilhar, a esgrima, o vispora, a bisca, etc.

E o facto mais importante de todos é haver o sr. chefe de policia poupado exclusivamente ás suas infructíferas investigações o club a cujos bailes s.

<sup>264</sup> AS CASAS de Jogo. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 20 mai 1893. ano I, n. 96, p. 1.

exc., ha bem pouco tempo, se dignava com parecer, para saborear as suas *écrivisses en cabinet particulier*.

Pretende realmente o sr. chefe de policia impedir que em S. Paulo se jogue como se joga em toda parte?

Escute o sr. chefe : Quando se fecharem os clubs, jogar-se á nas casas de familia, jogar-se-á em quaesquer logares onde a policia não possa fazer chegar a sua acção.

Somos os primeiros a considerar o jogo como o vicio das peiores consequencias, mas julgamos a policia impotente para transformar ou corrigir os costumes, bons ou máus, tão profundamente radicados, como este, no nosso meio.

E o proprio sr. chefe do policia está tão intimamente convencido dessa verdade, que não attendeu, durante mezes seguidos, ás repetidas instancias do digno promotor publico para fazer as diligencias que só agora fez tão sómente movido pelas denuncias de um jogador despeitado.<sup>265</sup>

O jornal considerava inútil a campanha que a polícia engendrava contra os *clubs*. Apesar de reconhecer “o jogo como vicio das peiores consequencias”, julga a policia impotente para transformar “ou corrigir os costumes, bons ou máus”, principalmente um que já era considerado “profundamente radicado” em São Paulo. No artigo do dia anterior, o mesmo argumento era usado: se fecharem os *clubs* e outras casas de jogo, “jogar-se-á nas casas de familia, jogar-se-á em quaesquer logares onde a policia não possa fazer chegar a sua acção”. Para além da convicção de que o jogo perduraria, fizesse a polícia o que quisesse, *O Commercio* ainda sugere, quase afirma, que o chefe de polícia teria iniciado essa campanha, sabidamente tardia, “movido pelas denúncias de um jogador despeitado”, que tinha certamente cacife suficiente para colocar a polícia às suas ordens. De qualquer modo já se jogava por toda parte, não só em *clubs*. Em 1893, a “seductora roleta” era jogada nos festejos religiosos da *kermesse* da Penha<sup>266</sup>, em casas de jogo disfarçadas de comércio<sup>267</sup> e, como previu *O Commercio*, em casas de particulares — a polícia, aliás, foi acusada de forçar a porta e invadir a casa de uma família, fazer uma minuciosa busca, e, enfim, encontrar a roleta<sup>268</sup>. Mas é certamente nos *clubs* que ela encontra seu público mais fiel.

<sup>265</sup> AS CASAS de Jogo. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, 20 mai 1893. ano I, n. 96, p. 1.

<sup>266</sup> A SEMANA. *O Commercio de São Paulo*, ano I, 3 set. 1893, n. 0182, p. 1.

<sup>267</sup> GAZETILHA. *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 11 jul. 1896, n. 1007, p. 2. e SECÇÃO LIVRE, *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 1 set. 1896, n. 1052, p. 3

<sup>268</sup> VIOLENCIA POLICIA, *O Commercio de São Paulo*, ano VI, 6 jul, 1898, n. 1564, p.1.

No início do século XX, o *Correio* também tratava do jogo nos *clubs*. Segundo edital publicado em abril de 1910, o doutor Luiz da Camara Lopes, segundo delegado de polícia interino de São Paulo fazia saber que

não são considerados ‘clubs fechados’, mas simples casas de tavalagem, os clubs que admittirem em suas sédes, indistinctamente, pessoas que não sejam socios, menores e, principalmente mulheres da vida airada, que alli vão com o intuito de jogar ou attrahir jogadores; contra taes casas, em extremo perniciosas, esta delegacia agirá com o maximo rigor, apprehendendo todos os aparelhos e apetrechos de jogo, moveis, decorações, etc. e instaurando, contra as pessoas que forem encontradas jogando, o competente processo.<sup>269</sup>

A noção de que se jogava em *clubs* fechados não passou incólume pelo *Correio*. Contudo, como publicação a serviço do Partido Republicano, privilegiam-se notas sobre as ações policiais tomadas para reprimir o jogo, e raramente falava-se dele na cidade São Paulo, sendo o maior número de notícias sobre o estado. Em 6 de dezembro de 1913, por exemplo, o *Correio* republica telegrama recebido pelo *Diário Popular* do Rio de Janeiro, em que anuncia-se a prisão de 27 bicheiros e a apreensão em um club de “uma roleta e outros apetrechos de jogos prohibidos”<sup>270</sup>. Na mesma nota, o jornal parabeniza a campanha do dr. Francisco Valladares, chefe de polícia, que recomenda aos delegados “maximo rigor na repressão ao jogo, principalmente do bicho”. Naquela manhã, dois agentes disfarçados foram fazer jogo nas ruas do centro, momento em que os delegados, percorrendo as ruas, realizaram a prisão de dois bicheiros. Nos anos seguintes, surgem notas sobre as investidas policiais contra os *clubs* e o bicho em Porto Alegre, motivada pelo desaparecimento de um sr. Manuel Cruz que “jogava muito no bicho e á noite jogava nos clubs. Os prejuizos são calculados em 50:000\$”<sup>271</sup>; em Campinas, cidade em que o delegado, dr. Bandeira de Mello, prosseguia em grande campanha contra o jogo do bicho, mandava fechar “o ‘Club dos Excentricos’, sito á rua Francisco Glycerio n. 30, e [...] intimando a todos os banqueiros a comparecer a Repartição da Policia.”<sup>272</sup>.

Na segunda década do século XX, os jogos de apostas nos *clubs* fechados começam a figurar com maior ênfase na imprensa ilustrada. N’*O Pirralho* de abril de 1914,

<sup>269</sup> EDITAES. Prefeitura Municipal. *Correio Paulistano*, ano LVII, n. 16764, 7 abr 1910, p. 7

<sup>270</sup> 27 BICHEIROS PRESOS. *Correio Paulistano*, ano LX, n. 18097, 6 dez 1913, p. 10.

<sup>271</sup> TELEGRAMMAS. Rio Grande do Sul. *Correio Paulistano*, ano LX, n. 17944, 6 jul 1913, p. 5.

<sup>272</sup> TELEGRAMMAS. O Jogo. Campinas. *Correio Paulistano*, ano LXI, n. 18308, 8 jul 1914, p. 3.

momento em que a revista já estaria sob influência de Baby, há um longo artigo que nomeia, um por um, os *clubs* em que há jogatina na “laboriosa e culta capital” de São Paulo. No artigo, a revista pede que a polícia, principalmente a figura do seu Secretário de Justiça — Eloy Chaves, personagem que será mencionada diversas vezes no decorrer dos próximos anos —, tome ações enérgicas contra os indivíduos desclassificados, “uma legião enorme de desocupados, que vivem de expedientes, enche de noite as salas dos clubs e se atira gananciosa ao primeiro incauto que aparece”. À semelhança de seus congêneres, do Rio e de Buenos Aires, a polícia paulista deveria iniciar uma campanha contra a jogatina. “Será crível que nas barbas da policia e diariamente se jogue roleta em onze clubs? Internacional, Automovel, S. Paulo, City, Jockey, Aero, Apollo, Bandeirante, Mozart, Central e Guarda Nacional Ou Oeste Club de *Caça*”. O apelo vinha em nome da moral e do bem estar, com justificativas como a noção de que o “homem precisa receber o estímulo são que nasce do trabalho honrado”. Assim, a polícia deveria “lançar suas vistas ao quadro negro” que a revista apresentava, afinal competiria às autoridades a “prophilaxia do meio” em que o homem honesto exerce suas atividades<sup>273</sup>.

O artigo, sem assinatura, toca naquilo que, logo de início, muito da campanha contra o jogo empreendida pel’*O Pirralho* vai ficar conhecida. Em primeiro lugar colocando o jogo como cancro, metáfora ou associação que muito fala sobre como a prática era vista pela publicação naquele início de século. Usa-se *cancro* para denominar um grupo muito numeroso de doenças que têm em comum o desenvolvimento de células anormais. Estas células começam a se multiplicar e crescer de maneira descontrolada<sup>274</sup>. Ou seja, a proliferação de uma anomalia que não deveria pertencer a uma sociedade de desenvolvimento típico ou mesmo saudável, que aqui fica entendido como a modernização pela qual passava, ou queria passar, a sociedade paulistana. Em segundo lugar, o chamado enérgico feito às autoridades e, em especial, a Eloy Chaves, o sr. Secretário de Justiça. No decorrer das campanhas, as figuras de governantes e policiais serão igualmente parabenizadas e crucificadas, a depender do momento e das ações tomadas. Também serão colocados em

<sup>273</sup> A JOGATINA EM SÃO PAULO. Carta aberta ao dr. Eloy. *O Pirralho*, São Paulo, n. 140, p. 18, 25 abr 1914.

<sup>274</sup> O QUE É CANCRO. Disponível em: <<https://www.cancro-online.pt/cancro/informacao-basica/o-que-e-o-cancro/>>. Acesso em 10 dez. 2021. O mesmo verbete foi usado nos discursos das campanhas antialcoólicas, bem como para adjetivar o mercado amoroso que existiriam poucos anos depois (MATOS, *op. cit.*, 2001, p. 29 & RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930) São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 26).

evidência, em diversas ocasiões, as casas e *clubs* em que se praticavam os jogos de azar, principalmente aqueles que mais incomodavam, localizados no centro da cidade e frequentados pelas elites. Por último, já vem estabelecida, como tema de enfoque das campanhas, uma caracterização do jogo como crime contra a moral, uma atividade de vagabundo, vergonhosa e anti-higiênica.

O artigo vem acompanhado, ainda, de duas charges de autoria de Voltolino, sob o pseudônimo PAU. A primeira e maior delas retrata um grupo de homens de fraque completo, colete e gravata borboleta. Rechonchudos e expressivos, os homens estão em torno de uma mesa de roleta. Sobre a imagem lê-se “As vantagens dos clubs da elite”. Uma possível referência ao fato de que eles estariam ali despreocupados, sem a presença de olhares furtivos e inquisidores, mas também indica possível roubalheira “amigável”, uma vez que dois dos homens parecem estar muito insatisfeitos com o resultado e os outros, sorridentes, parecem ter tirado sorte grande... ou vantagem desonrosa sobre seus colegas — os tais *tribofes* quiçá? Sob a imagem, “Uma deliciosa ‘causerie’”, que, em francês, é entendido como conversa sem grandes pretensões, bate-papo despreocupado. Mas, em francês macarrônico, pode ser uma alusão à causaria, ou seja, provocação.



Figura 5 - Charge de Voltolino. *O Pirralho*, 1914, n. 140, p. 18

A segunda charge, também identificada sob pseudônimo PAU, coloca outro aspecto que acompanha o jogo: a bebida. A pequena imagem retrata um homem, também vestido formalmente, apoiando-se num corrimão, claramente embriagado. Apesar de portar seu paletó e chapéu, o personagem de Voltolino já está desgrenhado, com cabelos despenteados e roupas revoltas. A leitura, que pode parecer exagerada, é confirmada pela garrafa de vinho ao seu pé e a legenda, “Bebidas grátis...” Sabidamente esses espaços tinham bares bem abastecidos, mas a charge indica, ainda que só como especulação, que esses *clubs* já funcionavam como os cassinos de hoje em dia, em que a bebida alcóolica é oferecida gratuitamente aos jogadores ativos do espaço, na expectativa de que eles logo perdessem o pouco autocontrole que, como jogadores inveterados, ainda tinham.



Figura 6 - Charge de Voltolino. *O Pirralho*, 1914, n. 140, p. 18

Revista de renome e grande vendagem, não surpreende que a primeira investida d'*O Pirralho* tenha rendido frutos positivos. No número seguinte, um novo artigo contra o jogo conta que a “causa nobre” que havia “esposado” produziu “enorme sensação”:

As provas de incitamento que recebemos foram de tal quilate que nos redobramos o ardor bellico e hypertrophiaram o nosso desejo de desmascarar os ignobeis exploradores que nos antros mercadejam a moral a todo preço. Esses patifes que pululam nossos centros de refinadas maloterias e que de um modo revoltante praticam as acções mais sórdidas que conceber possamos precisam receber do látigo da justiça chibatadas nas faces desbriadas em que, perenemente dança um riso escarminho.<sup>275</sup>

Nota-se como os promotores do jogo são tidos como exploradores que mercadejam a moral a qualquer preço e como eles estão de alguma forma “mascarados”, passando despercebidos talvez por aqueles que não precisam, ou não podem, saber de sua existência. Inclusive, como pode sugerir a última frase, são figuras abrigadas por sua posição social ou pelos espaços nos quais circulam, afinal, eles andam pomposos com um sorriso irônico, desdenhoso, dançando nos lábios. O artigo avança, deixando claro os laços entre o jogo e a moral e parabenizando a ação policial, bem como incitando-a a não arrefecer:

A acção da policia, portanto, já foi iniciada, mas para ser completa e efficaz necessita de ser duradoira e energica. Para que não sejam burlados os meios praticos posto em circulação pelo dr. Secretario de Justiça é necessario que s. exa. não tenha contemplações com quem quer que seja e use do maximo rigor para com esses patoteiros que tanto nos envergonham. Saneado S. Paulo dessa epidemia que grassa com tanta intensidade e nos livrando desse verdadeiro pesadello que é o jogo o dr. Eloy Chaves prestará um grande serviço a esta terra e a este povo que saberá lhe fazer a justiça merecida.<sup>276</sup>

Mais uma vez nota-se que há uma preocupação com a eficácia das medidas contra o jogo no que tange certas figuras. Esses *patoteiros*, brincalhões, arruaceiros, precisam ser tratados como qualquer outro, com o máximo rigor da lei, uma vez que são justamente eles que envergonham tanto. *O Pirralho* foi uma publicação que convocou menos figuras importantes ao ringue. A revista ficou mais conhecida por seus chistes e comentários ao largo, por assim dizer. Já *O Parafuso*, verborrágico, tinha mesmo fama de imprensa marrom, e portanto não espanta que, apenas um ano depois do artigo d'*O Pirralho*, *O Parafuso* tinha os punhos em riste, pronto para atacar, deixando mais claro de quais figurões se tratavam de fato esses tais *patoteiros*:

<sup>275</sup> A JOGATINA EM SÃO PAULO. s/ assinatura, *O Pirralho*, 1914, n. 141, p. 14.

<sup>276</sup> A JOGATINA EM SÃO PAULO. s/ assinatura, *O Pirralho*, 1914, n. 141, p. 14.

E assim não permitirá, d'ora avante, a policia nem mesmo o 'baccarat' nos clubs fechados, isto é, nos que, ha tempo, foram regulamentados pela Secretaria de Segurança Publica. Hontem mesmo os clubs, os poucos que restam, foram intimados a suspender o jogo. Apezar disso, porém, um delles, fez annunciar que, ás 10 horas da noite, abriria o jogo diario com uma banca de dez contos de réis...<sup>277</sup>

Segundo *O Parafuso*, o único *club* que fez anunciar a abertura da banca seria o *Automovel Club*, cujo presidente emérito não é ninguém mais, ninguém menos, do que Conselheiro Antônio Prado. Ter o Conselheiro como presidente, contudo, não impediu que um delegado fosse ao estabelecimento comunicar a decisão do Secretário de Justiça, mas impediu que o mesmo, tendo vindo da visita “com a cara á banda”, não conseguisse pôr fim à jogatina. Aconteceu que “o próprio sr. conselheiro Antonio Prado, [...] annunciou na sua qualidade de presidente daquela casa de jogo que ás 10 horas da noite faria uma banca de 10 contos. Disse-o e fê-lo”. Só restou ao sr. bacharel, Eloy, engolir “em secco mais esta affronta e... continuou na pasta”.<sup>278</sup>

O *Automóvel Club* seria, junto da Câmara Municipal e da Prefeitura de São Paulo, um centro de grandes acontecimentos políticos durante toda a Primeira República<sup>279</sup>. Nascido em 1908 — no palacete Martinico Prado —, o *club* contava como membros fundadores personalidades como Antônio Prado Jr., Paulo Prado, Rodolfo Mirando, Sílvio Álvares Penteadó, entre tantos outros, tendo como presidente emérito o Conselheiro Antônio Prado. Marco para o automobilismo na cidade, o *club* representava a preocupação crescente das elites paulistanas quanto à inserção dos automóveis nas ruas da cidade. Além de ser um indispensável espaço de debates sobre as coisas da cidade e do país, parte de suas responsabilidades incluía a promoção de *raids*, esforços para levar a cabo políticas públicas de melhoramentos e incentivo à legislação — pavimentação adequada das vias públicas, delimitação de velocidade etc. O *club* também abrigava “um vasto salão de festas e um pequeno cassino, que atraía toda sorte de clientela endinheirada”<sup>280</sup>, e é justamente sobre o cassino que *O Parafuso* tem algumas coisas a dizer. No número dezenove, ainda de 1915,

<sup>277</sup> AS BELLEZAS DO SR. ELOY DE MIRANDA e Chaves na gestão dos negocios da Pasta de Justiça e da Segurança Publica. *O Parafuso*, 1915, n. 5, p. 10.

<sup>278</sup> AS BELLEZAS DO SR. ELOY DE MIRANDA e Chaves na gestão dos negocios da Pasta de Justiça e da Segurança Publica. *O Parafuso*, 1915, n. 5, p. 10.

<sup>279</sup> SÁVIO, Marco A. C., *A Cidade e as Máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900 - 1930*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 199

<sup>280</sup> SÁVIO, *op. cit.*, p. 200

encontra-se a seção *Paulistanas*. Nesse espaço, Bartholomeu escreve a seu amigo Nicolau sobre diversos acontecimentos da cidade de São Paulo. Os assuntos variam de política a fatos quotidianos e cultura. Nessa ocasião, a carta de Bartholomeu conta um caso acontecido no *Automovel Club* de São Paulo:

Não vás suppor, ahi, que o *Automovel-Club*, é algum club de automoveis. Nada disso. É, apenas, a mais elegante espelunca de S. Paulo. Banca-se ahi, desde a roleta, segundo verificou de uma feita o delegado Cornelio. Esta interessante autoridade fôra verejar o *Automovel Club*. Lá chegando, disse ao que ia e ouviu em resposta as seguintes palavras saidas de entre as veneradas barbas do sr. conselheiro Antonio Prado : “Pois vou abrir agora mesmo uma banca de 10 contos da roleta”. Minutos passados, da Secretaria de Justiça telephonava-se ao *Automovel-Club* um attencioso pedido de desculpas...<sup>281</sup>

Mesmo que importante espaço político, onde se reuniam os figurões para debater fora dos ambientes ditos oficiais, a nota d’*O Parafuso* permite entrever outra faceta do *club*. “Não vás suppor, ahi, que [...] é algum club de automoveis. Nada disso. É, apenas, a mais elegante espelunca de S. Paulo.” Ponto de encontro da elite endinheirada, o espaço vai ser chamado ao ringue repetidamente e distinguido por sua reiterada capacidade de se livrar das mais diversas acusações e varejamentos das forças policiais justamente porque seu presidente se portava como figura acima da lei.

Os clubs pequenos s. s. persegue e não deixa jogar e elles vêm-se cobrados barbaramente pela prefeitura, que não quer saber de historias, como se jogassem livremente. Quanto ao Automovel Club o caso é diferente, o bacharel recuou, e ainda pediu desculpas, dizendo que o seu subordinado ALLI FORA POR EQUIVOCO.<sup>282</sup>

A revista se posiciona, ainda, não em prol dos pequenos *clubs*, mas em solidariedade a eles e, mais oportunamente, em defesa de uma lei que seja a mesma para todos, cega como mostra sua célebre figura. O artigo menciona ainda que Eloy Chaves resolvia “pela segunda vez na sua administração, terminar com o jogo.” A publicação faz menção, muito provavelmente, à campanha incitada e anunciada no ano anterior pel’*O Pirralho*, que, inclusive, estava sob direção de Baby.

Da primeira vez houve tropelias, arbitrariedades e violencias e em S. Paulo ficaram uniccamente funcionando tres clubs com jogos de azar : o Automovel Club, declarado inatingivel ; o S. Paulo, graças á influencia do

<sup>281</sup> BARTHOLOMEU. *Paulistanas*. *O Parafuso*, 1915, n. 19, p. 9.

<sup>282</sup> AS BELLEZAS DO SR. ELOY DE MIRANDA e Chaves na gestão dos negocios da Pasta de Justiça e da Segurança Publica. *O Parafuso*, 1915, n. 5, p. 10.

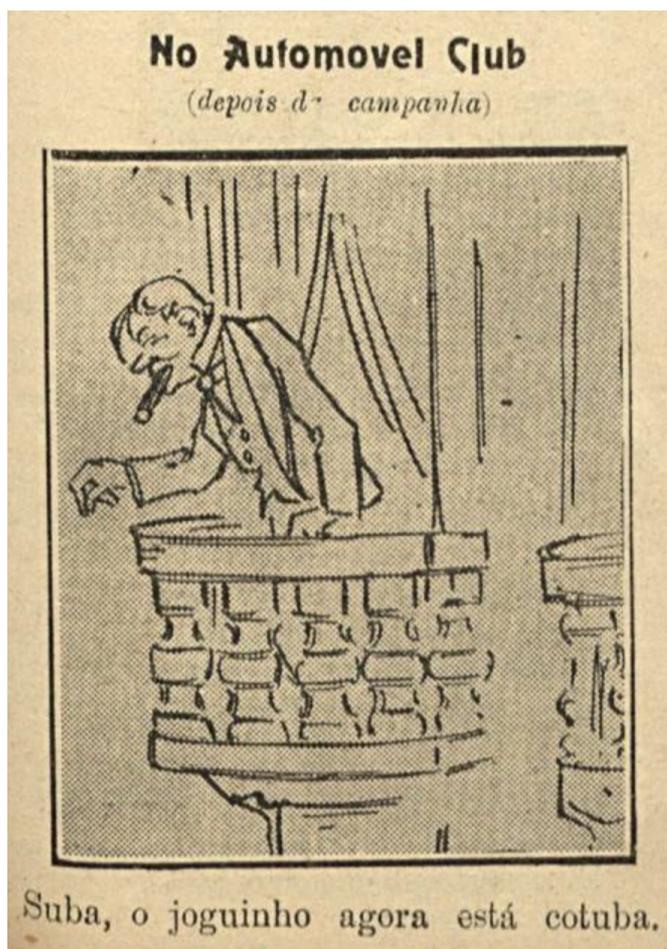
sr. Meirelles Reis e o Club Concordia, do Braz, de que é presidente o pae de s. s., honroso cargo que ainda hoje exerce á razão de 1:000\$000 por mez.<sup>283</sup>

Ao recontar pequeno trecho sobre a “primeira perseguição”, *O Parafuso* deixa claro, mais uma vez, quais foram os *clubs* que permaneceram oferecendo o jogo como parte de seus divertimentos: aqueles inatingíveis, gerenciados por figuras de cacife político e social. As relações familiares entre pai e filho, privilégios de poucos, também estão presentes de forma explícita, uma vez que o *Automóvel Club* só não deixou de funcionar graças à influência familiar. As denúncias acerca do *club* e das figuras que gozavam de sua estrutura percorrem toda a trajetória d’*O Parafuso*. Em fins de maio de 1917, quando o semanário volta a investir de maneira mais incisiva na campanha contra o jogo, é Voltolino quem vai cutucar o prestigiado *club* com suas bem humoradas charges. No número 49, ele apresenta uma trinca de imagens a respeito do jogo.

As duas primeiras charges que flanqueiam o artigo sobre a movimentação policial em torno dos jogos de azar (roleta e cartas) se completam. Na primeira delas, um homem de casaca, colete e charuto nos lábios convida o amigo, do alto da sacada do *Automovel Club*, a subir para aproveitar o jogo que estaria *cotuba*, bacana. Para fazer o convite, o homem, um tanto descabelado e com os olhos baixos, quase fechados — principalmente se comparado à figura companhia abaixo, em que o homem retratado têm olhos bastante abertos, surpresos e animados com a perspectiva do que lhe aguarda portas adentro —, joga da sacada um charuto aceso. A figura na sacada, decerto, já estava se aproveitando há horas das benesses entorpecentes que o *club* tinha para oferecer. Na segunda, outro homem bem trajado, de paletó, chapéu palheta e bengala sob o braço, abre largo sorriso e arregala os olhos, inclinando-se para aceitar o convite aceso do amigo.

---

<sup>283</sup> AS BELLEZAS DO SR. ELOY DE MIRANDA e Chaves na gestão dos negocios da Pasta de Justiça e da Segurança Publica. *O Parafuso*, São Paulo, ano I, n. 5, p. 10, 1915.



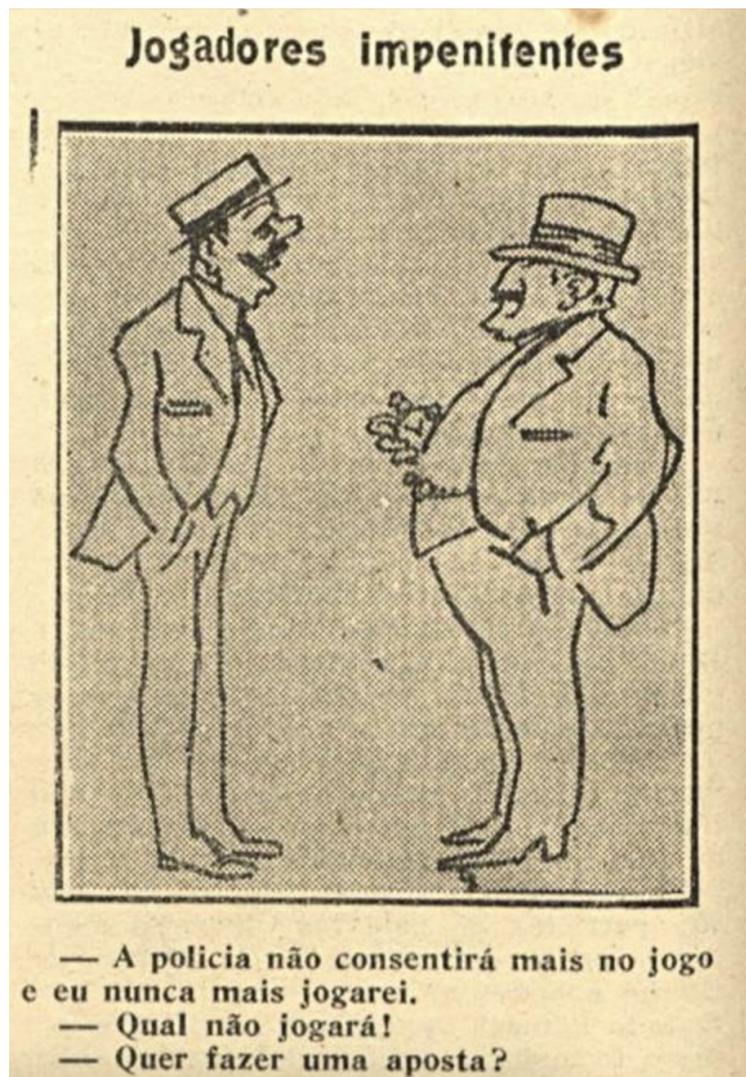
Figuras - 7 & 8 - Charges, possivelmente de Voltolino n' *O Parafuso*, n. 49, p. 15

O artigo no centro das charges fala da movimentação policial em torno dos jogos de azar, “foi preciso que a Policia agisse de verdade para que o *movimento* diminuisse”, mas ainda havia quem jogasse na roleta. Dado as apreensões e varejos nos *clubs* e casas de tavolagem na capital, momento em que a polícia levava os aparatos de jogo que encontrava – e móveis e artigos decorativos –, as casas de jogo tiveram de improvisar novos métodos de realizar o jogo. “Para tal, basta um baralho moderno, numerado de 1 a 36, que o banqueiro embaralha, corta, torna a embaralhar e passa da direita para esquerda, tirando na terceira carta o numero que deve ser o premiado.” Junto dessa nova modalidade, também praticava-se “o *cavallinho* [...] a tal *estrada de ferro* e o *Campista*, jogos de azar e de facil manejo para as roubalheiras do banqueiro”. Todos feitos nos salões do *Automovel Club*.<sup>284</sup>

Acabar com o jogo não seria tarefa fácil. Os jogadores, eternos viciados, encontrariam centenas, senão milhares, de outras formas de alimentar seu vício. O próprio Voltolino ilustra essa possibilidade na terceira cômica charge do volume 49 d’*O Parafuso*. Na terceira imagem, vemos uma nova dupla de homens com similar traje dos dois primeiros — casaca, chapéu, colete e, em um deles, relógio de bolso em punho. A conversa é justamente sobre a campanha da polícia contra os jogos de azar. Ao que tudo indica, nenhum deles passará incólume. Os jogadores, recalcitrantes, persistentes e viciados, não conseguem nem mesmo deixar de fazer uma aposta ao discutir abandonar o vício. A fina ironia das charges é apoiada pelo relato do artigo, o movimento diminuiu, mas ainda há quem jogue impenitente e mesmo, de certa forma, protegido por sua indumentária, repleta de camadas.

---

<sup>284</sup> A JOGATINA Triumfante. *O Parafuso*. São Paulo, ano III, n. 49, p 15, 26 mai. 1917,



Figuras 9 - Charge, possivelmente de Voltolino n' *O Parafuso*, n. 49, p. 18

A jogatina, apesar de ter murchado depois da campanha, não sumiu: ela continua a ser praticada no *Automovel Club* em diferentes formatos e por figuras um tanto quanto mais difíceis de punir. Como a Hidra que invariavelmente fazia uma nova cabeça crescer, em 1917, quando os esporádicos artigos contra o jogo se transformam em um dos principais eixos de articulação d' *O Parafuso*, o jogo em forma de roleta é a cabeça que vai figurar primeiro como grande vilã.

Dir-se-ia que a Policia está mancomunada com os “ladrões” Não é possível, que só a Policia não saiba e não veja que nos fundos do *Progridor* banca-se a *Roleta*; que no salão de banquete da *Rotisserie Sportsman*, joga-se a *Roleta*. Que no *Jockey*, no *Internacional*, no *Stand*, nos *Diarios*, nos *Argonautas*, jogam a *Roleta*.

Será que a zelosa Policia, não quer agir, receiosa de apanhar em flagrante, senadores, deputados, e politicos em evidencia?

Ou será que os delegados estão “levando” alguma cousa por conta?

Só o sr. Secretario da Justiça poderá dizer o motivo dessa co-participação criminosa.

No proximo numero publicaremos uma reportagem fotografica das *ratoeiras* do bicho que figuram no Triangulo e uma lista completa das casas e bordeis onde se joga a Roleta descaradamente.

Si S. Ex.<sup>a</sup> estiver disposto a levar avante uma campanha efficaz, terá o nosso applauso. Caso contrario, S. Ex.<sup>a</sup> já sabe...<sup>285</sup>

Desbocada, como de costume, a revista faz questão de mencionar nominalmente os *clubs* em que pode se encontrar a roleta, e postula o motivo pelo qual as autoridades não tomam providência: estariam recebendo alguma coisa por fora? Ou receosos de dar de cara com algum figurão da política local? A reportagem fotográfica prometida nunca chega. No número seguinte, contudo, *O Parafuso*, ao descobrir que Eloy Chaves havia comprado o volume 44 da revista na livraria da “‘gare’ da Luz” – em que figura o artigo acima – , oferta um resumo com os principais assuntos do volume anterior, aos quais a revista pede resposta oficial. Sobre o jogo, o semanário volta a citar diversas casas pelo nome, atribuindo-lhes alguns valiosos adjetivos:

V. Ex. leu a denuncia que fizemos de que o “jogo” está no apogeu e que cada “ratoeira” do centro da cidade é um “covil” de “gatunos”, que a “Lei” não permite, punindo os infractores e determinando a repressão por parte das auctoridades competentes. Que fez V. Exa.? Nada!

Durante a semana funcionaram todas as “**Roletas**”.

A do **Progredidor** esteve concorrida. A da **Rotisserie** esteve “chic” e houve alguém que nos veio dizer — o que não acreditamos — que até o **Conselheiro Rodrigues Alves** fez sua fezinha...

O Vianna, no **Jockey-Club**, teve uma semana supimpa. Fez uma limpeza na carteira do pessoal, que foi uma beleza!

No **Stand**, no **Internacional**, nos “**Diaris**” e nos **Argonautas**, o pessoal andou meio arisco, imaginando que por serem clubs de terceira ordem V. Exa. seria capaz mandar varejal-os.<sup>286</sup>

Apesar de evitar nomear o Secretário de Justiça, muito provavelmente devido ao processo sofrido há poucos meses, a revista não deixa de fazer críticas ao trabalho de Eloy Chaves. Mesmo tendo lido o semanário e visto suas denúncias, ele nada fez, permanecendo

<sup>285</sup> A JOGATINA IMPERA, enquanto a Policia dorme. *O Parafuso*, São Paulo, v. III, n. 44, p. 7, abr. 1917.

<sup>286</sup> SUA EX. FOI O PRIMEIRO a ler O Parafuso N. 44. *O Parafuso*, n. 45, 1917, p. 16

estático frente a jogatina desenfreada nos *clubs chics*. Se as denúncias anteriores tinham embasamento, a própria revista já esperava que o *Progredidor*, a *Rotisserie* e o *Jockey-Club* não seriam varejados<sup>287</sup>, ainda mais com a possível presença de Rodrigues Alves em uma delas. O mesmo não vale, contudo, para as quatro casas seguintes, todas de terceira ordem, ou seja, espaços que não abrigariam, teoricamente, pessoas ilustres com as quais a força policial não gostaria de interferir.

A jogatina nos espaços reservados às elites era tanta que *O Parafuso* chegou até a publicar uma propaganda em sua segunda página, logo após a capa, abaixo do editorial, fazendo uma crítica da *Rotisserie Sportsman*, a mais bem frequentada de São Paulo, adornada com flores e luzes, completa com orquestra e farta ceia “a disposição dos incautos”. Mas mais importante, local em que o jogo era franco e que não se preocupassem os frequentadores, afinal “a policia dorme!”.



Figura 10 - Propaganda n' *O Parafuso*, n. 47, p. 2

Se as roletas estavam encasteladas nos *clubs* da elite, as casas de venda de bilhetes lotéricos estavam abertas para quem quer que fosse. No início de 1914, momento em que Baby estava à frente d' *O Pirralho*, a campanha contra os jogos de azar da revista também abarca as casas lotéricas concentradas no centro da cidade que abundavam em número e oferta de bilhetes. Suas placas alardeavam ganhos altos e fáceis, “minas de ouro”, suas fachadas eram adornadas com bandeirolas de papel para chamar atenção dos passantes. “Os banqueiros, na ancia de focalisar a atenção do publico para as suas casas lotericas, usam reclusos pomposos ás suas portas e annunciam em letras garrafaes o preço estatuido para o pagamento de centenas, grupos e unidades.”<sup>288</sup> Engana-se, contudo, quem pensa que as casas

<sup>287</sup> Termo de uso comum pela revista que significa açoiar, acometer ou revistar.

<sup>288</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, 23 mai. 1914, n. 144, p. 3

lotéricas do centro ofertavam apenas bilhetes da loteria oficial; elas estavam, de modo franco e ostensivo, oferecendo bilhetes do jogo do bicho.

Difficil como se tornou, pela criação ininterrupta de novas modalidades, o bicho é uma engrenagem complicada e que séria atenção demanda dos que pretendem se aperceber de suas subtilezas. Assim è que se joga até pelo quarto premio em milhares e centenas invertidas, em ternos e de outros mo os [sic] creados pela phantasia ardente dos que cultivam, com carinho desmedido, o afamado *joguinho*. No triangulo ha uma infinidade de casas que exploram o jogo do bicho e que vivem repletas de manhã á tarde; é um formigar de gente de todas as classes, de todas as posições, de todos as corês, que procura um posto vago nas classicas *mesinhas* adrede preparadas para a *escripturação*. Não conheço *funcionarios* que trabalhem mais e que se vejam mais abarbados com as tarefas do que os das casas lotericas do centro da cidade. São pobres diabos que suam sangue e que mal têm tempo para se alimentar, coitados! Afinal quem não conhecerá os segredos do *movimento*?<sup>289</sup>

A questão principal da revista, mais uma vez, parece centrar-se na localização das casas de jogo. Mas não é só sua presença nas principais ruas da cidade que incomoda, igualmente perturbadoras são as propagandas chamativas, pomposas, com letras garrafais que certamente destoam das placas europeizadas do centro que se queria moderno. A área de concentração dessas casas e *clubs* de jogos de azar era justamente o centro de São Paulo, em especial o triângulo, região de grande movimento diário. Além de vexatório para uma São Paulo em processo de modernização, seria, também, deprimente para a força policial ver as casas lotéricas, na sua ânsia de chamar atenção do público, repletas “de gente de todas as classes, de todas as posições, de todos as corês” e que tem à sua disposição uma infinidade de casas lotéricas em que fazer o *afamado joguinho*. O público é tanto que *O Pirralho* compara as portas desses comércios com formigueiros repletos de clientes sendo atendidos pelos funcionários mais áduos da cidade, que suam, sangram e mal têm tempo de se alimentar, tamanho o movimento comercial.

Para corroborar as linhas escritas, a revista publica na contracapa, espaço geralmente reservado a anúncios, uma colagem de fotografias com as fachadas das tais casas lotéricas. De fato, em uma das casas de jogo vê-se uma fachada repleta de cartazes, infelizmente ilegíveis. Em outra, identificada como Casa União, um grande sinaleiro suspenso acima da porta alardeia os dizeres: “Mina de Ouro” junto de uma enorme placa com o valor a ser pago ao grande vencedor daquele dia. Na contracapa, uma fachada não identificada está

<sup>289</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, 23 mai. 1914, n. 144, p. 3

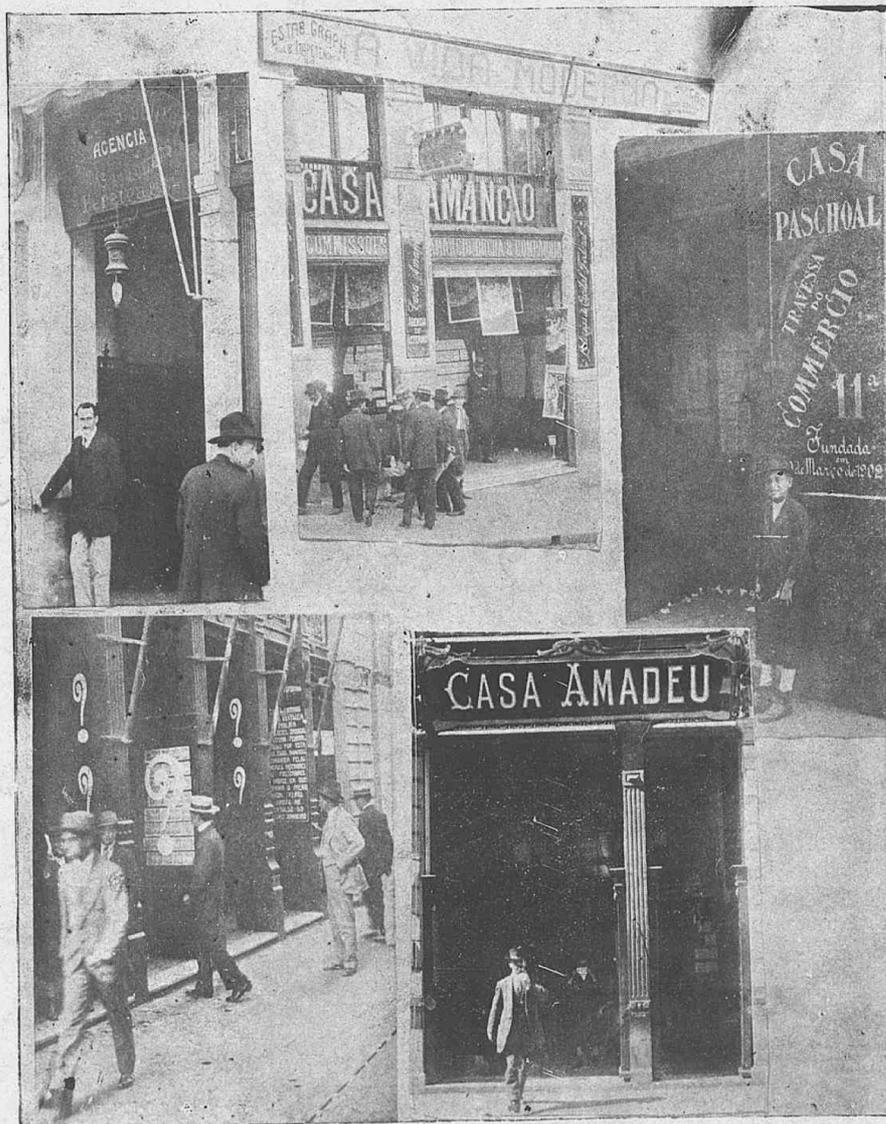
ornamentada com diversos pontos de interrogação, seguramente uma alusão ao palpito de natureza incerta no jogo.

## O Pirralho



A vergonha de São Paulo — Fontes das desgraças domesticas  
Faça-se energica a Policia

# O Pirralho



A vergonha de São Paulo — Fontes das desgraças domésticas  
Faça-se energética a Polícia

Não só o centro era acometido pelas atrocidades visuais das casas lotéricas, nos bairros há os *chalets* “que não possuem um só bilhete de loteria e que só têm suas portas abertas para a pratica do jogo do bicho. Conhecemos uma casa loterica no Braz que tem, permanentemente á porta, um *camelot* que em alta voz annuncia as *lotações* do dia”<sup>290</sup>. Seria nos bairros, inclusive, que as casas de jogo franco sofreriam maior represália. Segundo artigo d’*O Parafuso* — sempre ele em defesa do povo — nos *clubs*, casas e quiosques do centro, “A Policia antes de varejar qualquer casa mandava primeiro *avisar* e depois *mordia* de rijo. O jogo do bicho foi tomando pé ; os banqueiros agiam com segurança e a policia dava as suas buscas infructiferamente”. Nos bairros mais afastados, Braz, Cambucy, Bom Retiro e Barra Funda, contudo, os bicheiros eram logo presos, pegos em arapucas. “Foi assim que o jogo do bicho triumphou. Hoje o coração da cidade tem seguramente mais de 30 casas de jogo do bicho. Umas sumptuosas e espalhafatosas, outras com alguma modestia e recato.”<sup>291</sup>

No número 147 d’*O Pirralho*, há um artigo que ocupa uma página inteira que urge a força policial a continuar desempenhando “seu plano de ataque para que a campanha contra o maldicto e nefasto jogo do *bicho* [...] seja proficua”. Como forma de auxílio à polícia, o artigo lista o nome e o endereço de trinta casas onde é jogado, desenfreadamente, em pleno coração da cidade, o bicho.

Casa Amancio ou ou [sic] “Vida Moderna”, na Praça Antonio Prado; Casa Arouche, rua de S. Bento ; Casa Amadeu, rua 15 de Novembro; A Preferida, rua do Rosario ; Centro Hyppico, rua de São Bento ; Casa União, rua de São Bento ; Mina de Ouro, rua Direita ; Chantecler, rua de São Bento; Chalet São Bento, rua 15 de Novembro ; Gallo de Ouro, rua de São Bento ; Casa Paschoal, Travessa do Commercio ; Casa Scalea, Travessa do Commercio ; Casa Caraboo, rua Anchieta ; Casa Faisã, Rua Direita ; Centro Sportivo, Travessa do Commercio; Gato Preto, Ladeira João Alfredo; Casa Ideal, Rua de São Bento; Casa Labanca, rua Alvares Penteado; Casa Mascotte, rua 15 de Novembro; A Predilecta, Largo da Sé; Casa Fortuna, rua de São Bento.<sup>292</sup>

Logo em seguida a revista pede que a polícia deixe de letargia e construa um “dique aos desenfreados abusos dos malandros, que vivem numa eterna vagabundagem, extorquindo as economias dos incautos”. *O Pirralho*, então, se compromete dali em diante, semanalmente, a denunciar em suas páginas as casas que continuarem a praticar o jogo do bicho. E, “para comprovar o que affirmamos, reproduzimos a reportagem photographica do

<sup>290</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, 23 mai. 1914, n. 144, p. 3

<sup>291</sup> JOGO FRANCO.... *O Parafuso*, 1917, n. 47, p. 16.

<sup>292</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano 4, n. 146, 6 jun. 1914, p. 5.

numero passado e enriquecemos a nossa collecção com algumas photographias de outros antros existentes no triangulo.” Afinal, e ainda segundo o artigo, “Será para nós motivo de grande desvanecimento o [sic] termos de registrar o desaparecimento do jogo, instituição damninha que avilta, corrompe, degrada e inutilisa o homem para o trabalho, para a familia e para a sociedade.”<sup>293</sup>

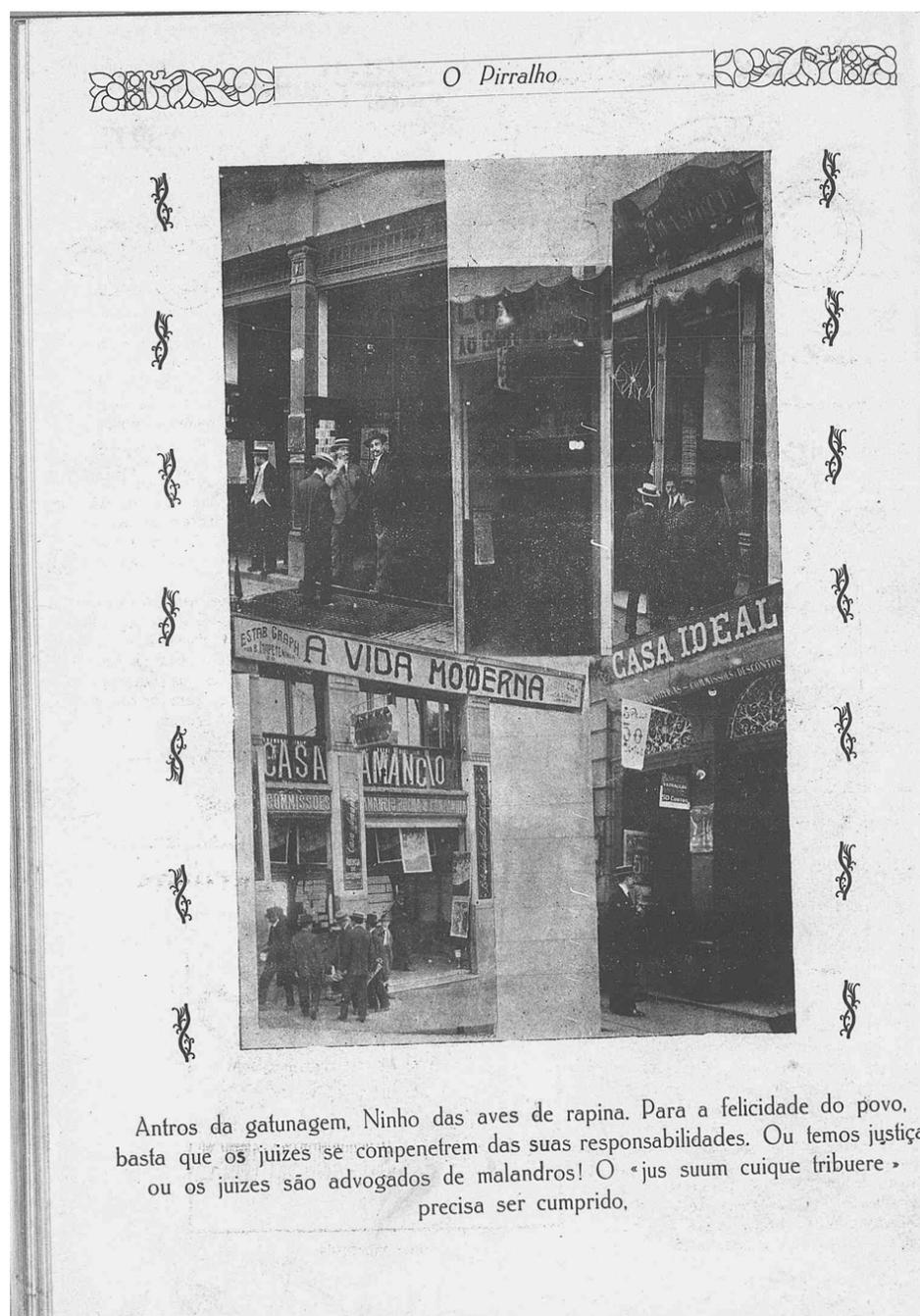


Figura 13 - Fachadas das casas lotéricas n’O Pirralho, n. 146

<sup>293</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano 4, n. 146, 6 jun. 1914, p. 5.

*O Parafuso* também abarcou as loterias oficiais praticadas de forma legal pelo governo. Segundo o semanário, em matéria no número 48 de 19 de maio de 1917, “comprar um bilhete da loteria da Capital Federal ou do Estado de São Paulo é praticar um roubo contra si mesmo”, pois “basta dizer que os bilhetes raramente são premiados”. Segundo a revista de Baby, as casas de jogo estariam publicando anúncios “espalhafatosos” que não passariam “de um conto do vigário, impingindo ao Povo com apparencias de veracidade tudo de mutuo accôrdo com as Administrações Gerais das Loterias”. Além dos anúncios na imprensa diária, as casas, aqui também mencionadas nominalmente, “fazem um estardalhaço dos diabos, enfeitam as fachadas de folhagens e bandeirolas, apregoam o sucesso em formidáveis cartazes, fazem uma banda de musica correr o Triangulo e pomposamente annunciam nos jornaes”<sup>294</sup>. Se uma primeira leitura veria *O Parafuso* a reclamar do rebuliço no centro da cidade, com suas fachadas repletas de bandeirolas, formidáveis cartazes — mais provavelmente por seus tamanhos do que por qualidades artísticas — e mesmo uma banda de música que percorreu as ruas do Triângulo *chic*, uma segunda leitura dá a entender uma preocupação maior na chamativa para as casas responsáveis e no “chacoalhão” que tenta tirar os jogadores de um estupor gerado pelo chamariz do *marketing* excessivo.

A ladroeira está tão bem organizada, que quando não é a *Casa Amancio* que vende as suppostas *sortes* é o *Vale quem tem*, é o *Julio Antunes de Abreu*, é a *Casa Dolivaes*, já não se falando na infinidade de *arapucas* espalhadas pelos bairros da capital. [...] O publico, que é tolo, que se deixa levar pelas impressões, deante de semelhante espetaculo acode pressuroso ao “chamarisco” morrendo estupidamente nos *arames*.<sup>295</sup>

O semanário opta, propositalmente aqui, por usar a palavra “público” para deixar clara, entre outras coisas, a diferenciação que tem pelo Povo — sempre grafado em maiúscula. Aqui, tolo é o público que cai nas arapucas, armadas por esse espetáculo de impressões imagéticas e fonéticas. No número 142 d’*O Pirralho*, em que Gavroche (Baby) aparece como diretor e redator chefe da revista, uma entrevista com Eloy Chaves n’*O Pirralho* colocava o “maldito jogo do bicho” como responsável por retardar o progresso paulistano, uma vez “que suga as economias do operario, que desgraça, fascina e seduz, a mocidade e a velhice”. As motivações do semanário parecem estar, inicialmente, em prol dos gastos adequados dos cidadãos da cidade, não vendo nos jogos de azar um dispêndio

<sup>294</sup> A LADROEIRA DAS LOTERIAS. *O Parafuso*, São Paulo, ano III, n. 48, p. 14, 19 mai. 1917.

<sup>295</sup> A LADROEIRA DAS LOTERIAS. *O Parafuso*, São Paulo, ano III, n. 48, p. 14, 19 mai. 1917.

prudente. Essa “nobre” motivação, contudo, se revela como secundária, quando, na mesma entrevista, o entrevistador d’*O Pirralho* afirma:

Mas o que eu desejo e que estou certo serei atendido é que o tal jogo do bicho, seja mais velado, mais resguardado e não feito às escancaras como se faz no coração da cidade.

Imagine meu caro amigo, que existindo uma fiscalização, todo mundo teria medo de ser pilhado em flagrante e só assim nas casas Lotéricas não se notaria a brutal concorrência que se nota e que além de escandalosa é deprimente para a Polícia.<sup>296</sup>

A preocupação da revista tem origem, afinal, no “tumulto” promovido no centro por casas de jogo que, segundo a revista, não são passíveis de estarem presentes “no coração da cidade”. Enfim, o jogo do bicho aparece como prática completamente escancarada. As casas lotéricas, com suas portas totalmente abertas para o centro modernizado de São Paulo, assistiam e se regozijaram com a concorrência, eram dezenas de pessoas se acotovelando para chegar mais rápido ao guichê e tentar a sorte grande e que cena deprimente para a polícia.

---

<sup>296</sup> UMA Palestra com o dr. Eloy Chaves sobre o jogo do bicho. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 142, p. 10, 9 mai. 1914.

### 2. 3. A Fita Moderna

*Descrer da vida é descrever do tédio  
Para isto não ha melhor remedio  
Do que lêr a Fita Moderna  
Saturbosa Burnino<sup>297</sup>*

A história do bicho perde-se na noite dos tempos.

Pois bem. Desde os tempos dos Patriarchas o jogo do bicho era honrado como uma instituição de grande alcance. Noé foi um dos mais celebres bicheiros da antiguidade. A sua grande fortuna foi ganhar de uma só vez, um dia em que elle poz vinte mil réis no megatherium. Carlos Magno, Alexandre e Richelieu tambem foram bicheiros. E, passando aos tempos modernos, tambem podemos citar Platão e outros higienistas, que recommendaram o jogo do bicho como unico remedio efficaz nas molestias do peito. Aqui na *Fita Moderna* estão todos gordos e corados graças ao jogo do bicho. Viva o bicho! Viva!<sup>298</sup>

Antes de Baby de Andrade assumir de vez *O Pirralho* em 1914, momento em que dotou a revista de tom combativo frente a jogatina nos *clubs* e ruas centrais da cidade, a publicação outorgava ao bicho outra atenção. O ano era 1912, o semanário era irreverente, principalmente nas charges de Voltolino, mas sem ultrapassar os limites do decoro<sup>299</sup>, e em julho, lançava uma nova folha interna, *A Fita Moderna*, cujo subtítulo indica claramente ser “Propriedade de um sindicato de bicheiros”<sup>300</sup>.

Presente em cerca de quatorze números d’*O Pirralho*, *A Fita Moderna* é um folhetim comparável ao *Biralha*, *Xornal Alemong* e *O Rigalegio*, *Organo Independente do Abax’o Pigues i do Bó Retiro*, as três são componentes internos da revista que chegaram a funcionar como jornais autônomos. Criações originais da fase inicial d’*O Pirralho*, essas revistas são tidas como “paródia dos jornais da época, em suas seções fixas e temporárias, que imitam no estilo cômico os artigos de fundo, o noticiário e a linguagem informativa dos

<sup>297</sup> BURNINO, Saturbosa. Poema symbolista. *O Pirralho*, 1912, n. 71, p. 21.

<sup>298</sup> ARTIGO DE FUNDO, *O Pirralho*, São Paulo, ano II, n. 67, p. 25, 23 nov 1912.

<sup>299</sup> CHALMERS, Vera. 3 Linhas e 4 Verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade. São Paulo, Duas Cidades, Secretária da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p. 45.

<sup>300</sup> A FITA MODERNA. *O Pirralho*, ano II, 13 jul. 1912, n. 49, p.7.

jornais de grande circulação”<sup>301</sup>. Se paródia, *A Fita Moderna* parece ser uma alusão jocosa a *A Vida Moderna*<sup>302</sup>, uma das revistas de variedade mais bem sucedidas do periodismo paulistano<sup>303</sup>. Não era de então que *O Pirralho* vinha “cutucando” sua conterrânea, já no número 26, de 1912, segundo ano da publicação de Oswald de Andrade, o jogo e *A Vida Moderna* se insinuam na revista por meio de uma charge de Voltolino:



Figura 14 - Charge de Voltolino n’*O Pirralho*, n. 26, p. 10, 3 fev 1912

<sup>301</sup> CHALMERS, V. Oswald de Andrade n’*O Pirralho*. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 33, n. 1-2, p. 91–111, 2015. DOI: 10.20396/remate.v33i1-2.8636447. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636447>. Acesso em: 20 jun. 2023.

<sup>302</sup> CRESPO, Regina Aida. *Crônicas e outros registros: flagrantes do pré-modernismo (1911 - 1918)*. 1990, p. 54.

<sup>303</sup> CRUZ, Heloisa de Faria (org.), *Paulo em Revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1997.

Na imagem, dois homens similarmente trajados conversam sobre uma campanha que uma importante publicação vai encetar contra “o danado jogo do bicho”. Enfurecida com as imoralidades pelas quais o jogo era responsável, a revista *A Vida Moderna* iniciaria uma campanha contra sua prática, o que deixa um dos personagens de Voltolino um tanto confuso. Difícil, hoje, postular exatamente por que o homem teve tal reação, mas é possível intuir, por exemplo, que um dos motivos seja justamente a incompatibilidade entre o jogo e a modernidade, dado o título da publicação. Afinal, o jogo do bicho era um produto da vida moderna, ou modernizada. Nascido de um empreendimento que buscava contribuir para os divertimentos ofertados à população da cidade do Rio e que até embelezaria a cidade.

Diferente de seus pares, *A Fita* não recebeu o mesmo enfoque da historiografia, que há muito fala de *Annibale Scipione* e *Juó Bananére*, talvez porque d’*A Fita* nada era esperado além da troça, do *blague* e do cômico, a começar por seu redactor chefe: “a impagável personagem de Eça de Queirós [(1875-1900)], o Conselheiro Acácio”. Aparentemente menor no contexto do romance *O Primo Basílio*, originalmente publicado em 1878, o Conselheiro Acácio tomou proporções aquém na imprensa do século XX. Em fins da década de 1890, a figura do Conselheiro é lida, relida, configurada, reconfigurada e transfigurada em diversas ocasiões, assumindo mesmo certa autonomia. O personagem de Eça de Queirós “passa a figurar como personagem de anedotas, autor de alguns chistes e, até mesmo, de uma ou outra coluna. Nessas refigurações ficam patentes as características de sua conversação repleta de ideias feitas”<sup>304</sup>. A figura do Conselheiro Acácio dá mesmo origem ao adjetivo “acaciano”, identificador de tautologias e redundâncias, classificado, em sua essência, como “o próprio cerne do bacharelismo oco. [...] Formalista, gongórico, pedante, ainda que delicado e educado, [...] É um burocrata, daqueles que adoram carimbos, despachos, fichas e relatórios que não servem para nada”<sup>305</sup>. Ora, em seu cerne, *A Fita Moderna* assume quase perfeitamente os adjetivos usados para caracterizar o Conselheiro; certamente é uma publicação tautológica e redundante, um tanto pedante e apreciadora

<sup>304</sup> SANTOS, G. L. I. O conselheiro Acácio nas páginas de três jornais cariocas. *Via Atlântica*, [S. l.], v. 1, n. 37, p. 190-221, 2020. DOI: 10.11606/va.v0i37.168973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/168973>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

<sup>305</sup> GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Em defesa da vulgaridade pedante do personagem Conselheiro Acácio. *Revista Consultor Jurídico*, 20 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-dez-20/embargos-culturais-defesa-vulgaridade-pedante-inesquecivel-personagem-conselheiro-acacio>>. Acesso em janeiro de 2022.

daquilo que não serve para nada. A ver, por exemplo, pelo rol de colaboradores, grafado logo abaixo do título em letras garrafais: “o genial poeta FULANO DE TAL, o divino escriptor CARDES GOMIM, o immortal bicheiro ZÉ DA VENDA, o mavioso jornalista SICRANO, o exmo. snr. dr. A. B. C. D. X. P. F. O K. C. T. (pseudonymo de um formidável chronista), CRETINETTI, TONTOLINI, BOIREAU, etc.” Talvez a historiografia paulistana os tenha ignorado, em parte, devido à absoluta falta de coesão e significado da folha, algo que parece proposital. Contudo, é do completo *non-sense* que a folha interna parece tirar a maior parcela de sua comicidade.

*A Fita Moderna* não perde oportunidade alguma de se fazer jocosa. Com cabeçalho longo e repleto de informações, abaixo da identificação dos colaboradores, vêm grafados, em letras também garrafais, o lema e os objetivos, por assim dizer, da folha. Como lema, a *A Fita* toma emprestado “MEMENTO, HOMO, QUIA PULVIS EST”. A frase é tradicionalmente pronunciada nas missas católicas que celebram a quarta-feira de cinzas. A frase traduzida simboliza tanto o arrependimento como a lembrança de que a vida na Terra é temporária e que a morte é inevitável: *lembra-te, homem, que és pó e ao pó retornarás* — parte do Livro do Gênesis, Antigo testamento, 3:19. A revista, no entanto, optou por usar como lema só parte dela: *lembra-te, homem, que és pó*. Os objetivos da folha, por sua vez, estampam os preceitos que a modernização, e os paulistanos que a defendem, tem de mais caros: “PELA JUSTIÇA, PELO BEM, PELO DIREITO, PELA MEDICINA, PELA HIGIENE, PELA ENGENHARIA, PELOS BONS COSTUMES, PELA MORAL E PELA PÁTRIA”. De humor notoriamente inteligente, *O Pirralho* faz troça da melhor maneira por meio d’*A Fita*, revelando o descabido em poucas palavras e somente para os entendedores e entendidos, aos quais basta apenas meia. A troça se faz somente ao ser digerida pelo leitor, uma vez que na folha impressa só se encontram os conceitos mais caros à boa sociedade almejada. O que torna os objetivos da folha ainda mais cômicos é justamente o que segue publicado na revista.

O artigo de fundo, que introduz a nova folha, parece fazer jus a um dos preceitos anunciados no subtítulo, a moral e os bons costumes. Logo de cara, *A Fita* já evoca uma crítica pela qual a *A Vida Moderna* ficou conhecida: “A Pátria está atravessando uma crise de caracteres que não tem igual na Historia Universal. Não se póde sair na rua com as nossas

filhas, porque toda a gente pega a olhar, desgraçadamente assim é”. A figura da jovem que não deve sair “de casa desacompanhada, a postura vigilante dos mais velhos e o flerte discreto durante os passeios públicos”<sup>306</sup> eram temas contemporâneos e frequentemente enfocados pel’*A Vida Moderna*, que tinha os costumes e vida cultural paulistana como assuntos básicos. O artigo de fundo continua, ainda fazendo crítica às novas práticas modernas: “Onde se viu homens casados toda noite no Casino, como temos visto com estes olhos que a terra ha de comer? Nem em Roma”. Ora, justo, não podem os homens de bem, casados ainda por cima, com famílias para sustentar, serem flagrados em casa de jogo. Logo imagino, também, que os bicheiros estão fazendo lobby para sua própria jogatina, que não requer ida aos cassinos e pode ser rapidamente jogada durante o dia, sendo possível mesmo despachar um servente para fazer sua aposta. Mas é claro, como há de ser, a peça nos surpreende:

Infelizmente, parece que nem tudo está perdido. Às vezes quando uma família está gemendo com a barriga vazia na mais negra miséria, lá vem uma sorte grande que endereita tudo. Não queremos fazer réclame da nossa casa, (Praça Antonio Prado e Rua General Carneiro) mas apenas mostrar que não se deve perder as esperanças de melhorar nossa terra. Tenhais confiança no futuro, cidadãos!<sup>307</sup>

O artigo tem como intuito único cantar os louros do jogo, evidenciar como ele pode ser a salvação, talvez única, para família em *negra* miséria. Nota-se o uso, não em vão, do vocábulo *negra* junto de *miséria* para indicar, salientar, e piorar esta. Além disso, não basta só confiar na sorte grande que poderia vir a endireitar tudo, mas há que se confiar, especificamente, nas sortes oferecidas pela casa de jogos localizada na Praça Antonio Prado e Rua General Carneiro. O artigo como reclame. Desde a primeira colaboração, *A Fita Moderna* deixa explícita sua conexão com o jogo do bicho. Com intuito de disseminação da nova folha, uma curta nota promete prêmio a “quem ganhar no bicho, tendo jogado em casa de algum dos nossos supramencionados agentes, receberá de gratis um numero da Fita Moderna”<sup>308</sup>. A nota pretende colocar a folha em rápida circulação e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento do jornal que, segundo a ela própria, colabora “para o bem estar da nossa amada Patria”.

<sup>306</sup> SOUZA, Gabriel Monteiro de. *Pedagogia da beleza em discursos publicitários na revista A Vida Moderna: São Paulo (1907-1926)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.962>.

<sup>307</sup> ARTIGO DE FUNDO. *O Pirralho*. *A Fita Moderna*, ano II, 13 jul 1912, n. 49, p. 7.

<sup>308</sup> OS NOSSOS PREMIOS, *A Fita Moderna*, *O Pirralho*, ano II, 13 jul 1912, n. 49, p. 7.

*A Fita Moderna* tem suas páginas repletas de anedotas humorísticas, poemas, pequenas crônicas e curiosidades, muitas delas com passageira menção ao jogo ou a um bicho, diversas vezes oferecendo palpite dito certo — em quem confiar menos senão em um *syndicato de bicheiros*? Ainda no primeiro número, em seção intitulada “Pilheria”, lê-se:

Tendo um pae perguntado a seu filho por que motivo elle, filho, era mais baixo do que elle, pae, vira-se o filho e diz com muita graça: Ora essa, papae, pois eu não sou mais moço do [que o] senhor?<sup>309</sup>

Piada rápida, simples e sem qualquer malícia, que muito adornava as páginas da publicação, assim como a de tantas outras nesse início de século. Nessa folha, contudo, logo abaixo, vem acompanhada de “Nota da Redação”: “Quem descobrir onde está o espirito dessa extraordinaria pilheria, concebida pelo nosso genial collaborador Chico das Patacas, recebrá como premio um sublime relógio Roskoff, caso dê hoje o elephante”. Mesmo na “nota da redação”, a página não perde espaço e logo coloca nova pilhéria. Se a promessa é fato, impossível de averiguar hoje, deixa em aberto a possibilidade de a página ter de entregar milhares de relógios a seus assinantes. O prêmio, contudo, não haveria de ser entregue nessa primeira edição, como descobrimos no número seguinte: “Sensacional nota da redacção — O immortal relógio Roskoff que promettemos no numero passado como premio ao leitor que descobrir o espirito da pilheria publicada no outro numero continua no nossa citada redacção á disposição do citado leitor”.

Concursos e sorteios eram também prática comum das revistas ilustradas de então. O próprio *Pirralho* haveria de promover uma série deles. Assim, o fato de *A Fita Moderna* oferecer um prêmio não chama atenção; o que diverte é a impossibilidade de se averiguar um vencedor ou a maneira ligeira com que o anuncia. Fosse só isso, já valia a piada. O tal *Roskoff*, no entanto, foi um relógio criado por Georges-Frédéric Roskopf, com intuito de “proporcionar ao trabalhador um relógio barato, capaz de dar as horas com exatidão tal que lhe permitisse chegar à fábrica a horas”<sup>310</sup>. Roskopf atinge seu intuito em fins do século XIX, momento em que

o relógio era um bem reservado quase exclusivamente às elites, sendo que o seu uso era muitas vezes mais ornamental do que propriamente utilitário. Com a Revolução Industrial, a abertura de fábricas e a necessidade crescente

<sup>309</sup> PILHERIA. *A Fita Moderna*, *O Pirralho*, ano II, 13 jul 1912, n. 49, p. 7.

<sup>310</sup> Comité des Arts Mécaniques, 1868. Disponível em: <<https://www.casa-museumedeirosealmeida.pt/pecas/relógio-roskopf-destaque-abril-de-2016/>>. Consultado em janeiro de 2022.

de que os trabalhadores coordenassem os seus horários, o uso mais alargado do relógio começa a fazer sentido, porém, os relógios que se fabricavam na altura tanto do ponto de vista da manufatura, como do material, requeriam um elevado investimento que não estava ao alcance de todos.<sup>311</sup>

Os relógios de Roskopf obtiveram grande êxito, sendo comercializados por diversas companhias e exportados mundo afora. O relógio foi inclusive aclamado e premiado em diversas ocasiões. Em 1872, contudo, Georges-Frédéric Roskopf decide abandonar o mundo da relojoaria. A popularidade dos relógios Roskopf, que, com a sua simplicidade, tinha conseguido conquistar o mercado, fez com que muitas firmas começassem a comercializar cópias, de maior ou menor qualidade, agrupadas sob a marca “Système Roskopf”. Nos Estados Unidos os relógios Roskopf dão lugar, em 1896, aos *One Dollar Watches*, relógios que usavam o sistema de escape Roskopf, mas cuja manufatura era de muita mais baixa qualidade, fazendo deles os relógios mais baratos do mercado. No fim, o vocábulo “roscofe” foi inclusive abarcado pela língua portuguesa, definindo algo de qualidade inferior, reles, ruim, ordinário — o dicionário *Oxford Languages* inclusive coloca “m.q. ÂNUS” e atribui sua origem ao relojoeiro suíço. Como se vê, a troça d’*O Pirralho* e d’*A Fita Moderna* não se ocupa de simples piadas. Uma vez que a revista é do início do século XX, presume-se que os relógios comercializados e conhecidos no Brasil já eram os de sistema inferior, de sabida má qualidade, itens provavelmente adquiridos somente pela classe trabalhadora, como alternativa única.

O número 53 d’*O Pirralho*, em que está presente a quinta edição d’*A Fita Moderna*, traz ilustração — não assinada, mas de provável autoria de Voltolino — sobre a legenda “A família do conceituado cavalheiro Amaranthaceo Banana, ao ser-lhe entregue o relógio Roskoff que lhe coube em premio no ultimo sorteio da *Fita Moderna*, em combinação com a Loteria do Estado (final 042).” A imagem é apresentada como “photographia” e só sai n’*O Pirralho* devido à insistência do dr. Nonoca, redactor-chefe d’*A Fita Moderna*. Não há motivo que acompanhe o pedido de Nonoca, mas acredito que se deva ao fato de que a folha dispunha de muito pouco espaço no volume, e portanto a imagem ocuparia muito de sua diagramação. Também pode-se argumentar que a “*photographia*” apresentada n’*O Pirralho*

---

<sup>311</sup> COLEMAN-ALLER, Samantha. “Relógio Roskopf”, Destaque Abril de 2016. *Casa-Museu Medeiros e Almeida*. Disponível em: <<https://www.casa-museumedeirosalmeida.pt/pecas/relogio-roskopf-destaque-abril-de-2016/>>. Consultado em janeiro de 2022.

dotaria a folha, bem como o vencedor e todos os envolvidos na premiação, de maior legitimidade e prestígio.



Figura 15 - Charge de Voltolino n' *A Fita Moderna*, *O Pirralho* n. 53

*A Fita Moderna* está repleta de notas similares apresentando o relógio Roskopf. Em cada uma delas a troça também está presente. No frigir dos ovos elas não dizem nada, parecem servir um único propósito: arrancar um sorriso do leitor. O mesmo pode ser dito sobre o uso excessivo de pseudônimos.

Nota da Redacção — Esta secção está a cargo de um abalizado mathematico allemão, que fará della uma verdadeira fabrica de gargalhadas, tal o estupendo espirito de que é dotado.<sup>312</sup>

Aviso aos leitores — Esta secção está confiada a um celebre magistrado, cujo nome dispensa referencias, e que por si só bastaria para nos encher de justo orgulho.<sup>313</sup>

O uso de pseudônimos, ou mesmo a prática de deixar matérias e artigos sem autoria, era comum no início do século. Com expedientes enxutos, que pouco diziam além de quem eram seus diretores e como remeter cartas e fazer pagamento de assinaturas, seus colaboradores eram, em sua maioria, identificados sob pseudônimos. Comuns à própria atmosfera literária e cultural da época, de fusão entre vida social e literária, e camuflados sob pseudônimos, estariam tipos característicos, opinando sobre acontecimentos do momento, fazendo crônica social sobre a vida nos *clubs*, cafés e *grands magasins* da cidade, inventando e narrando histórias de seu quotidiano<sup>314</sup>. Os pseudônimos ofereciam, entre outras coisas, separação entre ambas as vidas, muito provavelmente como forma de proteção a seu autor. Ainda em relação aos pseudônimos, pode-se dizer que a variedade de colaboradores dotava as revistas de certa importância, visto que aparentavam ter o poder de contratar diversos autores para suas diferentes seções<sup>315</sup>.

*A Fita Moderna* está presente em quinze números d'*O Pirralho*, tendo seu lançamento em 13 de julho de 1912 — número quarenta e nove d'*O Pirralho* — e seu último número em 4 de janeiro de 1913. Há um hiato de dois meses entre 24 de agosto e 16 de novembro de 1912 (Ver **APÊNDICE 1**). Como de praxe, o intervalo não apresenta motivos aparentes e explícitos no corpo do texto. Em seu retorno, a folha não apresenta mais numeração e vem identificado como “jornal humoristico, genero funebre”.

No número 2 da folha, de 20 de julho de 1912, novos poemas amorosos abrem o volume — um poema também desta temática estava presente no primeiro número da folha. À imagem de sua parodiada, *A Vida Moderna*, com seus poemas abundantes que “...escapavam

<sup>312</sup> NOTA DA REDACÇÃO. *A Fita Moderna*, *O Pirralho*, ano II, 13 jul 1912, n. 49, p. 7.

<sup>313</sup> PENSAMENTOS. *A Fita Moderna*, *O Pirralho*, ano II, 13 jul 1912, n. 49, p. 7.

<sup>314</sup> CRESPO, *op. cit.*, p. 74.

<sup>315</sup> É Monteiro Lobato quem lembra, em *A Barca de Gleyre*, de *O Minarete*, publicado entre 1903 e 1907, “Quantos números totalmente escritos por mim — o soneto, os contos, o ‘humorismo’, as ‘variedades’, o rodapé, o artigo de fundo! Isso me forçava a um grande sortimento de pseudônimos, para dar ao público a impressão de que o jornal disponha de um exército de colaboradores.”

mesmo a uma seção fixa, permeando toda edição”<sup>316</sup>, a nova troça faz parte do artigo de fundo, que mais uma vez engana o leitor com seu início literário e filosófico, também característica básica de sua contraparte “séria”.

A Morte é o contrario da vida! Que horror! Como deve ser medonho a gente estar enterrado debaixo das profundidades do globo terraqueo, com a barriga dando horas e sem poder comer, e sabendo que está morto para toda vida! Mais uma vez: que horror!<sup>317</sup>

Ao final do artigo, contudo, o arremate é certo: “E o que é mais triste é que depois de morto a gente não póde jogar no bicho”. Abaixo do artigo de fundo, mais uma vez marcado com subtítulo, vem a nota “esmagadora” da *redacção*: “hoje dá o mavioso elephante ou genial burro”<sup>318</sup>.

O número terceiro d’*A Fita Moderna* parece mais troça e paródia máxima d’*A Vida Moderna* e de seus preceitos ditos modernos que um veículo de ode ao bicho. O número não traz menção alguma ao jogo, com exceção dos nomes de seus proprietários ainda claramente marcados sob o título. Seu texto de abertura é a primeira colaboração “em francês” da publicação, entre aspas, pois, de francês tem muito pouco. O autor, identificado como G. C., discorre sobre a apresentação ocorrida “Dans la semane passée” do “l’estupendde acteur françois Guity” que representou no “Theatre Municipal une porrtion de piéces, chanque quel meilleur que la autre. Ainsi, par exemple, le nôtre illustre hóspede a représenté un drame de Bernstein chamé *Samson*, que, pour parler la verité, est une chose bonne comme le diable”. O autor discorre sobre cenas diversas e hilárias da peça, à qual compareceu de cartola e casaco, sentindo-se “un cabre sec dans la passóque”. Sendo assim, sentiu que podia fingir-se francês, daí talvez o motivo do artigo na mesma língua, “Je fingeai qu’etait françois, e quand quelque sujet me cumprimentait, je donnais bon soir en françois, seul pour machuquer”<sup>319</sup>. O uso de expressões anglo-saxãs e francófonas não era incomum às revistas ilustradas da época, principalmente aquelas ditas modernas, que buscavam difundir cultura e bons costumes — como *A Vida Moderna* e *A Cigarra*. Mesmo em textos inteiramente em outras línguas, não macarrônicas como aqui, não eram incomuns. O autor busca humor no

<sup>316</sup> SOUZA, 2019, *op. cit.*, p. 42.

<sup>317</sup> ARTIGO DE FUNDO, *A Fita Moderna*, *O Pirralho*, ano II, 20 jul 1912, n. 50, p. 8.

<sup>318</sup> ARTIGO DE FUNDO, *A Fita Moderna*, *O Pirralho*, ano II, 20 jul 1912, n. 50, p. 8.

<sup>319</sup> COLLABORATION EN FRANÇOIS. La Temporee Guity dans le Theatre Municipal. *O Pirralho*, ano II, 1912, n. 51, p. 17.

exagero e no macarrônico, para apontar o absurdo e incongruente no culto dessas nações na São Paulo que se modernizava com ajuda de moldes europeus. Na conclusão, G.C. nos conta quem enfim teve o prazer de presentear o ator francês com um relógio Roskoff: “Quand a terminé l’espectacle, je fus dans le camarin de Guitry et, depuis de le presenter les parabiens, je le a donné un reloge Roskoff, comme préme de la Fite Moderne pour il avoir représenté tant bien.”

No número seguinte, a exemplo do primeiro, o jogo retorna como salvação, como esperança, como a sorte grande que endireita tudo:

A Policia que consta vai perseguir essa instituição utilissima que é o jogo do bicho, (o jogo do bicho é a salvação das cosinheiras, o dotador das creadas que querem casar, devia, valentemente, reprimir essa exploração espirito que está se dando. O espiritismo! Terrivel mal social<sup>320</sup>.

O artigo de fundo questiona onde está a polícia, que, quando é necessária, não aparece, mas que vive imiscuindo-se onde não é chamada. O artigo clama por ela no que tange o “espiritismo que lavra como um incendio rubro...”, dando exemplos e provas do porquê ela é necessária nessa perseguição: “Ha tambem um rapaz maçon, que quando fala, invoca um espirito de orador. Manoel Victorino, Oliveira Bello já foram evocados por elle; mas são mortos já. O que admira foi como conseguiu invocar o Pinto da Rocha, sendo este um vivo”. Na folha, o jogo é tido como alternativa positiva, como meio de se fazer dinheiro e, por meio deste, salvar-se da miséria. A revista traz, inclusive, uma diminuta seção de “Pensamentos” que indica seu posicionamento em relação ao jogo. No número 53, por exemplo, a *pensata* indica que “Trabalhar é bom, mas jogar no bicho é melhor”<sup>321</sup>. A seção Pensamentos se repete em outros números, nem sempre sobre o bicho, mas sempre com teor jocoso. No sétimo, d’*O Pirralho* de número 55 de 1912, traz três com menção ao bicho: “— Jogar no bicho é viver. Mas jogar no bicho não é triste: é até muito alegre. — Hoje dá a vacca”.

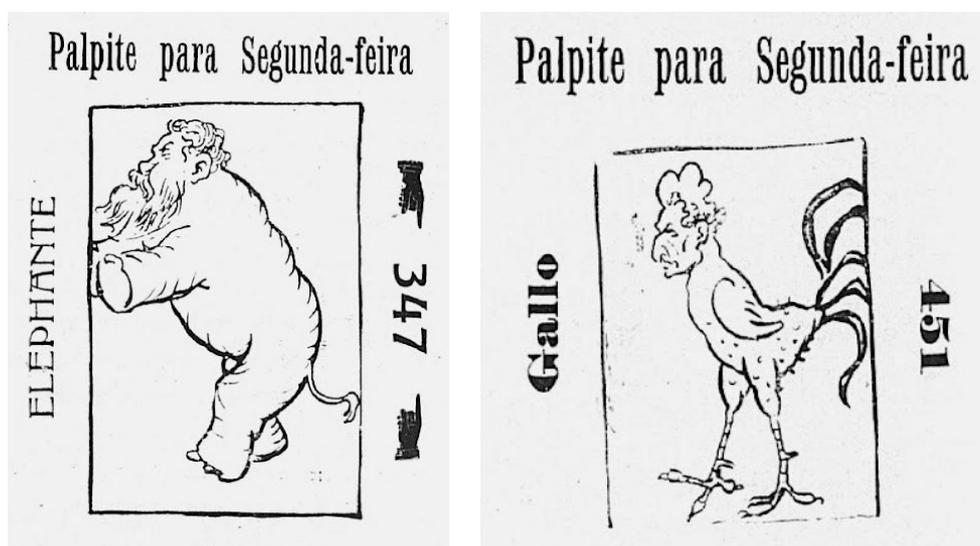
O número 52 da revista traz novos elementos além da seção de Pensamentos: trata-se do primeiro número d’*A Fita* que tem propagandas. A inclusão dos anúncios “Fumem *Luzinda* de *Stender*” e “PSST!! É a bebida ideal! Sem alcool — embriaga pelo seu delicioso

<sup>320</sup> NONOCA. Artigo de Fundo, Onde Vamos? Onde está a Policia. *A Fita Moderna*. *O Pirralho*, ano II, 3 ago. 1912, n. 52, p. 25.

<sup>321</sup> PENSAMENTOS, *A Fita Moderna*. *O Pirralho*, ano II, 10 ago. 1912, n. 53, p. 21.

sabor”, além de uma autopromoção que a folha já vinha estampando em outros volumes (“LEIAM A FITA MODERNA Cura a Prisão de ventre!” ou “LEIAM A FITA MODERNA! Ajuda a expellir tenias”), indica que a revista estaria atingindo sucesso de vendas, tendo tornado-se espaço atraente para os anunciantes.

*A Fita* também conta com a colaboração de Voltolino que ilustra a revista com palpites do jogo e com os chamados “instantâneos fotográficos”, que na verdade são charges cômicas que representam, por exemplo, o *redactor-chefe* “o indiscriptível doutor Nonoca [...] quando tinha dois anos” ou o “digno e genial chefe Mané Pagante, surpreendido pela Kodak [...] o sair do banho”<sup>322</sup>. O primeiro palpite do chargista vem no número quinto d’*A Fita* (número 53 d’*O Pirralho*), o formato lembra em muito os primeiros bilhetes do jogo, quando ainda vinculado ao Jardim Zoológico do barão de Drummond em que cada entrada trazia a figura de um dos 25 animais. Na versão de Voltolino, contudo, o animal é combinado com o que parece ser a cabeça de Campos Sales. Uma segunda charge nesses mesmos moldes vem no número 7 da folha (55 d’*O Pirralho*), dessa vez parece ser a figura de Pinheiro Machado fusionada a de um galo.



Figuras - 16 & 17 Charges de Voltolino nos números 53 e 55 d’*O Pirralho*

Muitos dos palpites da revista, contudo, também faziam troça com o leitor. No número sexto, por exemplo, há uma pequena *nota da redacção* ao final de um aviso aos

<sup>322</sup> Números 50 (p. 8) e 51 (p. 17) d’*O Pirralho* respectivamente.

leitores: “Dá a preguiça ou o corvo (032 ou 048)”,<sup>323</sup> os animais inexitem na tabela do bicho. O número 32 pertence ao camelo e o 48, ao elefante. O número seguinte d’*A Fita Moderna* marca o fim da folha por alguns volumes d’*O Pirralho*. Como uma profecia, nesta edição a seção de poemas traz “versos tristes”, com direito a um palpite ao findar do texto:

Quem diz que o vinagre é azedo  
É por nunca ter sentido  
O gosto que a gente sente  
Quando joga no macaco e dá o burro.<sup>324</sup>

Ao retornar após hiato de pouco mais de dois meses, no número 66 d’*O Pirralho*, as novas edições d’*A Fita Moderna* apresentam novo cabeçalho, mais enxuto. Sem numeração e lista de colaboradores, as novas edições mantêm o mesmo lema e o mesmo informativo dizendo tratar-se de uma publicação pertencente a um *syndicato de bicheiros*, e agora, como novidade, apresentam a frase “Cavação Paulista” logo abaixo do seu título. O artigo de fundo comunica:

Muito risonha, muito lépida, muito prasenteira, tendo em vista apenas ser útil aos que precisem do papel, a aqui está de novo a *Fita Moderna*, sob direcção de um conhecido literato.

Nos é immensamente grato comunicar-mos que o nosso programma continua a ser o mesmo, resumindo-se em duas palavras: Bicho e Relogio Roskoff. No fundo de todos nós que murejamos nesta senda a trabalho, ha um bicho e um relógio Roskoff.<sup>325</sup>

Se é possível afirmar que a folha tem algum tipo de programa, organizado em torno de algo além da pilhéria aleatória, esse artigo de fundo é o que apresenta melhores pistas. Logo vê-se que a piada do tal relógio não é leviana e perpetua no jornal como um todo, mas o bicho vem antes ainda do relógio ordinário. Os adjetivos que a acompanham já na primeira linha também escancaram imediatamente o motivo único de sua existência: fazer humor rápido, lépido, e ser prazerosa, afável, alegre e jovial. O retorno da folha vem acompanhado, certamente, de seus dois únicos objetivos. O relógio é oferecido como prêmio para quem adivinhar o seguinte: “Quem é que enxerga mais : um cego ou um sujeito que não tenha olho? — Premio : um relógio Roskoff e duzentão no bicho.” E o bicho vem logo acima,

<sup>323</sup> AOS NOSSOS LEITORES. *A Fita Moderna*. *O Pirralho*, ano II, 17 ago 1912, n. 54, p. 10

<sup>324</sup> VERSOS DE UM TRISTE. *A Fita Moderna*. *O Pirralho*, ano II, 24 ago 1912, n. 55, p. 26.

<sup>325</sup> ARTIGO DE FUNDO. *A Fita Moderna*. *O Pirralho*, ano II, 16 nov. 1912, n. 66, p. 11.

na seção Pensamentos. “Ser amado é sentir-se embalado pelo voo das borboletas (1). (1) Com o 014”.

Por mais simples e despreocupado que possa parecer, contudo, o retorno d’*A Fita Moderna*, é feito em grande estilo, com a colaboração do cronista carioca João do Rio<sup>326</sup>. Nesse volume, sua ilustre participação “abrilhanta hoje as columnas da *Fita Moderna* com uma das suas maviosas produções. Infelizmente, não podemos firmar contracto de exclusividade com o celebre prosador. Mas não faz mal! Leiam uma *Chronica* de João do Rio! Cura hemorrhoides!” João do Rio, que também colabora nos dois números seguintes, não faz, contudo, menção ao jogo do bicho nem mesmo a jogos de azar. Suas *chronicas* para *A Fita* seguem a linha da revista, propondo-se a fazer piada absurda. No número 66, em que primeiro figura uma de suas colaborações, João do Rio regozija-se com a celebração do 15 de novembro, o dia “em que se extinguiu a escravidão no Brasil. [...] que alegria para os negros, que, nesse dia viram suas algemas cairem pelo chão, ao sopro da régia mão que assignou a lei da abolição da escravatura?” Ele afirma, ainda, que D. João VI tEm, em cada colaborador d’*A Fita*, um admirador e um imitador, tendo sido “o grande rei que libertou o Brasil da mancha negra do trafico negro”. Ao findar do texto ele se retrai: “*Mon Dieu!* Eu bem sei que o dia 15 de novembro não é o aniversario da abolição da escravatura, mas sim o da descoberta da America. Mas que querem? E’ o amor do paradoxo, *l’amour du paradoxe*, como diz Rénan; *the amor of the paradoxius*, como diz Shakspeare...”<sup>327</sup>.

Até, pelo menos, o final de 1913, *O Pirralho*, para além da troça, do *blague* e da piada curta, pouco se presta em relação ao jogo do bicho, ou mesmo aos de azar como um todo. O jogo que logo tomaria conta de páginas e páginas da publicação era, então, usado apenas como veículo para a piada. Muito usava-se o bicho em comparações animais, como as ilustradas por Voltolino. A seção *Cortando...* do número 118, por exemplo, traz curta piada assinada, aliás, assinada por Gavroche:

<sup>326</sup> João do Rio (1881-1921) foi um prolífico cronista, contista, dramaturgo e jornalista brasileiro. Iniciou sua carreira no jornalismo em 1899, tendo utilizado diversos pseudônimos em suas colaborações para publicações como O Paiz, O Dia, Correio Mercantil, entre outras. Em 1903, adotou o pseudônimo João do Rio, tornando-se conhecido assim. Sua obra mais famosa, “As Religiões do Rio”, uma coletânea de reportagens sobre a vida religiosa carioca, foi publicada em 1904. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910, João do Rio é conhecido por sua abordagem única da vida urbana do Rio de Janeiro da belle époque, misturando reportagem e crônica em um estilo vívido e observador. (do RIO, João. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa17030/joao-do-rio>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.)

<sup>327</sup> RIO, João do. *Chronica. O Pirralho*, ano II, 16 nov 1912, n. 66, p. 11.

– Mlle. também joga no bicho! O que é o vício! as amiguinhas, os primos...

Passávamos pela casa de Mlle.

Ouvimol-a dizer para uma criadita loirinha.

— Tu que és «bicheira», diga-me o que é sonhar com o marechal?

— Não sei dizer Sinhazinha. Vejo sempre a Pafuncia dizer que dà o burro...

— Pois bem: jogue no Hermes 2\$000 e 2\$000 na dezena 09.<sup>328</sup>

A tirada diverte não só pela na comparação do marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República e grande desafeto d’*O Pirralho*, com o burro, terminação 03 no jogo, mas também pela escolha da mademoiselle de também apostar na dezena do 09, referente à cobra – um chiste do comentário da *criadita loirinha bicheira*. Eternamente tido como 03 no jogo do bicho, Hermes é alvo de outros chistes como esse. Em outro diálogo no ano seguinte, uma cena muito similar se desenrola entre dois amigos:

— Acordei hoje aborrecido, e para isso bastou que eu visse em sonhos, o azarento Marechal Hermes: esse formidável caguira do século XX.

— Ora bolas ! Tua te lamentares de um excelente palpite, que naturalmente te salvará da crise.

O Marechal, é um palpitão...

— Palpite ? Bem sabes que eu não gosto de jogo.

— Mais uma razão. Tu que nunca jogaste na tua vida, ganharás pela certa.

— E que negocio é esse ? Em que devo jogar ?

— Jogas no burro com 09.

— Está bem. Si der, repartiremos o arame.<sup>329</sup>

*O Pirralho* deixou claro logo em seu primeiro número o desgosto que tinha pelo Marechal, no artigo “A Política do Pirralho” já dizia ter “birra do Hermes”, após afirmar que de política mesmo, “dessa coisa pegajosa com que os nossos homens importantes lambusam as consciências, é que o pobresinho entende pouco”<sup>330</sup>. Nos meses de 1913, o jogo, mesmo que pouco mencionado, tinha papel de certa importância. Ao considerar mesmo o Brasil como um todo, sob a gestão de Hermes, *O Pirralho* coloca, entre os aspectos geográficos e populacionais um em especial: “E’ dos países o que tem um aspecto particular mais elegante e

<sup>328</sup> GAVROCHE, Cortando... *O Pirralho*, ano III, 22 nov 1913, n. 118, p. 15.

<sup>329</sup> R. Flirt pelo telephone. *O Pirralho*, 1914, n. 127, p. 14.

<sup>330</sup> A POLITICA do Pirralho, *O Pirralho*, 1911, n. 1, p. 4.

verdadeiramente architectonico. Tem estradas de ferro em quasi toda a parte, automoveis, moinhos de vento, ligas de foot ball, telephone, jogo do bicho e muitas outras inovações da industria antiga e moderna”<sup>331</sup>.

Em um dos últimos volumes da revista de 1913, Voltolino é cirúrgico ao ilustrar “O que será para o Brazil o anno de 1914. Prophecias sesaçonaes da celebre cartomante Mme. Zizina”. Entre suas previsões para 1914, em meio às piadas com Hermes, os infortúnios da febre amarela e o fim da moralidade, Mme. Zizina também traz bons agouros: o ano que entra também significará “amor, fecundação e abundância [...] Chuva de dinheiro e palpites para o bicho”.<sup>332</sup>

---

<sup>331</sup> GEOGRAPHIA do Hermes. *O Pirralho*, ano III, 18 out. 1913, n. 113, p. 6.

<sup>332</sup> *O Pirralho*, ano III, 22 nov. 1913, n. 118, p. 4-5.

### 3. PARA UNS PÃO, PARA OUTROS PÃO, ou AS CAMPANHAS

A luta era renhida, mas os bichos, que davam para encher muitas arcas de Noé, mostraram afinal que também dispõem de boas armas e não correm assim ao primeiro tiro.

Veremos em que páram as moedas!<sup>333</sup>

Gritam ao menos pela policia que mate o bicho, antes que elle nos coma, pois o nosso dinheiro já elle comeu tudo!... Vamos, coragem... Mãos á obra.<sup>334</sup>

*Só não joga no Bicho quem não conhece as suas vantagens.  
Só não joga na "roleta" quem não tem dinheiro.<sup>335</sup>*

Se o jornalismo diário se profissionalizava e se modernizava no início do ano XX, preferindo notas e artigos informativos curtos, reportagem e noticiário<sup>336</sup>, as revistas ilustradas crescem e se avolumam para suprir a lacuna deixada por eles no que tange à publicação de escritos criativos. Repletas de crônicas mundanas, folhetins, *blagues* e sonetos, a maioria das revistas prestava-se pouco à reportagem séria sobre o dia da São Paulo que se tornava Pauliceia. Dentre os assuntos mundanos tratados, muito se falava justamente acerca da vida social e dos seus divertimentos, os já estabelecidos e bem frequentados e os que precisavam, com certa urgência, chegar à capital, que muito necessitava de novos afazeres para a população crescente. *O Pirralho*, durante toda sua trajetória, produziu uma série de textos a respeito, por exemplo, da programação dos cinemas e teatros da capital, bem como teceu longos artigos sobre os bailes carnavalescos, corsos e batalhas de flores, além, é claro, do flunar nas ruas mais centrais da cidade. Muitas das características da sociedade em transformação podem ser vislumbradas por meio desses e de outros escritos, desde as seções

<sup>333</sup> LAURENCE. Traças e Troças. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano XIV, n. 117, 10 fev. 1907.

<sup>334</sup> E'Chos dos Municipios. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano XIC, n. 276, 16 ago 1907.

<sup>335</sup> JOGO FRANCO... *O Parafuso*, São Paulo, v. 3, n. 47, p. 16, mai. 1917.

<sup>336</sup> SODRÉ, *op., cit.*, 1966. p. 339.

em que se publicava uma curta crítica e programação das casas de espetáculo, até seções que tinham o costume de publicar cartas.

Em um período em que a comunicação pessoal se fazia por meio de cartas e postais, é natural que esses escritos também se manifestassem – mesmo que sob a forma de textos criativos – nas páginas das revistas ilustradas. Destinadas a confidentes, parentes, namorados, amigas e amigos, essas “cartas”, importante salientar, assumiam também a forma de crônicas, refletindo sobre aspectos do dia a dia e proporcionando uma visão subjetiva dos assuntos abordados<sup>337</sup>. Muitas dessas correspondências, certamente tendo atingido positivamente o público leitor, permeavam por longos períodos, como é o caso, por exemplo, das cartas de Joca a sua *inesquecível Tia*. É Joca quem primeiro vai cantar a bola de que a revista passará a dar um novo tom à tratativa do jogo do bicho, longe estão os dias em que o jogo não se prestava a mais do que escada para piadas sobre o Marechal.

“O jogo do bicho toma proporções assustadoras”, escreve Joca em carta à tia em janeiro de 1914. “Em menos de 15 dias abriram-se 15 casa de ‘Bicho’ no centro da cidade. Depois dizem que o dr. Eloy quer acabar com o jogo.”<sup>338</sup>. O pequeno trecho quase se perde no total da carta, que trata de uma miríade de outros assuntos do cotidiano paulistano. Ao surgir, no segundo número d'*O Pirralho* de 1914, o teor do texto dá pistas acerca do que se pode esperar da nova *secção*: “Pergunta-me a senhora um mundo de coisas, julgando-me um dicionario enciclopedico. Acredite a senhora dobrando a mesa — não leve á serio porque estou brincando — não encontraria um correspondente a seu gosto”<sup>339</sup>. Joca apresenta-se, então, como servil bajulador da *incomparável Tia* que lhe paga uma mesada em troca de uma vasta quantidade de informações sobre a cidade de São Paulo. O sobrinho presta-se bem à missão. Por suas cartas, a Tia fica sabendo da família: “Amanheci na casa da prima Filippa. [...] ella deu á luz um robusto pimpolho. Disse-me que a madrinha seria a minha incomparável tia.”; de política, “O Hermes continua a fazer asneiras. Nem parece que se casou com uma patricia de talento! [...] O Ruy desistiu da candidatura á presidencia. Em bôa hora, achou que a casa — o coitado do Thesouro — estava roubada”; de cultura: “Santos Dumont já está no Rio. Vem para São Paulo. Infelizmente, uma decepção vão ser as

<sup>337</sup> CRESPO, *op. cit.*, p. 68-69

<sup>338</sup> JOCA. Pelo trem da tarde. *O Pirralho*, ano IV, 17 jan 1914, n. 126, p. 13

<sup>339</sup> JOCA. Pelo trem da tarde. *O Pirralho*, ano IV, 10 jan 1914, n. 125, p. 13

homenagens que lhe preparam.”; e das minúcias de cidade em transformação: “Choveu regularmente durante a semana. Graças a São Pedro, muito digno Prefeito Universal, ficamos livres da poeira. Poeira... oh! que má! me fâz aos nervos!”<sup>340</sup>.

Os temas que Joca seleciona para recontar à tia, por mais variados que possam ser, resumem perfeitamente o ecletismo das revistas ilustradas desse início de século. Por meio de suas cartas, penetra-se em várias das atmosferas características da sociedade paulistana de então. As trocas entre sobrinho e tia, mesmo que lidas de forma unilateral, permitem conhecer diferentes facetas da época e a própria maneira de inserção delas na revista. Cabe, ainda, destacar a maneira despreziosa como os assuntos são tratados pelo correspondente. Ainda na primeira carta, entre política e frivolidades sobre a poeira e o *rink* de patinação, lê-se “Suicídio essa palavra que tanto apavora, aqui é tão commum! Esta semana houve apenas dois ou tres.” Assim como acontece com o exagero de pseudônimos, o tratamento pouco relevante, ou raso, a diferentes assuntos era um luxo que as publicações quinzenais e semanais mundanas e literárias podiam se dar. Elas não atuavam como polos informacionais, ofertando maior ou menor destaque ao que lhes conviesse, e vendesse. Em primeiro plano, o que notabiliza essas revistas é a sua estreita relação com a vida quotidiana – a elas compete assimilação do quotidiano em transformação, constituindo a metrópole e sendo por ela moldada. Assim, quando o jogo do bicho parece incomodar, *O Pirralho* toma forma condizente, e inicia uma fala que parte também desta opinião.

As novas quinze “casas de Bicho” abertas no centro da cidade fazem do jogo uma prática que toma proporções assustadoras. Mais uma vez, os locais de jogo se tornam um incômodo no centro modernizado de São Paulo, local que compreende justamente as casas *chics*, onde as senhoras passeiam e fazem compras, onde se frequentam cafés, salões, onde estão as *grands magasins*, com seus artigos coqueluches recém-importados. De forma expedita, Joca menciona o trabalho aparentemente insuficiente de Eloy Chaves, então

---

<sup>340</sup> JOCA. Pelo trem da tarde. *O Pirralho*, ano IV, 10 jan 1914, n. 125, p. 13

secretário de Segurança Pública de São Paulo<sup>341</sup>. Entre 1914 e 1917, a figura de Eloy Chaves está na linha de fogo dos semanários pesquisados; suas medidas são igualmente parabenizadas e crucificadas a depender da publicação e das providências aplicadas.

Tendo ficado uma semana sem se corresponder com a tia, que lhe aumentara a mesada, Joca volta a mencionar o bicho em meio outras notícias da capital:

A jogatina continúa escandalosa. O dr. Eloy que veio com tão boas intenções, desanimou antes de dar começo a campanha. Hoje nos Clubs abertos, joga-se *Jaburú* e a roleta, com um descaramento inacreditavel, como si não tivéssemos leis que prohibem os jogos de azar e a optima regulamentação policial deixada pelo dr. Washington Luiz.

Enfim é muito possivel que o moço estadista que a frente da Segurança Publica, estuda os problemas de uma reacção efficaz, ignore o descalabro que vae por esses clubs nocivos onde todos perdem o character a vergonha e a imputabilidade moral de homem de bem.<sup>342</sup>

As cartas trocadas por Joca são francas e escritas de maneira despreocupada e coloquial. Ele não se coloca em meio aos acontecimentos de forma muito contundente; parece um tanto blasé se comparado aos artigos presentes nas campanhas contra o jogo do bicho. Aqui, apesar de a jogatina ser tida como escandalosa, ele não condena Chaves, dizendo simplesmente que suas boas intenções parecem ter arrefecido quanto à jogatina. Incomoda-lhe mais o fato de que existe ótima regulamentação que vem sendo ignorada pelos *clubs abertos*, que andam permitindo-a. Eloy é provocado ao ser tido como “moço estadista”, uma vez que em 1914 já havia doze anos que fazia parte do PRP, tendo sido eleito deputado federal em 1902. O “moço” era líder local do PRP desde 1897 em Jundiaí, onde foi eleito vereador e escolhido presidente da Câmara Municipal, respondendo também pela administração da cidade. Na carta de Joca, o jogo é tido como descalabro nocivo “onde todos perdem o character a vergonha e a imputabilidade moral de *homem de bem*” [grifo meu]. As mudanças na cidade – largamente aplaudidas pela imprensa – não eram apenas aquelas urbanísticas e

---

<sup>341</sup> Elói de Miranda Chaves nasceu em Pindamonhangaba (SP) em 27 de dezembro de 1876, filho do coronel José Guilherme de Miranda Chaves e de Cândida Marcondes Chaves. [...] Em 1902 foi eleito deputado federal pelo PRP para a legislatura 1903-1905, finda a qual reeleitou-se mais três vezes, cumprindo mandato até dezembro de 1914. [...] No segundo governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1912-1916) e no governo de Altino Arantes (1916-1920), foi secretário de Negócios da Justiça (1/11/1913 a 14/12/1918), esteve também à frente da Secretaria de Segurança Pública, e ainda acumulou a pasta da Agricultura nos últimos três meses de sua gestão. No período, a Segurança Pública de São Paulo passava por ampla reformulação, baseada em convênio que trouxe a Missão Militar francesa ao estado. DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. Eloi de Miranda Chaves. Fundação Getúlio Vargas. Disponível: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHAVES,%20Elói.pdf>>. Consultado em: 9 maio 2021.

<sup>342</sup> JOCA. Pelo trem da tarde. *O Pirralho*, ano IV, 31 jan 1914, n. 128, p. 9.

arquitetônicas, que buscavam fazer de São Paulo uma “Paris dos Trópicos”. O projeto também ambicionava modificar “os hábitos da população da cidade, moldando-os a partir da estética e do estilo de vida adotados pela burguesia europeia. A aceitação desses novos padrões foi determinante para a construção de novas aparências para ambos – cidade e habitantes.”<sup>343</sup>

Alguns números adiante, ainda em correspondência com a tia, o próprio Joca vai tirar a sorte – pequena, segundo ele –, no que se assume ser o jogo do bicho.

*Minha querida tia*

Quando eu lhe chamo de *querida*, costuma a senhora dizer, que eu vou má das finanças. Pois tenho grande prazer em lhe comunicar que tirei a *sorte pequena* — vinte contos — porque só entendo que é *sorte grande*, quando se trata de quinhentos contos.<sup>344</sup>

Joca usa seus ganhos para fins diversos. “Cinco contos ao empreiteiro Philadelpho. Oito contos, correspondente á terceira e quarta prestação do meu chalet”. E, enfim, “Comprei um automovel por 3:550\$ — final é gallo” – aqui a alusão ao jogo, possivelmente o mesmo número que lhe rendeu os vinte contos. Joca tinha, ainda, intenção nobre de presentear a tia com um *pendentif*, mas lembrou-se “da aversão que a senhora tem pelas joias”. Achou que iria lhe desagradar, incapaz que é de lhe contrariar. Joca está mais animado, mesmo, é com seu novo *auto*, já se preparando para dar o *gaz* no corso que acontece no *Hygienopolis* no dia seguinte. “Dar um *gaz*”, ele próprio esclarece para a tia, “quer dizer letra, bonito, e não vá pensar a senhora que são taes *gazes* negativos e positivos do Nardy Filho”. Ele pretende participar de atividade querida às elites daquele início de século, o corso. Momento em que desfilavam “as mais distintas familias em elegante ‘landau’ bellamente ornamentados, alem de grande numero de curiosos, gozando as delicias de uma tarde, gloriosa, na avenida mais aristocrata da Paulicèa”<sup>345</sup>, o corso consistia em passeio sobre automóveis, e a pé, para os menos afortunados. Era como uma grande parada ou desfile, que

<sup>343</sup> FEIJÃO, Rosane. Smartismo: elegância masculina e modernidade no início do século XX no Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/69464\\_Smartismo\\_-\\_elegancia\\_masculina\\_e\\_modernidade\\_no\\_inici.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/69464_Smartismo_-_elegancia_masculina_e_modernidade_no_inici.pdf)>. Consultado em: 26 abr. 2022.

<sup>344</sup> JOCA, Pelo trem da tarde. *O Pirralho*, 1914, n. 135, p. 17.

<sup>345</sup> BLAS, Ruy. *O Pirralho*, 1914, n. 126, p. 9.

se realizavam nas mais importantes ruas e avenidas da cidade.<sup>346</sup> Eternamente comparada às grandes capitais europeias, o curso paulistano, contudo, quase nunca agradava por inteiro os habitantes da pauliceia em formação. Joca lamenta-se na continuação da carta: “Tenho esperanças, que d’aqui a cem annos, o nosso mundo elegante, que tudo imita, também imitará as batalhas de flores do Palermo, do Bois de Bologne e mesmo da nossa adoravel praia de Botafogo.” Joca não apenas critica o hábito de imitar das elites (tanto a crítica à imitação, quanto o louvor era frequente já há algum tempo), como também questiona a extensão do progresso que se julgava possuir. Se até um acontecimento mundano corriqueiro tomaria um século às elites, como sustentar a ideia de que elas deveriam ser morais o suficiente para não cair nas tentações do bicho — tão moderno, aliás, quanto a própria modernidade?

Desde logo o jogo foi associado aos vícios que acometiam a população moderna. Naquele momento, tido como a “segunda fundação” de São Paulo, a cidade tinha como signos de identificação tudo aquilo que fazia acentuar o triádico mobilidade/trabalho/progresso. Se a ordem da sociedade se lê, como pensavam os homens públicos, pela aplicação ao trabalho que demonstram seus habitantes, um ganho fácil propiciado pelo jogo não constitui um valor ético positivo<sup>347</sup>. Dentre os três momentos em que se identificou neste material uma campanha clara contra os jogos de azar na imprensa diária e ilustrada, o trabalho entra como elemento principal na discussão das tensões provocadas pelo jogo. Muitas das notas que trazem os jornais diários, por exemplo, colocavam o jogo como desencadeador de alterações maiores, principalmente em bairros periféricos. Homens e mulheres que tinham ganhos altos ou perdas significativas, em seus momentos de ócio, eram logo taxados de desocupados, vagabundos e/ou sem atividade reconhecida. Também o jogo vinha como fonte disruptiva, interrompendo o fluxo do trabalho, ou sua qualidade — como, por exemplo, na crônica de Coelho Netto que abre o segundo capítulo do presente trabalho.

Nas chamativas à ação policial divulgadas pela imprensa havia frequentemente essa noção de que o homem, e igualmente a mulher, não poderiam se perder nesse vício que torna o trabalho estorvo frente ao ganho alto sem esforço. Nas campanhas, os personagens de

---

<sup>346</sup> Para uma discussão sobre o curso sobre automóveis e o *footing* em São Paulo naquele início de século, ver: Lemo, Felipe Arroyo. *A Caipirópolis, A Construção do imaginário urbano em São Paulo 1911-1918*. Mestrado em História Social, PUC-SP, 2019. p. 120-134.

<sup>347</sup> MONTAIA, *op. cit.*, p. 181.

destaque que campearam investidas contra a chaga que tomava conta de São Paulo foram Eloy de Miranda Chaves, Secretário de Segurança Pública de São Paulo entre 1912 e 1920, e Thyrso Martins, delegado geral da Polícia entre 1917 e 1920. Outras figuras são citadas, principalmente pel'*O Parafuso*, cujo redator tomará a frente da campanha tanto durante sua colaboração n'*O Pirralho*, quanto ao fundar sua própria revista.

### 3. 1. Limpeza pública

A intenção da polícia é boa. Mas com boas intenções é mais fácil calçar o inferno do que matar o bicho da loteria.<sup>348</sup>

A roleta já foi extinta, o baccarat já começou a ser refreiado, os carteados em certos clubs suspeitos foram proibidos, mas o bicho, o escandaloso bicho, ainda campeia de um modo franco e ostensivo em nossa urbs.<sup>349</sup>

Eloy Chaves foi repetidas vezes convocado pelos colaboradores tanto d'*O Pirralho* como d'*O Parafuso* para tomar atitude enérgica contra os jogos de azar. O Secretário era igualmente recebedor de impropérios e elogios, conforme julgavam seu nível de ação e suas atitudes. Logo quando a primeira campanha ia se insinuando n'*O Pirralho* em 1914, o semanário publica suposta entrevista com Eloy. Chamo-a de suposta e adiciono também divertida, pois a entrevista é feita em português pelo personagem Pirralho e respondida em francês macarrônico<sup>350</sup>.

Bom dia meu caro e solicito dr. Eloy.

— Bon-jour mon vieille ami, Comment allez vous, bien?

<sup>348</sup> SALLES, Bernardo. Á Margem... *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 14 jul 1896, n. 1009, p. 1.

<sup>349</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, ano III, 23 mai 1914, n. 144, p. 3

<sup>350</sup> O português macarrônico é uma forma literária e humorística de linguagem que mescla elementos do português com palavras ou expressões de outras línguas. Essa prática linguística, muitas vezes considerada uma paródia, é caracterizada pela inserção de termos estrangeiros de maneira não convencional, adaptando-os à gramática e ao vocabulário do português. Essa forma de expressão ganhou destaque em contextos literários e artísticos, sendo frequentemente utilizada com fins cômicos e satíricos. O português macarrônico pode ser encontrado em diversas obras, incluindo poesias, peças teatrais e textos humorísticos.

— Assim assim.

— Que miracle vous porte ici?

— Milagre? Nenhum. Nada mais natural que vir trazer-lhe meus parabens pela nobre attitude assumida no caso da campanha contra a roleta, iniciada por mim.

— Le ‘Pirralho’ a plus juisse que les viel les journaux, comme l’Estado e l’organe de docteur chapeau alto.<sup>351</sup>

Em meio às provocações aos jornais diários de maior vendagem daquele momento, o Pirralho entrevistador deixa claro que foi ele, a revista, quem iniciou a campanha contra a jogatina na roleta, parabenizando o policial por apenas tê-lo escutado e feito como deveria. Eloy deixa passar essa alfinetada e se faz, ainda por cima, elogioso. Agora, o Pirralho tem outra brilhante ideia, e precisa que Eloy também a desenrole:

— Muito obrigado. Felicito-o mais uma vez e já que o meu artigo produziu no seu animo tão forte impressão e no animo dos roleteiros, provocou tanto odio contra mim, è natural que eu prosiga na campanha, contra outros vicios que tambem affligem e degradam a nossa população.

— Vous n’est encore satisfaite avec mon riguer ? Trouvez peu ? Que le vice que a besoin de repression ?

— O maldito jogo do bicho, que suga as economias do operario, que desgraça, fascina e seduz, a mocidade e a velhice.

— Vous avez beaucoup de raison, mon petit. Il faut cuider serieusement des moyens de repression, au jeu. Voue avez courage, parce que ne me donnez une liste de maison où se jeu ?<sup>352</sup>

A entrevista escrita nesse macarrônico português-francês certamente diverte o leitor do semanário, mas também deixa ambígua sua veracidade. Mesmo que d’*O Pirralho* não se pudesse exigir rigor jornalístico, a narrativa, por vezes, parece claramente falsa, deixando uma sombra de dúvida acerca da autenticidade da entrevista. De todo modo, *O Pirralho* se vangloria da campanha contra os *roleteiros*, e categoriza o jogo do bicho, junto da roleta, como vicioso, um que “suga as economias do operario, que desgraça, fascina e seduz, a mocidade e a velhice”, ou seja, atinge a todos por igual. Interessa notar, para mais, que nesse momento a revista se faz amiga do secretário de justiça. No número 144, a campanha contra o jogo do bicho é convocada oficialmente pel’*O Pirralho* – é neste volume que a revista publica primeiro as colagens fotográficas com as fachadas de casas lotéricas. O editorial desse

<sup>351</sup> UMA Palestra com o dr. Eloy Chaves sobre o jogo do bicho. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 142, p. 10, 9 mai. 1914.

<sup>352</sup> UMA Palestra com o dr. Eloy Chaves sobre o jogo do bicho. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 142, p. 10, 9 mai. 1914.

número, já trabalhado anteriormente, coloca Eloy como aquele que, atendendo ao pedido d’*O Pirralho* “com tão grande solicitude”, extinguiu a roleta e que agora persegue o *baccarat*, “que é apenas jogado no café Paris e em alguns Clubs que contam com o patrocínio da gente do *Olympe*, e no Eden Club do Braz”. Deve agora fazer uma “campanha efficaz, e oportuna contra o jogo do bicho”.

S. exa, que atendeu ao appello do «Pirralho», no caso da roleta, com tão grande solicitude, certo, nesta emergencia confortará o nosso animo combativo com a seu apoio e com a energia indispensavel para a realização do ideal que advogamos com ardor, coragem e desprendimento. No nosso posto permaneceremos á espera das medidas que s. exa. ponha em pratica para repressão do jogo e com a nossa costumada lealdade aqui estaremos, até o momento final, para juntar a nossa palavra amiga aos louros que numa lucha heroica s. ex., com garbo e maestría, saiba colher<sup>353</sup>.

Elogioso e amigável, nesse momento Eloy é tido mesmo como maestro de grande solicitude. Ao Secretário, a revista promete lealdade nessa luta heroica na qual ele deve embarcar. Amistoso, *O Pirralho*, inclusive, se coloca junto de Eloy em imagem publicada números adiante. Em charge de Voltolino, sob pseudônimo PAU, no número 147, o Pirralho-personagem é retratado à frente da campanha contra o jogo, como ele mesmo dissera estar também na campanha contra a roleta.

---

<sup>353</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 144, p. 3, 23 mai 1914.



Figura 18 - Charge de Voltolino, assinada PAU, *O Pirralho*, n. 147, 1914, p. 10

Na charge, a ação policial é comparada à limpeza pública. Eloy Chaves, no encalço do pequeno Pirralho, leva nas costas, ao que parece, uma máquina de bombeamento de água, ou veneno. Já o Pirralho vem à sua frente, com uma vassoura em riste. Na máquina de Eloy lê-se “Campanha contra o bicho”. Sob a imagem, os dizeres “é hora de desinfectar a cidade” apontam para um discurso médico higienista já presente na sociedade paulistana de então. Ambos exibem um largo sorriso e as sobrancelhas do Pirralho têm uma apresentação arqueada para baixo, sugerindo uma determinação misturada de raiva ou irritação. A atitude da revista de iniciar a campanha, bem aceita pelo Secretário, parece, contudo, não agradar o restante da força policial, que, também sob a pena de Voltolino, é retratada entrando em casa de jogo para fazer sua *fezinha* e, alguns números adiante, aos prantos marchando contra o bicho:



Figura 19 - Policias entram em casa de jogo. *O Pirralho*, n. 142, p. 4



Figura 20 - Charge de Voltolino n' *O Pirralho* n. 148, p. 4, 27 jun 1914

O discurso sobre o jogo do bicho n' *O Pirralho* permanece inalterado durante a campanha de 1914, chegando mesmo a repetir de maneira idêntica textos já publicados<sup>354</sup>. Sua tratativa do Secretário de Polícia é favorável e, quanto ao jogo, tem os mesmos argumentos que *O Commercio* e o *Correio*: “o jogo avilta, corrompe, degrada e inutilisa o homem para o trabalho, para a familia e para a sociedade [...] odienta «instituição», que tem levado a desgraça de centenas de lares, degradando e corrompendo, e fazendo surgir para uma legião de familias, ameaçador e terrível, o terrível aventesma da miseria...”<sup>355</sup>. Para a revista, os grandes vilões parecem ser os juizes. Desde pelo menos o número 145, os juizes das varas criminais são chamados também à campanha, como parte integrante do esforço de acabar com o jogo do bicho:

A boa vontade do dr. Eloy Chaves precisa ser, no emtanto, secundada pela energia dos juizes das varas criminaes.

Presos, autoados e responsabilizados pela policia os bicheiros e os banqueiros de bicho têm que ser processados no Forum Criminal; mas para que os intuitos repressivos das auctoridades policiaes não sejam burlados, urge e se impõe uma obrigação aos promotores publicos e aos juizes que vão denunciar e pronunciar os culpados. Não archivarem os processos crimes de que são reus os exploradores do bicho, como até agora têm feito. E' de lastimar semelhante conducta dos distribuidores de justiça. Juizes protectores de bicheiros e abafadores de processos crimes contra «chantagistas» vulgares, dão um triste exemplo de avacalhamento e fazem suppor que interesses subalternos tomam parte nas suas decisões. A nossa condição de povo civilisado não permite que admitamos em nosso seio juizes deshonestos ou capciosos que se façam patronos de litigantes por amor a conveniencias politicas ou por inconfesaveis interesses materiaes. A justiça deve pairar mas alto e o magistrado não pode e não a deve subordinar as injunções de momento.

O seu escopo è mais elevado, à sua função mais nobre. Na actual emergencia as autoridades policiaes e os juizes criminaes devem agir de commum acordo para que desse commum esforço surta o ambicionado resultado pratico da campanha contra a jogatina.<sup>356</sup>

Naquele início de século, a noção de que os jogadores e agenciadores do bicho pegos em flagrantes pouco sofreriam legalmente estava amplamente publicizada. De fato, com a introdução das contravenções no Código Penal de 1890, o interesse oficial quanto a pequenas infrações anteriormente toleradas aumentou repentinamente. Atividades consideradas insalubres, como o jogo, prostituição, ambulantes sem licença e vadiagem

<sup>354</sup> Ver, por exemplo, número 145 e 146.

<sup>355</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, ano III, 6 jun. 1914, n. 146, p. 5

<sup>356</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, ano IV, 30 mai 1914, n. 145, p. 3

pública, passaram a ser rotuladas como atividades transgressivas tanto legal, quanto moralmente. Os novos procedimentos criminais tinham como objetivo racionalizar e modernizar também o sistema jurídico a fim de criar uma sociedade mais governável e produtiva<sup>357</sup>. Tanto os jornais diários quanto as revistas ilustradas aqui pesquisados levantam esses pontos. Em primeiro lugar, o anúncio de prisões e abertura de processos em muito excedem aqueles de culpabilização de fato. Adicionalmente, em diversas ocasiões, os jornais diários, em sua *secção diversa*, ou aberta, em que publicavam cartas e comentários dos leitores, imprimiam textos em que homens indicados como jogadores, agenciadores ou banqueiros de bicho, se defendiam veementemente frente a apreensões e prisões em flagrante. Por diversas vezes, *O Commercio* publica pequena nota sobre a prisão, busca em casa de negócio ou altercação de um e de outro, e os mesmos fazem publicar no jornal sua defesa números adiante<sup>358</sup>. O aumento do patrulhamento das ruas naquele início de século, adicionado ao respaldo legal abrangente do Código Penal de 1890, que permitia ao policial julgar os perpetradores da lei a partir de seus próprios valores e moral — bem como suas predileções e identidades — criou um desequilíbrio, e quiçá uma tensão, entre a polícia e o judiciário.

Se as prisões vinham em altas quantidades, também vinham os pedidos de *habeas corpus* e, por conseguinte, a insatisfação da imprensa aqui estudada que tanto se esforçava para ver o jogo do bicho erradicado. Com o início da campanha de Eloy Chaves contra o bicho anunciada n’*O Pirralho* de número 148, continuavam os pedidos da revista de tomada de ações enérgicas contra o bicho. Já no número seguinte, de 4 de julho de 1914 — no qual Gavroche vem identificado como *Director e Redactor-Chefe* — a revista anuncia que

Muitos bicheiros foram presos, muitos jogadores foram trancafiados no xadrez e todos foram multados. Os inqueritos vão proseguir. A acção da policia parece ser decisiva e energica. Os juizes criminaes se não abafarem, como de costume, os processos contra os jogadores a victoria da policia talvez seja definitiva. Com gestos traductores de uma vontade inflexivel alguma coisa se conseguirá. Ao contrario — nada.

Os protectores dos bicheiros, figurões politicos matreiros, talvez saiam a campo para agir em favor dos seus afilhados. Contra elles se previna o dr. Eloy Chaves. Melhor oportunidade para S. Exc. se firmar no conceito publico não ha; aproveite-a, pois, cumpra o que prometteu e de antemão,

<sup>357</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 101-139

<sup>358</sup> ver, por exemplo, QUEIXAS, *O Commercio de São Paulo*, ano XIII, 6 set. 1905, n. 4441, p. 2. ou FACTOS POLICIAES. *O Commercio de Sao Paulo*, ano X, 5 abr 1902, n. 2895, p. 2;

pela obra de saneamento moral que encetou, receba os protestos de solidariedade do Pirralho.<sup>359</sup>

Tudo parecia correr como planejado. No número seguinte, a revista soa triunfante ao publicar a continuação das ações policiais e jurídicas:

Era necessaria a severidade que a justiça paulista empregou contra os bicheiros. Deante da impetuosidade com que grassara o mal era mister que se empregassem medidas energicas contra os responsaveis pela sua propagação. O Secretario da Justiça, dentro das atribuições que a lei lhe conferia, agiu com a firmeza indispensavel a situação e teve a felicidade de ver os seus esforços compreendidos pela magistratura paulista. Os patronos dos banqueiros do bicho drs. Julio Prestes e Raul Jordão, que só aceitaram a defesa desses senhores porque foram altamente remunerados, receberam do dr. Adolpho Mello uma formal desillusão no caso do habeas-corporus famoso solicitado para individuos que gozavam de plena liberdade e não padeciam de coação de qualquer especie! A ganancia pessoal sopitando a competencia profissional, porém, fez com que esses advogados fossem bater á porta do Tribunal afim de solicitarem aquillo que já uma vez e mui justamente lhes havia sido negado. Uma decepção novamente os aguardava: O Tribunal de Justiça denegou por unanimidade o habeas-corporus impetrado.

Foi uma solução animadora essa adoptada pela nossa mais alta corporação judiciaria e que de um modo eloquente attesta os seus propositos moralisadores nessa intrincada questão. Era indispensavel essa cohesão, que se nota entre a policia e a justiça. Sem esse congraçamento, sem essa mutua comprehensão de deveres sagrados, toda campanha de repressão ao jogo seria burlada pela astucia dos bicheiros, seria improficua e até ridicula.

Graças á hombridade dos nossos juizes, que foram inflexiveis ante as labias dos advogados capciosos e deslavados, graças ao animo resolutivo do dr. Eloy Chaves — não vimos triumphante a bandalheira, nem victoriosa a trapaça.

O primeiro passo, portanto está dado. O segundo será o processo, e o terceiro será a cadeia para esses indecorosos salteadores das bolsas alheias. E' preciso que o dr. Secretario da Justiça não desanime, não esmoreça! Para vencer, para ferir de morte essa canalha, s. exa. deve usar até de meios violentos, pouco se importando com a grita de ladrões, desde que promove o bem de uma sociedade.<sup>360</sup>

Voltolino faz coro à *chronica-editorial*, sem, é claro, perder sua verve cômica. Ainda na terceira página, o chargista ilustra uma cena em que um homem identificado como bicheiro está prestes a ser preso. Sua caracterização é típica de um ladrão: baixo, rechonchudo, de camiseta listrada e boina na cabeça. Ele tem um resquício de barba por fazer e leva, na mão direita, o que parece ser um pé de cabra, e, é claro, uma mala, provavelmente repleta de dinheiro das apostas e de sua fiel caderneta com palpites. Sua feição é séria e obstinada, mas irritada; com o dedo em riste, ele diz “É inútil me prender, vou requerer

<sup>359</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, ano III, 4 jul. 1914, n. 149, p. 3.

<sup>360</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, ano III, 11 jul. 1914, n. 150, p. 3.

novamente ‘habeas-corpus’”. No mesmo volume, Voltolino continua sua crítica páginas adiante. Em outra charge, há uma fila de bicheiros que vão reivindicar sua liberdade de profissão perante ao juiz. Eles querem se antecipar às investidas policiais e vão logo pedir seu *habeas corpus* para trabalhar em paz.



Figura 21 - Bicheiro ameaça pedir *habeas corpus*. *O Pirralho*, n. 150, p. 3

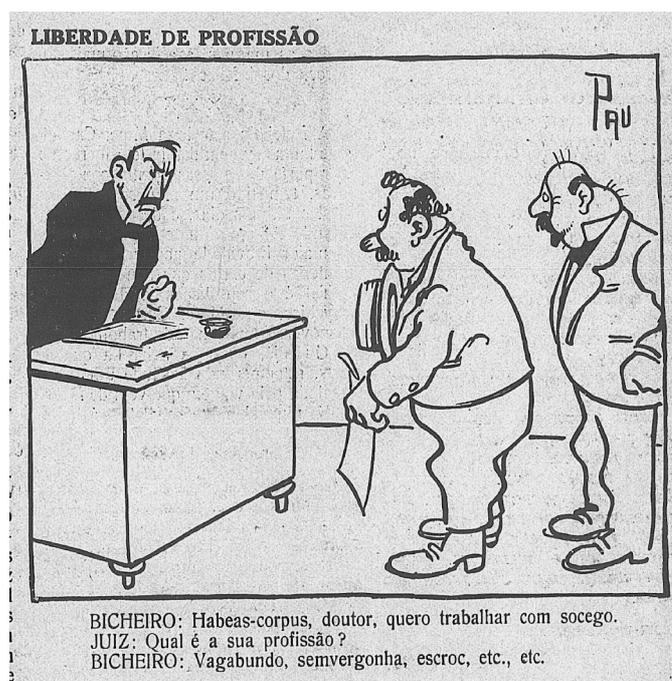


Figura 22 - Bicheiros fazem fila para pedir *habeas corpus*. *O Pirralho*, n. 150, p. 5

A primeira campanha encetada contra o jogo do bicho pel' *O Pirralho* tem fim no número 153 da publicação — penúltimo volume em que Baby, como Gavroche, é identificado como *Director-redactor* da revista. Nos números 151 e 153, os textos quanto à campanha iniciada já se tornam mais virulentos, uma vez que os resultados produzidos deixam de ser interessantes à publicação. Os bicheiros, por meio de estratagemas hábeis, estavam conseguindo iludir as ações repressivas das autoridades. *O Pirralho* passa, então, a ser mais veemente e pede que sejam “desferidos golpes certos e mortaes contra essa corja de ladrões”, “contra os desavergonhados e malandros, que vivem dos expedientes da jogatina e se locupletam á custa dos incautos”. Contra eles, a revista continua, Eloy Chaves deve ser violento, “e deve mesmo, no actual momento, causticar esses velhacos que burlam as medidas repressivas que s. exa. põe em circulação”. A revista volta a nomear os responsáveis, “corruptos, vis, cynicos e revoltantes usurpadores do trabalho alheio”: “Contra os Amadeus, os Paschoaes e os Amancios a policia deve agir com a crueldade de um tyranno que condemna e não admitte apelação para a sentença proferida”<sup>361</sup>.

Em seu último suspiro, no número 153 a revista delineia uma faceta muito explorada pela campanha contra o jogo n' *O Parafuso*, a permissividade do jogo em certos *clubs* localizados no Triângulo, enquanto em outros, menos bem localizados, o jogo não é tolerado.

As medidas de excepção prodigalisadas aos jogadores, que contam com a protecção de políticos em evidencia, patenteiam exuberantemente a falta de justiça com que as autoridades policiaes têm agido nessa delicada causa, cuja defesa deve ser pleitada por todos aquelles que se interessam pela sorte do nosso organismo social.

Quando a policia obriga a varios clubs ou antes varias casas de tavolagem a fecharem suas portas, chegando a se mostrar inexoravel, porque consente que se jogue escandalosamente em certos clubs do triangulo? Porque o «Internacional», albergue natural dos viciados expulsos de outros fôcos, affronta e desafia a acção da policia? Por que o «Cercle Parisien» funciona e até com a frequencia duplicada? Por que? E' a pergunta que nos afflora aos labios, que naturalmente é formulada em face dessa situação embaraçosa que as proprias autoridades crearam para suas pessôas. O «Pirralho» quando encetou a campanha contra a jogatina não teve o intuito de favorecer ninguem, porque generalisou as suas acusações collocando todos os réus no mesmo pé de egualdade. Se formos nesse diapasão colheremos resultados contraproducentes e atingiremos um alvo que nunca tivemos em mira. E senão vejamos. Se continuarem a funcionar, como funcionam, o «Jockey-Club» com uma roleta disfarçada sob o ridiculo nome de «Bicho Inglez», o «Internacional», o «Cercle Parisien» e «Oeste de Caça» qual será a utilidade

<sup>361</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, ano III, 18 jul. 1914, n. 151, p. 3.

pratica desse esforço despendido pelo dr. Secretario da Justiça? Se o bicho, o baccarat, os carteados e a roleta ainda contam com a resistencia de fortes cidadelas, dentro de cujas muralhas se exercitam livremente, se não soffrem um assedio que ao menos faça pensar numa victoria remota, porque essa encenação, esse espalhafato, esses aparatosos exhibicionismos da policia?<sup>362</sup>

Ao fim da primeira investida d'*O Pirralho*, vê-se delineadas as diferenciações feitas entre as casas de tavolagem e *certos clubs do triângulo*. A polícia está se colocando em situações embaraçosas ao cometer a injustiça de permitir que os *clubs* no centro modernizado continuem com suas atividades permissivas aos jogos de azar, portando-se como verdadeiras cidadelas, fortalezas resistentes às investidas da campanha contra o jogo. As ações policiais são tidas agora como encenação, espalhafato, parte de um aparato exibicionista que não engana *O Pirralho*. O próximo número da revista já não traz menção alguma ao jogo do bicho, ou aos jogos de azar como um todo. Desde o número anterior sua capa não traz charge de Voltolino; a voz do chargista não vem nem mesmo no miolo da publicação, assim como Bananére<sup>363</sup>, ele havia se desentendido com Baby, e deixado de colaborar na publicação que já deixava transparecer o tom mais virulento de seu editor chefe. Suas investidas contra figuras da política fazem com que a revista deixe de ser publicada por cerca de um mês. O número 154 é datado de 8 de agosto de 1914; o seguinte só é publicado em 3 de outubro do mesmo ano, com nota explicativa sobre a saída de Baby e o retorno do tom jocoso da revista. Em 27 de fevereiro do ano seguinte era lançado *O Parafuso*.

Em 28 de maio de 1915, *O Pirralho* inicia nova campanha contra o jogo. Anunciada no número 189, a revista promete “publicar documentos e provas robustas que servirão de base aos [...] artigos, na campanha que, do proximo numero em diante,” iniciará. Nessa nova campanha, que dura cerca de seis semanas, a publicação, como no início da anterior, coloca a figura de Eloy Chaves como nobilíssima, mas, apesar de energia e rigor da polícia, a jogatina continua a campear infrene: “continua o polvo a açambarcar com seus tentaculos fortunas e fortunas, que de um para outro momento desaparecem no pano verde das ‘roletas’ [...] O bicho continua na ordem do dia, para maior gaudio dos banqueiros”. E os jogadores são tidos como viciados, sem “o menor escrupulo, o menor respeito ás

<sup>362</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, ano III, 1 ago. 1914, n. 153, p. 3.

<sup>363</sup> CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. Juó Bananére: irrisor, irrisório. São Paulo: Nankin Editorial: Edusp, 2009. p. 40-41.

conveniências.”<sup>364</sup>. Os primeiros artigos dessa nova fase da campanha contra o jogo são curtos – ambos ocupam pouco mais da metade de uma das três colunas em que a revista é dividida. Seu posicionamento no volume, contudo, oscila. A primeira delas vem na página 9, já a segunda vem na página 3, mesma que contém o cabeçalho da revista e a seção tida como editorial. Essa mudança de localização dentro do volume indica a importância que a matéria tem para o editor-chefe, mas também pode indicar sua aceitação para o público leitor. Ainda que curta, essa nova nota acerca do jogo é um tanto quanto mais enfática. Aqui o jogo do bicho é tido como “infernical [...] que, derribando todos os obstáculos vem, infelizmente, triunfando de todas as batalhas que se lhe tem feito [...] o popular *joguinho* consome do pobre o último cêtil e assalta a bolsa farta do rico”. O jogo do bicho é tido, nesse momento, como a principal chaga que se alastra sobre a sociedade paulistana e merece, pois, “as honras de ser tratado [...] em primeiro lugar; e depois da vitória decisiva, o nosso bisturi se incumbirá de rasgar as entranhas dos outros animais daninhos que infestam a nossa sociedade”<sup>365</sup>.

Mais uma vez, o foco dessa nova campanha é justamente os locais em que funcionam as casas de jogo. O autor da pequena nota, não identificado, menciona que ali mesmo “nos baixos da redação, um pançudo sr. de nome Tinoco, de comparsaria com um tal Caetano, se incumbem” do jogo. Diferente, contudo, é o fato de que *O Pirralho* menciona, nessa fase, além dos locais e nomes das casas em que se banca o “danoso *joguinho*”, os indivíduos particulares que “se incumbem de *passar a perna no próximo*”.

Começamos pelas casas do centro da cidade, e sigamos a ordem, a partir da nossa vizinha. Á rua 15 de Novembro, 50, está installada uma das arapucas.

Essa casa era de propriedade de um conhecido jogador que attende pelo nome de Antonio R. Mello e hoje pertence a um Tinoco qualquer, de *sociedade* com *fuão* Caetano. Esses indivíduos bancam o tal jogo com o maior desplante e ganham na certa. Quando um desgraçado acerta numa *centeninha* ou num milhar favorito, nada recebe, pois que os *banqueiros* armam um embrulho tal, que o pobre mortal se confunde, resignando-se por fim. Temos em mãos talões dessa casa, que serão publicados mais de espaço. A travessa do Commercio, antigo becco do Chops, é hoje o becco do *bicho*. Allí, o *bicho* impera. Pudera não. O Centro Sportivo, o notavel centro de comedeira, de propriedade do Vianna do Jockey Club, é a arapuca-colosso, o monstro de garras aduncas, que tudo devora, e que merece, como todos os outros uma caça da policia. [...] O Paschoal, e outros, infestam tambem o centro da cidade. Na rua de São Bento, a Casa Arouche avulta.

<sup>364</sup> A JOGATINA EM S. PAULO. *O Pirralho*, ano V, 28 mai. 1915, n. 189, p. 9.

<sup>365</sup> AINDA A JOGATINA. *O Pirralho*, ano V, 5 jun. 1915, n. 190, p. 3.

Alli, os gordalhudos banqueiros vão *cavando* a vida a custa do suor alheio, a custa dos incautos e dos tolos que levam para o *banco* o seu ultimo ceitel. Quando a crise bateu ás nossas portas, quando nos lares não havia pão e a miseria extendia o seu manto esfarrapado por sobre todas as choupanas operarias, e as fortunas dos potentados se sentiam abaladas - só os felizes banqueiros do bicho riam, com seu riso alvar e satânico da miseria que lavrava em torno. E bebiam em champagne, e comiam em banquetes opiparos, o dinheiro com que o misero, operario iria comprar um pedaço de pão para mitigar a fome das suas creancinhas!

Para traz senhores!

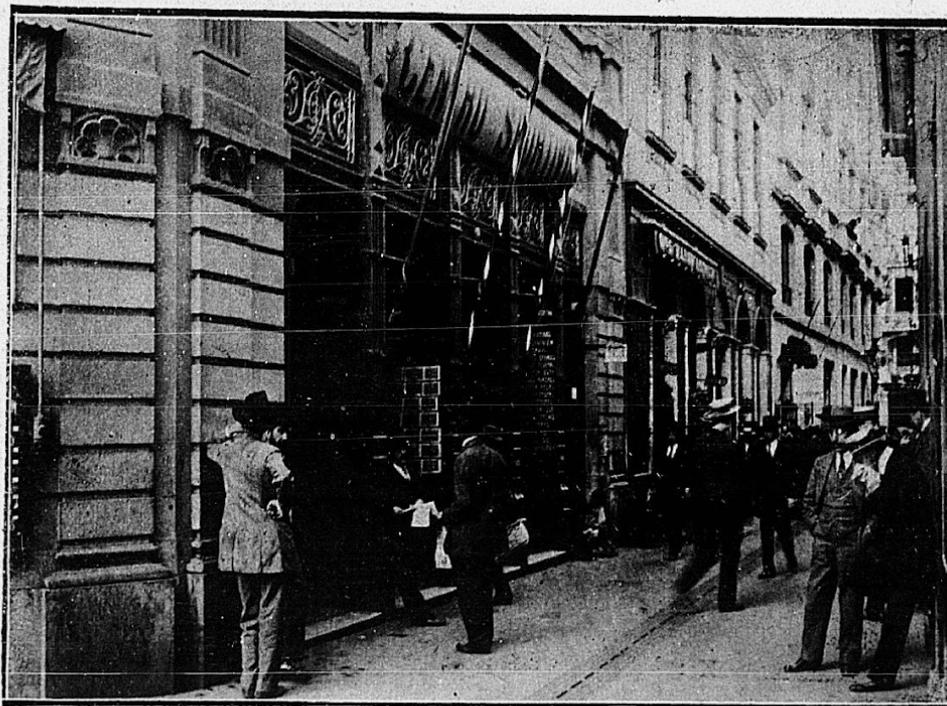
Para traz com tanto despudor e tanta sem vergonhice! O Codigo Penal não é um mitho, as nossas leis não são chimeras! A policia do dr. Eloy Chaves já vos mostrou uma vez a sua energia, e de novo vos mostrará como se cumprem as leis e para que foram feitos os carceres!<sup>366</sup>

A confiabilidade nos banqueiros e bicheiros é uma que já foi posta em cheque em diversos momentos, por todas as publicações. Também já foi mencionado que a credibilidade do jogo do bicho foi construída a duras penas, mas logo se tornou indiscutível. O que surge como novidade nesse momento da campanha, e que vai perdurar e expandir principalmente na desenvolvida pel' *O Parafuso* nesse mesmo ano de 1915, é a noção de que os jogadores pobres e os operários estão sendo explorados, manipulados e ludibriados.

---

<sup>366</sup> A NOSSA CAMPANHA CONTRA O JOGO. *O Pirralho*, ano V, 12 jun. 1915, n. 191, p. 10.

## A nossa campanha contra o jogo



### O CENTRO SPORTIVO

A CASA EM QUE MAIS ESCANDALOSAMENTE SE FAZ O TAL JOGUINHO DO BICHO E QUE DEVE QUANTO ANTES SER DEVISSADA PELA POLICIA

Figura 23 - Fotografia do Centro Sportivo, *O Pirralho*, n. 192

Na semana seguinte, número 193 d'*O Pirralho*, também na página primeira de texto, abaixo do cabeçalho e após a *chronica editorial*, a revista republica, em parte, o mesmo artigo do ano anterior, em que nomeava diversas casas de jogo onde se vendiam bilhetes do bicho. A matéria original data de 6 de junho de 1914, e a republicada, texto idêntico na parte em que lista os nomes e endereços das casas de jogo, de pouco mais de um ano depois, 26 de junho de 1915. Mais uma vez a revista menciona a figura de Eloy Chaves que, auxiliado “pelo braço forte da policia”,<sup>367</sup> daria “combate ao jogo antes de deixar sua pasta”. Os resultados dessa nova campanha, positivos ou negativos, contudo, não são aviltados pel'*O Pirralho*, que deixa completamente de falar no assunto no número 194, de 3 de julho de 1915. O motivo não

<sup>367</sup> A NOSSA CAMPANHA CONTRA O JOGO. *O Pirralho*, ano V, 12 jun. 1915, n. 191, p. 10.

fica claro, mas talvez tenha ligação com suas críticas ao *Centro Sportivo*, uma vez que o artigo curto sobre a jogatina na primeira página de texto da revista, começa com os dizeres

Não nos atemorizam os senhores do Centro Sportivo, com os seus estratagemas mais ou menos sórdidos, e com os seus ardis mais ou menos capciosos. Saibam antes de tudo que, nós sempre pautamos os nossos actos de accordo com a moral, e quem procede assim não pode temer infâmias de quem quer que seja.<sup>368</sup>

*O Pirralho* não se intimidaria com as ações que os “senhores do Centro Sportivo” estariam tomando, independente de quão desonestas fossem suas táticas ou quão astutas fossem suas artimanhas. Certamente havia alguma pressão por parte dos empresários por trás do Centro Sportivo, que muito provavelmente passaram a receber visitas desagradáveis da força policial após as diversas investidas da revista. Há semanas em que *O Pirralho* mencionava o nome do centro e dizia, ainda, ter talões, “documentos e provas robustas que servirão de base aos nossos artigos”<sup>369</sup>. Mesmo esse artigo termina com mais uma promessa da revista: “Continuem os senhores da perniciosa arapuca a lançar mão dos seus processos cavilhosos de defesa, que os nossos documentos também virão a lume, para os esmagar, do modo o mais simples, e os desmoralizar perante a sociedade; si é que desmoralizados já não estão”. Os documentos, contudo, nunca vem a lume, e mais essa campanha da revista tem fim mal-ajambrado.<sup>370</sup>

---

<sup>368</sup> AINDA A JOGATINA. *O Pirralho*, ano V, 3 jul. 1915, n. 194, p. 3.

<sup>369</sup> A JOGATINA EM S. PAULO. *O Pirralho*, ano V, 28 mai 1915, n. 189, p. 9

<sup>370</sup> AINDA A JOGATINA. *O Pirralho*, ano V, 3 jul. 1915, n. 194, p. 3.

### 3. 2. A polícia fazia-se socia dos bicheiros

Nesse caso, a policia vai ter panno para mangas. E dizem que a tarefa não é facil, porque, assim como todos os gostos estão na natureza, assim tambem na policia, que é a inimiga natural dos jogos que o Codigo Penal prohiibe; dizem que ha quem goste de ter de vez em quando um palpito na avestruz, ave cujo estomago é capaz de digerir tudo, segundo dizem, roleta ou no zero rouge. As más linguas chegam mesmo a dizer que ha numa corporação quem ganhe com os jogos de azar, sem correr os riscos do azar, quem ganhe pela certa, tendo achado meios e modos de collocar-se do lado do banqueiro.<sup>371</sup>

O semanário de Baby de Andrade abarca os vários tipos de jogos de azar e o do bicho em diversos momentos. Em 1915, no quinto volume da revista, o jogo aparece como problema central, já seguindo a linha verborrágica e de chamativa das figuras que, ao ver da revista, eram responsáveis pela situação calamitosa a que chegou a jogatina na cidade de São Paulo. O mesmo é verdade para uma segunda campanha, iniciada no número 44 de 1917, e então reencetada entre 1919 e 1920. Durante todo esse período, artigos, notas, propagandas e charges a respeito do bicho são tema constante da revista, com algumas poucas lacunas. Quando se insinua na revista de Baby, o jogo já traz para o centro da discussão a figura de Eloy Chaves. Frequentemente acusado de cavações, desonestidade, corrupção e politicagem, Eloy foi caracterizado como “apagada figura, bacharel nulo, politiqueiro incipiente que a proteção e o filhotismo guindaram à posição em que se acha”, pel’*O Parafuso*, logo no seu primeiro volume<sup>372</sup>.

Desde seu primeiro número, *O Parafuso* fez de Eloy Chaves um de seus temas centrais, trazendo-o mesmo na capa do primeiro e segundo volumes — republicada no número 4 “devido a numerosos pedidos e a não ter sahido perfeitamente nitida” (página 7). Assim como tantos outros temas e questões, a depender de suas medidas, Eloy Chaves é glorificado ou diminuído, em ambos os casos; contudo, a revista não poupa comentários acerca do Secretário de Segurança Pública. Ele é trazido como peça-chave não só quanto ao jogo, mas também quanto a outros temas. Já no segundo volume, por exemplo, *O Parafuso*

<sup>371</sup> ARAUJO, Ferreira de. Opiniões. O jogo. *O Commercio de São Paulo*. ano III, 24 abr 1895, n.636, p.1.

<sup>372</sup> AS BELEZAS DO SR. Eloy de Miranda Chaves na gestão dos negócios da Justiça e Segurança. *O Parafuso*, ano I, n. 1, 27 fev 1915 apud GALLOTTA, *op. cit.*, p. 86-87.

publica notícia sobre *escandalosa bandalheira* no fornecimento de calçados públicos<sup>373</sup>. O artigo faz parte de uma série de notícias que envolvem a Secretaria de Justiça, intitulada “As bellezas do sr. Eloy de Miranda e Chaves na gestão dos negocios da Justiça e Segurança Publica”. Segundo a publicação, Eloy buscava quitar “compromissos eleitoraes e grangear novo prestigio caciqueiro na sua terra natal”, uma vez que a compra de calçados para a Força de Segurança Pública de São Paulo estaria vindo de uma empresa falida de Jundiaí, cujo maquinário, “velho e deficiente” estaria, inclusive, empenhado a outra casa na capital do estado. “Foi esta, contra qualquer principio de seriedade, a fabrica escolhida para fazer o fornecimento. Não reparou o sr. Eloy que essa fabrica pertencia a um deputado, seu amigo, com influencia eleitoral...”<sup>374</sup>.

Para *O Parafuso*, são justamente as amizades e laços políticos de Eloy que muitas vezes vão torná-lo incapaz de desempenhar sua função com habilidade e destreza, tanto com relação ao bicho e jogos de azar, quanto em outras questões. No número 15, quando a publicação inicia uma série de artigos sobre os jogos de azar em São Paulo, *O Parafuso* comenta nota publicada por um *importante* jornal matutino a respeito de uma conferência proferida por Eloy Chaves sobre novas medidas contra o jogo. Eloy estaria dando instruções severas aos seus delegados para que fosse desenvolvida rigorosa campanha com intuito de acabar com a desenfreada jogatina. Contudo, a revista logo deixa claro que o Secretário não poderia, nunca, ser a figura ideal para acabar com “o nosso maior cancro, o insaciavel mealheiro dos que confiam exclusivamente na sorte.”

Essa campanha progressiva, que só pode partir da policia, uma vez bem orientada afastaria *incontinenti*, os timidos, os individuos de temperamento receioso e timorato que amordaçariam o seu vicio, a verem-se na contingencia de ser presos.

Afastaria ainda uma outra classe de individuos Os bem collocados, os burguezes que não quereriam expor-se ao vexame duma prisão em flagrante por *jogarem no bicho*.

Mas, para uma campanha destas, necessitava-se d’um homem de pulso. D’um homem energico e decidido, que arcasse com a responsabilidade dos seus actos.

<sup>373</sup> O artigo vira, inclusive, capa do número quinto da publicação, parte de um concurso de cartazes promovido pel’*O Parafuso* — que geralmente teria a capa editada por Voltolino, muitas vezes sob pseudônimo PAU.

<sup>374</sup> A CELEBERRIMA BANDALHEIRA do escandaloso fornecimento de calçado para a Força Publica. *O Parafuso*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 5-6, mar. 1915.

Esse homem não poderá ser nunca o actual Secretario de Justiça, sr. Eloy Chaves, typo acabado do pateta, que tem um verdadeiro horror ás responsabilidades.<sup>375</sup>

Logo que iniciada, a campanha contra o jogo do bicho n' *O Parafuso* chama atenção para um possível resultado: antes mesmo de se pensar em qualquer tipo de repercussão legal como jogador ou agenciador de bicho, o indivíduo leva em consideração sua posição social. Da perspectiva do cidadão, fosse ele um jogador do acaso, tímido e receoso, ou um indivíduo de respeito, influente e bem colocado na sociedade, ser preso, ou mesmo indiciado por jogar o bicho, criava um estigma social difícil de ser repellido. Seria mesmo um vexame ser pego em flagrante por jogar no bicho; assim, a simples ameaça, a simples ideia de que a força policial estava atenta a esse tipo de movimentação já afastaria o jogador do acaso e aquele que muito tinha a perder se fosse pego no ato. Mesmo que o simples fato de iniciar uma campanha, que só poderia partir da policia, fosse criar um resultado tão positivo ao ver da revista, essa investida não poderia ser cabeceada pelo “actual Secretario de Justiça, o sr. Eloy Chaves”. Sem punho, o Secretário é caracterizado como alguém que foge de suas responsabilidades, alguém incapaz de lidar com as consequências que uma campanha como essa pode ter. A continuação do artigo ilumina o posicionamento do semanário:

Quiz elle por varias vezes, reprimir o bicho. O resultados [sic] desses surtos de energia, foram o deixar mais patente e clara a desmoralização da policia.

Mas com tal chefe o que se poderia esperar? Quando o sr. Chefe de Policia permittia que seu pae bancasse o *baccarat* no Braz, fazendo o papel de vulgar assalariado duma tavolagem e recebia desbriadamente as offensas que à face impudente lhe atirava o velho conselheiro Antonio Prado, declarando, a um emissario do secretario, que elle proprio bancaria jogo de azar no seu club, pois, como iamos dizendo, quando o sr. Eloy fazia isto, perseguia tambem os pequenos clubs que não tinham nem *pae*, nem *conselheiro*.

E' evidente que taes exemplos desmoralizam a corporação mais moralizada, especialmente quando esses exemplos veem do chefe supremo. O resultado viu-se. Quando o sr. Eloy mandou perseguir o *jogo do bicho*, soldados, officiaes inferiores, delegados e subdelegados esfregaram as mãos de contentes. Bella ocasião de augmentarem os seus rendimentos. A policia fazia-se commodamente *socia dos bicheiros*.<sup>376</sup>

Eloy seria, então, *um homem sem pulso*, pois fazia concessões, ou optava por relevar o fato de que se jogava o *baccarat* em um *club* pertencente ao pai do chefe de policia, bem como ao *club* do conselheiro Antonio Prado, que decidiu bancar, ele mesmo, um jogo de

<sup>375</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, ano I, jun. 1915, n. 15, p. 5.

<sup>376</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 5, jun. 1915.

azar quando um emissário tentou impedir que se jogasse. A passagem que envolve Antonio Prado, está publicada neste mesmo número cinco d'*O Parafuso* e, possivelmente sobre o mesmo instante, o acontecimento vem melhor detalhado em carta de Bartholomeu no número dezenove<sup>377</sup>.

Para além das críticas ao Secretário de Justiça, a publicação também traz outro ponto, um pelo qual *O Parafuso* vai, inclusive, se diferenciar das outras aqui estudadas. “Quando o sr. Eloy mandou perseguir o *jogo do bicho*, soldados, officiaes inferiores, delegados e subdelegados esfregaram as mãos de contentes. Bella ocasião de augmentarem os seus rendimentos. A polícia fazia-se commodamente *socia* dos *bicheiros*.”<sup>378</sup> *O Parafuso* estaria sugerindo, então, que a polícia estaria mancomunada com eles. Ao permitirem o jogo, fazerem vista grossa, os policiais estariam recebendo sua parte do negócio altamente lucrativo. Ganho para ambos os lados: mediante pagamento, os bicheiros eram deixados em paz e os praças, delegados e subdelegados, saíam contentes, com um dinheirinho a mais para despende conforme bem entendessem.

A noção de que a polícia teria se tornado sócia dos bicheiros no decorrer das várias campanhas contra o jogo de azar foi uma que permeou a história do bicho. A historiadora Amy Chazkel chegou mesmo a conjecturar que a apreensão de móveis e objetos dos *clubs* denunciados por jogatina — como foi o caso do *Sportman's Club* em São Paulo — seria um exemplo do aproveitamento do monopólio do poder coercitivo policial<sup>379</sup>. Ao agir como um dos colunistas d'*O Pirralho*, Voltolino ilustra duas divertidas charges que, no lugar de dar forma visual, ou mesmo negar um artigo que as acompanham, agem como artigos elas mesmas. Nenhuma das duas vem acompanhada de textos maiores, como até o momento foi o caso para as ilustrações de Voltolino. Aliás, em parte alguma deste número d'*O Pirralho* de 1913, há qualquer menção sequer ao bicho que não parte de uma dessas duas imagens.

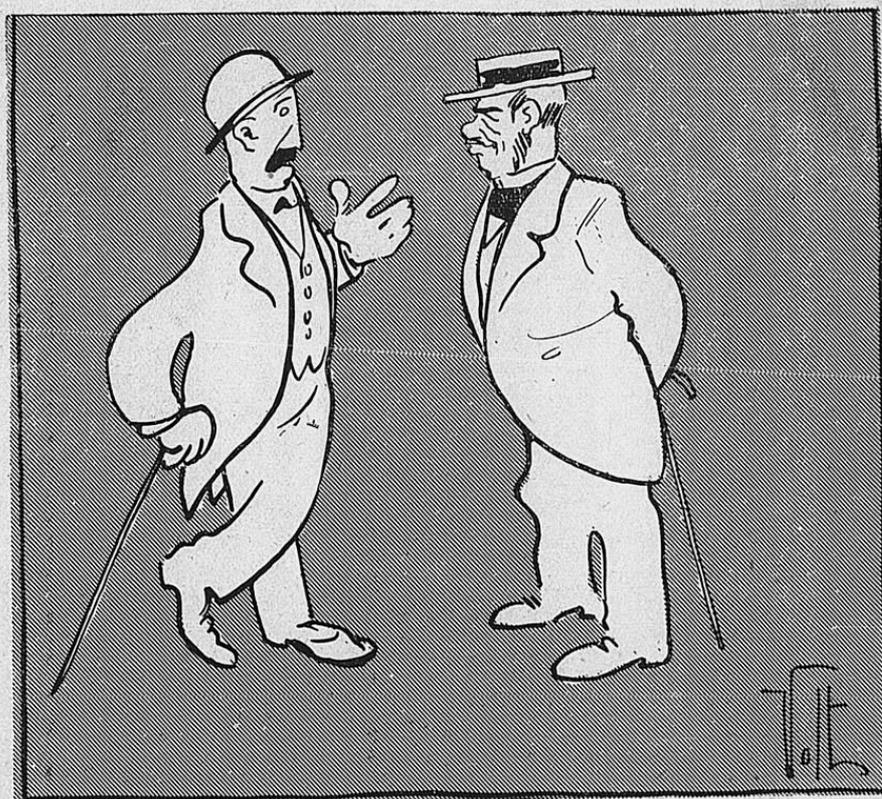
---

<sup>377</sup> ver páginas 113 do presente trabalho.

<sup>378</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 5, jun. 1915.

<sup>379</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 130.

## Entre delegados cariocas



- Uhé, você não banca mais o bicho ?
- Não, a campanha contra o jogo rende mais.

Figura 24 - Charge de Voltolino n' *O Pirralho*, 1913, n. 108, p. 15

Na primeira das imagens, dois homens à vontade, identificados como delegados do Rio de Janeiro, conversam. Um deles indaga, um tanto quanto surpreso, se o colega não iria mais bancar o bicho, ao que o colega responde, com um sorriso satisfeito no rosto, que não, já que a campanha contra o jogo rendia mais. O efeito é cômico, certamente, mas também indica como o delegado, além do posto oficial, também desempenhava, até recentemente, a função de banqueiro do bicho. Até recentemente, pois este encerrou as ações de banqueiro em favor da campanha contra o jogo, que melhores frutos produzia. A segunda imagem, a seguir, também trata da campanha contra o bicho no Rio, e ilustra, apesar de estar publicada em outro semanário anos antes, o que *O Parafuso* discutia em 1915. Dos pequenos, a polícia se aproveitava e conseguia, facilmente, combater. Já os *clubs* maiores, repletos de

rechonchudos e garbosos jogadores, a polícia pouco podia, pequena em comparação ao senhor de cartola, sapatos engraxados e polaina.



Figura 25 - Charge de Voltolino n' *O Pirralho*, 1913, n. 108, p. 6

O artigo d' *O Parafuso*, que ocupava página inteira do semanário, continua, oferecendo diversos exemplos de como os agentes policiais, prostrados na entrada das casas de tavolagem, hora recebiam, em média, 10.000 Rs. para fecharem os olhos, e só quando

pegos em flagrante, ficavam com metade da multa aplicada e relaxavam a prisão do jogador e agenciador do bicho.

Não havia senhas, nem recibos, nem talões, nem nada. Era tudo em confiança, numa simplicidade primitiva.

Os delegados e sub-delegados nos primeiros dias, com geral alarido prenderam violentamente alguns pobres diabos, para assim mostrarem aos *banqueiros* que ou havia moralidade, ou comiam todos. *Socialisticamente* os profissionaes preferirain a segunda hypothese e restabeleceu-se o velho *status quo* do: *Jogo cinco mil reis no bicho que der*.

O dinheiro do bicho trazia a policia em mar de rosas.<sup>380</sup>

Após os *alaridos* dos primeiros dias, a situação cômica, segundo *O Parafuso*, foi-se afrouxando novamente e tudo voltou à “normalidade”, “Os jornais reclamaram ; os policiais saíram das portas dos *bicheiros*. Mas continuava sempre proibido o *jogo do bicho*.” Assim como também ilustra Voltolino n'*O Pirralho* (Figura 19), a polícia não retorna simplesmente ao marasmo dos tempos em que não há campanha contra o jogo, nem, muito menos, deixou de fazer sua *fezinha*; sem campanha não havia “mais necessidade de passar o dinheiro á sucapa. Entrava-se no *estabelecimento* deixava-se o *cobre* e sahia-se. Não havia senha, nem talões. Os blocos não estavam ostensivamente á mostra, nessas *escrivatinhas sui generis* das casas de *bicho*”<sup>381</sup>. Isso tudo, em 1914, quando n'*O Pirralho*, Baby desenvolvia campanha contra o jogo. Ali o jogo era feito às escondidas. Em 1915, momento de publicação do artigo atual, até o “rebuço” de esconder os blocos do bicho desapareceu. Para justificar o início de sua campanha, *O Parafuso* argumenta que o jogo então campeava infrene e desalmadamente em toda a cidade. “Com as dificuldades geraes da vida, o numero daquelles que apellam para o azar e para a sorte, augmentou dum modo pavoroso. Urge que seja tomada uma providencia sensata e prompta. Nós mostraremos o que é essa chaga, esse cancro que deve ser extirpado”<sup>382</sup>.

Poucos números antes a publicação já sugeria, inclusive, que Rodrigues Alves, então presidente do Estado de São Paulo (1912-1916), jogava no bicho por intermédio de um *chauffeur*.

<sup>380</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, ano I, 5 jun 1915, n. 15, p. 5.

<sup>381</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, ano I, 5 jun 1915, n. 15, p. 5.

<sup>382</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, ano I, 5 jun 1915, n. 15, p. 5.

...era visto todos os dias, no Centro Sportivo, levando uma lista já feita e de jogo forte, um “chauffeur”, com as iniciaes na gola P.P. (Palacio da Presidencia).

Era um escandalo. Seria o sr. conselheiro Rodrigues Alvez que fazia uma “fezinha” no Camello? ou sua cosinheira que mandava jogar na Agua?

Veio a prohibição e o “chauffeur” não mais voltou... fardado. Elle alli vae diariamente, á paisana, levar o jogo já feito. Isto é uma verdadeira immoralidade.<sup>383</sup>

Impossibilitado de fazer ele mesmo sua *fezinha*, o Presidente manda seu *chauffeur*, que, inclusive, fazia a ponte entre o banqueiro e mais de um jogador, uma vez que portava em mãos uma lista já feita certamente com os palpites de todos os interessados. Para além, não passa despercebido o fato de que sua cozinheira também poderia estar participando da jogatina. No número seguinte, a revista volta a acusar importantes figuras de estarem participando do jogo do bicho. O artigo tem o mesmo título do anterior — “Quem joga o bicho no Palacio da Presidencia?” — e rediz muito do que já havia sido publicado uma semana antes. Dessa vez, contudo, a perseguição ao jogo é identificada como comédia, uma vez que publicamente os figurões políticos são contra a prática e a querem proibida, ao mesmo passo em que destacam um funcionário para jogar por eles.

No tempo em que, em vez da actual comedia de prohibição do jogo do bicho, que permite as guardas destacados para as casas de loterias, a delegados e a sub-delegados e até a officiaes da policia “morderem e deixarem-se subornar pelos banqueiros, se jogava abertamente, era visto todos os dias, no Centro Sportivo, levando uma lista já feita e de jogo forte, um “chauffeur”, com as iniciaes na gola P. P. (Palacio da Presidencia). [...] Aliaz tal coisa não é de extranhar, pois que ministros do Tribunal existem que vão elles proprios, depois da prohibição do jogo, levar as suas listas e o deputado sr. Cardoso de Almeida não passa dia, mesmo no Rio, em que não jogue dez tostões no... cavallo.

S. s. é economico.<sup>384</sup>

A própria publicação, contudo, vai mingando o assunto por si só. No número seguinte, *O Parafuso* faz crítica à maneira intermitente pela qual as campanhas policiais contra o jogo são encetadas, por meio de “jactos interrompidos. Á maxima licença succedem-se extremos de rigor. Depois, volta-se á apathia anterior. Tudo para repetir mais tarde as mesmas façanhas.”<sup>385</sup>.

<sup>383</sup> QUEM JOGA o bicho no Palácio da Presidencia. *O Parafuso*, São Paulo, ano I, n. 8, 1915, p.8.

<sup>384</sup> QUEM JOGA O BICHO no Palacio da Presidencia. *O Parafuso*, 1915, n. 9, p. 4.

<sup>385</sup> OS CANCROS SOCIAES. *O Parafuso*, ano I, n. 18, out. 1915, p. 10.

Esta orientação faz-nos lembrar um pequeno episódio ocorrido não há 6 meses num bonde de S. Cecília. No terceiro banco ia uma senhora moça e bonita. Ao lado sentou-se um cavalheiro de ar distinto. Não andará o bonde 100 metros quando a dama collocou o pézinho sobre o do cavalheiro. Mais 100 metros e já lhe encostava o joelho, de leve a principio, com força depois. O agredido, que não era nenhum Santo Antonio, chegou-se mais para perto e o contacto se fez do banco aos hombros.

Em breve, pés e mão estavam enlaçados. Ao chegar ao largo do Arouche, mesmo em frente ao *High-Life*, a senhora se levantou ruborizada pela indignação e protestou contra a audacia do “bolinha” atrevido, chamando a atenção do conductor e escandalizando os passageiros. Elle foi expulso do bonde sob a assuada dos garotos e ella seguiu entre admiração da turba em face da matrona de tão vistuosos melindres.

Assim faz a policia com o “jogo do bicho”.<sup>386</sup>

Mesmo que colocando-se, de certa forma, como parte do problema, quando diz que a campanha contra o jogo é febre intermitente, vindo a lume e exigindo atenção somente de tempos em tempos, *O Parafuso* usa um episódio acontecido no “bonde de S. Cecília”, fictício ou não, como metáfora que aproxima as relações entre jogo, polícia e sociedade. Estas vão levando o jogo, campeando, comendo pelas bordas por meses a fio, “Acoroçôa-o com a sua complacencia. Fal-o praticamente licito.” Mas, então, há um cerco a um banqueiro, apreensão de listas com apostas, multas aplicadas – naqueles que são pegos em flagrante –, sujeitando “a vexames o dono da casa”, assim como teria feito a dama do bonde, que tudo permitia, segundo o artigo, “para ter occasião de exhibir em publico qualidades de honestidade que não possui”. O interesse era, no fim das contas, “fazer fita”, exhibir-se em público, criar alarde e cena para se estabelecer precedentes, para fingir que algo se fazia a respeito. Ainda assim, como o semanário não é de deixar barato, ao exibicionismo soma-se outro interesse também, “*Cherchez... l’argent*”. Repleto de metáforas o artigo continua dizendo que os intervalos entre apreensão, ou expressões de exibicionismo, eram orquestrados de maneira proposital, assim como o “pescador que num dado ponto do rio deposita espigas de milho e barrigada de porco para cevar cardumes abundantes.” O assalto de surpresa as casas de apostas, depois de um largo período de tranquilidade, assegura farta colheita para todos os envolvidos: “Para os delegados, as multas; para récova de subdelegados e supplementees arranjos; para os “secretas”, subvenções mensaes em troca do aviso de dia e hora da visita policial.” Se esta é a real faceta que a revista parafusa, está explicado que o jogo

---

<sup>386</sup> OS CANCROS SOCIAES. *O Parafuso*, São Paulo, ano 1, n. 18, p. 10, out. 1915.

só ainda não foi proibido sem tréguas pois se “Extirpado o cancro terá desaparecido a ‘mina’.”<sup>387</sup>

No ano de 1915, a revista parece findar o tema com artigo no número 20, questionando, mais uma vez, se a força policial estaria sendo inepta, ou simplesmente conivente. Sob o título de “Os Cancros Sociaes”, *O Parafuso* também manifesta descontentamento quanto à proliferação assustadora das casas de jogo do bicho nas ruas centrais de São Paulo:

Não se passa um dia sem que se abra em S. Paulo mais um antro do vicio em que o ‘jogo do bicho’ é bancado ás encanaras. O Triangulo está infestado por todos os lados. As ruas adjacentes contam uma casa em cada quarteirão. Os arrabaldes ostentam bancas sem rebuços. Até os bairros longinquos foram invadidos pela praga.

Que faz á policia? Depois de um ou outro cerco esporadico, cruza os braços e deixa correr o marfim. O unico resultado que se colhe dessa acção intermitente é encherem-se os bolsos dos delegados e dos sobre-ditos, com o dinheiro proveniente das multas.

A nosso vêr è aqui que está a explicação da attitude da policia. Não lhe convém, de modo nenhum, exterminar o ‘bicho’ porque seria suprimir uma gorda fonte de renda. O melhor è *cevar* a freguezia, deixando-a avolumar-se no regimem da impunidade para um dia adrede escolhido dar o cerco e embolsar então as grossas maquias provenientes das multas, tructuosas, justamente porque durante muito tempo os *meganhas* de frack fingem não se incommodar com a infracção do Codigo Penal.

Dupla vergonha! é indecente que o jogo campeie desenfreado como se não tivessemos policia. É indecoroso que a policia se constitua cumplice ou exploradora dos batateiros.

Emquanto assistimos a esse espectaculo deprimente, menores irresponsaveis, mulheres inconscientes e homens criminosos continuam para os cofres dos banqueiros a canalizar suas economias e muitas vezes o necessario para o seu sustento. Todos perdem, menos os banqueiros, que enriquecem da noite para o dia, e as autoridades policiaes, que entram no queijo por meio da bomba pneumatica que nas suas mãos é o regimem das multas.

É preciso, entretanto, pôr um paradeiro á jogatina, muito embora os delegados percam as multas [...] Cessem a ladroeira!”<sup>388</sup>

As colocações são em muito similares às dos artigos anteriores, contudo, seu lugar na revista perde ênfase. Dessa vez, o artigo se encontra no canto inferior direito da página nove, dividido, por falta de espaço, com seu final no início da página seguinte. Ainda assim, o discurso permanece veemente e enfático quanto à parca, inepta ou conivente, participação

<sup>387</sup> OS CANCROS SOCIAES. *O Parafuso*, São Paulo, ano 1, n. 18, p. 10, out. 1915.

<sup>388</sup> OS CANCROS SOCIAES, *O Parafuso*, São Paulo, ano 1, n. 20, p. 9-10, nov. 1915.

policial. Para mais, vê-se outro aspecto pelo qual a revista ficou conhecida: a fala em favor daqueles que estariam sendo explorados pelos *meganhas de frack*. Por isso dupla vergonha. Além da polícia, que em pouco (ou nada) honrava o Código Penal, havia os exploradores, banqueiros que tinham como fonte de seu sustento as parcas economias de *mulheres inconscientes e homens criminosos*. A fala da revista em prol das figuras exploradas fica mais clara em 1917, ano em que a publicação já estava mais estruturada, tendo encontrado sua voz e, por conseguinte, seu público leitor. *O Parafuso* deixa de falar do jogo do bicho nos números seguintes, talvez pela urgência de outros assuntos, talvez porque Eloy Chaves moveu processo crime contra Baby, justamente pela grande quantidade de injúrias impressas, que resultaram na condenação e prisão do *redactor*<sup>389</sup>.

Em 1917, quando retoma o assunto dos jogos de azar, agora transformado em verdadeiro eixo da publicação, a revista apresenta tratativa diferente da força policial e dos políticos. Ainda que por curto período, os primeiros artigos que versam sobre a campanha contra a roleta, loteria e bicho, apresentam-se como elogiosos às autoridades.

*O Parafuso* ainda não teve do que arrepender-se pelos elogios que fez ao dr. Thyrsó Martins. S. exa. tem-se revelado uma autoridade enérgica sem violações de direitos. Os que julgam demolidores por systema, queiram mirar-se nesse espelho : o funcionario que applaudimos merece, tem-n'os sem restricções. Os recalcitrantes hão de se convencer de que quando chicoteamos um individuo é porque elle é canalha e não porque tenhamos o proposito feito de chicotear á outrance. Nenhum medico rasga abcessos onde ha carne sã.<sup>390</sup>

Tirso Martins era então delegado geral da Polícia, durante a gestão de Altino Arantes, cargo que exerceu entre 1917 e 1920. Abaixo dele estava Eloy Chaves, também, nesse momento, elogiado pelos esforços contra os antros em que campeava o jogo de roleta. O artigo d'*O Parafuso* ocupa uma página inteira e parte da próxima, denotando a grande importância que o assunto tinha para a publicação. Repleto de fotografias dos homens da lei, a revista divide os méritos com os policiais, uma vez que o pedido queurgia sua ação havia, mais uma vez, partido dela.

Em nossos tres ultimos numeros vinhamos fazendo forte campanha contra a jogatina e esses esforços não foram perdidos. A policia envergonhou-se da ostentação das espeluncas e da evidencia em que as puzemos. E deliberou agir, não esporadicamente como até aqui, aos arrancos, deixando sempre

<sup>389</sup> GALLOTA, *op. cit.*, p. 86-87.

<sup>390</sup> A POLICIA Varejou os Antros em que Campeava a Jogatina. *O Parafuso*, ano III, 26 mai. 1917, n. 49, p. 8.

malhas por onde os batoteiros se escapavam, mas a sério, com o methodo de acerto. O resultado foi optimo e delle já têm conhecimento os leitores, pelos diarios.<sup>391</sup>

A depender das investidas e medidas policias, as figuras colocadas como centrais eram elogiadas ou diminuídas pela publicação. Muitas vezes, quando elogiosa, imprimia os nomes acompanhados de fotografias, mas, quando crítica e ferrenha, *O Parafuso* parecia preferir se resguardar, jurídica e socialmente, optando por chamar as figuras pelos carinhosos apelidos por que eram conhecidas. Eloy Chaves, por exemplo, era o dr. Sorriso, ou Senhor Sorriso, sempre representado por Voltolino com proeminente nariz e largo sorriso.

---

<sup>391</sup> A POLICIA Varejou os Antros em que Campeava a Jogatina. *O Parafuso*, São Paulo, ano I, n. 49, p. 8, 26 mai. 1917.

## O PARAFUSO

ORA ATE' QUE EMFIM!

## A policia varejou os antros em que campeava a jogatina

A NOSSA CAMPANHA PRODUZIU BENEFICOS EFEITOS

O *Parafuso* ainda não teve do que arrepender-se pelos elogios que fez ao dr. Thyrsó Martins. S. exa. tem-se revelado uma autoridade energica sem violencias, efficaz sem arbitrariedades, preventiva e repressora sem violações de direitos. Os que nos jul-



DR. THYRSO MARTINS, a quem se deve a moralizadora campanha.

gam demolidores por systema, queiram mirar-se nesse espelho: o funcionario que applaudimos merece os nossos applausos e, se os merece, tem-n'os sem restricções. Os recalitrantes hão de se convencer de que quando chicoteamos um individuo é porque elle é canalha e não porque tenhamos o proposito feito de chicotear á *outrance*. Nenhum medico rasga abcessos onde ha carne sã.

Em nossos tres ultimos numeros vinhamos fazendo forte campanha contra a jogatina e esses esforços não foram perdidos. A policia envergonhou-se da ostentação das espeluncas e da evidencia em que as puzemos. E deliberou agir, não esporadicamente como até aqui, aos arrancos, deixando sempre malhas por onde os batoteiros se escapavam, mas a sério, com methodo e com acerto. O resultado foi optimo e delle já têm conhecimento os leitores, pelos diarios. Não precisamos, portanto, enumeral-os novamente. Faremos pois, sómente alguns commentarios que nos parecem necessarios.

Os jornaes não se referiram ás roletas do *Progrebior* e da *Rôtisserie*. Podemos, no entanto, affirmar que ellas já não funccionam. O *Progrebior* foi intimado a suspendel-a sob pena

de varejamento, com apparato que demoralisaria o luxuoso botequim. A *Rôtisserie*, além dessa intimação, recebeu aviso de que, a continuar o escandalo, não iriam mais para lá os hospedes officiaes. Foi quanto bastou para que os dois caça-pellegas desaparecessem como que por encanto... Isso prova que só por inqualificavel desleixo da policia é que a batota estava funcionando naquelles dois esta-



DR. ELOY CHAVES, que, ápezar dos pezares, deu ordem para a campanha contra o jogo.

belecimentos. Foi tão facil acabar com a pouca vergonha...

Não admira que os piratas se houvessem installado nos *Políticos*, nos *Argonautas*, no *Victoria*, no *Stand*, nos *Diarios*, n'*Oeste*, nos *Galopins*, no *Ideal*, no *Centro do Braz*, no *Centro Civico*, no *Odeon*, no *Americano*, nos *Democraticos*, nos *Girondinos*, etc. São covis montados exclusivamente para

tungar os coroneis! O que admira é que sociedades aristocraticas como o *Internacional* e o *Jockey Club* tambem tivessem o seu panno verde com infracção do Codigo Penal. O que se verifica da lei é que figurões da tal *élite* de borra tambem exploram a batota, como qualquer malandrão que não tem automoveis nem palacetes na Avenida. E que tal a nossa *haut game roleteira*?...

O maior escandalo, porém, foi o da apprehensão dos apparatus viciados. A' hora em que escrevemos ainda não se conhece o resultado do exame a que se procedeu na roleta e no *cavallinho* do *Jockey Club*. Conhece-se, entretanto, o que os peritos verificaram na roleta dos *Políticos*, isto é, que ella era feita de modo a dar tiro na certa... para o banqueiro. A policia, que descobriu isso agora, devia fazer umas contas muito interessante: quantos contos de réis e quantos idiotas foram roubados com essas engenhocas cujo funcionamento ella permittiu por tanto tempo? Faça as contas o sr. dr. Thyrsó Martins e tenha remorsos em lugar do dr. Franklin Piza.

Não nos consta que a policia tenha varejado exactamente as duas mais



DR. JOÃO BAPTISTA DE SOUZA, que fez o melhor serviço.

ricas espeluncas de S. Paulo: o *Automovel Club* e o *S. Paulo Club*, frequentados por aristocratas tão aristocratas como os do *Jockey Club* e os do *Internacional*. Por que essa excepção, esse privilegio? Os graúdos que o frequentam devem saber. Sabe-o pe-

Essas mesmas fotografias se repetiram em diversas ocasiões. Os elogios, contudo, rarearam. Poucos números adiante, quando Tirso Martins esmorece, a revista não deixa por menos:

Si *O Parafuso* não teve que se arrepender pelos elogios que fez ao dr. Thyrsó Martins, até sabbado ultimo, o mesmo não podemos dizer hoje, que a campanha começa a esmorecer e as auctoridades mais se preocupam com a *ratoeirinhas* dos arrebaldes do que com as *grandes arapucas* do coração da cidade.

É verdade que fomos nós que pedimos o auxilio da Policia contra os infractores do Codigo Penal, que se lucupletam á custa das torpes explorações do *bicho* nos arrebaldes já que a Policia era impotente para enfrentar a camarilha de ladrões que vivem de extorsão quotidiana no centro da cidade. [...] A Policia, que se portou galhardamente na primeira investida, têm-se portando, nestes ultimos dias leviana e francamente, consentindo que a ousadia dos bicheiros ultrapassasse toda expectativa. E isso não era de esperar, sabido como é, que o sr. Delegado Geral assumiu um compromisso de honra com a Opinião Publica de inutilisar pouco a pouco á hydra de 25 cabeças. Acabar com o bicho de um só golpe é tarefa positivamente impossivel, já que a Policia, com a administração de Thyrsó Martins quer ser energica sem violencias, efficaz sem arbitrariedades, preventiva e repressiva sem violações do direito.<sup>392</sup>

O trecho destaca preocupação significativa com a eficácia e a abordagem da polícia em relação ao combate aos “bicheiros”. O autor, não identificado, reconhece a colaboração inicial da polícia em resposta ao pedido d'*O Parafuso* para lidar com violações do Código Penal, especialmente aquelas relacionadas a explorações ilícitas nas áreas periféricas. Entretanto, *O Parafuso* também denuncia uma mudança percebida no comportamento da polícia nos últimos dias, caracterizando-a como leviana e consentindo com a audácia dos “bicheiros”, que ultrapassaram todo o esperado. O artigo é veemente, mas o autor também exprime desapontamento, afinal, o delegado geral teria assumido um compromisso com a Opinião Pública, assim em maiúscula mesmo, de dismantelar gradualmente a atividade criminosa. E mais uma vez têm-se a referência à *hydra de 25 cabeças*, novamente indicando a complexidade do problema enfrentado pela polícia, comparando-o a uma tarefa hercúlea, dado o compromisso de abordar a questão de forma enérgica, mas sem recorrer a violências ou arbitrariedades.

O artigo é ilustrado, no mesmo volume e página, por Voltolino. Dessa vez o bicho é representado pela cobra, que, atçada por uma espada em riste nas mãos de uma figura

---

<sup>392</sup> ATÉ QUE AFINAL a Policia resolveu cumprir o seu dever. *O Parafuso*, São Paulo, ano I, n. 51, p. 10, 9 jun. 1917.

nariguda e sorridente, representativa de Eloy Chaves, cresce no segundo quadro — uma possível alusão à inesperada ousadia dos bicheiros que teria ultrapassado qualquer expectativa — e engole o pobre servidor. No terceiro, o mesmo Eloy, mas dessa vez combalido, retorna da luta completamente vencido.



Figura 27 - Charge de Voltolino n'*O Parafuso*, n. 51, p. 10, 9 jun. 1917

As críticas às ações de Thyrso Martins continuam no volume seguinte d'*O Parafuso*, uma vez que parecem não ter surtido o efeito desejado:

Infelizmente, e muito a contragosto, somos obrigados a fazer restrições nos applausos com que temos vindo acompanhando a acção do sr. dr. Thyrso Martins na delegacia geral. *O Parafuso*, que não hesita em aplicar o ferro em braza nas chagas que descobre, nunca teve o proposito de demolir systematicamente. Ao contrario, é com pejo que rasgamos os tumores sociaes e politicos, como é com prazer que o aproveitamos os ensejos que se nos offerecem de bater palmas aos que as merecem. Consideramos, mesmo, uma necessidade pôl-os em destaque, para contrastar a acção deleteria da canalha.

Mas o dr. Thyrso está esmorecendo a olhos vistos, na campanha contra o jogo. O seu arranco contra as espeluncas rotuladas de clubs, foi vigoroso e decisivo, embora pudesse ter-se revestido dum caracter mais elogiavelmente aggressivo. A batida ás casas de *bicho* já foi feita com meias medidas, quando esta modalidade é mais nociva, pela sua propagação a todas as classes sociaes, inclusive as mais humildes. E, logo, o combate foi amainando até se tornar quasi inocuo. Cahiu na guerra de trincheiras, com *raids* isolados ás posições inimigas com bombardeios de artilharia, com recontros de aeroplanos... e nada mais.<sup>393</sup>

Mais uma vez a revista parece expressar desapontamento; é com relutância que faz restrições nos aplausos que antes eram concedidos à acção do delegado. Diferente d'*O*

<sup>393</sup> A CAMPANHA Contra o Jogo. *O Parafuso*, São Paulo, ano. I, n. 52, p. 12, 16 jun. 1917.

*Parafuso*, “que não hesita em aplicar ferro em braza nas chagas que descobre”, não vê na polícia a mesma vontade. Ao que parece, nunca houve intenção de demolir sistematicamente o jogo. O texto elogia a ação vigorosa e decisiva de Thyrsó Martins contra clubes de jogos, mas critica a abordagem considerada “meia-medida” no combate às casas de apostas ilegais, que são descritas como mais nocivas devido a sua propagação em todas as classes sociais, inclusive as mais humildes. Ainda diverte a comparação com uma guerra de trincheiras, que sugere uma desaceleração do ímpeto inicial, com confrontos isolados e bombardeios, mas sem avanços significativos.

A crítica pode ser interpretada como uma chamada a ação mais assertiva e abrangente por parte do delegado Thyrsó Martins, especialmente no que diz respeito ao combate ao jogo ilegal. O texto indica que a falta de continuidade nas ações pode resultar em uma campanha menos eficaz e que o delegado está perdendo sua força inicial.

Vão se confirmando, pois, as previsões dos que acreditavam que o bicho acabaria por enquir [sic] a policia, porque é invencivel. Os entusiasmos do dr. Thyrsó foram como os da sahida da procissao : agora,, [sic] já s. exa. arria o ohmbro sob o peso do andor... E daqui a pouco atira com o santo para o lado e vae cuidar de outra coisa.

Entretanto, essa molleza, que acabará em inactividade completa, virá tirar absolutamente o effeito da campanha. Que importa que cem ou duzentos individuos não possam jogar roleta ou jaburú, se cem mil, duzentas mil continuam a ser roubadas pelo banqueiro, que se locupleta com lucros enormes que lhe advêm das vantagens illusorias que offerece? o *bicho*, que engole os nickeis e contos de coronéis, que desgraça lavadeiras e ricaços, que consome as economias das donas de casa, que vicia os menores, que penetra em todos os lares e corróe todas as consciencias, — o bicho devia soffrer a guerra mais implacavel e gosa no emtanto de uma semi impunidade revoltante que basta para lhe garantir a existencia!<sup>394</sup>

No mesmo volume d’*O Parafuso*, uma charge, também de provável autoria de Voltolino, representa um policial que fazia ronda às portas de uma casa de loteria, onde todos poderiam fazer sua *fezinha*, que, subitamente, decide entrar para fazer um palpite. Na entrada da casa, em uma divertida metáfora, ele se esquiva de um *parafuso* plantado na porta.

<sup>394</sup> A CAMPANHA Contra o Jogo. *O Parafuso*, São Paulo, ano. I, n. 52, p. 12, 16 jun. 1917.



Figura 28 - *O Parafuso*, São Paulo, ano. I, n. 52, p. 12, 16 jun. 1917

Minuciosa em indicar culpados para o estado da jogatina na cidade, a revista também introduz um novo personagem a cena: os Labancas. Em sua seção *Carta Reservada*, *O Parafuso* publica correspondência entre Benito e Altino, provavelmente Arantes, então deputado federal. Ao tentar entrevistar Rodrigues Alves, então Senador, e não obter sucesso, Benito — muito provavelmente um apelido de Baby — foi fumar um cigarrinho *Pierrot* e fazer sua *fezinha* na roleta do *Progredidor*:

Aproveitei o ensejo para fumar um cigarro **Pierrot** e fui ao salão de banquetes fazer uma *fezinha* na roleta. Desgraçada a hora em que me lembrei de entrevistar o Rodrigues : Perdi todas as minhas economias em menos de meia hora, tudo devido á urucubaca do chico.

Sahi fulo de raiva e, á porta, dei de cara com o Kaká e o Sorriso que entravam, acompanhados do Cartola e do Batata. Felizmente tive uma inspiração : lembrei-me do 932 e corri á roleta do “Progredidor”

- 0 20\$000 no 932.

A bolinha correu e o banqueiro cynico e sorridente cantou: 31.

Que **uruca!** dirás na tua proxima carta.

Arrisquei mais 20\$000 e sahiu o 33. Não havia duvida nenhuma que eu estava fadado a ficar a ver navios. Foi então que fui ao **Club dos Diarios**, na Rua 15 de Novembro, 59. La estive e fiquei limpo de uma vez.

Maldita jogatina. Onde está essa policia dos costumes? Que faz o Secretario que não prohiibe essa ladroeira de portas abertas?

Será que o Secretario tem interesse em patrocinar o jogo porque, seu venerado Pai é presidente de um club de jogo?

Não, não ! Não acredito. Conheço-o de vista. [...] O jogo precisa ser atacado. A **Roleta** precisa desaparecer ou eu tambem vou **bancar** na Praça Antonio Prado.

Emfim, o Secretario tomará uma providencia, porque **O Parafuso** vae abrir uma campanha sem treguas contra os Labancas e contra os clubs onde impera a jogatina e a ladroeira mascarada.

Si não quizerem agir com energia, para que as medidas sejam efficazes, então façam como no Rio que a Policia tirou os clubs da Avenida. Tirem as “ratoeiras” do “Triangulo” e mandem-n’as para a torre do bugio ou para o Trianon.<sup>395</sup>

De primeira, é divertido notar a nomeação da marca do cigarro na revista, quase como um *product placement* moderno. Mas o divertido mesmo é perceber a complexidade d'*O Parafuso*, que samba com destreza nas opiniões. Em um primeiro momento o autor se esbanja na jogatina. Mesmo perdendo todas as suas economias na primeira investida na roleta, ele não se deixa vencer. Troca de *club* mais duas vezes, mas a sorte não lhe sorri e a maldita jogatina o limpa de vez. Só então que *Benito* se lembra de que, na realidade, aquilo é tudo uma ladroeira mesmo, que os banqueiros devem estar lhe roubando e que a polícia precisa, de uma vez por todas, acabar com essa ladroeira de portas abertas ao centro. Caso contrário, ironicamente, ele mesmo vai investir na sua própria banca na Praça Antonio Prado. Ao final, uma ação enérgica da polícia é cobrada para acabar, enfim, com o jogo. Por outro lado, também é significativo notar que, mesmo que de forma irônica, se a força policial não estiver disposta a despende de muita energia, basta que ela faça o mesmo que a polícia do Rio: apenas expulse as casas onde se bancam os jogos de azar das ruas centrais e mande-as para pontos menos importantes da cidade. Não estando no Triângulo, não importavam mais, tanto o jogo como outras tantas práticas, pessoas e estabelecimentos.

Em artigo de página inteira poucos volumes adiante, os Labancas continuam a figurar como vilões. Sua casa de apostas continua aberta e se torna alvo de muitas críticas por parte d'*O Parafuso*:

Sexta-feira, quando *O Parafuso* entrava para a machina, afim de iniciar logo cedo a sua grande tiragem, tivemos o conhecimento de um facto gravissimo, que já foi largamente noticiado e commentado pela imprensa diaria : o espancamento de que foi victima, na casa dos *bicheiros* Labancas, á rua Quinze, 17, o soldado Carlos Alberto Pinto, da Guarda Civica, que teve o desafôro de querer receber... 4L500\$000 que ganhára no *bicho*.

Os Labancas, que pensam que o *bicho* só existe para drenar o dinheiro dos incautos, sem a correspondente obrigação de pagar os premios, tapearam o pobre homem por uma porção de dias, e, como elle insistisse, attrahiram-n’o para o interior do predio e ahí o fizeram esbordoar pelos mata-mouros que têm de reserva para esse fim.

<sup>395</sup> BENITO. Carta Reservada. *O Parafuso*, São Paulo, ano III, n. 44, 21 abr. 1917, p. 11.

Fique pois, o povo sabendo que não deve jogar nas casas dos Labancas, quer á rua Quinze, 17-A, quer á rua Alvares Penteado, 38-A. Além de praticar um crime, pois que o *bicho* é um jogo ilícito, arrisca-se a ser roubado por esses aventureiros duplamente delinquentes : quando bancam o *bicho* e quando roubam seus freguezes, recusando pagar-lhes o que lhes devem.

É um canalhismo que está pedindo apito da policia, esse dos Labancas. É um assalto á bolsa dos ingenuos clientes de seus covis. É uma ladroeira vergonhosa que desmoralizaria qualquer homem que já não estivesse desmoralizado como pirata dos mais perigosos.<sup>396</sup>

*O Parafuso* sai em defesa do cliente que não foi devidamente recompensado, nomeando e localizando o responsável. Ao fazê-lo, a revista não só chama atenção para o fato de que uma empresa endinheirada está abusando de seus clientes menores e com menos poderio, mas também noticia o caso para que outros incautos não sofram similar pena, esperando com isso, idealmente, que a casa de apostas dos Labancas, sem clientela, vá à falência. Isso fica claro nas linhas seguintes do artigo:

E a unica punição que se pode applicar aos corsarios do *bicho* é dar a mais ampla publicidade aos seus revoltantes crimes. Cada qual deve communicar a todos os seus amigos, conhecidos e vizinhos que os Labancas são ladrões que não pagam premios e ainda espancam brutalmente os premiados.

No dia em que a convicção destes factos, verdadeiros e comprovados, estiver bem espalhada por S. Paulo inteiro, ninguem mais arriscará um unico vintem [...] Assim terão de fechar as portas, para o saneamento das ruas em que os dois antros funcçionam. Fecharão por falta de freguezia, por que ninguem está disposto a deixar lá o seu dinheiro e ainda pior cima ser assassinado.<sup>397</sup>

No número seguinte, uma charge, de possível autoria de Voltolino, diverte o leitor ao ilustrar o caso:

---

<sup>396</sup> A LADROEIRA do bicho. *O Parafuso*, São Paulo, v. I, n. 50, p. 11, 2 jun. 1917.

<sup>397</sup> A LADROEIRA do bicho. *O Parafuso*, São Paulo, v. I, n. 50, p. 11, 2 jun. 1917.



Figura 29 - Charge de Voltolino n' *O Parafuso* n. 51, p. 9.

A imagem, intitulada jogo popular, mostra o grande rebuliço à porta de uma casa de apostas no horário de postagem da tabuleta com os números vencedores. No quadro seguinte, ficam para coletar o prêmio os poucos vencedores, logo recebendo uma bela surra dos banqueiros, que, na certa, inventaram alguma para evitar o pagamento do prêmio. Nesse sentido, o principal mote d' *O Parafuso* torna-se ponto de interesse. Como conta em texto de abertura da revista, seu intuito não era desmascarar os políticos e outros personagens por eles considerados imorais e corruptos, mas sim o de *parafusar* em suas faces sua verdadeira máscara:

Esta é nossa Razão de Ser e de existir e parafusar-lhes na cara, com parafusos de fogo e de verdade a máscara verdadeira que eles devem trazer. Basta de Tartufos feitos gente de bem. As máscaras verdadeiras fizeram-nas eles mesmos, nós só lhe parafusaremos. E agora à luta dispostos a tudo.<sup>398</sup>

O interesse do semanário não estava em fazer ver o que aqueles homens realmente eram, pelo menos não no sentido ao qual estamos acostumados. Queria a revista que os

<sup>398</sup> RAZÃO DE SER, 1915, n. 1, p. 1 apud GALLOTTA, 1997, p. 84 — o número primeiro não foi localizado para consulta.

homens fossem vistos por aquilo que escolheram ser – por seus desvios, roubos e politicagem eles seriam, enfim, punidos. Fiel ao seu mote principal, de proteção dos pobres e incautos, e de “parafusador” das verdadeiras máscaras dos responsáveis pela exploração, *O Parafuso* se importa menos com a ilicitude do jogo do bicho do que com a desonestidade e aproveitamento dos Labancas com seus clientes. Para mais, a força policial, notadamente a figura de Tirso Martins, então delegado geral da polícia, que havia sido tão elogiado números antes por suas investidas contra a prática do jogo da roleta em *clubs*, passa a ser malhada:

A policia não age contra Labanca. A policia não agirá contra nenhum desses voracissimos vampiros que vivem por ahi sugando o conto de réis dos ricaços, e o tostão das cozinheiras.

Por que? Não sabemos. O caso é que o dr. Thyrsos Martins, que com tanto acerto dirigiu a campanha contra a roleta, ainda não se mostrou capaz de enfrentar a hydra de 25 cabeças. Alguma força occulta, mas poderosa, o detém.

É inexplicavel a inercia da policia em relação ao bicho, cem vezes mais perniciosos que a roleta, porque esta só se joga em determinados pontos e aquella penetra em todos os lares, um por um.<sup>399</sup>

Dessa vez, *O Parafuso* compara os banqueiros do bicho a vampiros sugadores de contos de réis, um que não distinguem os cobres dos ricaços e das cozinheiras. Outras passagens já deixaram clara a noção de que o jogo do bicho seria duplamente mais pernicioso justamente pelo fato de poder ser praticado por qualquer indivíduo com alguns poucos tostões em qualquer lugar. Igualmente, os bilhetes de bicho estão espalhados por toda a cidade – podem ser encontrados junto da venda de alimentos, na esquina entre a costureira e o alfaiate e misturados aos comes e bebes nos bares e cafeterias da cidade. Seguindo a metáfora proposta pel’*O Parafuso*, os vampiros estão sendo protegidos por alguma força oculta poderosa e desconhecida. Em outros momentos, a própria revista propõe que a polícia, os políticos e banqueiros estejam todos mancomunados. Aqueles pois recebem propina, e esses pois querem participar da jogatina, e, é claro, os banqueiros saem ganhando ao verem seus jogos tolerados pelas figuras da lei que são chamados a coibi-los. Essa possibilidade é aventada pelo semanário em diversas ocasiões. No número 44 de 1917, por exemplo, em pequeno artigo a respeito do jogo do bicho, “A Jogatina Triumphante”, essa ideia fica bastante clara. O bicho vem causando certo furor, assunto “na ponta”, dos mais comentados da semana:

<sup>399</sup> A LADROEIRA do bicho. *O Parafuso*, São Paulo, v. I, n. 50, p. 11, 2 jun. 1917.

O jogo do bicho é o que está na ponta. Durante a semana ouvimos diversas opiniões de banqueiros de bicho. São unânimes em declarar que o sr. Secretario da Justiça, como o sr. Delegado Geral, são incapazes de encetar a campanha contra o jogo do bicho, sem que primeiro acabem com as loterias.

Demais a mais, existe entre elles um forte banqueiro que tem na gaveta uma letra de 10:000\$000 assignado por um deputado federal, amigo intimo do Secretario.

Deante dessa semvergonhice, não é de extranhar que o sr. Secretario da Justiça se sinta acovardado para dar uma lição aos especuladores do jogo do bicho.<sup>400</sup>

Para além das costumeiras acusações para com os poderosos, que não querem sua associação vindo a lume, há um embate entre o poder público e a especulação no bicho. Já traçado em outro momento, a imprensa aqui estudada faz um paralelo entre as loterias, que se supõem as oficiais e, portanto, legais, e o bicho, notadamente ilegal. A polícia, na figura de seus delegados regidos pelo tão macetado Secretário da Justiça, seria incapaz de conter a *semvergonhice* campeada pelo bicho devido à linha tênue em que ele se encontra, vinculado com a própria loteria federal. O bicho era definido junto do sorteio daquela, não abertamente, mas os próprios números da loteria ofereciam a consulta da tabela de bichos, rodada em paralelo. Por isso não poderia haver dúvida quanto ao animal sorteado; não cabia a cada banca de bicho, bicheiro ou banqueiro fazer seu próprio sorteio, nem a uma única figura, muito facilmente corrompível, como acontecia com o barão e sua caixa eriçada ao posto no início do dia. Assim, *O Parafuso* sai em defesa do pequeno jogador, dos incautos, dos explorados e do Povo.

Se é comum a *O Commercio*, *Pirralho* e *Parafuso* a veiculação de críticas caracterizadas, principalmente, pela fiscalização e moralização de comportamentos que considerava desviantes, *O Parafuso* se destaca não só pela nomeação e chamativa dos figurões ao centro do palco, uma vez que *O Commercio* também o fez, mas especificamente pelo viés de culpabilizá-los pelo excesso de poder e pelo uso de recursos públicos em benefício próprio. No ano de 1917 *O Parafuso* assume de vez “a bandeira de defesa das camadas excluídas da sociedade. Personagem que anteriormente aparecia ocasionalmente, em notas esparsas, o trabalhador em luta agora se faz cada vez mais presente.”<sup>401</sup> Neste momento, assuntos como carestia, o trabalhador, as greves, os curandeiros e o jogo do bicho tornam-se

<sup>400</sup> A JOGATINA Triumphante. *O Parafuso*, São Paulo, v. 1, n. 49, p. 15, 25 mai. 1917.

<sup>401</sup> GALLOTTA, *op. cit.*, 1997, p. 55 - 56.

mais enfáticos, ocupando maior espaço. A revista passa a adotar uma posição mais ativa na promoção dos interesses e direitos dos trabalhadores, especialmente aqueles marginalizados ou excluídos socialmente. Por conseguinte, o foco editorial se desloca, também, para destacar as injustiças cometidas pelos patrões, assumindo uma postura ainda mais crítica em relação às práticas injustas por parte dos empregadores. É fundamental destacar o uso marcante de recursos visuais pela revista nas questões que lhe eram caras. Os artigos sobre temas populares não apenas eram extensos, mas também amplamente complementados por caricaturas e fotografias que ilustravam os volumes. Assim, a revista não apenas abordava temas relevantes ao trabalhador, mas o fazia de modo visualmente impactante. O emprego de caricaturas também pode visar a transmitir mensagens de maneira acessível e cativante, alcançando um público mais vasto.

*O Parafuso* também segue a linha d'*O Pirralho* no que tange o incômodo da presença das casas de jogo no centro de São Paulo e, da mesma forma, vai usar e abusar de termos que colocam o jogo no campo da imoralidade, como parte de um problema que faria ruir famílias, bons trabalhadores, e mesmo viciar crianças que têm em seus anciões, exemplo. Naquele início de século, buscava-se firmar a figura do homem honesto como aquele que sustentava sua família por meio do trabalho. Ele seria assim um trabalhador virtuoso, digno. Imagem recente no Brasil, seria preciso, portanto, resguardá-la, afastando-a do que pudesse enfraquecê-la diante da sociedade e, principalmente, dos próprios trabalhadores<sup>402</sup>. A repressão ao jogo do bicho e as mudanças urbanísticas, “guardadas as devidas proporções, inserem-se nesse processo de criação de um espaço cartesiano, racional e previsível, um espaço que obedecesse a linearidade de um tempo cronológico”<sup>403</sup>.

---

<sup>402</sup> KRELLING, Carolina Malagoli. *A noção de jogo de azar entre o direito brasileiro e o direito italiano: aspectos penais e civis dos jogos de azar nos séculos XIX e XX*. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós - Graduação em Direito. Florianópolis, SC, 2014. p. 62.

<sup>403</sup> VILLAR, José Luiz M. Temporalidade e identidade. *O jogo do bicho no Rio de Pereira Passos*. Dossiê Temático. no 10, 2003. Disponível em: <[www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-JLVMella.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-JLVMella.pdf)>. Acesso em: 5 de maio de 2022. p. 111

#### 4. OS DESOCCUPADOS, OS GATUNOS E NOSSO FUNDO SUPERSTICIOSO

O jogo é franco... Joga o velho e a criança também joga ! Jogam as velhas e as mocinhas jogam também!<sup>404</sup>.

O mapa político do Brasil foi redesenhado a fim de excluir grande parte dos brasileiros da cidadania ativa e do acesso ao poder social. O Rio, capital política, era “o incomparável centro cultural e econômico do país e o local da maior promessa — e da maior decepção — de participação política na história moderna do Brasil”<sup>405</sup>. Marginalizados na política da cidade, os pobres e as classes trabalhadoras foram alvo de uma vigilância intensificada. A ordem na cidade tornou-se ainda mais urgente dado o crescimento explosivo da população e o grande fluxo de imigrantes, em sua maioria pessoas empobrecidas do sul da Europa e migrantes das áreas rurais. A preocupação com a força retrógrada que uma massa desgovernada poderia exercer sobre a capital se intensificou em virtude da vontade quase necessária de apresentar o país como moderno, tanto para reforçar a ética nacionalista, quanto para atrair investimentos e a imigração de estrangeiros. Em São Paulo, não foi diferente. A imprensa, também em transição<sup>406</sup>, estampa e documenta o “progresso” da cidade. As revistas ilustradas, instrumento moderno, de preferencial difusão e a serviço do novo, não demoravam a cantar as novidades do acanhado centro urbanizado de São Paulo. As ruas eram progressivamente invadidas pela nova população. A mão de obra imigrante e migrante introduzia novos sons, falas, vivências, todos muito bem-vindos, obrigado, às fábricas do Belenzinho, Brás e Barra Funda.

A mudança do regime político, a negação dos esteriótipos do Império, a virada do século, a revolução técnica, o estrangeiro ombreando-se com os da terra, o apreço científico, o politécnico em lugar do bacharel — todos esses movimentos introjetavam temor, inquietação, projetos audaciosos, expectativas de mais transformações. Os balanços se faziam urgentes na literatura, nas artes cênicas, no projeto urbano, na música, e na independência do País.<sup>407</sup>

<sup>404</sup> JOGO Franco.... *O Parafuso*, São Paulo, ano 3, n. 47, 12 mai. 1917, p 15.

<sup>405</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 40.

<sup>406</sup> SODRÉ, *op. cit.*, 1966, p. 346.

<sup>407</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 119.

A São Paulo desse início do século XX é uma cidade de intensa convivência, multiétnica, de forte presença imigrante, mas igualmente do caipira, dos nacionais negros e pobres. Neste cenário de mudanças, também global, a imprensa desempenhou o papel de agente direto e disseminador do imaginário da modernidade. As revistas, que se tornaram um dos mais importantes meios de expressão e comunicação no início do século XX, acompanharam a renovação da cidade e apresentaram uma nova geração de intelectuais que viram a inauguração da República do Brasil e viveram fortes expectativas para mudanças, modernização e criação de uma nova imprensa<sup>408</sup>. Entre os anos 1850 e 1870 São Paulo já se preparava para a cidade capitalista. Nesse espaço, clamava-se por melhoramentos no pavimento dos passeios (calçadas), maior limpeza nas ruas, arborização de praças e construções de edifícios públicos, dentre eles um teatro, considerado elemento civilizador.

A mentalidade conservadora estaria sendo continuamente desafiada por aqueles que buscavam introduzir a ideia de *cidade eficiente*. Setores das camadas dirigentes da população paulistana, impregnados agora pela visão mecanicista do mundo, própria do progressismo burguês, com empenho e ironia, reivindicavam melhorias urbanas, sobretudo nas páginas da imprensa diária.<sup>409</sup>

Desde logo da ideia de *cidade eficiente* pode-se entrever uma ânsia por civilizar também o povo. No início do século XX, essa relação vai ficar ainda mais patente<sup>410</sup>. Com o salto demográfico que ocasiona a “segunda fundação” da cidade de São Paulo, autoridades que passam a dirigir a constituição de um novo espaço político, com ênfase na ordenação do município, investem em um projeto reformador liberal ancorado na figura do habitante feito cidadão<sup>411</sup>. Parte da tríade da formação cidadã, o trabalho promove a inclusão do sujeito num espaço agora definido como social.

Se importa constranger ao trabalho (e recorrer à repressão), é porque ele enseja uma ampla reforma dos costumes e essas novas formas de sociabilidade permitem corrigir a essência informe desse homem pré-

<sup>408</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 38.

<sup>409</sup> CAMPOS, Eudes. São Paulo: Desenvolvimento Urbano e Arquitetura Sob o Império. In: PORTA, Paula. *História da Cidade de São Paulo*. A Cidade no Império 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 201.

<sup>410</sup> Sobre alguns reclames quanto a sujeira e o alargamento dos passeios públicos, a arborização e macadamização de ruas centrais e a consequente civilização do cidadão paulistano ver LEMO, Felipe Arroyo. *A Caipirópolis, A Construção do imaginário urbano em São Paulo 1911-1918*. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019. p. 83-184.

<sup>411</sup> MONTAIA, Ana. O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo no século XIX. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 153

político, anterior ao pacto republicano. Seu pressuposto é o desenvolvimento interiorizado de cada homem, extensível também ao espaço de sociabilidade da família e da vizinhança, de uma psicologia da temperança, graças ao esgotamento salutar proveniente do gasto físico e da coibição do tempo do ócio, pois o trabalho adoça os costumes, [...] nobilita os ânimos; confia-se no resultado do esforço honesto e perseverante; contraem-se os hábitos de prudência, de paz e de sociabilidade; aprecia-se a serenidade da vida no lar doméstico e nos labores que asseguram o porvir da família.<sup>412</sup>

No campo cultural desse início do século XX, vemos uma elite que se queria cada vez mais capaz de assimilar as mudanças em curso. Mas, ao mesmo tempo, ela mesma agarrava-se com unhas e dentes aos seus privilégios. “Em meio a profundas metamorfoses essa elite procurava alimentar um sentimento de continuidade, mantendo hábitos aristocráticos e reforçando a tradição.”<sup>413</sup> Dessa continuidade surgem espaços fechados, sujeitos a lista de convidados e uma íntima rede de sociabilidades – caso em São Paulo, por exemplo, do Jockey Club Paulistano, dos camarotes no Prado da Mooca, do Club dos Girondinos e da Vila Kyrial. Ali a elite se revestia de prestígio e de tinturas modernas, mas o equilíbrio político dominante era o conservador, com limitada flexibilidade e tolerância<sup>414</sup>. Mesmo no pós-guerra, as latências que formavam o citadino e o urbano, por mais volumosas e irreversíveis que fossem, tinham horizonte de difusão limitado e estavam sob constante escrutínio. Quando o chefe de polícia do Rio de Janeiro envia aos colegas de estados próximos a missiva acerca das proporções que o jogo do bicho tomava, ele mesmo logo coloca frente a frente as famílias respeitáveis, vitimadas pelo flagelo do jogo, e os viciados que agora não conseguem desempenhar seus papéis devido ao pensamento único que os assola.

Como sabeis, o terrível vicio do jogo, tinha tomado aqui, e em outros pontos do paiz, proporções que chegaram a chamar sobre a nossa sociedade o ridiculo da imprensa européa, além de causar á familia brasileira incalculaveis e não ignoradas desgraças.

Os artigos *The bicho game*, dos jornaes inglezes, bem como outros jornaes francezes e italianos, o apello que á minha autoridade fizeram em grande numero respeitaveis familias desta capital, victimadas por este flagelo, e o

<sup>412</sup> MONTOIA, *op. cit.*, p. 181-182.

<sup>413</sup> CAMARGOS, Marcia. *Vila Kyrial, crônica da Belle Époque Paulistana*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 16.

<sup>414</sup> GAMBETA, (2013, p. 44) chama atenção para similar ideia relacionada ao turfê paulistano. De origens europeias, o *sport* estaria revestido de uma postura aristocrática ideal aos fazendeiros brasileiros que não tinham vontade nenhuma de abdicar de sua posição patriarcal e poderosa. O proprietário rural, que repudia fazer atividades físicas e pode ficar confortavelmente servido de binóculo na mão observando a performance esportiva, fruto de seus próprios domínios, posa de aristocrata europeu.

espectaculo degradante que o jogo offerecia e em parte ainda offerece nesta cidade, determinaram a acção energica da policia.<sup>415</sup>

As desgraças, ainda que incalculáveis, segundo o chefe de polícia do Rio, tomam como medida o ridículo a que as submetem os jornais estrangeiros. Vale lembrar que, sob a égide do Progresso — em maiúscula mesmo, como uma entidade —, traçam-se planos urbanos, demolem-se ruas e avenidas, para logo reinaugurá-las, constroem-se monumentos e abrem-se licitações para os mais diversos tipos de serviços. Todas essas mudanças partem de uma preocupação primordial: a adequação urgente e instantânea da cidade aos padrões europeus. Se assim passava-se a constituir a cidade e seus comportamentos, o jogo não contribuiria para a formação de “corpos mais fortes e robustos”, tampouco para a formação de “indivíduos com um maior desenvolvimento moral”<sup>416</sup>. A prática da loteria não fazia parte daquilo que a boa sociedade paulista do início do século XX desejava para si. Se a participação nos *sports*, que incluíam as apostas, era considerada *chic*, apostar nos bichos seria prática de incultos, não de cidadãos “bem-formados”. Mesmo assim, sem contar com a simpatia de figuras da República e da elite, o jogo do bicho cresceu e alastrou-se, cruzando, inclusive, fronteiras hierárquicas sociais. Como então, em meio a uma ânsia desmedida pela modernização<sup>417</sup>, permitir que um jogo de azar que faz chacota do país e da capital federal acometa também a população de São Paulo, que só começava seu processo de modernização?

Quando tratamos da repressão como confronto de diferentes vivências do tempo estamos, portanto, diante da relação entre diferentes formas de inserção socioeconômica. Por um lado, uma elite que se apresenta como “mundo da ciência”, mundo da ordem, ou núcleo civilizado da sociedade e, por outro, segmentos populares que se manifestam como “mundo da vida”.<sup>418</sup>

Se as reformas urbanas, realizadas de forma autoritária, impõem à sociedade paulistana uma única possibilidade de futuro, o jogo do bicho, mantido, afirmado e replicado pela sociedade, representaria verdadeira ameaça à noção de uma ordem linear e mecânica,

<sup>415</sup> CAÇA aos bicheiros. *O Paiz*, Rio de Janeiro. 26 ago. 1899, ano XV, v. 5438. p. 2.

<sup>416</sup> PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. *Footbalmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p. 52. *Apud*. MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 227.

<sup>417</sup> KOGURAMA, Paulo. *O Cosmopolitismo e o imaginário da modernidade na metrópole do café, 1890-1920*. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p. 6-7

<sup>418</sup> VILLAR, *op. cit.*, p. 111.

uma vez que o controle dessa prática escapa ao âmbito do Estado<sup>419</sup>. “Assim, a repressão pode ser vista como a manifestação do confronto de diferentes noções, ou vivências de tempo.”<sup>420</sup> Por um lado os cronistas modernizados dessa sociedade clamavam pela disciplina, não só como virtude e organização — principalmente no que tange o culto aos esportes e militarismo vigente na época —, mas também como dos próprios corpos, gestos e hábitos; pedindo *enérgicas* medidas policiais contra o *cancro social*, o *vício que ameaça as classes laboriosas* da São Paulo modernizada, que se industrializa. São esses mesmos cronistas que cantam, na primeira oportunidade oferecida, os louros da cidade que a todo momento incluía novidades mil.

“Cortada do passado pelo seu modo de desenvolvimento abrupto, São Paulo, tal como era figurada pelos seus cronistas, aparece insistentemente refletida num improvável espelho do futuro.”<sup>421</sup> Desenraizada, sem passado que a organizasse ou direcionasse, São Paulo buscava referenciais máximos nas grandes metrópoles europeias e norte americanas, na expectativa de encontrar “os sinais de sua identidade em cada uma e no conjunto das marcas do contraste”. Nesse cenário, o jogo do bicho não cabia. “O mal era urbano, ou melhor, metropolitano. São Paulo, por força das circunstâncias, quisesse ou não, deveria pagar o preço da sua metropolização desenfreada, orgulho primordial, aliás, dos mesmos paulistas”<sup>422</sup>. O jogo dos bichos, contudo, demonstrou-se inevitável. Seria ele, assim, parte do ônus da metropolização desenfreada? Há dois pontos pertinentes, aquele que diz respeito ao controle do vício e de seus praticantes, que tangencia um aspecto econômico; e outro social, enraizado na população paulistana que era tudo, menos paulistana.

A São Paulo daquele momento já estava praticamente desprovida de sua história, substituída por tradições agregadas de “centenas de milhares de seres desenraizados, arrancados pela força ou pela aflição dos seus lares e regiões de origem, transportados como gado através dos mares, negociados por ‘agentes de imigração’ com preço fixo por cabeça”. Junto do enorme contingente de imigrantes, somavam-se “os párias negros, recém-egressos da

---

<sup>419</sup> Outro ponto de interesse que pode ser destacado é o fato de o próprio Estado ter suas loterias oficiais, que inclusive pautam o resultado do jogo do bicho. Quase como um caso de “se ele pode, porque eu não?”.

<sup>420</sup> VILLAR, *op. cit.*, p. 113-114.

<sup>421</sup> SEVCENKO, *op. cit.*, 2014, p. 37.

<sup>422</sup> SEVCENKO, *op. cit.*, 2014, p. 36.

escravidão, e os ‘caipiras’, mestiços refugiados na gleba precária do seu ‘sítio’ apossado e sem direitos de qualquer espécie”<sup>423</sup>. Todos esses agentes vinham atraídos pela expansão internacional da economia cafeeira, “esses homens e mulheres, das mais variadas culturas e extrações sociais, buscariam em São Paulo uma válvula de escape, um abrigo temporário ou, no melhor dos casos, uma segunda chance na indústria, ou nos serviços.” Assim, diferente do Rio de Janeiro, onde talvez poderia ser dito que a repressão do jogo está posta num confronto entre um mundo da ciência, da ordem, da disciplina e outro, aquele dos populares que se manifesta como “mundo da vida”, em São Paulo, a modernização da cidade ocorre de maneira mais velada, mais intrínseca a seus novos habitantes que, além de serem cerceados e expulsos por sua aparência e trejeitos, são, ao mesmo tempo, teorizados como o futuro do Brasil, juntos numa nova raça.

Assim,

Se havia no interior da sociedade grupos mais afeitos a um desses modos de representação da cidade, do que ao outro, o provável é que ambas as tendências se chocassem constantemente no íntimo de cada habitante. Aos anseios de comunidade dos desenraizados no espaço corresponde os anseios de continuidade histórica dos desenraizados do tempo. Situações que se entrecruzavam, porque a nova metrópole emergente era um fenômeno surpreendente para todos, tanto espacialmente, por sua escala e heterogeneidade, quanto temporalmente, tão absoluta era a sua ruptura com o passado recente.<sup>424</sup>

A preocupação maior para com o jogo do bicho, ou mesmo os frontões, boliches e até as loterias oficiais, tem como uma de suas origens o valor acessível das apostas, feitas para pessoas com pouco dinheiro para dispor. Em artigo d’*O Commercio* sobre a repercussão do jogo do bicho no Jardim Zoológico, ainda de 1895, Ferreira de Araújo comenta:

Onde as autoridades são chamadas a dar a sua sentença é no jogo barato, no jogo posto ao alcance de quem não tem sobras, de quem rouba de si ou dos filhos com a esperança aleatória de uns lucros que correm unicamente para o bolso dos batoteiros. Ora, se a autoridade pactua com estes, está tudo perdido.

O jogo em grande póde arruinar famílias inteiras, mas o numero dos homens capazes dessa loucura é relativamente, pequeno; o jogo miudo póde deitar a perder uma nação inteira.

Imagine-se que, com a tentação de ganhar alguns mil réis, o malandro póde jogar para comer sem trabalhar, a moça vaidosa joga, para comprar fitas, o menino, para ter dinheiro para doces. Em vez do jogador apatacado e

---

<sup>423</sup> SEVCENKO, *op. cit.*, 2014, p. 40.

<sup>424</sup> SEVCENKO, *op. cit.*, 2014, p. 36.

ambicioso que quer fazer fortuna — a ambição pequenina de satisfazer appetites diários — o jogo, entrando para o orçamento, fazendo parte da vida de cada dia, constituiu preocupação unica de muita gente.<sup>425</sup>

A preocupação de Araújo, meros dois anos após a primeira extração do bicho no Jardim, já indica como o jogo — farto e barato — era tido como mais pernicioso que a roleta, por exemplo, de acesso mais difícil e apostas mais altas. Ainda assim, o colaborador não se enganava, o jogo “em grade” poderia arruinar famílias inteiras, contudo, ele pontua, o número de homens capazes de tal feito é diminuto, o jogo miúdo, por sua vez, pode de fato “deitar a perder uma nação inteira.” Mais uma vez há essa noção de que haveriam jogos mais perniciosos do que outros. Araújo indica que o jogador rico, de grandes quantias, e ambicioso poderia, de certa forma, fazer carreira com o jogo alto, diferente do jogo miúdo, do que entra para o orçamento das famílias que pouco tem a dispor. Ao fazer parte da vida quotidiana, ele pode levar a ruína de toda a nação, seja porque iria criar uma legião de desocupados ou uma de ladrões. Ainda assim, o bicho, democrático como ele só, também era aproveitado por famílias ricas, que não deixavam de apostar também no jogo miúdo: “o jogo dos bichos disseminou o vício por todas as camadas e foi explorado por todos os preços”<sup>426</sup>. Araújo faz ainda menção àqueles que diziam que o governo e a polícia não poderiam interferir na escolha do cidadão, que deveria ter o direito de gastar seu dinheiro onde bem entendesse. Aos indivíduos que detinham essa opinião, ele pedia um pouco mais de racionalidade, afinal, eles haveriam de concordar que “não é razoavel levar esse respeito a ponto de permittir que se ande seduzindo gente para o vicio, e é isso que fazem os fundadores dos estabelecimentos em que se vendem bilhetes grandes ou pequenos, promettendo premios e lucros”. Mais uma vez, a larga oferta e o diminuto valor são postos como questões sedutoras, às quais ninguém, nem mesmo as mulheres que precisam de belos laços e fazendas para se embelezar, ou as crianças, sedentas por doces e balas, poderiam resistir. O jogo a todos atingia, sem distinção:

E' jogo que penetra em todas as casas, da sala de visitas á cosinha, vive á luz do sol nas praças e ruas, e é jogado pela dona da casa e sua cosinheira, pelo chefe de repartição e o seu porteiro, pelo janota e pelo mendigo, nos clubs, nos bancos, no mercado, no *forum*, na sachristia, no alcoice, nos collegios, pela criança, pelo velho, pelo adulto, bastando que haja um tostão para o palpite, porque não faltará o banqueiro, commodamente installado na rua 15, ou na mais escusa viella de bairro remoto, bem como o corretor que faz

<sup>425</sup> ARAUJO, Ferreira de. *O Commercio de São Paulo*, ano III, 24 abr. 1895, n. 636, p. 1.

<sup>426</sup> ARAUJO, Ferreira de. *O Commercio de São Paulo*, ano III, 24 abr. 1895, n. 636, p. 1.

o jogo na rua ou leva-o a domicilio, onde vae offerecer á sua freguezia, tal qual como o padeiro ou a vendedor de leite.<sup>427</sup>

Desde então, a campanha, já iniciada pela polícia carioca, era tida como positiva, urgente e necessária. Ao mesmo tempo, também já se tratava de uma questão de moralizar a população, que deveria se ocupar mais do esforço e do trabalho do que do acaso. Também já se sabia que a campanha contra o jogo não seria fácil e que só seria de fato efetiva se acabasse de vez com as loterias promovidas pelo próprio estado.

A campanha é espinhosa, mas o resultado que promette é remunerador. Trata-se não só da moralidade da população, mas da paz das famílias, das necessidades do trabalho, pois que parte da gente que se dedicava ao serviço domestico abandonou-o para jogar, e do futuro, que pôde ser comprometido por essa profunda perversão do caracter de uma parte da população.<sup>428</sup>

O jogo do bicho como grande flagelo dos trabalhadores domésticos, que em muito deixavam a desejar uma vez que começavam a fazer sua própria *fezinha*, foi imagem constante nas campanhas contra o jogo. Segundo a vasta maioria dos cronistas d'*O Commercio*, a indústria do jogo era perniciososa e deveria-se acabar “de uma vez para sempre com as loterias e tudo o que com isso se pareça, tudo o que promette um lucro que não dependa do trabalho, do esforço e das economias de cada um”<sup>429</sup>. Durante o lamento da transformação do Theatro Polytheama em frontão, Pierrot caracteriza os jogadores como “desoccupados”, “vagabundos” que pegam dinheiro emprestado, ou mesmo o obtém por meios ilícitos, tudo isso para alimentar “essa fêra” e encher “a burra dos felizes empresarios dos pseudo sports”:

...aumentar em São Paulo o numero dos desoccupados e desgraçar aquelles que, tendo deante de si sorridente futuro, se vêem, de uma hora para outra, seguros, sem remedio, por essa fêra que, aos poucos, vai eliminando vidas e, por outro lado, enchendo a burra dos felizes empresarios dos pseudo sports. [...] Augmentam o numero dos desoccupados, porque vagabundos se tornam os que, abandonando o emprego [...] vão grriscar [sic] quotidianamente alli suas pequenas economias ou o dinheiro que pedem emprestado e que, não raro, lhes chegam ás mãos por meios pouco licitos.<sup>430</sup>

Sobre os inveterados, que se entregam de vez ao vício do jogo, Pierrot traça seu possível histórico: primeiro perdem o emprego, desacostumado-se a trabalhar, mesmo que

<sup>427</sup> R. O JOGO. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>428</sup> ARAUJO, Ferreira de. *O Commercio de São Paulo*, ano III, 24 abr. 1895, n. 636, p. 1.

<sup>429</sup> ARAUJO, Ferreira de. *O Commercio de São Paulo*, ano III, 24 abr. 1895, n. 636, p. 1.

<sup>430</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1512, p. 1, 5 mai 1898.

para alimentar a dependência, passam, desse dia em diante, a se preocupar “em dar planos nos conhecidos e facadas nos amigos, e, não sangrando estas nem produzindo aquelles o esperado resultado, lançam mão do furto, do roubo, do “conto do vigário’, de qualquer meio, afim de arranjar os cobres de que precisam”. Para o desfecho, generoso, Pierrot oferece três possibilidades, igualmente acalentadoras: ou acabam “por se desgraçar; ou vão para a cadeia, ou, se o jogo não os debriou de todo, desenham-se do Viaducto – ultimo recurso para os allucinados do vicio.”<sup>431</sup> Durante a campanha, Pierrot critica o jogo como um todo, tomasse ele a forma que fosse. Para o *chronista*, o jogo produzia grandiosas mazelas na sociedade paulistana. Ele fala em honestidade corrompida, força de trabalho inutilizada e verdadeira vagabundagem criminosa:

Que digam os commerciantes desta praça, que ultimamente se viram na contingencia de despedir empregados antigos, cuja honestidade o jogo corrompeu; que o digam esses infelizes que os frontões e boliches inutilisaram para o trabalho honesto, habituando-os á vagabundagem criminosa.

O vicio toma proporções assustadoras; invade todas as ruas de São Paulo; transforma casas commerciaes em albergues de jogatina; é anunciado pelas gazetas; fomenta a vagabundagem; augmenta a estatistica criminal; prejudica o futuro de grande numero de moços...<sup>432</sup>

Comerciantes paulistas já eram compelidos a demitir funcionários antigos devido à corrupção de suas práticas pelo jogo, decerto estariam errando as contas de fechamento do caixa, ou deixando de chegar ao trabalho no horário, devido às noites passadas nos frontões, ou, quem sabe, ao fazer uma entrega ai por perto, permitiam-se uma ou duas apostas nos *pelotários*. Outros, o jogo habituou a vagabundagem criminosa, estariam esses indivíduos furtando incautos nas ruas centrais? Pedindo dinheiro emprestado sem intenção nenhuma de pagá-los?

O vício do jogo é retratado como uma força invasiva que penetra todas as camadas da sociedade, transformando casas comerciais em locais de jogatina e alimentando a vagabundagem e a criminalidade. Essa descrição vívida, termina em uma nota sinistra, o jogo compromete “o futuro de grande numero de moços...”. O alerta é contundente sobre as proporções assustadoras que o vício está tomando, assim Pierrot prepara cena das primeiras décadas do século XX.

<sup>431</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1512, p. 1, 5 mai 1898.

<sup>432</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1520, p. 1, 14 mai 1898.

#### 4. 1. Desocupados, viciosos, vagabundos: os jogadores do bicho

*Jogar no bicho*, tornou-se um habito, um vicio, e esses que impensadamente se deixam levar pela fallaz esperança do lucro e do ganho, continuamente vão lançando as suas magras economias nesse eterno sorvedouro e abysmo sem fundo. [...] Nós mostraremos o que é essa chaga, esse cancro que deve ser extirpado custe o que custar e em cuja obra devem cooperar todos os que tem filhos e pessoas a que necessitem garantir o futuro.<sup>433</sup>

Seduz, encanta, atráe e illude, prendendo o individuo, conservando-lhe latente a esperança em melhor sorte no dia seguinte. O jogador vive confiante no futuro, soffra as decepções que soffrer.<sup>434</sup>

Seções de comentários curtos e breves observações são típicas das revistas ilustradas do início do século XX. No caso d’*O Pirralho* e mesmo d’*O Parafuso*, os colaboradores estão atentos a momentos de descuido dos personagens enfocados, momentos em que há quebra dos valores tradicionais. Os assuntos tratados nessas seções eram variados, eles vão desde de notas que revelam flertes e casos inocentes, até supostas traições e outras atitudes mais comprometedoras para a sociedade de então<sup>435</sup>. Ainda que, por vezes, publicassem as iniciais dos sujeitos enfocados, a intenção dessas seções não deve ser lida como negativa, não haveria, necessariamente, o intuito de expor seus agentes em praça pública. A revelia do seu intuito original, a seção acaba indicando ambiguidades e contradições, por vezes íntimas, que os cidadãos enfrentavam, oferecendo importante material para estudo. Os cidadãos, ao flunar e frequentar os novos divertimentos estavam sujeitos a esse juízo de valor feito pelas revistas. N’*O Parafuso*, como é de se esperar, as seções de comentários não se furtavam de incursionar pelos meandros que transpõe os limites estabelecidos entre o público e o privado, por vezes trazendo notas incisivas sobre os sujeitos enfocados. N’*O Pirralho* de abril de 1912, a seção de comentários traz curta nota sobre uma senhorita “toda philosopha”:

<sup>433</sup> CANCRO a extirpar. *O Parafuso*, ano I, jun. 1915, n. 15, p. 5.

<sup>434</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>435</sup> Sobre elas ver LEMO, *op. cit.*, p. 169-175.

**Quem havia de dizer?** Ella que é toda “philosofa”, e que, entre as suas amiguinhas, chega a dizer que a policia devia acabar com a loteria!

Foi na rua 15 que o *Pirralho* descobriu a coisa. Ella foi comprar o *Pirralho*, abriu a bolsinha, e o maldito papel caiu. *O Pirralho* apanhou-o e leu-o. E o certo é que o palpite éra bom.

Chi, senhorita, que vergonha! Jogar no bicho! Se elle soubesse!<sup>436</sup>

Em uma cidade em crescimento, ainda pequena — minúscula se comparada aos dias de hoje —, não surpreende que as pessoas conhecessem umas às outras, principalmente os leitores d’*O Pirralho* e frequentadores de cafés, teatros e lojas da rua Direita. Nesse caso, contudo, a nota não traz indicações patentes sobre o sujeito em destaque – para além do fato da moça ser “toda filosofa” – permitindo especulações do leitor. Uma senhorita, que em conversas com suas amigas e conhecidas dizia que as loterias deveriam ser proibidas, decerto tecendo falas sobre como elas seriam imorais, geradoras de fortuna sem trabalho e, pior, passíveis de serem adquiridas por qualquer incauto que fosse, comprava, ela mesma, os tais bilhetinhos quando não havia ninguém no entorno. Também, dado o fato de que não há identificação alguma quanto a qual senhorita se tratava, pode-se dizer que a passagem serviria para diversas moças de mesma estirpe. Essa, inclusive, fina, uma vez que leitora d’*O Pirralho* e frequentadora do comércio da rua Quinze. O comportamento da senhorita, complexo em si, tensiona as relações produzidas pela São Paulo modernizada. Sabia-se que jogar no bicho era imoral, principalmente para senhoritas da sociedade, assim, em público era preciso maldizer a prática, mas em particular, comprava-se o bilhete. Afinal, o que não era concebível mesmo era ficar de fora das novidades.

Como item em voga, o jogo do bicho impactou a todos igualmente, não só em diferentes estratos sociais, mas diferentes idades – nem mesmo os migrantes do interior ficaram imunes a ele. Em seção também característica das revistas ilustradas de então, presente em iterações diversas tanto N’*O Parafuso* quanto n’*O Pirralho*, as cartas entre correspondentes “roceiros” também trataram do bicho. Escrita em versos macarrônicos, essas as correspondências caipiras são *chronicas* da cidade em formação que refletem e expõe “de modo humorístico a forma como as pessoas lidaram com o cotidiano da cidade de São Paulo naqueles tempos”<sup>437</sup>. De humor polido e em tom jocoso, o colaborador d’*O Pirralho* Ambrozo

<sup>436</sup> QUEM havia de dizer? *O Pirralho*, São Paulo, ano II, n. 38, p. 11, 27 abr 1912.

<sup>437</sup> RODRIGUES, Beatriz. *Imagens urbanas na "Babel amalucada"*. Cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900 - 1926). Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p.11

da Conceição<sup>438</sup>, em correspondência com seu “cumpade e amigo, Juvená”, conta a jogatina estava descontrolada na cidade e ele, não raro, se via forçado a comprar um bilhete. O bicho vinha lhe custando muito dinheiro, tendo todo seu ordenado sido gasto durante uma única semana, dadas as loterias diárias dos bichanos.

Meu cumpade, uma das coiza  
 Que me faz muita arreliã  
 É vê tanta lotaria.  
 E ocê qué sabê proquê?  
 É proquê uns home, á força,  
 Biête qué nos vendê.

Nas rua, pro toda parte,  
 Elles anda atraz da gente,  
 E fica tão ezigente,  
 Que eu, prá librá dos cacête,  
 As vêis não tenho remedio  
 Senão comprá um biête.

Eu dispois que tou aqui  
 Já gastei um dinhêirão  
 C’os al biête, e inda não  
 Tirei o mêmo dinhêro.  
 Seu Juvená, isso faz  
 A gente tê dezespêro

Tamem o jogo de bicho  
 Se banca em toda cidade  
 E cum toda a liberdade,  
 Menino, home, muié,  
 Os graúdo, tudo joga,  
 Sem a poliça da fê.

Mia muié, que não gostava  
 De jogo lá no Quati  
 Tá jogando bicho aqui.  
 Os bichêro tem capricho  
 De vim na caza da gente  
 Oferecê os tal bicho.

E mia caza, si ocê vê,  
 A coiza tá sem limite:  
 Toda a gente tem parpите,  
 A muié gosta do galo,  
 A fía, do jacraré,  
 A criada, do cavalo.

---

<sup>438</sup> Segundo Beatriz Rodrigues em seu *Linguagens Urbanas na “Babel Amalucada”*, *Cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900-1926)*, o pseudônimo Ambrózio da Conceição “...pertencia a Tibúrcio d’Annuniação, autor de ‘cartas de um matuto’ da Careta. Fabiana Lopes da Cunha mencionou que Tibúrcio d’Annuniação era na realidade uma criação de José do Patrocínio Filho, informação confirmada em texto sobre o autor publicado no jornal *Correio da Manhã*. Apesar disso, o pseudônimo também apareceu associado ao Viriato Correia em suas biografias. Por fim, lembremos que Tibúrcio era apelido de Cornélio Pires desde quando era garoto e vivia na cidade de Tietê.”

E de segunda inté sabo  
 Lá vai o meu rico dinhêro  
 Cahí nas mão dos bichêro.  
 Mais eu viu nisso pô fim,  
 Pois o cumpade bem sabe  
 Que dinhêro né capim.<sup>439</sup>

Mesmo que críticas incisivas não fossem comuns às correspondências caipiras, a carta de Ambrozo permite entrever uma série de pontos levantados pela prática do jogo na cidade. Suas colocações para o *cumpade* deixam patente o excesso de vendedores de bilhetes lotéricos. Nas ruas, por toda a parte, a oferta é tão grande que Ambrozo acha difícil mesmo falar “não”, sugerindo, inclusive, que alguns deles estejam fazendo a venda à força, muito exigentes. Mais patente, ainda, é o que ele relata sobre o jogo do bicho. Já bancado em toda cidade, o bicho atinge diferentes categorias da população, desde os homens, os meninos e as mulheres. Apesar de largamente disponível nas ruas, o bicheiro tem o capricho de ofertar os bilhetes em casa. O bicho chega, assim, a quebrar com convenções de espaço. O jogo invade o particular das famílias, espaço, aliás, ainda em construção. O bicheiro, com seu esmero ao cliente, está na rua, mas também dentro de casa, dando à mulher, mãe e dona de casa a oportunidade de participar de uma atividade que, confinada ao seu quintal, ela não tinha acesso. O bicheiro lhe faz uma visita.

Para mais, há uma quebra de hierarquia: todos os moradores da casa fazem sua *fezinha*, todos têm um palpite. Desde o próprio Ambrozo, sua mulher, e filhos, aliás, filha, até sua criada. Notadamente, a carta de Ambrozo, bem como aquelas caipiras em geral, “representaram o caipira como um indivíduo esperto, trabalhador, adaptável à cidade e de boa índole”<sup>440</sup>. E talvez, por isso mesmo, ele logo avisa a Juvená que precisa dar um fim à jogatina que impera de segunda a sábado.

Apesar de serem representados como “o outro”, e por isso mesmo provocar riso, os caipiras eram tidos como parte da cultura paulista, uma que também abraçava os italianos e espanhóis, vistos como responsáveis por europeizar a pátria, civilizar o estado que tomaria frente do Brasil. Mesmo que não aceitos de maneira integral, eles mesmos já representavam o passado da pátria paulista, por isso eram lidos e vistos culturalmente, incorporados de maneira jocosa no imaginário da cidade. Um dos mais famosos colaboradores d’*O Pirralho*, Juó

<sup>439</sup> DA CONCEIÇÃO, Ambrozo. Cartas de um caipira mineiro. *O Pirralho*, n. 47. 1912. p. 14

<sup>440</sup> RODRIGUES, *op. cit.*, p. 17.

Bananére, também enfocou o bicho em algumas de suas colunas. Para ele também o jogo é posto como uma prática que acomete a todos igualmente, também nociva, responsável por mandar seus jogadores para o inferno:

*Lustrissimu Ridattore* du Pirralhu

O bixo é una storia chea netti gioga uno testó p'ra barbuleta e dita de si dexa ispiá inda a gasa luterica; si sai a barbuleta a genti já té ganhado duos mila trecento. Qui, indo o Brasile, tuttos mondo gioga nu bixo. Inda a mia terra inveiz no; lá, tuttos mondo só suicialiste, cavaliere ufficialli, intellectuale, maestro, laddró di galligna ecc. ecc [...] Una vesce un mio cumpadro chi aóra já murré stavo molto male che fui nesta casióo che illoo murré. Aóra si dexemus mandá xamá u padre Bascoale p'ra acunfessa p'rra elli.

Disposa vignó o padro Bascoale e dice p'ra elli:

— Mio figlio ! diga cosí: — Jesú, Maria, Jusé...

— Duzentó no giacaré! disse inveiz u mio cumpadro.

Aóra illo murré i o padro Bascoale mi dissi p'ra mim che illo fui p 'ro Inferno.

Beffeito! se illo non agiugava nu bixo non tenia cuntecido ista ingatastroffa.

Tambê o Xanteclerico, o Centro Ispurtive, o Amancio Rodrigues, a Vida Moderna e o Laccaratto tenia di i p'ro Inferdo pur causa do giogo do bixo, ma aóra inveiz non vó maise, pur causa chi o dottore Sampá Vidalo vá prendé tuttos giogo do bixo p'ra Gadea.<sup>441</sup>

Aqui, mais uma vez, o interlocutor coloca-se como contrário ao jogo, revelando que ele próprio não saberia como tomar parte no divertimento que se alastrava, não só por *San Baolo*, como pelo Brasil todo. Bananere, além de piada maestra e rimada, nos dá outro precioso indicativo: já em 1912 havia mais que um sentimento de que o jogo do bicho seria pernicioso: Sampaio Vidal<sup>442</sup> já mandava os jogadores para a cadeia. Foi Vidal que, já em 1912, deixou o mandato de deputado estadual para assumir a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, durante o governo de Rodrigues Alves (1912-1916).

O jogo que se fazia sentir na Pauliceia em construção, também contribuía para atração de uma multidão para as ruas centrais da cidade. Em uma quinta-feira comum de 1902, os efeitos do jogo já rutilavam pela capital do estado. Os governantes e policiais não foram capazes de conter o avanço do *joginho* que em todos os cantos penetrava. Uma multidão de jogadores tumultua as novas e asseadas ruas do centro:

<sup>441</sup> BANANERE, Juo. As Cartas D'Abaix'ó Pignes. *O Pirralho*, n. 48. 1912. p. 18.

<sup>442</sup> HIPÓLITO, Regina. Vidal, Rafael Sampaio. *FGV CPDOC*, Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/files/primeira-republica>>. Acesso em 09 de março de 2022.

Quinta-feira, Dia predilecto e *chic* dos passeios á cidade. A's 11 horas vai crescendo a animação pelo triangulo: mãos expertas dos joalheiros remexem cascatas de gemmas nas montras, dedos atarefados de caixeiros do armarinho amarrotam sedas accentuando prégas, sacodem espumas de rendas, alisam plumas e desenrolam o arco-íris das fitas.

Scintillam pratas, fagulham pepitas de ouro, incendeiam-se brilhantes, alvejam linhos, rebrilham sedas e rufilam pennas num alvoroço de gala.

Meio-dia. Augmenta-se o burburinho. Olhos cobiçosos devoram as montras que faiscam no esplendor das malhas e das gemmas. Adensa-se a multidão ás portas dos bancos e dos escriptorios commerciaes. Atropellam-se os corretores nas afanosas correrias, que a frouxidão da praça não desculpa, mas releva o habito que o encilhamento lhes legára.

Os bondes chegam repletos. Já, pelas ruas centraes, oscilam plumas, farfalham sedas e borzeguins pernaltos fazem o *trottoir* que fica por muito tempo resoando.

Duas horas. A multidão tumultua. Apregoam-se os ultimos bilhetes para despertar a lembrança do *jogo do bicho*. Rompe-se, com esforço, a massa do povo que a coagula as immediações dos *chalets* de loteria. A um callo que nos maltratam e a uma surda injuria que se prefere em réplica, o autor do estouvamento e victima da insolencia agradece, commovido, pela espontaneidade do palpito que se lhe suggere.

Pelos armarinhos, entretanto, quanta palpitação de seios, bule-bule de seda, inquieto afluir de leanes, zumbir de beijos, gorgear de vozes, indiscrições de rendas que se espanejam deixando entrvêr a pennugem de um braço, violento arrepanhar de saís entremostrando uma nesga de meia preta ou salientando as pompas arredondadas dos quadris...<sup>443</sup>

A quinta-feira corria normalmente na cidade de São Paulo. Nas ruas do Triângulo, o comércio animava-se. Lojistas atendiam alegremente a clientela, relojoeiros exibiam cascatas de pedras preciosas retiradas de suas vitrines; caixeiros remexiam nos tecidos para demonstrar suas possibilidades à clientela e apresentavam um arco-íris de opções em fitas e plumas. Com o passar das horas, o movimento nas ruas centrais aumentava. Há até um certo sentimento de urgência. Se às onze horas os comerciantes se demoravam no atendimento, se prestando a demonstrar as possibilidades das peças, ao meio-dia, a multidão já não permitia que eles o fizessem. Seus *olhos cobiçosos devoram* tudo aquilo em exposição. Os transeuntes já se atropelam às portas do comércio. Seus movimentos, rápidos e ríspidos, quase geram calor suficiente para fazer fásca. Os bondes, abarrotados, continuam chegando para despejar mais e mais pessoas nas ruas centrais. Agora, as plumas, sedas e borzeguins estão nas ruas, já comprados dos prestativos caixeiros. Aqueles que flanam ali pelo centro estão vestidos de forma elegante, exibindo suas vestes que oscilam e farfalham contra a brisa agradável daquela

<sup>443</sup> MUNIZ, Egas. Naipes de Paus. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13904, p. 1, 8 mai 1902.

quinta-feira de maio. Os homens e mulheres exibem-se do alto de seus borzeguins, marcando as ruas centrais, ao continuar ressoando ainda por muito tempo após sua passagem.

Às duas horas, enfim, o tumulto. O anúncio em voz alta corta o ar da cidade, são os últimos bilhetes do jogo do bicho – logo o sorteio se dará e a venda do dia estará encerrada. Os *chics* e elegantes que antes se exibiam, se demoravam, pelas ruas do Triângulo, agora correm para tentar encontrar um caminho pela multidão que se amontoa às portas dos *chalets*. Há um verdadeiro aglomerado de pessoas, difícil de atravessar – inevitável, portanto, que comentários pouco agradáveis ressoem pela multidão. A vítima da injúria, contudo, prefere calar-se e agradecer pelo palpite que lhe foi dado. Haviam se passado cerca de dez anos do primeiro sorteio do bicho no Jardim Zoológico em 1892, e o centro de São Paulo já era tumultuado pela prática, costumeira ao que parece, da extração da loteria. A *chronica* de Egas Muniz, fictícia ou não, sugere um ambiente caótico em torno da venda de bilhetes da loteria. Ele destaca conflitos entre os compradores costumeiros dos bilhetes, alardeados em alto em bom som pelas ruas recém-alargadas, margeadas por importantes *magasins* repletas de produtos europeus. Essa massa, contudo, não era composta unicamente pelos clientes do Triângulo; mais presentes no discurso da imprensa ilustrada, as elites frequentadoras do centro eram contrastadas pelo povo pobre, logo taxado de vagabundo, desocupado, necessitados de educação, moralização e trabalho.

Para o colaborador d’*O Pirralho* Marcus Priscus, por exemplo, havia um grupo de homens, mulheres e crianças que haviam cometido o *peor* dos pecados: não se prestaram ao trabalho honesto. Pseudônimo de Dolor de Brito<sup>444</sup>, Priscus, faz-se cronista no seu saudosismo por São Paulo antiga, eterno apaixonado pela rua – quase sempre grafada em maiúscula nas suas colunas – representativa das novas sociabilidades, promotora do inesperado e conectora dos novos espaços. Ele tanto a endeusa que chega a ter dificuldade de deixá-la. Sua seção, intitulada “Coisas da Rua”, esteve presente n’*O Pirralho*, com diversos

---

<sup>444</sup> Dolor de Brito Franco nasceu em Minas Gerais. Advogado, foi também redator e diretor d’*O Pirralho*. Em março de 1930 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e tomou posse em junho. Teve o mandato interrompido em outubro seguinte em decorrência da vitória do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. PINHEIRO, Luciana In: Dicionário histórico biográfico da Primeira República (1889-1930) [Recurso eletrônico]: Coordenadora geral Alzira Alves de Abreu - 2015 apud CAM. DEP. Deputados Brasileiros (p. 67); Monteiro N. Dicionário (v. 1, p. 271); SODRÉ, N. História. O pseudônimo foi identificado a partir da leitura de CAPELA (2009, p. 16), contudo, CRESPO (1990, p. 75), acreditava ser Priscus um “pseudônimo ônibus”, visto que assinava textos com as mais variadas temáticas — desde cartas de amor, endereçadas a uma Violeta, a colunas com comentários políticos sobre diferentes personalidades, intitulava-se “Varões ilustres do Brasil”, com subtítulo “em seguimento a obra de Plutarco”.

hiatos, entre 1913 a 1915. Nessa ocasião, Priscus monta cena similar a Muniz. Era uma tarde de céu azul límpido, o sol rutilante brilhava no céu. Ele e um amigo “exquisiteiro” caminhavam pelas ruas centrais da cidade. O sereno e a calma só era quebrados pelo estonteante barulho do Triângulo, “gritos de jornalheiros, *fon fons* de autos malucos, ferreo barulho de carroças”. Por ali, Priscus podia avistar os personagens que compunham o primeiro plano da cena: “um rostinho travesso que nos olhava às vezes de um auto chic; uma *midnette* que nos sorria; um devasso que passava e ia ao aperitivo com *cocottes* ali naquela méca terrível do alcool que é o Castellões”. Também compunham a cena “moças esperando o bond, *smarts* namorando-as”, nada de novo ou impressionante acontecia, era mais uma tarde comum.

Subito, porém, um amigo chamou-me a atenção para um punhado de gente: Na praça Antonio Prado, onde estávamos, bem ao centro, havia um grupo de 60 a 80 pessoas. Era um grupo pobre. Tristes uns, alegres outros, indiferentes alguns, todos ali estavam com a ancia eterna de ganhar a vida. O meu amigo, que é um exquisiteiro de talento e de pouco brio, diz o vulgo, pegando-me pela manga do casaco, disse-me : - Meu caro Marcus, não imaginas como eu odeio aquelle grupo! Elle é infame, degradante, vil. Vem para a praça publica ostentar miseria, commover incautos, fazendo alarde da sua grande vontade de trabalhar. Infames ! Sabes gaaes são os elementos que o compõem? Creadas, que foram despedidas pelos patrões, por terem roubado para jogar no bicho; creados e cosinheiros, que agóra querem empregos, e que foram expulsos da ultima casa em que estiveram, por terem roubado as roupas de uzo do patrão. Meninos, que roubavam todos os nickeis que lhes cahiam á vista, para, na rua, jogal-os na amarelinha com os companheiros, gasta-os em cigarros e mais e mais se viciarem.<sup>445</sup>

Um primeiro ponto de interesse é o fato de os dois amigos estarem aproveitando um fim de tarde sereno e calmo na modernizada São Paulo. Singelo, o primeiro parágrafo da crônica de Priscus reconta uma tarde perfeita para quem pudesse de fato aproveitar as novidades proporcionadas na cidade. Pode-se ouvir perfeitamente os sons descritos, sentir na pele o sol dourado de um final de tarde no centro. Dá água na boca pensar nos *chopps* gelados servidos na Confeitaria Castellões<sup>446</sup>. Ao mesmo tempo presentes e velados estão outros elementos que muito marcaram a modernização da cidade. Os mesmos autos que levavam moças de rostinho travesso eram responsáveis por uma série de incidentes e acidentes ocorridos devido à parca, ou nenhuma, regulamentação e à pouca imposição da ordem. Os

<sup>445</sup> PRISCUS, Marcus. Coisas da Rua. *O Pirralho*, São Paulo, ano III, n. 101, p. 8, 26 jul. 1913.

<sup>446</sup> A Confeitaria Castellões foi uma que teve seus dias de glória no centro de São Paulo. Suas três portas ficavam abertas até por volta das dez da noite, contudo, as moças de família tinham de sair, impreterivelmente, às 17h, para não correr o risco de serem confundidas com as “borboletas cosmopolitas”. Essa mistura de frequência, que permitia o desfrute igualmente de famílias e, mais tarde, rapazes em busca de um aperitivo e de companhia, bem ilustra os diferentes tipos de sociabilidades da qual os cafés eram dotados. (MONTALEONE, *op. cit.*, p. 119)

automóveis, inicialmente considerados “brinquedo de ricos”<sup>447</sup>, eram barulhentos e perigosos, em suas corridas desmedidas, seus motoristas eram responsáveis por uma série de atropelamentos – também pauta de diversas charges de Voltolino. Nota-se, também, a fugaz e despreocupada menção ao rapaz que segue em busca de *cocottes* e álcool, ambos itens que já haviam sido caracterizados como vício moderno, fechando a trinca com o jogo, e logo receberam suas próprias campanhas<sup>448</sup>.

De súbito, porém, como um belo baque, o que chama atenção do amigo Priscus não são as buzinas dos autos que cortam o ar, mas sim “um grupo pobre” de sessenta a oitenta pessoas a ostentar miséria. O grupo buscava comover incautos em busca de trocados, ou emprego que lhes alimentasse, não às bocas, mas o vício. Ali o emprego, muitas vezes só um serviço provisório, constitui um meio para chegar ao fim: a bebida, o bilhete da loteria, o cigarro. Essa opinião é compartilhada pelo próprio Marcus, que, no número seguinte, responde em sua coluna uma *Carta Aberta* lhe endereçada por um Joachin da Terra, provavelmente publicada em outro jornal. O amigo *exquisição* de Priscus continua, ofertando mais um ponto de interesse:

A psychologia daquelle grupo é esta: Elles, os miseraveis que ali estão, são hypocritas. Não vivem do trabalho. Fazem delle o vehiculo do vicio. Mil vezes os pobres de Londres, da ferrea e dura Londres! Mil vezes!... Lá, elles vão para a praça, famintos, mas não são hypocritas. No auge do desespero, elles matam o primeiro transeunte, que passa não pela vontade de commetter crimes, mas para serem presos e terem cama e comida. Os daqui, não. São criminosos, viciados, gatunos e vêm para a praça publica fingir candura e boa vontade, anciosos por um emprego, esperando ávidos o Diario Popular a cata de serviços. Infames hypocritas! Porque não vão para o trabalho rude dos campos? Não vão, porque o viciado não dá para grandes trabalhos. São organizações doentias de viciados; vivem e pesteiam a sociedade.<sup>449</sup>

Diverte notar como até mesmo os pobres europeus são preferíveis aos paupérrimos pobres que eles encontram na praça em São Paulo. Até aqueles são louvados, categoricamente melhores que os que a Pauliceia tem para oferecer. Os nossos pobres são hipócritas, gatunos, mentirosos, viciados, criminosos. Fingem querer trabalho digno, árduo e

<sup>447</sup> COSTA; SCHWARCZ, *op. cit.*, 2007, p. 11-12 e 17.

<sup>448</sup> A campanha contra o álcool, apesar de frequente e constante desde pelo menos 1890, estendendo-se até 1940, é incrementada nos anos de 1919 e 1920, época da Lei Seca nos Estados Unidos (ver MATOS, *op. cit.*, 2001, p. 11 e 12).

<sup>449</sup> PRISCUS, Marcus. Coisas da Rua. *O Pirralho*, São Paulo, ano III, n. 101, p. 8, 26 jul. 1913.

longo, mas o que querem mesmo é serviço rápido que logo pode oferecer a recompensa almejada. O trabalho rude do campo, esse sim, era nobre.

São nobres, *em geral*, os que vão lavrar a terra. Eles não se embrutecem pelo trabalho rude. Não se embrutecem, porque já são brutos antes do trabalho. Têm a sede do dinheiro e é justo. Não seria justo que elles tivessem essa sede se não trabalhassem, si fossem gatunos, si fossem hypocritas como os que chagam a *compostura smart do Triangulo*. Os do campo, muitas vezes se enriquecem com o producto das economias dos seus salario, mas é justo ainda isso. Se elles são viciados, sustentam os seus vicios com o fructo dos seus trabalhos. Não fazem como os ledôres do *Precisa-se do Diario Popular*, que se empregam e ficam numa casa ás vezes dois, trez dias, sahindo depois ou porque, por indolencia, acham que ha muito trabalho, ou porque são gatunos que roubam joias da patrôa..., dinheiro e roupa do patrão, para darem aos amantes vagabundos, para o jogo do bicho, para se embriagarem e para gozarem a vida. Elles não roubam por necessidade. Roubam, para com o producto do roubo descançarem no *dolce far niente*. Os do campo, não. A vida que elles levam é estribada nesta trilogia gloriosa: trabalho, amôr e economias, para o sustento da próle.<sup>450</sup>

Priscus parece deixar claro, ao responder à Carta Aberta no volume seguinte, que o problema não estava no vício, mas sim no bancar o vício por meios escusos e, mesmo que lícitos, pouco honráveis. O homem do campo podia fazê-lo sem medo. Ao trabalharem de sol a sol eram capazes de sustentar seus vícios com os frutos colhidos da atividade árdua. O problema era justamente o parco trabalho que não os dignificava. Os *ledôres* da seção de “precisa-se” do jornal estavam à cata de serviço que pudesse lhes garantir trocado rápido, seja na forma de surrupio ou de pagamento. Ter um emprego reconhecido seria uma maneira de evitar ser pego por vagabundagem ou jogo. Em certa ocasião, ao serem apreendidos, e terem de responder perante o subdelegado da Santa Iphigenia, “varios menores empregados de banqueiros de *bicho*” foram intimados pela autoridade a “tomarem um emprego dentro de um mez”<sup>451</sup>.

Desde cedo havia uma noção de que, assim como o jogo do bicho era mais pernicioso e difícil de suprimir do que os outros, também os jogadores dele são ainda mais difíceis de perseguir do que os de outros jogos.

Sou o primeiro a pensar que a policia perde o seu tempo, quando anda por ali a perseguir o *bicho*, a querer reprimir o jogo.

Os jogadores, no meu fraco entender, são como as formigas: — não se acabam, porque se lhes dão caça aqui, elles apparecem acolá.

<sup>450</sup> PRISCUS, Marcus. Coisas da Rua. *O Pirralho*, São Paulo, ano III, n. 103, p. 4, 9 ago 1913.

<sup>451</sup> PELAS RUAS. *Commercio de Sao Paulo*, ano XV, 27 jan 1097, n. 105, p. 4.

Tempo perdido, portanto, acompanhar pela lei a vida dos jogadores, principalmente dos que jogam no bicho, que não são poucos, que passam desconfiados de papelinho escondido na palma da mão para deixá-lo na venda ou no kiosque entregue, em confiança, ao banqueiro, que guarda o cobre e o papel onde estão rabiscados os grupos, as dezenas e as centenas.<sup>452</sup>

Assim como a como a senhorita, “*toda philosopha*” d’*O Pirralho*, aqui também os jogadores marcam seus palpites em pedaços de papel passados sutilmente para as mãos do bicheiro ou agenciador costumeiro. Mais uma vez, jogar no bicho não requer, por assim dizer, qualquer tipo de trabalho extra. O jogador não precisa carregar um deque de cartas, tabuleiro, dados ou ficha, o bicho requer unicamente e impreterivelmente um palpite. Diverte, ainda, a metáfora que compara os jogadores com formigas. Resistentes e eternamente presentes, as formigas, quando esmagadas próximas do açucareiro, ressurgem na bolacha, fazem o jogador batido na rua Direita, logo reaparecer no Largo do Municipal com seu papelzinho em mãos, preenchido com os palpites para o grupo, dezena de centena. A comparação com as laboriosas e renitentes formigas, inclusive, não para por aí. Logo no começo de sua campanha em fins de 1914, momento em que estava sob direção de Baby de Andrade, *O Pirralho* publica longo artigo em sua primeira página de texto, abaixo do cabeçalho, sobre o “formigar de gente de todas as classes, todas as posições, de todas as cores” à procura do banqueiro, bicheiro ou agenciador mais próximo em quem depositar sua *fezinha*.

Não conheço funcionarios que trabalhem mais e que se vejam mais abarbadados com as tarefas do que os das casas lotericas do centro da cidade. São pobres diabos que suam sangue e que mal têm tempo para se alimentar, coitados! Afinal quem não conhecerá os segredos do movimento? Em S. Paulo a população toda joga e de uma maneira assombrosa. Nos bairros ha chalets que não possuem um só bilhete de loteria e que só têm suas portas abertas para a pratica do jogo do bicho. Conhecemos uma casa loterica no Braz que tem, permanentemente á porta, um camelot que em alta voz annuncia as lotações do dia.

É a mesma desolação por toda parte. Os soldados e os officiaes, as patrôas e as cosinheiras, as crianças e os velhos os chefes e os subordinados, as auctoridades policiaes e os secretas confraternisam, se mesclam, se amalgamam fascinados pela mesma poderosa corrente que atravessa os seus cerebros e que opera a transformação radical da respeitabilidade, do senso, da superioridade moral, da disciplina e... do brio.<sup>453</sup>

Naquele momento a revista clamava pelo desaparecimento oportuno do bicho, que, justamente por atacar a todos, tornava-se grande problema para a *laboriosa Pauliceia*. Desde os soldados e oficiais, aos trabalhadores domésticos, e até as crianças e idosos, eram

<sup>452</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>453</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 144, p. 3, 23 mai 1914.

afetados pela mesma “poderosa corrente” que alterava fundamentalmente conceitos como respeitabilidade, senso moral e disciplina. A influência do bicho era avassaladora, corrompendo igualmente os oficiais de polícia, seus subordinados e os secretas, certamente posicionados para dar cabo ao *joguinho*. A desolação é tanta que provoca fusão caótica de indivíduos de diferentes papéis e posições sociais, todos igualados no estupor, no *cativamento* do bicho. Não sem importância, é de chamar atenção que é justamente essa fusão, que a todos iguala, provocada pelo jogo, que acarreta a perda da identidade e de valores tradicionais, “respeitabilidade, do senso, da superioridade moral, da disciplina e... do brio.” Assim, o jogo do bicho era tido como “instituição daninha que avilta, corrompe, degrada e inutiliza o homem para o trabalho, para a família e para a sociedade.”<sup>454</sup>

O jogo, principalmente o do bicho, atraía a todos, sem muita distinção. Em artigo d’*O Commercio de São Paulo* — já explorado em parte —, Luiz de Castro, em viagem ao interior, reclama sobre como as crianças, insatisfeitas com o imitar de *antigos* hábitos adultos, voltam-se também elas para o jogo:

Hoje chegámos a um ponto tal que as creanças não se contentam com fumar o seu cigarrinho de palha para imitar a *gente grande*: também jogam nas corridas; e em vez de aprenderem a sua lingua, só falam em *Aventureiro*, *Maracanan* ou *São Sylvestre*. Talvez que muito em breve os compendios de litteratura sejam substituidos, nas escolas, por livros de *sport*, já que a a raça cavallar está na *ponia*, como elles dizem.

Voltando, porém, ao meu assumpto: joguem, já que nisto acham prazer, mas façam também outra coisa. Não são a roleta e o lasquenete que farão progredir o Brasil. Seria muito melhor e mais util cultivarem a terra.

Quando alguém nos aborrece, temos o costume de dizer : “Ora, vá plantar batatas!” Se todos quantos tem ouvido isto fossem realmente plantal-as, não as importariamos do estrangeiro.<sup>455</sup>

Os novos hábitos que divertiam as elites chamavam atenção dos pequenos que se tornaram *experts* no assunto. Já pouco lhes interessava emular o enrolar dos cigarrinhos em palha; os pequenos agora jogavam, e jogavam para valer. Mas, mais chamativa ainda é a relação que o cronista traça entre os jogos de apostas e o pouco trabalho. Muito se ganha com pouco esforço, com pouco arar da terra, com pouco suor. Mesmo com o jogo posto em xeque, Castro arrefece, e permite que o jogador faça sua aposta, mas roga que ele também faça outra

<sup>454</sup> A JOGATINA em S. Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano IV, n. 145, p. 3, 30 mai 1914.

<sup>455</sup> CASTRO, Luiz de. Ao Acaso, Coisas da Terra. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo, ano. I, n. 253, 2 dez 1893 p.1.

coisa. A carne é fraca e o jogo, abundante. Eis, novamente, o paralelo entre o trabalho, mais especificamente aquele braçal, de mexer na terra abandonada, para fazer progredir o Brasil.

N’*O Parafuso*, em junho de 1915, a campanha contra o jogo leva percepções bastante similares:

*Jogar no bicho*, tornou-se um habito, um vicio, e esses que impensadamente se deixam levar pela fallaz esperança do lucro e do ganho, continuamente vão lançando as suas magras economias nesse eterno sorvedouro e abysmo sem fundo.

Se fossem só as economias, ainda vá.

Mas quantos não arriscam deshumanamente o pão dos seus? Quantas donas de casa não preferem que os filhos e a familia passem peor, para poderem satisfazer as suas tendencias de jogadoras invetradas? [sic]

Quantos roubos, quantos suicidios, quantas familias na miseria não tem lançado esse jogo? Elle, pois, não deve merecer quartel de ninguem ; a sua influencia deleteria é tal, que atinge a todas as classes na mesma desoladora porcentagem. [...] Comtudo elle poderia soffrer uma systematica, constante e continua repressão que se não tivesse o condão de extinguir, conseguiria pelo menos diminuir a sua expansão, impedir que elle attingisse novas victimas.<sup>456</sup>

Os jogadores, tendo o jogo como hábito, vício, são tidos como vítimas. Inveterados, eles não só gastam a parte, por assim dizer, pessoal, do seu ordenado, como chegam mesmo a apostar as somas destinadas à alimentação e sobrevivência da família. No final do século anterior, *O Commercio* usava discurso similar ao tratar das casas de *sport*. Os frontões e boliches, com suas portas escancaradas ao centro da cidade, faziam com que os jogadores, pobres incautos, adentravam esses estabelecimentos por acaso e, para infelicidade própria, ao apostar e ganhar – usufruindo de uma possível sorte de principiantes – tornam-se frequentadores assíduos, completamente arrolados pela monomania do jogo<sup>457</sup>.

Como indicam as passagens, o vício que acometia a todos, também atingia as mulheres. Mães e donas de casa, que, mesmo pobres, muitas vezes investiam todo o dinheiro que o marido lhes entregava, no jogo. Em artigo publicado na coluna *Vida Diaria* do *Commercio de São Paulo*, um desses casos é explorado em minúcia:

Efeitos do jogo do bicho. — Sparto Vicente, um pobre engraxate ambulante, é casado, tem filhos e reside á rua da Alegria, n. 36.

<sup>456</sup> O JOGO do bicho — a comica repressão do Sr. Eloy, *O Parafuso*, ano 1, n. 15, 1915, p. 5.

<sup>457</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1513, 6 mai. 1898, p. 1.

Á custa de muito trabalho, Sparto consegue ganhar 2\$000 por dia, quantia essa que diariamente entregava, até hontem, a sua mulher Rosa Carran, para as despezas domesticas.

Ha muitos dias, porém, Rosa recebia o dinheiro que seu marido honestamente adquiria e applicava o sem piedade no jogo do bicho, arriscando até dez tostões na *cobra* um no *camello*, mas não applicando nenhum tostão na carne de *vacca*, o que lhe seria com certeza mais proveitoso.

O marido desconfiava do procedimento irregular de sua mulher, que consumia tanto dinheiro, sem lhe dar conta de sua applicação. Hontem, porém, ás 11 horas da manhã, Sparto, indo a casa almoçar, encontrou os seus filhos a gritarem de fome, dizendo que não comiam naquelle dia, porque a sua mãe havia jogado todo o dinheiro que na vespera recebera para as despezas.

Sparto, indignado, aggreuiu sua mulher, ferindo-a com as unhas na face e no pescoço. Estabelecendo-se então entre ambos uma lucta corporal, Rosa tomou de um tamanco e com elle deu tremenda sóva em seu marido, que ficou offendido no pescoço, cabeça, testa e nariz.

Na Policia Central, depois de terem sido ambos medicados pelo dr. Marcondes Machado, Rosa, com ares de valentona, disse ao marido que lhe havia reservado uma sóva melhor para logo que chegassem a casa.

Alguem que presenciava a scena, rematou:

Amanhã arrisco dez tostões na *cobra*!<sup>458</sup>

Casos como esse, em que a mulher é colocada como jogadora inveterada, mãe ruim e mentirosa, uma vez que fazia o jogo às escondidas, não eram incomuns n'*O Commercio*. Em outra ocasião, um palpite no touro levou a similar desfecho. Esse caso também trazia um italiano pobre que, tendo se amaniado com uma moça, passou a residir no *Cambucy*, um bairro longe do centro da cidade.

Viciada com o jogo do *bicho*, diariamente Maria arrecadava as pequenas quantias das algibeiras do amante e jogava-as no bicho que lhe palpitava. Domingos, porém, pôs muito cedo termo ao excesso de confiança, occultando o dinheiro que ganhava duranet o dia.

Mas o vicio exigia que Maria obtivesse dinheiro pela fórmula que fosse.

Uma noite, apparecendo-lhe em sonho um grande touro negro e de olhos esbogalhados, julgou Maria que a fortuna lhe sorria e, como não obtivesse do amante uma quantia que lhe pediu, aguardo a sua sahida e, indo a uma velha escrvaninha, retirou dahi uma letra de 2:000\$000 saccada por seu amante e acceita por um negociante em Jahú. [...] Nesse dia deu o gato, pelo Rio e o burro por S. Paulo. [...] até que ante-hontem Domingos deu pela falta do documento e descobriu a *marosca*.

Sem nada dizer á amante, denunciou-a ao dr. Pedro Arbus, 2o delegado, que abriu um inquerito a respeito do facto. Maria, sendo interrogada pela

<sup>458</sup> VIDA DIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13814, p. 2, 5 fev. 1902.

auctoridade, confessou sua *fraqueza*, alegando ter procedido dessa fôrma em virtude de seu amante ter-se recusado a presentear-lhe com uma casa – o que constituía a sua maior aspiração.<sup>459</sup>

Não deve passar despercebido que na maioria das ocasiões os homens, sem conhecimento, eram os progenitores do dinheiro para o jogo – dificilmente a mulher era personagem que detinha ela própria o valor para fazer o jogo. Apesar de mais ativas na cidade que se moderniza, a participação da mulher na malha urbana estava circunscrito ao homem, ela era *consumidora*, *ornamento acompanhante* ou *auxiliar*, posições secundárias, subordinadas ao homem<sup>460</sup>. Em outra ocasião, dessa vez no *Correio Paulistano*, um longo e chamativo artigo coloca a “predilecção doentia [...] pelos azares do jogo do bicho” da mulher do alfaiate Affonso Toschi, italiano de 34 anos, estabelecido na rua São Bento n. 21, como fonte de infelicidade no casal. “Fascinada pelo vicio, que era a sua ruína e a ruína do marido, Antonia esbanjava os seus haveres e chegava mesmo a contrahir dividas, que a seu pae e o seu marido eram obrigados a pagar, para se furtarem a maiores vexames.” Affonso e Antonia, contudo, não deixavam “de viver em relativa harmonia, mais pela paciencia do marido do que pela conducta da mulher”. O desfecho da história vê Affonso desferindo cinco tiros contra a mulher, que a essa altura já havia “periguado seu crédito” e sido acusada de ter um amante, razão pela qual o Affonso movia-lhe um processo de divórcio. Acabam o marido na prisão e a mulher na Santa Casa<sup>461</sup>. Em janeiro do ano seguinte, o *Correio* traz o desfecho legal do caso cujos debates “desperataram grande interesse, affluindo ao Tribunal uma multidão de curiosos”. A defesa alegou em favor de Affonso; o juri, por sua vez, aceitou por unanimidade, reconhecendo “que o accusado, quando praticou o crime, se achava em estado de completa perturbação de sentidos e de intelligencia”<sup>462</sup>.

Diferente dos espaços ditos formais em que campeava a jogatina, o bicho, infinitamente mais flexível quanto aos seus apetrechos e localização, era praticado por toda a cidade. As pequenas notas de apreensão que infestam as colunas de *faits divers*, *Tribunal do Jury*, *Factos policiaes*, *Telegrammas*, *Cartas e Mala do Interior* – para citar apenas algumas – permitem entrever como era simples e diluída a prática. Em sua maioria muito similares, as

<sup>459</sup> FACTOS POLICIAES, *O Commercio de Sao Paulo*, ano X, 30 set 1902, n. 3073, p. 2.

<sup>460</sup> RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 67.

<sup>461</sup> SCENA DE SANGUE. *Correio Paulistano*, ano LIX, 13 dez 1912, n. 17742, p. 7.

<sup>462</sup> TRIBUNAL DO JURY. *Correio Paulistano*, n. 17773, 14 jan 1913, p. 2.

notas trazem, geralmente, quatro informações principais: quando, quem, onde e com o quê. Em certa ocasião, por exemplo, foram presos dois banqueiros, que, pegos no flagra, preenchiam listas com os nomes dos bichos do dia<sup>463</sup>. No dia anterior, um indivíduo havia sido preso, também em flagrante, no kiosque do largo Municipal, junto de suas listas destinadas ao lançamento dos nomes dos jogadores<sup>464</sup>. Em outra ocasião, dois indivíduos foram presos com suas respectivas listas numa casa de bebidas à rua do Commercio<sup>465</sup>. Algumas notas também traziam as penas aplicadas nos perpetradores, geralmente multas e, em alguns casos, alguns dias de prisão. “— O dr. Meirelles Reis, juiz de direito da 5a vara criminal, proferiu hontem sentença condemnando a 22 dias de prisão o indiciado do nome Domingos Pagano, preso em flagrante quando fazia o Jogo do bicho.”<sup>466</sup>

— O dr. Mello Alves, juiz da 1a vara, por sentença de hontem, condemnou Armando Ferreira a 1 mez de prisão cellular e multa de 200\$000, grau minimo do art. 365 do Codigo Penal, combinado com o artigo 3o [8o?] da lei 11, 628, de 1899, por exercer a profissão de vendedor jogo do bicho [sic].

Pela mesma sentença foi condemnada Maria Camargo á multa de 5% sobre a somma que empregou quando fez a transação do jogo do bicho com aquele individuo.<sup>467</sup>

Também havia momentos em que a polícia fazia batidas, ou caças, em diversas casas de jogos espalhadas pela cidade, ocasião em que prendiam diversos jogadores. “O escrevente da 2a delegacia auxiliar José Quintino de Freitas, acompanhado de agentes de segurança, deu hontem caça em varias casas onde se fazia o jogo do bicho, prendendo em flagrante 17 jogadores.”<sup>468</sup>

Em 1903, o jogo do bicho já era mesmo tema de carro carnavalesco:

A Industrial

Carro de muito espirito, referente a certo estabelecimento de café torrado e jogo do bicho.

<sup>463</sup> FACTOS DIVERSOS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13877, p. 2, 11 abr. 1902.

<sup>464</sup> FACTOS DIVERSOS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13876, p. 2, 10 abr. 1902.

<sup>465</sup> FACTOS DIVERSOS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13916, p. 2, 29 mai 1902.

<sup>466</sup> SECÇÃO JUDICIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13878, p. 2, 12 abr. 1902.

<sup>467</sup> SECÇÃO JUDICIARIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13907, p. 2, 11 mai 1902.

<sup>468</sup> FACTOS DIVERSOS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 13919, p. 2, 23 mai 1902.

Depois deste carro virão os homens das mesinhas, offerecendo café, dezenas e grupos.<sup>469</sup>

O jogo já era parte do folclore da cidade. Ao mesmo tempo em que seus clientes estavam sendo rechaçados, taxados como parte de um submundo legal e cultural, os negócios da loteria bichana corriam ao ar livre, diariamente, por toda a cidade. Praticado por todos, mesmo que constantemente posto como uma atividade unicamente ligada aos populares, eles não eram, nem de longe, os únicos a tomar parte na nova prática urbana. Democrático, de fácil acesso e rápida disseminação, o jogo do bicho atingiu também as elites muito rapidamente. Senhoras, mães e senhoritas também apostavam suas economias na esperança de um resultado favorável. À vista de todos, às vezes até evidente demais, os jogadores negociavam com banqueiros, bicheiros e agenciadores, discutiam o jogo, e, principalmente, “examinavam o ambiente urbano em busca de sinais que pudessem ajudar a prever o animal e o número vencedores”<sup>470</sup>.

#### 4. 2. O fundo supersticioso que temos

Para um povo supersticioso como o nosso, o jogo do bicho veia a calhar, e tinha mesmo de crear raizes fundas na sociedade brasileira, infiltrando-se por toda ella como a gotta de azeite em uma folha de papel. [...] Com a propensão viciosa de nosso povo, sua falta de educação, o desejo de fazer fortuna rapida e facilmente, com o fundo supersticioso que temos, o jogo do bicho tornou-se uma instituição nacional, que ha de viver vitoriosamente, façam o que fizerem, emquanto existir loteria no Brasil.<sup>471</sup>

E' divertido desse geito o tal jogo do bicho, que faz mal aos que jogam deante dos palpites, dos sonhos, das mil coisas que preocupam os que vivem com os vinte e cinco bichos na cabeça.<sup>472</sup>

<sup>469</sup> CARNAVAL. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 14193, p. 2, 22 fev 1903.

<sup>470</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 214.

<sup>471</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>472</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

Os anos finais do século XIX e os do início do século XX concentraram fluxo intenso de mudanças. Dificilmente, em um período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e rápido em um processo dramático de transformação de seus hábitos quotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até mesmo seus reflexos instintivos – isso não apenas em São Paulo e no Brasil, mas no mundo, tomado agora como integrado. A segunda Revolução Industrial foi muito mais do que um mero desdobramento da primeira. Também chamada de Revolução Científico-Tecnológica, foi uma época de introdução dos novos potenciais energéticos – eletricidade e derivados do petróleo – que deram origem a novíssimos campos de exploração industrial. Foi o momento das indústrias químicas, metalúrgicas, microbiológicas, bacteriológicas e bioquímicas, que produziram, por sua vez, efeitos significativos na produção e conservação de alimentos, farmacologia, medicina, higiene e profilaxia. Imagine a miríade de produtos que essas indústrias introduziram na sociedade modernizada, que estava, ela mesma, ainda se conectando e se conhecendo, reconhecendo e se copiando. Muito mais absurdo do que as novas tecnologias era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia a dia das pessoas, principalmente no contexto da urbanização.

A voracidade produtiva da Europa e dos Estados Unidos rapidamente sentiu a necessidade de mais matéria-prima e mercado consumidor. O resultado dessa expansão foi o “avanço acelerado sobre sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização”<sup>473</sup>. Não bastava, contudo, incorporar às novas áreas as suas possessões territoriais; a nova norma implicava em transformar os modos de vida de maneira a imbuir hábitos e práticas de produção e de consumo conforme os novos padrões.

O Brasil também foi consumido por essa ideia. As novas elites pretendiam, “a todo custo”, promover uma industrialização e modernização imediatas do país”<sup>474</sup>. Nessa ânsia por colocar o país no cenário global, equalizando suas capitais com as principais da Europa, se impôs um tempo mais acelerado, “em que a exigência de acertar os ponteiros

---

<sup>473</sup> SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil Vol 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-49.

<sup>474</sup> Esse conjunto de transformações gerou um amplo processo de desestabilização da sociedade e de culturas tradicionais, cujo sintoma mais nítido foi a Revolta de Canudos. Mas também o surgimento de um enorme contingente de pobres que foram sistematicamente excluídos dos centros das cidades modernizadas levando ao surgimento, primeiro dos cortiços e, logo em seguida, das favelas.

brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiante em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização<sup>475</sup>. No afã do esforço modernizador, as elites se empenharam em reduzir a complexa realidade brasileira. Era como se a instauração do regime republicano implicasse no cancelamento de toda herança, de todo o passado histórico do país. Junto da noção de racionalização máxima do espaço público, construção do espaço privado – também racionalizado e organizado ao máximo –, havia concomitante a introdução de novas tecnologias e materiais que maravilharam os espectadores, que, aliás, não poderiam nem começar a imaginar como eles funcionavam. Em São Paulo, quiçá no Brasil como um todo, essa imaginação ganhava ainda outros contornos, uma vez que participamos apenas da última etapa do processo industrial. As novas tecnologias chegavam prontas para regozijo do público. O jogo do bicho, por sua vez, traduz essa dicotomia no relacionar de seus animais, com suas características, simbologias e associações, aos números, exatos, racionalizados e matemáticos.

Assim como com o restante de sua história, o elemento místico do jogo também muito rápido se fez presente. Ainda quando sob controle do barão de Drummond, os jogadores já o interpelavam pelo jardim para que ele lhes desse uma dica sobre a imagem do bicho no alto do poste. “Não havia então quem não pedisse palpites ao barão, que a todos recebia com um sorriso de recusa<sup>476</sup>. Aos insistentes, que o questionavam “entre o sério e o galhofeiro: ‘Que bicho vai dar hoje, senhor barão?’”, ele respondia em tom “zombateiro” e provocador, “Vai dar o bicho que mais se parece com a mulher.’ Todos compravam os bilhetes da borboleta e dava cobra<sup>477</sup>. Em outras ocasiões ele parecia se fazer até moralizante. Quando uma mulher foi lhe procurar, “se lamentando que havia perdido uns trezentos mil réis de economias”, o Drummond se compadeceu. Ela pedia um palpite “por misericórdia”, prometendo que nunca mais iria jogar e, principalmente, não divulgaria o animal revelado pelo Barão; ela queria apenas “salvar os trezentos mil réis” das suas ricas economias.

---

<sup>475</sup> SEVCENKO, *op. cit.*, 1998, p. 7-49.

<sup>476</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>477</sup> PARAGUASSU, 1954, p. 39 *apud*. DAMATTA; SOÁREZ, *op. cit.*, p. 71.

– Pois ponha no macaco os seus dez mil réis, aconselhou o barão, mas não torne a jogar e não conte a ninguém.

A mulher foi correndo ao Jardim e jogou no macaco os ultimos dez mil que tinha. Quando acabou de jogar, uma comadre prejudicada, chorosa tambem, pediu-lhe um palpite.

– Olhe, comadre, disse baixinho, se quer se salvar jogue no macaco, mas não passe adiante, porque o barão foi quem me me fez a esmola de mandar que jogasse assim pela certa para reaver os meus cobres, mas elle pediu segredo.

Nesse dia, não houve quasi quem não jogasse no macaco. A féria do barão foi avultada, porque, á tarde, deu o urso. A pobre mulher voltou desesperada à presença do rico tituiar, para clamar contra a sorte.

Deu-lhe o barão os trezentos mil réis e mais os dez que tinha perdido, fez-lhe vêr que era conveniente não continuar a jogar e ficou satisfeitissima com aquele achado, com o bom palpite que tinha tido.<sup>478</sup>

Uma vez soltos e combinados com os números da loteria oficial, os bichos eram encontrados em qualquer recanto da cidade. Qualquer combinação numérica, repetição, imagem, *blague* e história era lida como palpite para o jogo. As pessoas já faziam palpites a propósito de tudo, “pondo em contribuição os sonhos, os numeros, os animaes, os incidentes da vida, os grandes acontecimentos, as coincidencias, os desastres e uns tantos raciocinios, cujo desenvolvimento é o que ha de mais desarrasoado e extravagante.”<sup>479</sup> Se toda e qualquer desculpa era motivo de palpite, que dirá datas importantes.

---

<sup>478</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>479</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

Para exemplo, citamos o que vimos durante a Semana Santa do corrente anno, em que um jogador entendeu de *carregar* no leão, achando umas tantas relações entre as festas da Semana Santa, o defunto papa Leão XIII e o jogo do bicho.

A verdade é que o jogador ganhou bastante porque nesse dia o leão *deu* varias vezes.

Um outro está firmemente convencido de que, no dia 15 de Agosto, dá infallivelmente a aguia ou o burro, pela simples e muito logica razão de ter nascido nesse dia o grande Napoleão Bonaparte, e garantiu-nos que é regra que não tem falhado. Que Napoleão tenha qualquer ponto de contacto com a aguia, vá lá: mas, com o burro é muito forte !

Quando no anno de 1905 o sr. Camello Lampreia chegou a Santos, os banqueiros sofreram enorme *rombo* porque, nesse dia, os apostadores jogaram desenfreadamente no camello e *deu* o camello.<sup>480</sup>

A cidade em modernização, cada vez mais organizada, por sua vez, potencializa esse universo numérico e animal. Placas de bondes, carroças e dos novos autos eram palpites certos: “Não ha sonho, não ha carroça, não ha bond, não ha gente por ahi que não sirva de palpito.”<sup>481</sup> Na alvorada da política republicana, de uma economia sumariamente liberal e da valorização do trabalho como aquilo que dignifica o homem, volta-se a população para o inexplicável, para a especulação transformada em sorte, para o palpito igualmente racionalizado e ocasional. Mesmo que advindo do sonho, o animal nunca é o mais óbvio; o verdadeiro palpito estaria sempre a muitos níveis analíticos de distância. Assim, em um universo em que as elites republicanas buscavam governar por meio de normas impessoais, abstratas e cosmopolitas, ressurge a prática da adivinhação e um sistema de palpites que mescla elementos modernos e arcaicos: números, sonhos e animais, ganham nova roupagem e consciência<sup>482</sup>. Essa dicotomia promovida pelos palpites no bicho indica um paralelo entre a própria convivência tensa nesse início de século vivido nas cidades que se queriam modernas, e muito característico de São Paulo, entre o antigo e o moderno, superstição e ciência, passado e futuro, tradição e modernidade.

Tenho um amigo que palpita todos os dias e todos os dias indaga dos sonhos que tive para fazer os seus apanhados, para tirar uma conclusão qualquer que entenda com o bicho.

Contei-lhe outro dia que havia sonhado com elle.

<sup>480</sup> R. O Jogo. *Commercio de São Paulo*, ano XIII, n. 56, 29 nov. 1906, p. 1.

<sup>481</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>482</sup> DAMATTA; SOÁREZ, *op. cit.*, 1999, p. 31.

— Pois então dá o cavallo, aflirmou, porque, quando sonham commigo, cavallo pela certa.

Parece-me que deu o jacaré.

Não faltam pessoas assim, que vivam preocupadas com o bicho.<sup>483</sup>

Logo no primeiro número d'*O Pirralho* o jogo já dava as caras em seção intitulada *O Pirralho... cavando...* Cavar, em sentido figurativo: fazer diligências para descobrir algo; buscar, indagar, investigar – ou, ainda, obter alguma coisa por meios mais ou menos ilícitos<sup>484</sup>. O autor, identificado sob pseudônimo de Charéco, faz menção a três modalidades do jogo do bicho, antigo, moderno e salteado, que se mantêm até hoje. Charéco tem dificuldade para dormir porque havia cometido *tremenda burrada* no *Aéreo* naquela mesma noite:

— Carte passe!...

— Nove ao 1º; *en carte* ao 2º!

— Joga o que está!

— Feito!

Eram phrases que ainda guardavam os meus ouvidos, como em sonhos, deitado já, depois de uma *burrada* tremenda feita no *Aéreo*. Estava de azar. A minha pouca sorte começou por ter eu desprezado um palpite do Tibiry, que me dizia pela manhã:

— Hoje, é o cavallo. É fatal. A minha escripta não falha. E pegando-me na gola do paletot, accrescentava convicto:

— Estou até a vel-o em minha frente!

E deu o cavallo com 341 pelo antigo ou Rio; com 364 pelo moderno e com não sei quanto pelo salteado.

Eu tinha jogado tudo na vacca. Estava, pois, possesso.<sup>485</sup>

O início do relato já indica a dicotômica relação entre o cientificismo e o misticismo que acompanha o jogo do bicho desde cedo. Por um lado havia crescente interesse pelos números que acompanham cada animal. No caso de Tibiry e Charéco, este parece não ter tido disposição para acreditar na *escripta* de Tibiry, uma possível menção sobre método bastante comum à época de leitura de personalidade a partir da grafia, a grafologia. Na

<sup>483</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>484</sup> Michaelis, dicionário. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/3pPL/cavar/>>. Acesso em 09 de março de 2022.

<sup>485</sup> CHARÉCO. *O Pirralho*, ano I, 12 ago 1911, n. 1, p. 8-9.

continuação do texto de Charéco, a tal burrada que ele diz ter vivido no *Aéreo* e que agora remoía, começa a ficar mais clara:

Á noite fui ao Chantecler; derramei ainda uma vez o olhar cansado pela centena do dia e sahi. Perambulei algum tempo pela Rua Direita e voltei depois. Ao entrar no Guarany [dei de] cara com o Juquita. Parecia que fugia do Alvaro estava triste. Encaminhei-me para o Largo do Rosario. Ao passar na Casa Se [...] o Lincoln, á porta, obstruiu a passagem com um enorme Monte [?] Sorriu-se, comprimintou-me [?] possui. Subi a Rua São Bento [?] me defrontar o Central deu-me [?] experimentar. Era tarde; [?]. Ao tomar rumo, porem, dou com o Alberto; pegou-me e levou-me para... o Aéreo. A banca era pequena mas bôa. Pedi 100 da ficha e tomei o n. 12, pois o “*banqueiro reclamava jogo no 2º tableau*”, como diz o Pípi. Atirei-me como um desesperado e desesperado fiquei com as negativas no jogo. Tomei na cabeça, como gente grande. Estava de azar. Si jogava na repetição, o baralho dava *costella*; se ia pela *costella* eram novas no *tableaus* que não paravam mais; si ia pela negativa do banqueiro a banca crescia e dobrava. Eu já estava tonto, e prompto. Não havia palpite que regulasse. Sahi desesperado. Para cumulo do azar, ao descer a escada, o Vianna acaricia-me com uma palmadinha no abdomen e paternalmente diz-me:

— Comeste o grosso, maganão!

Tive impetos de matal-o. Não o fiz, contudo. Na rua um *Taxi* levou-me á casa. Era dia claro. Não podia conciliar o somno. Eu havia feito uma dupla *burrada*: tinha perdido dinheiro e a tramontana. E alli, deitado, a pensar no cavallo, no palpite de Tibiry, e no meu azar, eu ouvi em *rêverie*:

— *Carte passe!*

— Nove ao 1º; *en carte* ao 2º.

— Mais 500 a entrar!

— Feito.<sup>486</sup>

O jogo do bicho vem acompanhado de outro jogo de carteadado, um feito no *Aéreo*. Mesmo que não propriamente indicado, dá a entender que se trata de um clube fechado, possivelmente o *Aéreo Club de São Paulo*, mencionado outras vezes na publicação<sup>487</sup>. Jogos de carteadado como *baccarat* eram comumente praticados nesses espaços reservados a uma parcela específica da população, uma que se vestia de acordo com a etiqueta necessária, que tinha dinheiro para fazer apostas mais altas que aquelas costumeiramente aceitas no bicho. São espaços organizados em torno de um estatuto, revisado pelas autoridades e autorizados a funcionar, com diretores eleitos e uma série de divertimentos para seus membros. Diverte notar como um *club* que certamente tem como mote principal o aeromodelismo ou aeromobilismo – uma sensação que vai se impor por excelência nos anos 1920 – teria em seu

<sup>486</sup> CHARÉCO. *O Pirralho*, ano I, 12 ago 1911, n. 1, p. 8-9.

<sup>487</sup> Ver números 144 de 1914, p. 11 e 179 de 1915, p. 12;

âmbito, além dos jogos de azar já notoriamente presentes nesses espaços, o irracional bicho. Charéco havia virado a noite, longa e negativa, afundado no jogo e na bebida e, ao deitar a cabeça, continuava preso naquelas fatídicas horas em que havia *comido grosso*.

No ano seguinte à *chronica* de Charéco, é Chico o colaborador d’*O Pirralho* quem introduz a figura de um *graphólogo* recém-chegado à capital do estado. Chico, “escriptuario encanecido nas afanosas lides da burocracia, deu-se pressa em consultar o adivinho”, que logo de cara o impressionou, descobrindo que, por estar Chico desocupado no meio do dia, só podia ser funcionário público:

— Pelo que vejo, — começou o homem da capa preta — o meu amigo é um cidadão bem installado na vida. São quasi duas horas. É quando os homens de negocio se acham mais atarefados. Em geral, é entre as onze e as quatro que a maioria do empregados se entrega ás suas occupaões. Nesse espaço de tempo, só estão desoccupados os funcionarios publicos.<sup>488</sup>

Chico já se impressiona com a capacidade do adivinho — não se preocupando em absoluto com o parecer de um funcionário público ao ver do adivinho —, e se arrosta para o que virá, uma vez que o sujeito nem havia analisado sua escrita. O *graphólogo*, na tentativa de fisgar novo cliente, promete alto: “sem olhar para sua letra vou revelar o seu vicio, o vicio que lhe domina a vontade, e ao qual o sr. consagra todos os minutos do seu dia e todos os tostões do seu ordenado”. Chico, caí das nuvens, “quasi teve uma syncope”:

Não se assuste, disse o graphologo. O seu vicio capital é o jogo do bicho. O sr. passa a manhã inteira á procura de palpites, contando os passos que dá, tomando notas dos numeros dos bondes e das carroças, ou procurando interpretar os sonhos que porventura teve. Em chegando á repartição, agarra num dicionario illustrado e pões-se a abril-o ao accaso, até encontrar uma gravura de um dos vinte e cinco astros que compõem a constellação fulgurante do bicho. Arranjados os palpites, o sr. passa uma ou duas horas a fazer listas para enviar ao bicheiro...<sup>489</sup>

Chico não o deixa prosseguir, pendura-se em seu pescoço e sufoca o *graphólogo* de..., beijos e abraços. Ele estava extático, “doido de alegria”, havia encontrado alguém confiável em meio ao mar de salafrários e métodos absurdos de se ganhar no jogo. Ao consultar o relógio sua alegria se amaina, já passa o horário máximo para enviar um palpite ao bicheiro. De todo modo, ele “paga generosamente o *graphólogo*” e exclama: “dê me um

<sup>488</sup> GRAPHOLOGIA. *O Pirralho*, ano II, 19 out 1912, n. 62, p. 11.

<sup>489</sup> GRAPHOLOGIA. *O Pirralho*, ano II, 19 out 1912, n. 62, p. 11.

palpitezinho para amanhã. Depois voltarei aqui para fazermos uma sociedade”<sup>490</sup>. Muito se pode conjecturar sobre a anedota no que tange a legitimidade do *graphólogo*. A maneira como o Chico se portava e vestia poderia dizer mais sobre sua profissão que o horário em que se encontrava desocupado, e seu vício, nada mais que um palpite guiado pela regra da maioria. Mais tinha a perder o sujeito se dissesse que Chico não jogava, já que a cidade parecia estar encampada pelo vício no jogo do bicho. A *chronica* também indica como alguns paulistanos estavam ávidos por uma fonte palpiteira confiável, tamanho contentamento do Chico ao perceber o *graphólogo* como figura confiável e certa. Os paulistanos se apoiavam igualmente em uma miríade de outras formas de obter palpites para o bicho. Tabelas matemáticas, quadros representativos, sistematizações e combinações aritméticas mil, todas propagandeadas como certas em seus palpites no bicho. Já em 1902, por exemplo, há um anúncio n’*O Commercio de São Paulo* sobre um livro cujo método era infalível:

Methodo Dolivens

(NÃO CONFUNDIR COM DOLIVAES)

Prodigiosa combinação arithmetica para se ganhar no bicho com toda segurança e tranquillidade.

Methodo facillimo, ao alcance de qualquer intelligencia.

Apparecerá no proximo sabbado o primeiro milheiro do meu extraordinario METHODO. Cada exemplar, 1\$000; á venda nos pontos que opportunamente forem annunciados.

Ninguem perde por esperar !

2 ———1 Dolivens

(NÃO CONFUNDIR COM DOLIVAES)<sup>491</sup>

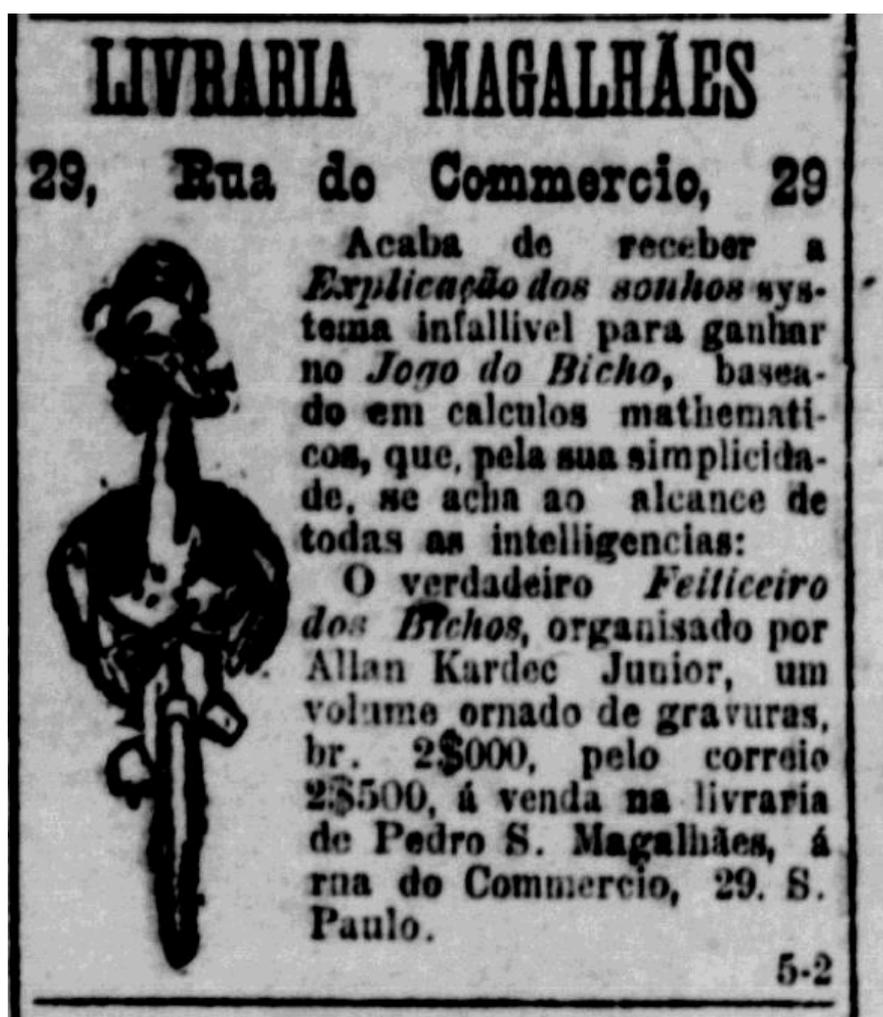
Similar ao *graphólogo*, os promotores desses métodos tentavam legitimar o jogo e os palpites adotando códigos caros ao mundo modernizado. “Neste momento, os números passam a ter importância crescente na lógica do jogo do bicho.”<sup>492</sup> Ao serem caracterizados como métodos científicos, os livros anunciados garantem segurança e tranquilidade no momento de jogar no bicho. Ironicamente, como científico, há a prerrogativa de que o método está livre de concepções pré estabelecidas e subjetividade.

<sup>490</sup> GRAPHOLOGIA. *O Pirralho*, ano II, 19 out 1912, n. 62, p. 11.

<sup>491</sup> DOLIVENS. *O Commercio de São Paulo*, ano X, n. 3075, 2 out. 1902, p. 3.

<sup>492</sup> MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 90.

Também recorrente na imprensa diária foram as propagandas sobre outros livros que prometiam oferecer opções certas no jogo, uma vez que não se apoiavam somente em números e na matemática, mas também nos sonhos. Em anúncio de 1902, a Livraria Magalhães, situada na rua do Commercio, n. 29, informava que havia acabado de receber o livro “Explicação dos sonhos”. Tratava-se, segundo o reclame, de um “infallível” método para ganhar no jogo do bicho “baseado em calculos mathematicos, que, pela sua simplicidade, se acha ao alcance de todas as intelligencias”. Na mesma propaganda, não fica claro se tratar de outro título ou não, mas também indica-se o livro “Feiticeiro dos Bichos”, um volume organizado por ninguém menos que o autor “Allan Kardec Junior”. O livro seria “ornado de gravuras” e custaria a bagatela de 2\$000 na livraria e 2\$500 pelo correio.



**LIVRARIA MAGALHÃES**  
**29, Rua do Commercio, 29**

Acaba de receber a *Explicação dos sonhos-systema infallível* para ganhar no *Jogo do Bicho*, baseado em calculos mathematicos, que, pela sua simplicidade, se acha ao alcance de todas as intelligencias:

O verdadeiro *Feiticeiro dos Bichos*, organizado por Allan Kardec Junior, um volume ornado de gravuras, br. 2\$000, pelo correio 2\$500, á venda na livraria de Pedro S. Magalhães, á rua do Commercio, 29. S. Paulo.

5-2

Figura 30 — Anúncio d’*O Commercio*, n. 3108 de 1902.

Em um anúncio de página inteira do *Correio Paulistano* em que a mesma Livraria Magalhães divulgava suas últimas publicações, figura o mesmo livro, “Explicação dos sonhos”, junto de outros dois que também podiam interessar os mesmos leitores: “A Cartomancia ou a adivinhação, pelas cartas, do passado, presente e futuro, com ilustrações diversas e explicações sobre as ciências ocultas” e “Arte de Enriquecer – ou o meio de ver bem com todos e de ganhar no loto, loterias, bicho e outros jogos, seguido de muitas anedoctas allusivas ao meio de enriquecer e de ser feliz, organizado por «Um Felizardo», 1 vol. br. 1\$000”<sup>493</sup>. Ambos *A explicação dos Sonhos* e *Arte de Enriquecer* parecem prometer o mesmo resultado: ganhos certos e imediatos, com meios ditos científicos e matemáticos de se jogar nas diversas loterias de azar. Para mais, ambos os livros são publicados, certamente, por pseudônimos sugestivos. O primeiro deles faz referência a um dos principais nomes da doutrina Espírita, o também pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail, autor do Evangelho Segundo o Espiritismo, e o segundo deles, “Arte de Enriquecer”, uma troça, um jogo de palavras, seria escrito por “Um Felizardo”.

**A Cartomancia**  
ou a adivinhação, pelas cartas, do passado, presente e futuro, com ilustrações e diversas explicações sobre as sciencias occultas, contendo mais o verdadeiro Oraculo de Napoleão. Um volume 2\$000 ; pelo correio, 2\$500.

**Lyra Infantil**  
A mais interessante colleção de dialogos, poesias dramaticas, cançõestras, monologos e comedias, que até hoje se tem organizado para creanças de 6 a 12 annos. Um volume com mais de 200 paginas e muitas vinhetas illustrações, 2\$000 ; pelo correio 2\$500.

**Explicação dos Sonhos** — systema infallivel para ganhar no jogo do Bicho, baseado em calculos mathematicos que pela sua simplicidade acha-se ao alcance de todas as intelligencias. «Verdadeiro Feiticreiro dos Bichos», por Allan-Kardoc Junior 1 vol. 2\$000.

**Arte de Enriquecer** — ou o meio de ver bem com todos e de ganhar no loto, loteria, bicho e outros jogos, seguido de muitas anedoctas allusivas ao meio de enriquecer e de ser feliz, organizado por «Um Felizardo», 1 vol. br. 1\$000.

**O Violão sem mestre** — ou Methodo pratico para aprender em pouco tempo, sem auxilio de mestre nem musica, a tocar Violão, contendo todas as posições, pelo violonista Ricardo P. Gomes. — 1 vol. br. 3\$000.

**Constituição Política do Estado de S. Paulo** — Livro necessario a todo o cidadão que desejar conhecer os direitos e a organização do Estado, suas attribuições, etc., 1 vol. br. 1\$000.

Figura 31 - Propagandas de livros no *Correio Paulistano* de 1910.

<sup>493</sup> ULTIMAS PUBLICAÇÕES. *Correio Paulistano*, ano LVII, n. 16844, 26 jun. 1910, p. 17.

Antes de comprar o livro *Explicação dos Sonhos*, contudo, o jogador precisaria, naturalmente, sonhar. Não faltam *chronicas*, causos, histórias e até notícias policiaescas e criminosas na imprensa diária sobre o resultado do jogo feito pelo palpite sonhado. Em sua maioria, as notas e artigos se prestavam a sugerir como o jogo, principalmente aquele feito a partir de palpites originários das mais absurdas fontes, resultaram em brigas, sovas, discussões, perda de bens e desilusões mil. Em um particularmente chamativo por sua posição n’*O Commercio*, por exemplo, um pai de família é dito fazer sua prole se alimentar de uma “forte ração de *tutu de feijao*” para que tenham pesadelos e sonhem. “Pela manhã, vêm todos, um por um, dar conta dos sonhos, que fornecem palpites variados, tirados de conclusões as mais gaiatas. E, ai daquelle que não tiver sonhado: uma bôa sova é o seu castigo”<sup>494</sup>. A pequena história está presente na seção de *Anúncios* do jornal, logo abaixo de um reclame sobre sementes afiançadas e acima de uma grande propaganda da Agencia Geral das Loterias da Capital Federal – outras duas notas de similar tamanho e assuntos diversos também estão presentes na mesma seção e página.

Em outra ocasião, uma nota na seção *Factos Policiaes*, também d’*O Commercio*, relata ter ocorrido um crime na rua Tamandaré por causa do jacaré. O local, a propósito, seria, como toda outra rua da cidade, uma em que notoriamente jogava-se o bicho e “com muito menos escrupulos da policia, porque esta não se dá ao trabalho de fiscalisar, nessa ponte, os logares retirados da cidade”. O cenário do acontecido era o cortiço onde residia Joanna Baptista Salgado, jogadora assídua que se dava “ao luxo de fornecer gratuitamente palpites aos seus vizinhos”. Além de regular, Joanna era uma jogadora certa, pois “não arrisca o seu dinheiro no palpite que impinge aos vizinhos”.

Honten, Alfredo de Oliveira [?] sonhou com o macaco — era aquelle o bicho do dia, dizia elle radiante, logo que viu romper o dia. Ao sahir, deparou com a vizinha de lado na janella e, certo da sua predilecção pelo *joguinho*, revelou-lhe o sonho todo inteiro; contou-lhe umas cousas pavorosas: estava numa floresta, viu sobre uma arvore muito copada um turbilhão de macacos russo, saguis e representantes de toda raça simiesca.<sup>495</sup>

Joanna Baptista, contudo, “tira-lhe da ideia” de jogar no macaco oferecendo, no lugar, o jacaré. A mulher desfiou “um rosario de conselhos” garantindo a Alfredo “que isso de sonhos não queria dizer nada...” Alfredo foi indo para a cidade pensativo, e ao chegar

<sup>494</sup> *O Commercio de Sao Paulo*, ano , 8 fev 1905, p. 3.

<sup>495</sup> FACTOS POLICIAES. *O Commercio de São Paulo*, ano X, n. 2991, 10 jul. 1902, p. 2

arriscou “uma não pequena quantia no palpite da mulher, enquanto esta, aproveitando-se do sonho do vizinho, atuchou 5\$000 no grupo 17. Ganhou Joanna, perdeu Alfredo. Imagina-se a indignação deste”. O que se seguiu, “ninguém sabe certo é que, á tarde, Joanna Baptista Salgado se apresentou no gabinete medico-legal para se submeter a um corpo de delicto de umas bolachas que o vizinho lhe aplicou”<sup>496</sup>.

O próprio jornal, em sua ânsia por noticiar o fato ocorrido com dois moradores de cortiços em ruas tão afastadas do centro que precisavam “chegar à cidade”, acaba por oferecer embasamento para quem acreditava piamente que os sonhos seriam fonte certas de palpites. Histórias similares invariavelmente incorrem pelos mesmos caminhos, ora associando a loteria bichana com imigrantes pobres, moradores dos arrabaldes e trabalhadores braçais, ora confirmando algumas das noções mágicas a respeito do jogo. Ainda assim, a moral aparente de todas sugere que jogar no bicho nunca acaba em festa para ambas as partes. O enxergar dos palpites em todos os cantos seria, ainda, o verdadeiro mal do jogo, “principalmente para os espiritos fracos, para os que passam dias e noites com o bicho na cabeça, experimentando uma confusão de algarismos, vendo elephantes e cobras por toda a parte”<sup>497</sup>. As mulheres, está nítido, não ficavam de fora dessa loteria de forma alguma, tanto como jogadoras, quanto bicheiras e agenciadoras. Em pequena nota no *Correio Paulistano*, duas ciganas foram descobertas roubando a mesma clientela a quem vendiam palpites para o jogo:

As ciganas Celina Bebi e Maria Afilano, ha alguns dias, andavam pelas ruas da Consolação, offerecendo seus prestimos para adivinhar a corte, dar palpites para o jogo do bicho e fazendo muitos outros serviços.

Em diversas casas as duas ciganas praticaram furtos de vinte e dez mil reis, alem de receberem o pagamento de seus serviços, na importancia de 500 réis por sorte.

Varias victimas de furtos apresentaram queixa ao dr. Rudge Ramos, 4º delegado, que, depois de algumas diligencias, conseguiu effectuar a prisão das duas ciganas, instaurando inquerito a respeito.

Celina e Maria foram recolhidas ao xadrez do posto policial da Consolação, á disposição daquela autoridade.<sup>498</sup>

<sup>496</sup> FACTOS POLICIAES. *O Commercio de São Paulo*, ano X, n. 2991, 10 jul. 1902, p. 2

<sup>497</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>498</sup> CIGANAS LADRAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 14791, p. 3, 15 out 1904.

Havia, contudo, uma noção de que, justamente por serem mulheres, elas teriam “uma predilecção assombrosa pelo bicho”<sup>499</sup>. Também notória era a ideia de que os animais sonhados de fato eram apenas uma primeira camada, por assim dizer, do palpite; daí, inclusive, a necessidade de manuais e livros que interpretam e revelam os verdadeiros animais que geraram o palpite e o trabalho mais que prestativo dos agenciadores e bicheiros. Talvez Joanna Baptista, ela também, tenha tentado dissuadir o vizinho porque o palpite no macaco seria muito óbvio.

Ha donas de casa que chegam a fazer intimidade com as criadas para que estas lhes contem os seus palpites.

Conheci uma senhora que procurava saber dos sonhos da criada para jogar no bicho.

Disse-lhe uma vez a criada que havia sonhado com machina de costura.

– Que bicho será machina de costura ? indagou ella.

E foi jogar na borboleta.

Sabido o resultado do jogo, tinha dado o camello.

A pobre senhora levou as mãos cabeça exclamando:

– E eu que não atinei com a semelhança ! Uma machina de costura parece mesmo um camello por causa da corcova!<sup>500</sup>

A passagem diverte ao expressar o quão dispostos estão os jogadores a tencionar uma imagem ou ideia para que elas caibam no resultado obtido. A confusão, absurda, entre a máquina de costura – primeiro associada a mulher e, por conseguinte, a borboleta – e um camelo, sublinha a irracionalidade inerente ao jogo do bicho. A senhora, que confia na interpretação do sonho da criada para tomar decisões em um jogo de azar, exemplifica a esperança vã de controlar o acaso, mas também revela um desespero subjacente que pode impulsionar as pessoas a agarrar-se a qualquer correlação, por mais tênue que seja, na esperança de encontrar um “palpite” que possa levar à vitória.

Este aspecto humorístico serve a um propósito crítico mais amplo, destacando como a esperança pode ser manipulada em situações de incerteza. No lugar de enfrentar a aleatoriedade dos jogos de azar com uma abordagem racional — aceitando a imprevisibilidade inerente — a senhora e, por extensão os jogadores como um todo,

<sup>499</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

<sup>500</sup> A. M. O Jogo do “Bicho”. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, v. XIV, n. 4610, 24 fev 1906, p. 2.

entregam-se a rituais e crenças completamente infundados. O humor da *chronica* não serve apenas para entretenimento, mas também como crítica. Ao iniciar o relato, A. M. coloca que “Ha donas de que *chegam a fazer intimidade*” com a criadagem, impulsionada pela ansiedade, pela necessidade de um palpite para o *joguinho* do dia. Assim como o pai que obriga as crianças a comerem um prato pesado antes de dormir na esperança de uma noite mal dormida que produza sonhos e pesadelos, a senhora fabrica uma confiança com a criada, não por genuíno interesse, mas pelo benefício pessoal que pode ser extraído.

Em seu célebre *Anarquistas, graças a Deus*, Zélia Gattai lembra a figura da curandeira dona Vicenza, que ficava sempre a sua procura, cheia de perguntas, depois de Zélia, aos três anos de idade, sem mais nem menos, caminhar rua acima até o bicheiro do bairro, seu Dantes, e jogar sozinha um tostão no urso. Palpite certo, o bicho foi premiado. Desde então, dona Vicenza, que oferecia a todos seus serviços de interpretação de sonhos, queria tirar de Zélia os acontecidos em seus sonhos, na esperança de repassar aos seus clientes um palpite acertado<sup>501</sup>.

#### 4. 3. Gatunos, Piratas e Especuladores: agenciadores e banqueiros

Não ha negocio melhor do que o boliche; ser proprietario de uma casa em que funcione esse jogo, é ter a burra cheia em pouco tempo, a transbordar, de legitimas notas bancarias.<sup>502</sup>

Em uma época de emergência do jogo do bicho, e já completamente diluído pelos mais diversos cantos do estado e mesmo do país, não havia quem não se interessasse por um filé que fosse dos lucros vultosos que a prática prometia, não como jogador vencedor, mas como bicheiro ou agenciador do jogo. A permeabilidade e persistência da loteria do bicho está vinculada à massa de pequenos empresários que somaram aos seus negócios a venda de bilhetes do bicho – desde o início do século XX essa movimentação pode ser observada na imprensa. Já em 1902, por exemplo, Antonio Teixeira, dono de uma padaria no Largo General

<sup>501</sup> GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 62-65.

<sup>502</sup> PIERROT, Fabricio. Rabiscos. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano VI, n. 1516, p. 1, 10 mai 1898.

Osório, era processado por bancar o jogo do bicho em meio às vendas de pães e quitutes<sup>503</sup>. Esse fato, aliás, indica como locais de recente fluência na cidade, acessíveis a todo e qualquer cliente pagante, não só representavam oportunidade para compra e venda de bilhetes, como também “eram propriedade do capital que circulava por meio do jogo do bicho ilícito, e eram dirigidos e financiados por ele”<sup>504</sup>. Aquilo que parecia, ou se queria marginal, era na verdade central, parte do desenvolvimento da cidade que as elites queriam para si e para o país. Ao mesmo tempo, os jornais diários pesquisados indicam que particulares também tiravam proveito da loteria bancando o jogo direto de suas residências. Em nota na *Secção Policial d’O Commercio de São Paulo*, de 1902, “O capitão Linicio Pontes, escrivão da 3a delegacia, remetterá hoje ao sr. dr. chefe de policia os inqueritos abertos contra Maria Rivella, accusada de bancar o jogo do bicho na sua residencia, á rua de São Caetano”<sup>505</sup>.

A caracterização daqueles que bancam o bicho tem seus paralelos na imprensa aqui estudada. Por diversas vezes os banqueiros e dirigentes das casas de bicho são definidos como “gatunos” e “bandidos”, principalmente quando se atesta que estes não pagaram os vencedores da loteria<sup>506</sup>. Em seu início, o jogo do bicho parece ainda não vir revestido da certeza do pagamento do prêmio, assegurado por aqueles que o agenciavam. Como prática clandestina, contravenção legal, fez-se necessário que ele se legitimasse. Assim, conforme aumentava a repressão, a confiança popular no jogo também se desenvolveu. Sua marca de honestidade, contudo, foi inventada. Muito antes do jogo do bicho se consagrar como fiel pagador de suas dívidas, sendo, assim, reconhecido por sua honestidade, a prática foi muito questionada pela imprensa, que a todo momento publicava notas sobre imbróglis em que se metiam agenciadores, bicheiros e banqueiros. Há casos, desde fins dos século XIX de bicheiros que fogem do estado com grandes montantes, de agenciadores que se negavam a pagar prêmios altos demais, ou, ainda, que pagavam valores menores que o prometido<sup>507</sup>.

---

<sup>503</sup> FACTOS POLICIAES. *O Commercio de São Paulo*, ano X, n. 2954, 3 jul. 1902, p. 2

<sup>504</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 216.

<sup>505</sup> FACTOS POLICIAES. *O Commercio de São Paulo*, ano X, n. 2982, 1 jul 1902, p.2.

<sup>506</sup> Ver, por exemplo, FACTOS POLICIAES. *O Commercio de Sao Paulo*, ano X, 21 jun 1902, n. 2972, p. 2.

<sup>507</sup> Sobre esse processo de *honestificação* do jogo é mais amplamente explorado por CHAZKEL, *Op. Cit.*, p. 261-266; e MAGALHÃES, *Op. Cit.*, p. 227-230.

Similarmente, foram muitas as ocasiões em que o jogo foi posto como motivo de alterações, brigas de amigos, familiares, casais<sup>508</sup> e famílias.

Nos artigos que circulavam, sobre tentativas de morte e brigas pela cidade de São Paulo, por exemplo, frequentemente um desentendimento entre bicheiros e jogadores recebia atenção maior das publicações diárias, principalmente se terminavam em morte ou brigas. Tanto nas páginas do *Correio* e d'*O Commercio* e, em muito menor escala, d'*O Parafuso*<sup>509</sup>, os casos relatados eram de agenciadores que se recusavam a pagar o prêmio legitimamente ganho.

Vicente Ziorito, agenciava jogo do bicho e, no desempenho de sua *honrosa* profissão, aceitou de Consuelo Silva, ha dias, certa quantia no jacaré.

O jacaré deu, mas Ziorito não appareceu. Consuelo, não se podendo consolar com essa historia de perder ganhando, tratou do procurar o bicheiro.

Hontem, finalmente, encontrou-o no mercado da rua 25 de Março e, juntamente com seu filho Angelo Silva, aggreuiu-o a sopapos, visto ter-se elle negado ao pagamento.

Resultou do embrulho irem todos os tres para a policia, onde o dr. Jesuino Cardoso mandou lavrar o competente auto.<sup>510</sup>

Invariavelmente as alterações terminavam com as partes levadas para a polícia. Na maioria dos casos os agenciadores, bicheiros e banqueiros mencionados eram autuados e encaminhados para as providências legais. Também corriqueiros eram os relatos, geralmente jocosos, de bicheiros e agenciadores *trambiqueiros*. Em certa ocasião, por exemplo, “o italiano” Americo Luiz, um agenciador do bicho, convenceu um “cavalheiro residente do Belezinho” a jogar no rato. Acontece que o bicho em questão não faz parte da tabela do jogo, ouvia o cavalheiro, então “*um conto do vigario de nova especie*”

<sup>508</sup> ver, por exemplo, CADASTRO POLICIAL. Por causa do... bicho. *Commercio de Sao Paulo*, ano , 5 nov 1907, n. 343, p. 2.

<sup>509</sup> ver, por exemplo, A LADROEIRA DO BICHO. *O Parafuso*, São Paulo, ano III, n. 50, 2 jun. 1917, p. 11.

<sup>510</sup> O JOGUINHO... *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, n. 2649, p. 1, 30 jul 1901.

Um dia o italiano apresentou-se ao senhor a que nos referimos, que é engenheiro, e deu-lhe um palpite: jogasse no *rato*, recebendo o Luiz por esse meio a quantia de 5\$000.

O cavalheiro não estava pratico neste negocio rendoso, escolhido pelos *bicheiros*, e cahiu, assim, acceitando o bello palpite.

Porém, o *rato*, não existe na lista do nunca assás celebrado jogo e, não tendo sahido a sorte, o agenciador Americo dirigiu-se ainda á casa do engenheiro e o aconselhou a jogar sempre no bicho lembrado, pois um dia havia de desforrar o seu dinheiro.

E todos os dias o cavalheiro cahia com o cobre, durando isso dez mezes; sendo inglez e como tal scismoso, não desanimava.

Como Americo deixasse de ir um dia á sua casa, elle veio á cidade para jogar no *rato*, pois contava que o bicho não falhasse naquele dia.

Para encurtar rasões, basta-nos declarar que tudo foi descoberto : o engenheiro verificou que era victima de uma famosa *historia* habilmente contada e que sustentava ha mezes um vagabundo.<sup>511</sup>

Para além de propagar a ideia de que o jogo do bicho era promovido por agenciadores mal-intencionados, vagabundos e escusos, a passagem, que não leva assinatura, permite alguns outros pontos. Primeiro, o autor coloca em clara opposição o “italiano” e o que descobrimos mais tarde ser um inglês. O bicheiro italiano é, inclusive nomeado e, sendo assim, facilmente identificável, diferente do inglês, que passa, não sem importância, a ser identificado como engenheiro, profissão reconhecida, moderna e muito cultuada. Os ingleses imigraram para o Brasil em número muito menor do que os italianos, apesar de ambas as nacionalidades serem muito bem-vindas, os italianos eram disputados como força braçal nas fazendas de café, nas novas fábricas dos arrabaldes de São Paulo e mesmo para a construção de ferrovias que entrecortavam todo o estado. Contudo, ao denotar de tal maneira a nacionalidade do bicheiro e contrapô-la à do jogador, o artigo realça uma outra faceta da imigração, “a dos fracassados, dos aventureiros, dos fugitivos da justiça, que não se enquadram nos moldes do abnegado trabalhador, da gente ativa que estava suplantando os nacionais na pequena indústria e no comércio”<sup>512</sup>.

Em outra ocasião, que compete para ambos os argumentos acima, entram “em scena duas mulheres (por ahi imaginem o que se succedeu), Antonia Moreno, espanhola, e a

<sup>511</sup> O RATO no jogo do bicho. *O Commercio de Sao Paulo*, ano X, 18 abr. 1902, n. 2908, p. 2.

<sup>512</sup> FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1890-1924). São Paulo: Edusp, 2014, p. 23.

napolitana Catharina, e o motivo de tudo foi, quem diria?... o *macaco*". O mais interessante é que o bicheiro de fato não parece ser nenhuma das mulheres, mas sim o marido de Catharina:

Ha dias, Antonia se dirigiu ao marido da napolitana e por seu intermedio tentou um palpite no *bicho* referido e pagou. A sorte correu ante-hontem e na manhã de hontem Antonia desejou embolsar-se da quantia que lhe sahiu no *macaco* e nesse intuito chegou ao cubiculo de Catharina e exigiu do marido desta a quantia que lhe era devida, dizendo que tinha jogado na centena.

Catharina contestou, dizendo que não era na centena e sim na dezena. Dahi resultou uma discussão a que se seguiu um contusão recebida por Antonia Moreno, na cabeça, que foi contestada pelo medico dr. Marcondes Machado, na Central.<sup>513</sup>

Ambas as mulheres são identificadas pela nacionalidade e o nome. A confusão, similarmemente, é dita ter ocorrido no "cubiculo de Catharina", palavra geralmente utilizada para se referir a cortiço. E o único homem envolvido na história, não é nomeado.

Num conventilho á rua Onze de Junho n. 50, onde reside Columba Scacer, em companhia de Jovina Bandeira, chegada ha quatro dias de Curytiba, achava-se hontem, às 11 e meia horas da noite, Vicente Medici, Raphael Barella, Bernardo e Pasqualino de tal, palestrando com aquellas mulheres, quando alli appareceram Lourenço Cileo, Vicente Garzia e Virgilio José da Silva.

Bernardo e Lourenço, ambos bicheiros, haviam tido hontem de dia uma discussão, por questões de jogo do *bicho*.

Lourenço vendo Bernardo aquella casa, depois de breve troca de palavras, lançando mão de uma moringa, arremesou-a contra este.

Os outros individuos que alli se achavam em vez de acalmar os contendores, fizeram voar pelos ares duas garrafas de cerveja.

Bernardo, então, sacando de um revólver, disparou diversos tiros contra Lourenço, um dos quaes o attingiu no peito.

Lourenço exclamou "que estava morto", dirigindo-se para o quarto de dormir de Colomba, onde se deitou em uma cama.<sup>514</sup>

Menos frequente era o enfoque das notas e artigos dos jornais em pessoas pretas. Contudo, em uma ocasião, um jogador identificado com "preto Sebastião Benedicto, morador á rua do Areal 57", foi agredido com um pequeno canivete por ocasião de ter ido cobrar o bicheiro prêmio devido. Sebastião teria ido fazer sua *fezinha* "para resolver a crise financeira" que o afligia. Ao passar "pela rua Julio Conceição, fez o jogo com o «bicheiro» Gabriel de tal, ficando em companhia dele até a hora do extracção". Ao sair o resultado, Sebastião "quasi

<sup>513</sup> O MACACO. *O Commercio de Sao Paulo*. ano X, 4 mai 1902, n. 2924, p. 2.

<sup>514</sup> TENTATIVA de morte. Factos Diversos. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 14371, p. 2, 20 ago 1903.

teve um syncope : – sahira a cobra, justamente o «bicho» sobre o qual arriscára quinhentos réis”. Ao pedir seu dinheiro, Sebastião foi recebido com uma negativa. Gabriel “se recusou a entregar o «arame» ; houve violenta troca de palavras” e, mais tarde, a agressão com o canivete que acabou por ferir a orelha direita de Sebastião. “o agressor foi preso e o offendido examinado na Central”<sup>515</sup>.

As notas de prisões em flagrante são numerosas e podem indicar que a força policial estava, de fato, atinada para a jogatina, principalmente nos momentos de maior perseguição ao bicho caracterizados, aqui, pelas campanhas produzidas pela imprensa. Os artigos eram tantos que seu volume não passava despercebido mesmo para os colaboradores dos próprios jornais em que elas eram veiculadas. Em um curto artigo mezzò opinativo mezzò nota policial, o autor, não identificado, chama atenção para um fato curioso:

Não sabemos qual a vantagem que ha em a policia, quasi diariamente, prender uns pobres diabos que cavam a vida modestamente, angariando umas listas de jogo do bicho.

E com a crise actual de serviço, muita gente que não trabalha porque não acha onde exercer a sua actividade, procura na porcentagem que dão os banqueiros do jogo do bicho, os meios para sua subsistencia.

Entretanto nunca se lê a noticia de um banqueiro do bicho ser preso. Mas, os pobres agenciadores estão sempre indo para a policia onde pagam multa e são mandados em paz.

Ainda hontem foram presos Gastão da Silva e Nicola Cirillo, que foram multados na 1a delegacia [...] E os grandes banqueiros, todos bem conhecidos, quando serão multados e processados?<sup>516</sup>

Ainda assim, os agenciadores das loterias oficiais, que estariam também, ao menos em parte, agenciando o bicho, eram elementos facilmente identificáveis pelo público. A Prefeitura de São Paulo fez publicar diversas vezes<sup>517</sup> a seguinte lei:

<sup>515</sup> OS EFEITOS DO JOGO DO BICHO. Uma canivetada. Ferimentos Leves. *O Commercio de Sao Paulo*, 24 set 1908, n. 620, p. 3.

<sup>516</sup> O BICHO, *Commercio de São Paulo*, ano XIV, n 4673, 17 abr 196, p. 4.

<sup>517</sup> Identifiquei, ao menos, sete ocasiões em que a prefeitura publicou similar aviso. Ver *Correio Paulistano* números 17206, 17208, 17212, 17214, 17216, 17218 e 17220 todos de 1911.

Faço saber aos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria que lhes fica marcado o prazo até 15 de julho proximo futuro para requererem a licença respectiva, observadas as exigencias da lei n. 1397, de 23 de março de 1911, que transcreve em seguida:

Art. 1.o – Ninguem poderá exercer a profissão de vendedor ambulante de bilhetes de loteria, sem licença da Prefeitura Municipal.

Paragrapho 1.o – Para obter a licença, o interessado deve provar:

- a) – que é maior de 18 annos;
- b) – que tem o consentimento de seu representante legal, quando menor ;
- c) – que tem a carteira de identidade expedida pela Policia. [...]

Art. 3.o – No exercicio de sua profissão, o vendedor de bilhetes usará ostensivamente, ao lado esquerdo do casaco, uma chapa de metal com o numero da matricula e a inscrição – LOTERIAS. [...]

Art. 10.o – A licença poderá ser cassada quando, mediante qualquer genero de prova, fique demonstrado, a juizo da Prefeitura, que o vendedor ambulantes explora ou agencia o jogo do bicho, ou outro ilicito. [...]

Art. 12.o – A infracção dos artigos 2.o e 10.o desta lei, será punido com a multa de 30\$000.

As chapas a que se refere o art. 3.o serão fornecidas pela Prefeitura, que cobrará dos interessados o preço do seu custo.<sup>518</sup>

Os agenciadores, que poderiam, inclusive, ser crianças, deveriam, dali em diante, portanto, usar uma espécie de tabuleta de metal que claramente os identificaria como vendedores de loteria. Eles estariam espalhados pelas ruas todas, uma vez que a mesma lei proibia que os vendedores de bilhetes se agrupassem nas ruas e praças, bem como lhes era vetado agenciar o jogo nos bondes, “á porta ou no passeio das casas que exploram o mesmo genero de negocio”. A Prefeitura estaria, então, tentando organizar uma atividade que já era desempenhada em larga medida por funcionários das próprias casas lotéricas. A organização, certamente, visava também sinalizar mais claramente quem eram os negociantes das sortes em quem a polícia deveria ficar de olho. Ainda, compete pontuar, a lei é muito pouco criteriosa na proteção ao vendedor dos bilhetes, uma vez que oferta aos homens da lei por “qualquer genero de prova” o direito de cassar a licença, e multar, o vendedor que for pego agenciando jogo ilícito.

---

<sup>518</sup> da COSTA, Alberto. O chefe. AOS VENDEDORES de bilhetes de loteria. *Correio Paulistano*, n.17206, 25 jun 1911, p. 8.

Como se vê, o agenciador do bicho é tido como *vagabundo e desonesto*. Em outros momentos, os jogadores são tidos, igualmente, como pessoas de parco, ou nenhum trabalho, sem participação no esforço de ver São Paulo progredir como cidade modernizada. Sendo assim, muitas vezes quando um jogador lesado partia, não para agressão física, mas para a lei, que imaginava estar do seu lado, via-se igualmente prejudicado. Em uma ocasião, mais uma vez, um “italiano, Eugenio Manfredi, que costumava fazer sua *fezinha* no *bicho*, ha dias teve um bruto palpite, um palpitão, e fez o joguinho no Chalet União, á rua Quinze de Novembro, n. 51”. À tarde, com a chegada do telegrama que anunciava o bicho vencedor, “Manfredi deu pulos de contente : tinha ganho nada menos de 463\$000, pois o palpite não falhara, e lá estava a sua dezena escripta a lapis azul, como é de costume”. O banqueiro do Chalte União, “depois de ligeiras considerações, concluiu por dizer-lhe que não pagava”. Pois bem, cansado de argumentar para convencer o homem, “a victima compareceu hontem á presença do sr. dr. João Baptista de Sousa, 1o delegado, e apresentou queixa do caso, pedindo providencia. Resultado final : o banqueiro vae ser processado e, com elle, o queixoso”<sup>519</sup>.

De maneira a protegerem-se, de qualquer jeito que fosse, da força coercitiva policial, os banqueiros inventavam os maiores absurdos. Em fins de 1909, um deles comprou uma casa dilapidada na rua S. João, n. 52, “armou umas prateleiras pouco elegantes e umas vitrines mignons, onde collocava em exposição uns cartões postais do tempo dos Affonsinhos – uns cartões que qualquer mondaine da Varzea do Carmo não teria coragem de adquirir transmitir a seu amado...”. Aos olhos dos incautos, então, o homem, um italiano, era oficialmente “vendedor de cartões postaes e papel para cartas amorosas; para os amigos e vizinhos, porém, era banqueiro do já célebre jogo do bicho”. A transformação do ambiente em casa de tavelagem ocorria à noite. Ali o banqueiro aceitava qualquer jogo.

---

<sup>519</sup> JOGADOR LESADO. *Commercio de Sao Paulo*. ano XIV, 28 dez 1907, n. 387, p. 2.

A sala onde se reuniam os jogadores fica á esquerda de quem entra na casa e a porta está, de dia, sempre fechada. A' janella, que dá para a rua, foi pregado prudentemente um papel em branco, signal evidente de que aquelle commodo estava para alugar.

E a tal casa, das 9 á 11 da noite, era muito frequentada, sendo grande o numero de pessoas, na maior parte menores, que ali ia jogar seus nikeis minguados no baccarat.<sup>520</sup>

Ao verem instalados tantos *clubs* fechados pela cidade, os frequentadores da “bodega” à rua S. João n. 52 resolveram batizar a casa. “Depois de muita discussão e de discursos mais ou menos academicos, ficou assentado que a tal casa de diversão fosse denominada: Club dos Águias”. O nome escolhido foi um sucesso, e em pouco tempo a cidade toda tinha conhecimento do novo *club* frequentado por “dezenas e dezenas de pessoas” que entravam no espaço “depois de dar na porta umas pancadas mysteriosas”. A festança dos membros, contudo, não durou muito, logo “um dos associados, despeitado por ter perdido a fabulosa quantia de 500 réis, teve a lembrança de dirigir uma carta ao [...] delegado, comunicando que a casa n. 52 [...] era uma verdade casa de tavolagem e que ali jogavam até rapazes de 15 e 16 annos de idade.” Brevemente a polícia deu busca no local: “na sala para alugar (!) estavam sentados, ao redor de uma mesa de baccarat, doze 'aguias', tres dos quaes ainda filhotes”. Ao continuar a busca, as autoridades encontraram “varios papeis em que o proprietario fazia o joguinho do bicho”. Similar ao que ocorreu com o *Sportsmen's Club*, também a polícia fez levar, para o posto da Liberdade, os moveis do “Club dos Aguais”<sup>521</sup>.

Também em fins de 1909, *O Commercio* republica uma entrevista com um “zangão” do jogo do bicho, “isto é, um intermediário entre os jogadores e os banqueiros.” O sujeito, que tem o nome ocultado, trabalha por comissão, “recebe dos jogadores as listas dos palpites e o dinheiro, leva tudo isso aos banqueiros e ganha uns tantos por cento”. Ainda segundo a matéria, existiria um número elevado deles; são indivíduos que “vivem em altas rodas, e outras que apenas podem operar em certas camadas sociaes”. Durante a entrevista o “zangão” conta que os negócios vão mal, que continua desempregado, está para ser despejado e tem mulher e três filhos para sustentar. O entrevistado reclama da porcentagem que os banqueiros diminuíram de algo entre dez e quinze por cento para meros cinco. Ao ser encorajado pelo entrevistador, contudo, ao mencionar a tranquilidade absoluta em que a

<sup>520</sup> OS AGUIAS. *O Commercio de Sao Paulo*, ano XVI, 14 set 1909, n. 1145, p. 3.

<sup>521</sup> OS AGUIAS. *O Commercio de Sao Paulo*, ano XVI, 14 set 1909, n. 1145, p. 3.

polícia tem deixado o bicho, fazendo assim, certamente, com que ele passasse a lucrar mais, o “zangão” exclama:

– Engano! O jogo augmentou, é certo, como nunca fôra visto, mas nós, os agentes, perdemos com isso... [...] ora oiça [sic], quando a policia perseguia os jogadores, o numero dos banqueiros era muito limitado. O trabalho dos agentes era apreciado e recompensado, pois, sem o nosso concurso, os banqueiros pouco ou nada faziam. Corríamos, é certo, o risco de sermos presos e processos, mas, apesar disso, lá iam de porta em porta, por casa da freguesia, dando palpites, descrevendo sonhos, preparando o espirito dos jogadores, recebendo as listas e o dinheiro, que levavamos aos banqueiros que nos davam, ni minimo, dez por cento de commissão. Nesses tempos eu realisava por dia duzentos a trezentos mil réis, de jogo, que me rendiam vinte a trinta mil réis de lucro, fôra as gorjetas dos jogadores quando elles ganhavam. Tinha dias em que recebia gorjetas mais do que de commissão. [...] Agora, é uma lastima, como vae ver. A policia deixa o jogo em perfeita tranquillidade, e, como toda a gente sabe que o chefe de policia não se mexe, o numero de banqueiros é hoje quasi igual ao numero dos jogadores. Os taberneiros, quitandeiros, vendeiros, açogueiros, casas de commercio de ramos differentes, que ha muito tempo não jogavam, são agora tantos centros de jogatina. Os jogadores vão procurar, directmanete, os banqueiros, annullando o trabalho dos “agentes”, de sorte que, por não terem, necessidade de nosso serviço, aquelles, só nos dão cinco por cento... e isso mesmo por favor!<sup>522</sup>

O “zangão” segue, lamenta-se da “diabolica lei” da oferta e da procura e oferta uma pérola que nem o entrevistador acredita estar escutando: “si a policia perseguisse o jogo, tudo mudaria. Seria menor o numero de banqueiros, seria tambem menor o numero dos jogadores, mas o trabalho dos ‘agentes’ voltaria a ser apreciados e recompensados como deveria”. A conveniência dos agenciadores não estava, afinal, na premissa de que toda a gente fizesse “a banca” – pelo contrário, só deveriam ser banqueiros aqueles que poderiam “soffrer as contingencias da perseguição policial”. Os agenciadores, enfim, teriam mais responsabilidades do que originalmente imaginaram. Eles não só tornavam o jogo ainda mais acessível, levando o jogo à porta da freguesia, como também tinha papel de palpiteiro, interpretadores de sonhos e preparando os espíritos dos jogadores, tudo para que pudessem auferir gorjetas por vezes ainda mais vultosas que a porcentagem paga pelo banqueiro. Mesmo descrevendo todas as funções que desempenha, o entrevistado ainda se dizia desempregado.

Em 1914, quando *O Pirralho* iniciava sua campanha contra o jogo, o semanário introduz um personagem que pode ser esse tipo de “zangão” que anda nas altas rodas. A

---

<sup>522</sup> ENTREVISTA CURIOSA, *O Commercio de Sao Paulo*, ano XVI, 9 nov 1909, n. 1201, p. 2.

revista os caracteriza como “moços de apparencia distincta [...] que esbanjam heranças e que se incompatibilisaram com o trabalho honesto”. Eles estariam a serviço dos “celeberrimos proprietarios das casas de tavalagem” à caça de “angariar comparsas paras suas revoltantes ladroeiras”.

E' uma espécie de caftinagem. Esses *alabamas*, como se lhes chama na gíria dos jogadores, são agradáveis, gentis em extremo e quasi sempre victimas do terrivel vicio. [...] Desprezados por suas famílias, impossibilitados de exercerem sobre si qualquer acção benfazeja, tornam-se amigos dos proprietários dos clubs e á custa delles vivem como parasitas. Vão aos teatros, frequentam mesmo a sociedade, têm dinheiro para gastar com os conhecidos que lhes parecem boas presas e vivem numa união adoravel quando não têm os interesses proprios em conflicto. Têm um faro activo e causam grande desgraça a centenas de inexperientes.<sup>523</sup>

Apesar de trajados com certa indumentária, esses “alabamas” teriam função similar à dos “zangões”, meros atravessadores, trabalhando para um banqueiro em troca de mísera comissão. O próprio uso do termo “zangão” oferece uma divertida analogia, que, junto com o destaque dado pel’*O Commercio* para o fato de que o “zangão” se considerava um desempregado, é indicativa do posicionamento dessa publicação. Zangões são insetos que, na maioria das espécies, não possuem ferrão, ou seja, não possuem a função de defender a colmeia. Conhecidos como parasitas sociais, se aproveitam do trabalho árduo das operárias para se alimentar. Sua única função é fecundar a rainha. Sendo assim, o apelido dado aos agenciadores estaria equiparando-os a insetos parasitas que se aproveitam do trabalho alheio. A mesma caracterização se aplicaria aos “alabamas”, que, apesar de aparentar distinção e charme, na verdade, estão comprometidos com práticas imorais e predatórias. Antes inocentes, o jogo os corrompeu, e agora, para se sustentar e tendo aversão ao “trabalho honesto”, transformaram-se em acompanhantes subservientes dos banqueiros. A descrição de sua vida parasitária, sustentada pela exploração de outros e pela relação simbiótica com os proprietários dos clubes de jogos, evidencia a natureza predatória e desonesta de suas ações.

Ainda segundo o semanário, “[...] todos os que ainda possuem um resquicio de moral brandam indignados; contra o permanente espetaculo que o jogo offerece em todos os recantos desta laboriosa Paulicéa, a parte sensata de nossa população é infensa”<sup>524</sup>. A São Paulo é *laboriosa*; os jogadores e banqueiros do bicho, *vagabundos*.

<sup>523</sup> A JOGATINA EM SÃO PAULO. Carta berta ao dr. Eloy. *O Pirralho*, ano IV, 25 abr 1914, n. 140, p. 18.

<sup>524</sup> A JOGATINA em São Paulo. *O Pirralho*, São Paulo, ano 4, n. 146, 6 jun. 1914, p. 5.

Aquilo que inicialmente poderia parecer marginal, na verdade, revelou-se central para o desenvolvimento da cidade e até mesmo para o país. Tendo o jogo do bicho se infiltrado em diversos aspectos da vida quotidiana e econômica da época, desde os pequenos empresários que viam nos lucros do jogo uma oportunidade de incrementar suas receitas, até os agenciadores que buscavam sobreviver em meio a uma sociedade em transformação, o jogo do bicho se tornou parte integrante do tecido social. As elites, que muitas vezes desdenhavam o jogo do bicho, encontravam-se também, de certa forma, conectadas a ele por meio de seus próprios negócios ou relacionamentos. A imprensa da época desempenhava um papel fundamental ao expor os bastidores do jogo, desde os embates entre agenciadores e banqueiros até as disputas pelos prêmios entre os jogadores.

Os termos usados para descrever os envolvidos no jogo do bicho revelam as nuances sociais da época: de “bandidos” a “gatunos”, de “agenciadores” a “banqueiros”. E, mesmo entre os próprios agenciadores, havia uma hierarquia e uma luta pelo controle dos lucros e dos territórios de atuação. A figura do “zangão”, intermediário entre jogadores e banqueiros, ilustra como indivíduos marginalizados buscavam sobreviver em um ambiente hostil, muitas vezes explorando os mais vulneráveis. A analogia com insetos parasitas não é apenas uma metáfora interessante, mas também uma reflexão sobre a natureza predatória desses agentes no contexto social da época. Em meio a isso tudo, a polícia tentava conter o avanço do jogo, mas sua atuação nem sempre era eficaz. À medida que o jogo se tornava mais difundido e os lucros aumentavam, tornava-se cada vez mais difícil controlá-lo. A própria legislação muitas vezes falhava em conter a prática, revelando as lacunas e contradições do sistema legal da época.

Assim, o tempo todo há o confronto com a complexidade e a ambiguidade do jogo do bicho na sociedade paulistana do início do século XX – uma prática ilegal que, longe de ser marginal, estava profundamente enraizada nas relações sociais e econômicas da época, refletindo as tensões e contradições de uma sociedade em transformação.

## CONCLUSÃO

Entre os trabalhos de Hercules, avultam seus triumphos contra a bicharia mythologica. Entretanto, essas victorias são insignificantes comparadas ás que obteria o chefe de policia se matasse o *bicho* das loterias.

O leão de Neméa não vale a vacca do jogo; a hydra de Lerna é um insecto vil comparada ao carneiro que faz o palpito de tanta gente; o javali de Erymantho é uma pomba sem fel, em paralelo com a pomba da jogatina.

Acredito muito na energia da policia, porém tenho mais fé na força dos bichinhos.<sup>525</sup>

Deixe a policia a batota. O jogo ensina a viver, faz pulsar com mais força o coração. A vida é uma grande partida.<sup>526</sup>

Mas o jogo, esse cavalheiro de costas largas que tomou pancadaria de criar bichos durante muito tempo, ainda passeia à vontade, como um escravo evadido do eito.<sup>527</sup>

Os frontões e boliches, tão discutidos na última década do século XIX e início do XX, foram rapidamente substituídos pelo bicho, que, aliás, permanece, diferente daqueles espaços e mesmo das suas modalidades esportivas. É possível identificar, por exemplo, como as diversas reclamações da imprensa centravam-se no fato de que as casas de jogo marcavam presença em ruas centrais, eram frequentados por homens que tinham acesso a botequim e escarravam nas paredes e piso (ou seja, bastante anti-higiênicos) e seus jogadores, os únicos que de fato praticavam o esporte da pelota, tidos como *tribofeiros*, trapaceiros. Ao mesmo tempo, os *clubs* chiques e bem mobiliados, também localizados nas ruas centrais, viam seus divertimentos, práticas de azar, serem igualmente rechaçadas pela imprensa. Ali, “os meganhas de fraque do alto de seus borzeguins” praticavam jogos de carteados e roleta envoltos na fumaça de charutos e sorvendo, eles também, bebidas alcoólicas. A discussão então era o que diferenciava o jogo lícito do ilícito. Primeiro, os jogos eram permitidos nos

<sup>525</sup> SALLES, Bernardo. *Á Margem...* *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 14 jul 1896, n. 1009, p. 1.

<sup>526</sup> NETTO, Coelho. *Correio Fluminense. O Commercio de São Paulo*, ano II, 28 jul 1894, n. 418, p. 1.

<sup>527</sup> FLOREAL, Sylvio. *Ronda da Meia Noite*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 34-35

lares privados, independente de haver apostas em dinheiro ou não. Contudo, no momento em que era admitido o público geral, especialmente crianças, ficava a casa considerada como “de jogo” e o proprietário sujeito a multa punitiva. A lei permitia que tanto indivíduos quanto companhias particulares explorassem jogos no espaço público desde que eles não dependessem exclusiva, ou quase, exclusivamente da sorte. Sendo assim, a própria lei promovia embates e discussões uma vez que o turfe, as competições nos hipódromos e velódromos, e as loterias públicas corriam não só na impunidade, mas até com evidente entusiasmo das elites. Concomitantemente, ao serem outorgados maiores poderes, a força policial também contraía e expandia seu alcance ao sabor do momento, a depender de onde partiam as denúncias e de qual seria o local que sofreria batida. Nesse sentido, em sua ânsia por organizar e delimitar, a polícia chegava a adentrar o âmbito particular.

Ainda que tivessem promovido uma série de problemas e discussões na São Paulo daquele período, os frontões e boliches desapareceram com o decorrer dos anos, bem como suas práticas esportivas. O jogo do bicho, por sua vez, mesmo criminalizado imediatamente após a sua invenção na década de 1890, se manteve. Antes de ser equiparada à hidra, o bicho é tido como o maior cancro social e, assim como a Light no mesmo período, como polvo. Como uma doença que causa crescimento descontrolado e anormal de células, que invade e danifica os tecidos circundantes, a metáfora é primorosa em identificar o jogo do bicho como prática difusa que encampa toda a cidade em seu momento inicial de urbanização e modernização. As ruas centrais eram paulatinamente ocupadas por casas comerciais dos mais variados gêneros, o comércio diário, ainda que em certa medida excludente, não envolvia mundos paralelos de ricos e pobres, mas sim mundos que constantemente se sobrepunham. Apostar nos jogos de azar tornou-se extraordinariamente popular justamente no momento em que a urbanização e o capitalismo de consumo se consolidavam. As células anormais e os tentáculos do polvo são assim, personificados no exército de vendedores, agenciadores e banqueiros de bicho que convergiram para o jogo. Trata-se de uma miríade de lojistas, donos de barracas, quiosques, bares e restaurantes, barbearias e engraxates, bancas e tabacarias. São esses pequenos empresários que permitiram que o jogo do bicho gozasse da permanência e perenidade que o trazem até os dias de hoje. Os próprios registros de prisão por jogo revelam

que proprietários de pequenas lojas muitas vezes tinham um pé no submundo comercial e o outro no comércio varejista legal<sup>528</sup>.

A imprensa periódica via essa multidão que praticava e agenciava o jogo com temor pelo futuro da cidade e de seus cidadãos. Os jornais e revistas paulistanos falavam do bicho com virulência. Em sua incipiência, os jornais iam insinuando sua chegada em São Paulo, em tons, muitas vezes, de fatalidade irreversível, como se a confirmação da chegada dos bichos marcasse o fim da possibilidade de extirpar o jogo da sociedade. Isso, talvez, dava-se pelo fato de que seus colaboradores já tinham notado que a prática do bicho estava completamente desconectada de qualquer vínculo ou laço físico – isto é, não havia necessidade de montar uma casa de apostas para que espectadores assistissem uma partida, corrida ou à coisa que fosse. Como vendedores ambulantes, os bicheiros e agenciadores estavam dispersos por toda a cidade. Nos *clubs* privados, reservados às elites ou não, dentro das lojas, andando nos *bonds* e carros, nas ruas *retiradas* e, igualmente nas centrais, em frente aos portões de fábricas, botequins e cubículos. Eles não só pululavam o espaço público, como tinham a preocupação, o capricho, de fazer uma visita ao jogador em sua própria casa. Talvez por isso as preocupações morais quanto à prática do jogo não tenham, necessariamente, surgido porque ele era um tipo de jogo de azar, mas sim porque era um tipo de comércio concorrido “nas ruas mais centrais da cidade”.

São Paulo era, então, sacudida pela tensão entre nacionais e estrangeiros, pelo crescimento desmesurado, pela ameaça de uma completa desfiguração em que a criminalidade – o jogo, a vagabundagem, a prostituição e o alcoolismo – é um elemento relevante. A cidade perdia sua inocência, desiludia-se. A imprensa, folhetesca sim, mas diária, informativa e ilustrada de variedades, refletia, igualmente, o ode ao novo, a “picareta civilizadora”, aos novos divertimentos e práticas coqueluche, mas, e na medida que tentava absorver as novidades, também a desconfiança ante o novo *rechaçado*, o desejo da ordem, de classificar, tudo ligado aos objetivos das elites de instituir uma (nova) ordem urbana<sup>529</sup>. O jogo, mesmo que em pequena escala, não ocorria nas vielas escuras e úmidas, mas nas alargadas, macadamizadas e arborizadas, em meio às elites que faziam o *footing* e frequentavam os cafés

---

<sup>528</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 165.

<sup>529</sup> FAUSTO, *op. cit.* 2014, p. 22.

e teatros. Era um aspecto completamente normal da vida diária, prática inseparável do comércio e da vida urbana.

Ao mesmo tempo que contribuía para sua parca notoriedade, a diluição das apostas em diversas casas e sujeito propiciou maior oferta e facilidade ao jogador. As apostas podiam ser feitas na banca, *chalet*, quiosque, venda, mercadinho, botequim, charutaria, padaria ou comércio que fosse. Amplamente disponível, qualquer indivíduo a caminhar pelas ruas, progressivamente elas também mais abarrotadas de casas comerciais, era um jogador em potencial – daí talvez o incômodo de tantos colaboradores da imprensa que temiam que muitas das pessoas que faziam sua *fezinha* fossem simples incautos, jogadores do acaso. Ao verificarem, ainda, que poderiam fazer o jogo do bicho apenas com o auxílio de uma caderneta, os comerciantes passaram a contratar ou se associar a agenciadores, bicheiros ambulantes, que passaram a ocupar todas as ruas da cidade, a andar de *bond*, a visitar as senhoras donas de casa, a oferecer os bilhetes da Barra Funda ao Jardim Paulistano.

Se nos primeiros anos o jogo do bicho funcionava de forma descentralizada, ao ter os números do sorteio vinculado à Loteria Federal, o bicho, de certa maneira, se tornava incorruptível (afinal, havia, a partir de então, toda uma máquina por trás da seleção; não era mais um único homem, ou diversos diferentes, espalhados pela cidade, guiado por seu próprio interesse e posicionamento). Ao mesmo tempo, o pagamento continuava circunscrito à praça feita, ou seja, dependia do bicheiro ou agenciador ter anotado a resposta correta, ser idôneo, e, naturalmente, ter o dinheiro para fazê-lo. Em suas primeiras décadas, porém, esses bicheiros não angariaram boa fama da imprensa diária e hebdomadária. Igualmente os comerciantes lotéricos oficiais, ao notar, de certo muito ligeiramente, o sucesso da nova loteria, ávidos pelo lucro vasto, rápido e certo, ignoraram por completo o fato de que a loteria bichana era ilegal e, revestidos de sua “oficialidade”, passaram eles mesmos a oferecer o bilhete da nova e afamada loteria. Quando então o centro da cidade, no ver das publicações discutidas, é movimentado por um enorme contingente populacional completamente desigual a oferta das casas lotéricas, agentes e bicheiros e, ao mesmo tempo, invadido por elementos indesejados, tem-se um problema nababesco. Por meio do jogo do bicho, ou melhor, da perseguição ao jogo do bicho, foram se delineando os usos da cidade.

O jogo do bicho não passou simplesmente da aceitação para a perseguição, ou de dentro para fora do zoológico. Sua passagem foi mais um efeito instrumental do que um consenso moral, um que permitiu que a polícia e, atuando por meio dela, os cidadãos privados aplicassem a lei seletivamente, mesmo enquanto nem a lei nem a população tinham ainda plenamente considerado o jogo como errado<sup>530</sup>. Aqui há chave oportuna na discussão da perseguição ao jogo, indicada inclusive pelos semanários trabalhados. A imprensa ilustrada paulistana é um dos agentes que passava a impor novos limites, definindo novas desigualdades na medida em que satisfazia e era inteligível em uma era urbanizadora, republicana e pós-abolição. No final do século XIX e início do XX, a São Paulo que se modernizava transmitia uma imagem de contínua tentativa e erro, de alargamento e compressão de diversas práticas e vivências. A imprensa, detentora de papel essencial nesse início de século, compete não só a propagação de uma série de novas ideias, políticas, mas também tem papel de personagem, de força ativa na “vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”<sup>531</sup>. Sendo assim, até “o ponto em que o jogo do bicho realmente sofreu uma passagem moral, o processo foi de pequenos passos que, cumulativamente, modificaram a distinção entre o dissidente e o aceitável.”<sup>532</sup>. Se o desvio comportamental, nas palavras de um sociólogo, é sobre ser diferente, então a história da rápida transição do jogo do bicho para a ilegalidade narra a própria história da produção da diferença<sup>533</sup>.

e se morrer algum dia, como já lhe sucedeu não sei quantas vezs, será para viver novamente, como a *Phenix renascida*.<sup>534</sup>

---

<sup>530</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 92.

<sup>531</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Revista Projeto História*. v. 35 (2007): ago./dez. História e Imprensa. p. 257

<sup>532</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 92 e 93. Grifo meu.

<sup>533</sup> CHAZKEL, *op. cit.*, p. 92 e 93. Grifo meu.

<sup>534</sup> SALLES, Bernardo. Á Margem... *O Commercio de São Paulo*, ano IV, 14 jul 1896, n. 1009, p. 1.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Edmundo. *A Grande Cidade*. São Paulo: José Olympio, 1950.
- ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, Circos e Cinemas de São Paulo*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.
- BALCÃO, Lier Ferreira. *A Cidade das Reclamações: Moradores e Experiência Urbana na Imprensa Paulista - 1900/1913*. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.
- BENATTE, Antonio Paulo. *Dos Jogos que Especulam com o Acaso*, Contribuição à história do “jogo de azar” no Brasil (1890-1950). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia da Universidade de Campinas. Campinas, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Braziliense, 1992.
- BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil — 1900*. 3a ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 1975.
- CAILLOIS, Roger. *Os Homens e os Jogos*. Edições Cotovia, Lisboa. 1976.
- CAMARGOS, Marcia. *Vila Kyrial, crônica da Belle Époque Paulistana*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CAMPOS, Alzira L. A. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CAMPOS, Eudes. *São Paulo: Desenvolvimento Urbano e Arquitetura Sob o Império*. In: PORTA, Paula. *História da Cidade de São Paulo. A Cidade no Império 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernidade em São Paulo*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CAPELA, Eduardo Schmidt., *Juó Bananére: irrisor, irrisório*. São Paulo: Nankin Editorial: Edusp, 2009.

CARMO, L. S.; MEDEIROS, D. A. *Território, Normas e Finanças: Reflexões Acerca da Legislação Referente ao Jogo do Bicho no Brasil*. Revista Contexto Geográfico, Maceió, Alagoas. v. 3, n. 5, p. 45-56, jul 2018.

CARRADORE, Hugo Pedro. *Folclore do Jogo do Bicho*. Piracicaba, SP: Edição da Tribuna Piracicabana, 1979.

CARRETO, Renata de Oliveira. *O Pirralho: barulho e irreverência na Belle Époque paulistana*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte do Museu de Arte Contemporânea, Universidade de São Paulo, 2011.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia*. São Paulo: alameda, 2008. p. 54-57.

CHALMERS, Vera. *3 Linhas e 4 Verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade*. São Paulo, Duas Cidades, Secretária da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. Oswald de Andrade n'O Pirralho. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 33, n. 1-2, p. 91-111, 2015.

CHAZKEL, Amy. *Leis da Sorte*. O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

COLEMAN-ALLER, Samantha. "Relógio Roskopf", Destaque Abril de 2016. *Casa-Museu Medeiros e Almeida*.

CORBIN, Alan. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890 - 1914 - No tempo das certeza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de Viver a Cidade*. Conflitos e Convivências nos Espaços de Diversão e Prazer do Recife nos Anos 1920. Tese apresentada ao programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

CRESPO, Regina Aida. *Crônicas e outros registros: flagrantes do pré-modernismo (1911 - 1918)*. Mestrado em teoria literária, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo na vida urbana - 1890-1915*. São Paulo: Educ; FAPESP; AESP; Imprensa Oficial SP, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.), *São Paulo em Revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1997.

\_\_\_\_\_. BRITES, Olga. *Imagens da Infância, São Paulo e Rio de Janeiro, 1930-1950*. São Paulo: Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. *Águas, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DINIZ, Mônica. *Olhares Sobre a Cidade*. Termos do bem viver, Vadiagem e Polícia nas ruas de São Paulo (1870 - 1890) Dissertação (Mestrado em História Social) - PUC-SP. São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. DINIZ, Mônica. *Dramas de Hontem: Imprensa, Criminalidade e a Crônica Policial em São Paulo (1910-1920)*. Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021.

DOMENICIS, Bianca Melzi de. *Os cortiços e o urbanismo sanitário da cidade de São Paulo no final do século XIX*. Mestrado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. *Nos Fundos da Sociabilidade: Usos e Funções dos Quintais Populares Paulistanos no Final do Século XIX e Início do XX*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2021.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. Criminalidade em São Paulo (1880-1924).

FEIJÃO, Rosane. Smartismo: elegância masculina e modernidade no início do século XX no Rio de Janeiro. Colóquio de Moda, 2010. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/69464\\_Smartismo\\_-\\_elegancia\\_masculina\\_e\\_modernidade\\_no\\_inici.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/69464_Smartismo_-_elegancia_masculina_e_modernidade_no_inici.pdf)>.

FLOREAL, Sylvio. *Ronda da Meia Noite*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FREITAS, Affonso Antonio. *A imprensa periodica de São Paulo: desde os seus primordios em 1823 até 1914*. São Paulo, Typographia do Diario Official, 1915, p. 390.

GALLOTTA, Brás Ciro. *O Parafuso: humor e crítica na imprensa paulistana 1915-1921*. São Paulo: Mestrado em História Social, PUC-SP, 1997.

GAMBETA, Wilson Roberto. *A bola rolou. O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol. 1895-1916*. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

GLEZER, Raquel. *Chão de Terra e outro ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda. 2007.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Em defesa da vulgaridade pedante do personagem Conselheiro Acácio. *Revista Consultor Jurídico*, 20 de dezembro de 2015.

HERÓDOTO. *Teogonia*. São Paulo: Iluminuras. 1992.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte. O Futebol e o Jogo do Bicho na Bella Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed. 1993.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por Trocadilho. A imprensa irreverente paulistana 1900-1911*. São Paulo, Alameda. 2006,

KOGURAMA, Paulo. *O Cosmopolitismo e o imaginário da modernidade na metrópole do café, 1890-1920*. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

KRELLING, Carolina Malagoli. A noção de jogo de azar entre o direito brasileiro e o direito italiano: aspectos penais e civis dos jogos de azar nos séculos XIX e XX. Dissertação -

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós - Graduação em Direito. Florianópolis, SC, 2014.

LEMO, Felipe Arroyo. *A Caipirópolis, A Construção do imaginário urbano em São Paulo 1911-1918*. Mestrado em História Social, PUC-SP, 2019.

MACIEL, Laura Antunes. *Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República*, Anuário Colombiano de Historia Socialy de la Cultura 48.1 (2021): 383-413.

MAGALHÃES, Felipe. *Ganhou Leva! O Jogo do Bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2011.

MARTINS, William de Souza Nunes. *Paschoal Segreto: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883 – 1920)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2004. Dissertação de mestrado em História Social.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. São Paulo: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. *Meu Lar é o Botequim alcoolismo e masculinidade*. 2a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2001.

MELLO, Marcelo Pereira de. *Criminalização dos Jogos de Azar. A História Social dos Jogos de Azar no Rio de Janeiro (1808-1946)*. Curitiba: Juruá, 2017.

MELO, Victor A. *Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dumará: FAPERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. e GOMES, Eduardo Souza. Os britânicos e os clubes de cricket na cidade de São Paulo do século XIX (anos 1870-1890). rev. hist. (São Paulo), n. 178, a07417, 2019.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.138749>>.

\_\_\_\_\_. *Esporte e lazer: conceito - uma introdução histórica*. Apicuri/Faperj, Rio de Janeiro, 2010.

MONTALEONE, Joana. Sabores Urbanos Alimentação, sociabilidade e consumo São Paulo 1828-1910. São Paulo: Alameda, 2015

MONTOIA, Ana. O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo no século XIX. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MORAES, Julio Lucchesi. *São Paulo Capital Artística*. A Cafeicultura e as Artes na Belle Époque (1906-1922). Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013.

NEDELL, Jeffrey D. Belle Epoque Tropical: sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PADILHA, R; SLAVUTZSKY, A; BURD, P. *O Jogo uma Paixão*. Ed. Solivros, Porto Alegre, 1995.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo 1890-1914*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1984.

PRADO, Sabrina Gottschlich do. Imagens femininas na revista A Cigarra 1915-1930. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. p. 14 .

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004

RAGO, Margareth. “Apresentação: Nas margens da Paulicéia”, in *Ronda da Meia-Noite: Vícios, Misérias e Esplendores da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Paz e Terra, 2003. p. 3-7.

\_\_\_\_\_. A Invenção do Cotidiano na Metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paula. (org.) *História da cidade de São Paulo*, v. 3. *A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 387-435.

\_\_\_\_\_. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Brasil 1890 - 1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- \_\_\_\_\_. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- ROCHA, F. D. (2019). O “ronda da meia-noite”, ou um mundo que se queria branco:.. *Revista Hydra: Revista Discente De História Da UNIFESP*, 2(3), 133-160.
- RODRIGUES, Beatriz. *Imagens urbanas na "Babel amalucada"*. Cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900 - 1926). Jundiaí: Paco Editorial, 2020.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1999.
- SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SALIBA, Thomé. Juó Bananére, O Raté do Modernismo Paulista? *Revista de História FFLCH USP*, São Paulo, n. 137, 1997.
- SANTOS, G. L. I. O conselheiro Acácio nas páginas de três jornais cariocas. *Via Atlântica*, [S. l.], v. 1, n. 37, p. 190-221, 2020. DOI: 10.11606/va.v0i37.168973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/168973>>.
- SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SÁVIO, Marco A. C. *A Cidade e as Máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900 - 1930*. São Paulo: Annablume, 2010.
- SCHAPOCHNICK, Nelson. *Ronda Paulistana*. In: FLOREAL, Sylvio. Ronda da meia-noite: vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 16.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras. São Paulo, 2014.
- SILVA, Rogério Souza. *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

SOARES, Livia Freitas Pinto Silva. *Lei e ordem na Capital da República: as tensões institucionais provocadas pela gestão infanto-juvenil na Primeira República (1910-1920)*.

Temporalidades – Revista de História, v. 10, n. 1 mai/ago. 2018

SOARES, Simone Simões Ferreira. *O Jogo do Bicho - a Saga de um Fato Social Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

SOUZA, Gabriel Monteiro de. *Pedagogia da beleza em discursos publicitários na revista A Vida Moderna: São Paulo (1907-1926)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SOUZA, Juliana Teixeira. *Cessem as apostas: normatização e controle social no Rio de Janeiro do período imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841-1856)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, Yuri Vasquez. *Quando as rodas conquistam a cidade: cultura, tensões, conflitos e ações na prática do ciclismo em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

VILLAR, José Luiz M. Temporalidade e identidade. *O jogo do bicho no Rio de Pereira Passos*. Dossiê Temático. no 10, 2003.

## FONTES HISTORIOGRÁFICAS

### MEMÓRIAS E RELATOS

AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo 1895-1915*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1957.

\_\_\_\_\_. *São Paulo Nesse Tempo 1915-1935*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1962.

ANDRADE, Oswald de. *Um Homem Sem Profissão* sob as ordens de mamãe. São Paulo, Globo, 1990.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, Graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SCHIMDT, Afonso. *São Paulo de meu amores*. São Paulo: Paz & Terra, 2003.

### IMPrensa

*Correio Paulistano (1890 -1919)*

*O Commercio de São Paulo (1893-1909)*

*O Parafuso (1915-1918)*

*O Pirralho (1911-1918)*

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Locais Consultados

#### O Pirralho (1911 - 1918)

Local	Formato	Números	Observação
Hemeroteca Digital BN	Digitalizado	1 - 248	Com exceção ao número 241 de 1917
Repositório Digital do AESP	Digitalizado	124	
Seção de Obras Raras BMA	Físico	1 - 245	Exceção aos números 240, 241 e 246 de 1917
Hemeroteca BMA	Microfilme	1 - 248	Com exceção ao número 241 de 1917;

#### O Parafuso (1915-1918)

Local	Formato	Números
Seção de Obras Raras BMA	Físico	2; 4-6; 8; 9; 12-15; 18-23; 25; 27-29; 43-62; 68; 70; 82;
Hemeroteca BMA	Microfilme	IDEM
Arquivo do Estado de São	Microfilme	IDEM
Repositório Digital do AESP	Digitalizado	79

### APÊNDICE B - A Fita Moderna

A FITA MODERNA (O Pirralho)				
#	Data	Página	Pirralho	Observações
1	13. jul. 1912	7	vol. 49	Número primeiro
2	20 de jul. de 1912	8	vol. 50	
3	27 de jul. 1912	17	vol. 51	
4	3 de ago. de 1912	25	vol. 52	
5	10 de ago. de 1912	21	vol. 53	
6	17 de ago. de 1912	10	vol. 54	
7	24 de ago. de 1912	26	vol. 55	
8	16 de nov. de 1912	11	vol. 66	Hiato; volta s/ número.
9	23 de nov. de 1912	25	vol. 67	
10	30 de nov. de 1912	14	vol. 68	
11	7 de dez. de 1912	21	vol. 69	
12	14 de dez. de 1912	19	vol. 70	
13	21 de dez. de 1912	21	vol. 71	
14	28 de dez. de 1912	13	vol. 72	
1913				
15	4 de jan. de 1913	22	vol. 73	